



VIVÊNCIA

Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN

v. 11
n.1/2

jan/dez
1997

ISSN 0104-3069

CIÊNCIAS POLÍTICAS

COMUNICAÇÃO

FILOSOFIA

GEOGRAFIA

LITERATURA

PSICOLOGIA



EDUFRN

Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN

SUMÁRIO

- 05 *Baran, O'Connor, Sweezy e Hayek: visões críticas do Estado de Bem-Estar*
Homero de Oliveira Costa
- 17 *Canção Amiga: metalinguagem e preocupação existencial em Drummond*
Rosângela Maria Soares de Queirós
- 25 *A Cor do Dinheiro – sobre a colorização de filmes*
Maria Helena Braga e Vaz da Costa
- 31 *Oposição e Analogia entre o Público e as Massas*
Josimey Costa da Silva
- 41 *Christopher Lasch: uma crítica à crença americana em relação ao progresso*
Paul Burlin
- 51 *Tendências Atuais da Geografia*
Rita de Cássia da Conceição Gomes
- 59 *Luta pela Terra: a busca da cidadania*
Paulo Roberto Palhano Silva
- 75 *Paisagem: considerações teórico-metodológicas*
Anieres Barbosa da Silva
- 89 *A Psicologia no RN: o ensino da psicologia da UFRN em questão*
Oswaldo Hajime Yamamoto et al.
- 105 *História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária: frágeis fronteiras disciplinares*
Luiz Roberto Velloso Cairo
- 117 *Globalização, Reestruturação do Estado e Políticas Neoliberais*
José Wellington Germano
- 129 *O Ler e o Escrever nas Escolas: o beabá do Brasil*
Maria de Fátima Almeida
- 139 *A Revolta da Natureza ou: sobre a "História do Sofrimento Infinito da Natureza"*
Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes
- 147 *A Representação da Concepção de Ensino e de Aprendizagem nas Cartilhas*
Maria Ester Vieira de Sousa
- 157 *A Grã-Diva: fantasia, mito, corpo, nome, origem e sentido – lendo a Gradiva de Jensen*
Ilza Matias de Sousa
- 167 *Fragmentos da Complexidade – 22 aforismos arquetípicos*
Marcelo Bolshaw Gomes
- 191 *Resumos / Summary*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

José Ivonildo do Rêgo Reitor
Ótom Anselmo de Oliveira Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Zeneide Ferreira Alves Diretora
Sônia Maria de Oliveira Othon Vice-Diretora

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Eduardo de Oliveira	José Willington Germano
Cinara Leite Nahra	Márcio Moraes Valença
Denise Ramalho Dantas de Araújo	Mírian Moema Filgueira Pinheiro
Denise Mattos Monteiro	Vicente Vitoriano Marques Carvalho
Consultores externos	Eduardo de Assis Duarte - UFMG
	Esdras Vasconcelos - USP
	Evaldo Amaro Vieira - USP

Editor-executivo Sônia Maria de Oliveira Othon

Normalização	Liana Maria Nobre Teixeira
Revisão	Maria Emília Guedes Gonçalves
Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica	Elizabeth Raulino Camara

EDUFRN - EDITORA DA UFRN

Direção	Pedro Vicente da Costa Sobrinho
Coordenação de Artes	Alva Medeiros
Coordenação Gráfica	Francisco Guilherme de Santana
Fotolito	Luiz França de Souza/Maria José Lima
Impressão	José Gilberto Xavier/Marcos Antônio Grilo
Acabamento	Equipe Técnica da EDUFRN

Vivência. UFRN/CCHLA. vol. 1, n. 1 (jan./jun. 1983) -.-
Natal: UFRN. EDUFRN. 1983 -

Semestral

Descrição baseada em: vol. 11, n. 1/2 (jan./dez. 1997)

A partir de 1990 publicada pela UFRN/CCHLA.

ISSN 0104 - 3069

1. Humanismo - periódico.
2. Ciências Humanas - periódico.
3. Comunicação Social - periódico.

RN/UF/Banco de Dados Geografia

CDU 130.2:3(05)



EDITORIAL

*Baran, O'Connor, Sweezy e Hayek:
visões críticas do Estado de Bem-Estar*

É com satisfação que trazemos ao leitor mais uma VIVÊNCIA. Este número da Revista traz em si a marca da diversidade. Diversidade esta que neste final de milênio é o adubo que fomenta o desenvolvimento do conhecimento e da ciência.

Os artigos aqui publicados são das mais diversas áreas do conhecimento humanístico: Literatura, Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, Geografia, Comunicação, Artes, Educação. Alguns deles são intrinsecamente interdisciplinares, contribuindo para a discussão acadêmica em vários campos e mostrando o quanto é possível haver uma produção científica séria e de qualidade utilizando-se de conceitos, teorias e idéias advindos de distintos ramos do conhecimento e de tão diferentes modos de apreender e recortar o mundo!

Com mais este número lançado, VIVÊNCIA firma-se como revista de divulgação da produção científica, como revista de todos nós. De todos aqueles que pesquisam, estudam e trabalham na área de ciências humanas e que, na multiplicidade de sua produção, encontram unidade na certeza de estar contribuindo para a construção de um mundo melhor.

Ao leitor fica o convite para um mergulho nesse fantástico universo das ciências humanas, povoado por "vivências" tão diferentes...

Professora do Departamento de Ciências Sociais do UFRN



Baran, O'Connor, Sweezy e Hayek: visões críticas do Estado de Bem-Estar

Homero de Oliveira Costa*

O "Welfare State" tem sido analisado sob as mais distintas perspectivas. Embora alguns autores o situem, do ponto de vista histórico, desde o final do século passado, parece inegável que sua expansão, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, só dá a partir da II Grande Guerra Mundial. A partir daí passa por momentos de grande expansão e até pelo menos meados da década de 1970, quando surgem evidências de uma crise, que se entende pelos anos 1980 e tem o seu auge na década de 1990. Com ela, muitas análises, alguns questionando a existência da crise - com o entendimento de que o "Welfare State", não apenas se diferenciava como tem amplas possibilidades de expansão; outros, em especial no campo do marxismo, procurando, por uma vez, compreender o caráter dessa crise. Isso significou um expressivo enriquecimento da bibliografia sobre o tema. Parece-nos inegável que há de fato uma crise do "Welfare State" e para compreendê-la, creio que é necessário, antes de tudo, fazê-lo do ponto de vista de uma perspectiva histórica mais ampla, procurando distinguir as experiências tão distintas como a dos Estados Unidos e a dos diversos países da Europa (como são os casos da Inglaterra, França, Suécia, para ficar apenas nesses exemplos).

Não temos esta pretensão. Nos limites de um breve ensaio, nosso objetivo é apresentar a visão de autores que, com suas análises, feitas num momento de grande euforia, quando essa forma de organização estatal alcançava êxitos inegáveis, anteciparam em muito as críticas que

posteriormente foram feitas no surgimento do "Welfare State". Outra visão crítica numa perspectiva mais ampla, formulada por P.A. Hayek, conhecido como o "pai do liberalismo", também merece ser mencionada. O'Connor e Sweezy, por sua vez, analisaram a crise do "Welfare State" a partir de uma perspectiva marxista, considerando-o como um estágio necessário do desenvolvimento da sociedade capitalista, que seria superado por uma nova forma de organização social.

a) Paul Baran e Paul Sweezy

Comecemos pelo livro de Paul Sweezy. Escrito no início dos anos 1970, é um dos primeiros estudos críticos ao "Welfare State", num momento em que este apresentava grande expansão, especialmente nos Estados Unidos. Compreendendo o "Welfare State" como parte do processo de acumulação de capital na sociedade capitalista, os autores analisam a crise do "Welfare State" a base da experiência desenvolvida na sociedade capitalista monopolista dos Estados Unidos.

O livro não trata especificamente do "Welfare State", está organizado em torno de um tema central: a criação e manutenção de um regime de monopólio, sem o qual, segundo

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN

I - INTRODUÇÃO

O “Welfare State” tem sido analisado sob as mais distintas perspectivas. Embora alguns autores o situem, do ponto de vista histórico, desde o final do século passado, parece inegável que sua expansão, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa se dá a partir da II Grande Guerra Mundial. A partir daí passa por momentos de grande expansão e até pelo menos meados da década de 1970, quando surgem evidências de uma crise, que se estende pelos anos 1980 e tem continuado na década de 1990. Com ela, ampliam-se as análises, alguns questionando o caráter dessa crise - com o entendimento de que o modelo de “Welfare State”, não apenas se diferencia como tem amplas possibilidades de expansão; outros, em especial no campo do marxismo, procurando, por sua vez, compreender o caráter dessa crise. Isso significou um expressivo enriquecimento da bibliografia sobre o tema.¹ Parece-nos inegável que há de fato uma crise do “Welfare State” e para compreendê-la creio que é necessário, antes de tudo, fazê-lo dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, procurando distinguir as experiências tão distintas como a dos Estados Unidos e a dos diversos países da Europa (como são os casos da Inglaterra, França, Suécia, para ficar apenas nesses exemplos).

Não temos esta pretensão. Nos limites de um breve ensaio, nosso objetivo é apresentar a visão de autores que, com suas análises, feitas num momento de grande euforia, quando essa forma de organização estatal alcançava êxitos inegáveis, anteciparam em muito as críticas que aparecem hoje em relação ao “Welfare State”.

Essas críticas, muitas delas retomadas posteriormente, são formuladas por duas visões completamente distintas: uma visão marxista através dos trabalhos de Paul A. Baran e Paul M. Sweezy² e James O'Connor³ salientando que embora essas não sejam as únicas no campo do marxismo e muito menos aceitas concensualmente, têm o mérito de terem sido feitas no auge dos êxitos do “Welfare State”. Outra visão apresenta uma crítica numa perspectiva conservadora, formulada por F.A. Hayek, considerado um clássico do liberalismo⁴.

II - A CRÍTICA MARXISTA AMERICANA DOS ANOS 1960/70: Baran, Sweezy e O'Connor

a) Paul Baran e Paul Sweezy

Começamos pelo livro de P. Baran e P. Sweezy. Escrito no início dos anos 1960, é um dos primeiros estudos críticos em relação ao “Welfare State”, num momento histórico em que este apresentava grandes êxitos, especialmente nos Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia e Inglaterra. Compreendendo o “Welfare State” como parte do processo de acumulação da sociedade capitalista, os autores buscam analisá-lo à base da experiência da mais desenvolvida sociedade capitalista monopolista: os Estados Unidos.

O livro não trata especificamente do “Welfare State”, está organizado em torno de um tema central: a criação e a absorção do excedente num regime de capitalismo monopolista, sem o qual, segundo os autores,

não é possível compreender o “Welfare State” de forma mais ampla. Resumiremos seus principais argumentos.

No capítulo inicial os autores procuram demonstrar como no capitalismo monopolista tende-se ao crescimento do excedente econômico - entendido como a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção, ou seja a diferença entre a produção social total e custos socialmente necessários dessa produção. Esse excedente pode ser absorvido de três formas:

- a) Pelo consumo;
- b) Pelo investimento;
- c) Pelo desperdício.

A estrutura da economia capitalista é tal que um volume continuamente crescente de excedente não pode ser absorvido pelos canais privados. Baran e Sweezy chamam a atenção para o fato de que o capitalismo monopolista é um sistema auto-contraditório, que tende a criar um excedente cada vez maior, embora não consiga proporcionar o consumo e o investimento exigidos pela absorção do excedente crescente e, portanto, para o funcionamento tranquilo do sistema. Nesse sentido o Estado desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo: ele passa a absorver esse excedente, que é um acréscimo e não uma subtração do excedente privado.

A indagação central é: como esse excedente é absorvido e que usos faz o governo dos excedentes que absorve? Estudando a História dos Estados Unidos os autores vão demonstrar que foi pelas modificações no dispêndio total que o Estado exerceu sua maior influência sobre a magnitude da “procura efetiva”⁵ e portanto, sobre o processo de absorção do excedente.

Analisando os dados do PNB (Produto Nacional Bruto) do período de 1929 a 1959 aqueles autores vão mostrar como a tendência do dispêndio governamental, na fase do capitalismo monopolista, é crescente. Há nesse período, por parte do Estado, uma tributação maior nas rendas das grandes empresas. No entanto, os mesmos autores demonstram que isso não vai interferir no aumento da taxa de lucro, uma vez que, apesar da tributação e das restrições de alguns setores ligados ao capital monopolista, os lucros, descontados os impostos, aumentaram com a expansão da economia (mais precisamente nos pós-II Guerra Mundial) uma vez que se transfere esses impostos, com o aumento dos gastos governamentais, para os consumidores e os trabalhadores em geral.

Assim, as despesas e a tributação governamental que, segundo os autores costumam ser principalmente um mecanismo para a transferência de renda, tornam-se um mecanismo de criação de renda na medida em que passa a colocar em produção, capital e trabalhos ociosos.

É nesse contexto, portanto, que se situam as políticas sociais. Parece claro para os autores que o capital monopolista não tem interesse direto no bem-estar da “população excedente” e é evidente também que essa “população excedente” através de diversas formas, procure fazer com que o governo amplie esses gastos e podem assumir uma postura de oposição em relação às prioridades orçamentárias que favoreçam apenas o setor monopolista, como expressam as organizações de negros e outras minorias nos Estados Unidos, especialmente no início da década de 1960.

Analisando os recursos do período 1929/1959 os autores mostram como o dispêndio governamental aumentou de aproximadamente um décimo para um quarto do PNB, parte do qual é aplicado às políticas sociais (educação, saúde etc.) mas também mostram que houve uma absorção maciça do excedente em preparativos militares que é, segundo os autores, “fator chave da história econômica dos Estados Unidos no pós-guerra”.

Wilensky, um dos teóricos da chamada “Teoria da Convergência” no artigo “Industrial Society and Social Welfare”⁶, além de mostrar como o crescimento real do PNB dedicado ao “Welfare” em programas de assistência social tem sido mais expressivo nas áreas de segurança social e educação, mostra também como os gastos com ele vêm crescendo mais rápido do que o PNB, embora saliente que, comparado com alguns países da Europa (Inglaterra, Alemanha e Suécia, por exemplo), suas taxas de investimentos são ainda muito baixas. Para Wilensky, o governo federal devia agir no sentido de manter o pleno emprego e altas taxas de crescimento econômico, o que tenderia a levar a uma igualização de rendas.

Baran e Sweezy chamam à atenção para o fato de que os dados brutos do PNB podem levar a diversas interpretações, sendo, portanto, necessário saber como se dá esse processo de transferência de recursos públicos para programas de assistência social. Eles reconhecem que, no período analisado, as transferências financeiras, certamente melhoraram o “bem-estar” de consideráveis grupos de cidadãos necessitados. E é exatamente esse o único elemento substancial de verdade na afirmação comum de que desde 1929 os

Estados Unidos se tornaram um “Welfare State”. Houve realmente um crescimento de 2% para cerca de 6% do PNB, mas acrescentam que uma fração apreciável desse aumento, 12%, representa um maior pagamento de juros (principalmente aos bancos, empresas e pessoas de alta renda) a sua maior parte constituída de várias formas de pagamento de seguro social (desemprego, velhice, veteranos).

Sob outros aspectos as despesas que afetam o bem-estar do povo cresceram apenas no ritmo em que a economia como um todo cresceu também. Quanto à absorção do excedente, o crescimento das transferências financeiras deu, indubitavelmente, uma contribuição significativa⁷.

Um aspecto importante para o qual os autores chamam a atenção é que, em se tratando do orçamento civil, em todos os principais itens tais como: habitação, saúde, educação etc., surgem poderosos interesses privados que se opõem a ir além do mínimo necessário, e esses interesses se sobrepõem porque evidentemente eles têm influência decisiva dentro do aparelho de Estado (essa influência está expressa no beneficiamento de grupos privados no que diz respeito à construção de casas, postos de saúde, hospitais etc.) e isso não se dá por acaso, afinal, é de onde saem vultosos recursos para campanhas eleitorais...

Nesse sentido, creio que se torna possível compreender as políticas sociais inseridas dentro da lógica da reprodução do capital e do qual o Estado não atua de forma “neutra”, ou seja, essas políticas beneficiam determinadas classes, em detrimento de outras. Elas são, em última instância, utilizadas pelas classes dominantes como um mecanismo de interferência controlada⁸.

Assim, para Baran e Sweezy, o “Welfare State” só pode ser compreendido no plano mais geral se encarado como parte do processo de acumulação da sociedade capitalista e que, nos Estados Unidos, nação capitalista mais desenvolvida, esse processo serviu muito mais, como parte essencial da lógica dessa sociedade, ao Capital do que ao Trabalho.

b) James O'Connor

A análise de O'Connor tem como referências também os Estados Unidos. Escrito quase uma década após o estudo de Baran e Sweezy, seu livro se baseia na investigação histórica das origens e natureza estatal e da alocação, em termos das classes sociais, dos gastos governamentais. Sua análise está mais centrada na questão específica do papel do Estado no processo de acumulação do Capital.

Vimos como Baran e Sweezy centram suas análises na questão do excedente econômico. Em O'Connor o total de gastos do Estado pode ser entendido como a soma de duas grandes contas: capitais sociais e despesas sociais da produção. Vejamos o que isso significa.

Esse capital social é definido como o total das despesas do Estado requerida pela acumulação privada do capital. A conta do capital social é dividida em duas partes: investimentos e consumo social. O primeiro seria o montante de investimentos em projetos e serviços cujo objetivo principal é o aumento da produtividade de uma dada quantidade de trabalho e, em consequência, da taxa de lucro, enquanto que o consumo

social seria o total de gastos em projetos e serviços que diminuem os custos da reprodução do trabalho e, tal como os primeiros, fixados outros fatores, também contribuem para aumentar a taxa de lucro.

No caso específico dos programas governamentais ele procura demonstrar que a pobreza desses programas assistenciais é característica do próprio desenvolvimento do capitalismo, que não consegue resolver o problema das desigualdades sociais. “A História do capitalismo também é, até certo ponto, a história das políticas e programas previdenciários do Estado”⁹.

Tal como Baran e Sweezy, O'Connor entende que os subsídios permanentes para os pobres são fenômenos orçamentários atribuíveis ao crescimento do capitalismo monopolista (embora, saliente-se, os auxílios governamentais remontem, pelo menos, ao início do século XVI, o perfil geral não foi alterado). No entanto, a própria lógica do desenvolvimento do capitalismo monopolista traz como consequência a exclusão, nas atividades monopolistas de parcelas significativas da população, fazendo-as cada vez mais depender do Estado: daí as políticas de auxílio governamentais.

Como afirma O'Connor:

Os programas de bem-estar, de um ou de outro tipo, são financiados por fundos de verbas tributáveis recolhidas nos setores de melhores remunerações - monopolista e estatal - sendo tais fundos canalizados, direta ou indiretamente, para as mãos da população excedente e para os órgãos oficiais, os burocratas, os profissionais liberais e outros que administram os programas previdenciários. Em outras palavras, a renda real dos trabalhadores do setor monopolista é aumentada pela

socialização dos custos de investimento social e do consumo social e, logo, reduzida pela tributação e/ou inflação necessária ao financiamento das despesas sociais de produção tornadas indispensáveis exatamente pelo crescimento do setor monopolista."¹⁰

Nesse sentido, o orçamento estatal pode ser visto como um mecanismo complexo que redistribui rendas para trás e para frente, no seio da classe trabalhadora - tudo para manter a harmonia político-social, expandir a produtividade e acelerar a acumulação e a lucratividade do setor monopolista.

É só com o entendimento dessas questões, segundo O'Connor, que se pode entender a proliferação de programas sociais estatais, associado a dimensão política, ou seja, tanto vem para reprimir movimentos e grupos rebeldes (vide, por exemplo, o movimento dos negros nos Estados Unidos), como para cooptá-los ou "esfriá-los". Assim, tem duas dimensões: uma política, investindo nos setores excluídos da população e outra econômica, como parte do processo de acumulação de capital.

III - UMA VISÃO CRÍTICA NA PERSPECTIVA LIBERAL: F. Hayek

Se, de um lado, o "Welfare State" foi analisado e criticado por autores marxistas que, como vimos, formulam críticas pioneiras num momento de grande otimismo e expansão do capitalismo, por outro lado, há a crítica liberal, cujo representante mais importante é F. Hayek, em especial com sua obra "Os Fundamentos da Liberdade".

O livro é dividido em três partes: 1) O valor da liberdade; 2) A liberdade e a lei e 3) A liberdade do Estado Previdenciário. Há evidentemente uma lógica interna na sequência desses capítulos, no entanto, para fins do presente trabalho, nos interessa mais especificamente a 3ª parte, ou seja, a liberdade no Estado Previdenciário.

Para compreender o surgimento e ascensão do Estado Previdenciário, o autor faz algumas considerações iniciais sobre o declínio do socialismo, tratando especificamente do que ele chama de "fim do século do socialismo". Para ele o exemplo da URSS foi decisivo, mostrando seu fracasso e, ampliando a crítica, conclui afirmando que o marxismo tinha sido liquidado no mundo ocidental "pelo exemplo soviético". Embora a preocupação central do autor não seja um debate sobre o marxismo, tais considerações podem cair nas simplificações, atualizadas posteriormente com a desintegração do bloco soviético, de identificar marxismo com a experiência soviética. O mais curioso é que o fundamento que ele oferece para embasar essas afirmações é dizer que isso foi confirmado pelo exame da literatura de ... desencantados autores socialistas e dos debates que se observavam no interior dos partidos socialistas!

Feitas essas referências ele inicia propriamente as considerações em torno do Estado Previdenciário. A objeção básica do autor a esse tipo de Estado é a de que, por melhores e mais bem intencionadas que sejam essas políticas, significam uma ameaça à liberdade. E é exatamente em torno do princípio da liberdade que ele desenvolve seu raciocínio e suas críticas, quando coloca o primado da liberdade sobre a igualdade.

É a partir daí que ele critica não apenas os objetivos da ação governamental, como seus métodos de ação: na medida em que o Estado passa cada vez mais a intervir na vida dos cidadãos, sem que estes participem das decisões que lhes dizem respeito, esse Estado fere o princípio básico da liberdade, mesmo que essa intervenção se dê sob a justificativa da igualdade. E quanto mais se expande, quanto mais novas atividades previdenciárias são desenvolvidas pelo governo, maior restrição à liberdade, dado que, mesmo sendo apresentados como mera prestação de serviços, representam na verdade um exercício do poder coercitivo do governo, e sua realização depende do fato de o governo “outorgar a si mesmo direitos exclusivos em certos campos de atividades”.¹¹

No entendimento do autor, uma das ambições a que aspira o Estado Previdenciário é o fato de o governo usar seus poderes para assegurar uma distribuição mais justa dos bens da sociedade. Mas, ao fazer isso, o Estado usa seus poderes coercitivos a fim de garantir que determinados indivíduos recebam determinadas coisas e isso “exigirá” um tipo de discriminação e um tratamento desigual em relação aos indivíduos o que, segundo o autor, “é totalmente incompatível com a sociedade livre”¹². Ora, ao considerar o Estado dessa forma, o que está implícito é que o Estado Previdenciário teria como objetivo final a “justiça social” tornando-se, portanto, em distribuidor de rendas ... e assim sendo, tal Estado estará fadado a ... regredir ao socialismo (com seus métodos coercitivos e essencialmente arbitrários etc.). É um evidente equívoco: o Estado Previdenciário é um estado capitalista, que surge no contexto do capitalismo tardio¹³ e fica claro, desde suas origens até o início de sua crise nos anos 1970

que ele nunca teve por objetivo distribuir rendas e ser instrumento de igualdade social.

No essencial, a perspectiva do autor é a de que o Estado é um mal necessário. Isso não significa porém dizer que o Estado não possa intervir na vida pública. Pode, mas essa intervenção deve ser passageira e, acima de tudo, fundada em princípios contratuais claros e não devendo ser “inspirada” nos princípios da igualdade. O Estado pode fazer algo por aqueles que não tem o mínimo, mas essa ajuda deve ser passageira, dado que essas pessoas deveriam ter o mínimo sem precisar do Estado.

Essas críticas de Hayek contrasta com outras perspectivas, mesmo as que se inscrevem na ótica liberal, como é o caso da concepção do “Estado-Árbitro” que admite e justifica a intervenção do Estado, apresentando-o como árbitro neutro, acima das classes e grupos sociais. É através desse Estado que os desfavorecidos vão ser favorecidos ... pelo mercado. É importante salientar aqui que toda a teoria liberal do “bem-estar” está baseada no Mercado e no Consumo: é no mercado que os indivíduos devem satisfazer suas preferências, gostos etc e, claro, ampliar o consumo. Em princípio cabe ao Estado (re)estabelecer o equilíbrio social e econômico do mercado (portanto, dentro da lógica do capitalismo) para que todos possam retirar daí certas vantagens (sem, evidentemente, afetar as condições de seu funcionamento).

Para Hayek o Estado é injusto por três razões básicas:

a) Os métodos da ação governamental contrariam o princípio da liberdade individual é evidente, como ele demonstra em outros capítulos, que há setores da atividade governamental que são da maior

importância para a preservação do que ele chama de “sociedade livre”). A própria estabilidade econômica e a prevenção de depressões, por exemplo, dependem da ação governamental;

b) Mesmo quando o Estado faz prevalecer o princípio da escolha democrática, é injusto por fazê-lo em contraste com a liberdade individual;

c) Os mecanismos utilizados são compulsórios (exemplo: a taxa progressiva) e, portanto, injustos.

Um dos aspectos que chamam a atenção em suas análises é que, em vários momentos, há uma crítica exacerbada àqueles que se consideram “os dimúrgos do Estado de Bem-Estar” que são os “burocratas eficientes”. Para ele “não seria exagero dizer que a maior ameaça à liberdade, nos dias atuais, é representada pelos indivíduos mais necessários e mais poderosos do Estado moderno, ou seja, os hábeis administradores, preocupados exclusivamente com aquilo que se entendeu ser o bem público”¹⁴. Sua crítica é a de que isso leva conseqüentemente a uma maior centralização nas decisões do Estado que claramente é imposto aos cidadãos. Embora, conforme salienta, o Estado possa contar com a conivência desses “é em geral o planejamento autoritário que, visando à uniformidade, à eficiência governamental e à conveniência administrativa, apoia as tendências centralizantes e, para tanto, recebe o mais decisivo apoio dos mais pobres, interessados em obter recursos das regiões mais ricas”¹⁵.

A função primordial do Estado para Hayek deve ser a da prevenção da coerção e não ser o instrumento de coerção sobre os indivíduos. No fundamental suas críticas ao “Welfare State” são aquelas dirigidas ao

Estado em geral: um mal necessário, sendo que no caso específico do “Welfare State” nada o justifica, uma vez que isto contraria o princípio da liberdade individual.

Estas concepções de Hayek, que expõem com clareza o núcleo central da argumentação retomada posteriormente pelos chamados neoliberais estão presentes também em outro importante economista: Milton Friedman. No seu livro clássico “Capitalismo e Liberdade”¹⁶ Friedman apresenta como núcleo essencial a tese de que a liberdade individual é a finalidade de todas as organizações sociais. Nesse sentido qualquer intervenção que afete coercitivamente o livre exercício da vontade individual, deve ser rejeitada e combatida. O Estado, para Friedman, não deve intervir no mercado. Então, pode-se indagar: como inserir os programas sociais nessa perspectiva? Formulada e dirigida pelo Estado, vai se constituir numa ameaça aos interesses e liberdades individuais, amplia a presença do Estado através de uma extensa rede burocrática e principalmente vai inibir a atividade e a concorrência privada. Ao criticar os programas sociais públicos, tanto Friedman quanto Hayek, dão a base para os argumentos usados pela Nova Direita, ou seja, os neoliberais na sua luta contra o Estado. Para eles é o próprio Estado de “Bem-Estar Social”, ou seja, todo o sistema de políticas sociais, o responsável pelos males que aflingem a população desses países e também, por extensão, com a própria crise econômica, uma vez que o financiamento dos gastos públicos em programas sociais (habitação, saúde etc.) vai implicar, entre outras coisas, no crescimento do *déficit* público, a redução da poupança privada e aumento da inflação.

Evidente que uma análise mais substancial nesse sentido, implicaria em analisar as diferenças quanto ao padrão de financiamento dos gastos sociais, com suas especificidades históricas (e suas determinações estruturais e conjunturais), como mostra, entre outros, Esping-Andersen¹⁷, mas isso foge aos propósitos deste trabalho. No entanto, toquemos, mesmo que brevemente, em alguns pontos que, a nosso ver, ajudam a compreender o significado das políticas sociais dos governos neoliberais, que, de certa forma, retomam essas teses de Hayek (e Friedman) com os cortes nos gastos sociais e a desativação dos programas sociais públicos (além da “descentralização” e privatizações que só têm beneficiado os setores monopolistas do capital, como expressam com clareza os governos do México, Chile, Bolívia, Argentina, Venezuela e Brasil, para ficar nos exemplos mais próximos). Em primeiro lugar é necessário situar as diferenças em relação aos países capitalistas desenvolvidos. O “Welfare State” no capitalismo periférico possui um sistema produtivo que estimula a concentração de renda e socialmente excludente, como é o caso do Brasil, com uma sociedade civil heterogênea na composição e débil na sua organização, além de uma perversa estrutura de empregos e salários que torna mais fácil a implementação dessas políticas. Na essência, na América Latina, esse modelo é marcado pela subordinação das políticas sociais à econômica, assim como pela centralização política e exclusão da participação social nos processos decisórios.

Só assim é possível compreender os objetivos sociais proclamados e a realidade, ou seja, a diferença entre o que se diz e o que efetivamente é feito, qual seja, a

subordinação aos objetivos econômicos do Capital. Veja-se, por exemplo, as prolapadas necessidades de reformas do Estado, que, na essência, só beneficiam o Capital e programas sociais como o Programa Comunidade Solidária no Brasil e o Pacto da Solidariedade no México, recheados de belos discursos e pifeos resultados, servindo muito mais para ampliar o uso clientelístico da máquina estatal.

Alternativas a esse modelo, que possam gerar justiça social e redistribuição da riqueza existem, o problema consiste em viabilizá-los e para isso é necessário construir, não programas demagógicos de “solidariedade”, mas uma sociedade solidária, com governos efetivamente comprometidos com os excluídos e não com os interesses do capital.

BIBLIOGRAFIA

- BARAN P.; SWEEZY P. “Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana”, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- DRAIBE, Sonia M. “Política Social e Pobreza no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas”, mimeo. 1991.
- _____. “Welfare State no Brasil Características e Perspectivas” Revista Ciências Sociais, Hoje. Editora Vértice/Anpocs, 1989.
- _____. e Henriques W. “Welfare State: crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 6, n. 3, 1988.
- FALEIROS, Vicente; FRIDMAN, Milton. “Capitalismo e Liberdade”, São Paulo: Arte Nova, 1977.

- GOOBY, Peter Taylor. "Welfare, hierarquia e a Nova Direita na era Tacher", Revista Lua Nova, n. 24, setembro de 1991.
- HAYEK, F. "Os Fundamentos da Liberdade". Editora Universidade de Brasília, 1983.
- HABERMAS, J. "Problemas de legitimación en el capitalismo tardío" Buenos Aires: Amorrurtu Ed., 1975.
- NAVARRO, Vicente. "Welfare e 'Keinesianismo militarista' da era Reagan" Revista Lua Nova, n. 24, setembro de 1991.
- O'CONNOR, James "USA: A Crise do Estado Capitalista", Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro. "Referencial teórico para a análise da política social". In Ciências Sociais, Hoje, Editora Vértice/Anpocs, 1987.
- RUIN, Olof. "Desenvolvimento do modelo sueco. Revista Lua Nova, n. 24, setembro de 1991.
- SADER, Emir (org.) "Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais do Estado Democrático". Paz e Terra, 1995.
- SPINELLI, José Antonio. "Identidades e Contrastes na Análise do Estado de Bem-Estar Social". Vivência, Natal, v. 7, n.1, p. 187-214, jul/dez. 1993.
- WILENSKY, H. "The Welfare State and Equality". Berkeley, Univ. of California Press, 1975.
- militarista' na era Reagan": Revista Lua Nova, n. 24, set/1991; Olof Ruin "O Desenvolvimento do Modelo Sueco", Revista Lua Nova n. 24, set/1991 e Peter Taylor-Gooby "Welfare, Hierarquia e a 'Nova Direita' na Era Tacher", Revista Lua Nova, n. 24, setembro de 1991 e a coletânea de artigos organizadas por Emir Sader "Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais do Estado Democrático", Editora Paz e Terra, 1995. Draibe, Sonia M. "Política Social e Pobreza no Brasil: Diagnóstico e Perspectiva" mimeo., 1991.

2 Baran P. e Sweezy Paul. "Capitalismo Monopolista : Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana". Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966.

3 O'Connor, James. "USA : A Crise do Estado Capitalista ". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

4 Hayek, F. "Os Fundamentos da Liberdade", Editora Universidade de Brasília, 1983.

5 Para usar uma expressão Keinesiana.

6 Esses argumentos são mais fundamentados no livro "The Welfare State and Equality". Berkeley: Univ. of California Press, 1975.

7 Baran e Sweezy, *op. cit.* p. 156.

8 Ver nesse sentido Melo, Marcus André B. "Interesses, atores e a Construção Histórica da Agenda Social do Estado no Brasil(1930-1990)", in Ciências Sociais Hoje, Editora Vértice/Anpocs, 1991, em que analisa este aspecto, tendo como referência a realidade brasileira.

9 O'Connor, *op. cit.* p. 164.

10 Idem, p.167.

11 Hayek F., *op. cit.* p. 314.

12 Hayek F., *op. cit.* p. 315.

NOTAS

1 Há uma extensa bibliografia publicada sobre o tema. Ver nesse sentido o levantamento feito por Sonia Draibe e W. Henriques "Welfare State: crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional" in Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 6, v.3, 1988, afora esses destacaria ainda como bons trabalhos publicados no Brasil, o artigo da Sonia Draibe "Welfare State no Brasil: características e perspectivas" in Ciências Sociais Hoje, Vértice/Anpocs, 1989 e ainda os artigos de Vicente Navarro "Welfare e 'Keinesianismo

13 Ver nesse sentido, Habermas, Junger. "Problemas de legitimación en el capitalismo tardío" Buenos Aires: Amorrurto Ed., 1975.

14 Hayek, *op. cit.* p. 317.

15 Hayek, *op. cit.* p. 319.

16 Fridman, Milton "Capitalismo e Liberdade", São Paulo: Arte Nova, 1977.

17 Esping-Anderson, G. "*After the Golden Age: the future of the Welfare State in the New Global Order*", UNRISD, Genebra, 1994.

1. O poema no corpo da obra poética de Drummond

Em 1962, com a publicação da Antologia Poética, Carlos Drummond de Andrade propõe uma divisão de sua obra poética a partir de nove núcleos temáticos gerais. O autor não justifica tal critério de criação e agrupamento dos poemas pela finalidade, ou pelas fases que se observam no desenvolvimento de sua poesia. Também não determina limites absolutos, definitivos, no que, segundo suas palavras, "pretende ser uma arrumação", uma organização da produção poética, pois, levando-se em conta as semelhanças internas e a "composição", um poema pode ser simultaneamente em mais de um núcleo temático. (Drummond, 1962; nota introdutória).

Um exame desta divisão temática à luz da postura emitida pelo autor, e que sintetizamos acima, aliado ao conhecimento dos movimentos principais de sua vida, deixa mais ou menos claro que Drummond cuidou, predominantemente, ao elaborar os núcleos temáticos que estruturam a Antologia, de localizar, na obra poética já publicada, certas características, preocupações e tendências que a condicionam e definem em seu conjunto, refletindo não apenas o desenvolvimento de um percurso estilístico, mas sobretudo o desenvolvimento de uma subjetividade. É inegável o forte nexo existente entre a poesia de Drummond e os fatos que marcaram a sua vida.

Os núcleos temáticos propostos por Drummond são os seguintes, na descrição de Francisco Achear (1993):

1. "Um em todo retorcido";

2. "Uma provincia: esta" indivíduo com a sua tortura nasce constante em sua memória, que abandonado há muitos anos;

3. "A família que vive del": o despiido de sentimentalismos, a realidade de sua relação física é por a família, relação que se faz pelo corpo, emoções e imaginação;

4. "Cantar de amigos": elementos dos "cantores" ou medievais, o indivíduo busca as próximas como Manuel Bandeira, ou

Canção Amiga: metalinguagem e preocupação existencial em Drummond

Rosângela Maria Soares de Queirós*

temático que "Canção Amiga" se insere, ao lado de poemas como "Mãos Dadas", "Desaparecimento de Luisa Paro", "A Morte do Leitor" e "Sentimento do Mundo". Os temas explorados nesta seção são os da solidão do indivíduo nas cidades e o desejo de rompê-la, de se com os outros; a tristeza, e por diante da guerra e da perda gradual, simples - como se vê, por ex. "Lembrança do Mundo Antigo", integrante do mesmo núcleo temático. Finalmente, o desejo de preencher o "tempo de homem partidos". Achear define o "conhecimento por ele assinalado neste núcleo como sendo uma forma de conhecimento individual, do mundo, presente nos poemas compostos, não nos parece que "Canção Amiga" traduza esse amargor; há um po

* Professora do Departamento de Letras da UFPB - Campus II - Campina Grande

1. O poema no corpo da obra poética de Drummond

Em 1962, com a publicação da Antologia Poética, Carlos Drummond de Andrade propõe uma divisão de sua obra poética a partir de nove núcleos temáticos básicos. O autor não justifica tal critério de seleção e agrupamento dos poemas pela qualidade, ou pelas fases que se observam no desenvolvimento de sua poesia. Também não determina limites absolutos, definitivos, no que, segundo suas palavras, “pretende ser uma arrumação”, uma organização de sua produção poética, pois, levando-se em conta semelhanças internas e “a tônica da composição”, um poema pode inscrever-se simultaneamente em mais de um núcleo temático. (Drummond, 1962; nota introdutória).

Um exame desta divisão temática à luz da postura emitida pelo autor, e que sintetizamos acima, aliado ao conhecimento dos movimentos principais de sua vida, deixa mais ou menos claro que Drummond cuidou, predominantemente, ao elaborar os núcleos temáticos que estruturam a Antologia, de localizar, na obra poética já publicada, certas características, preocupações e tendências que a condicionam e definem em seu conjunto, refletindo não apenas o desenvolvimento de um percurso estilístico, mas sobretudo o desenvolvimento de uma subjetividade. É inegável o forte nexos existente entre a poesia de Drummond e os fatos que marcaram a sua vida.

Os núcleos temáticos propostos por Drummond são os seguintes, na descrição de Francisco Achar (1993):

1. “Um eu todo retorcido”: apresentação de um indivíduo complicado, torturado, fragmentado.

2. “Uma província: esta”: relação do indivíduo com a sua terra natal, presença constante em sua memória, apesar de tê-la abandonado há muitos anos.

3. “A família que me dei”: o indivíduo, despido de sentimentalismos, interroga da realidade de sua relação física e psíquica com a família, relação que se faz presente em seu corpo, emoções e imaginário.

4. “Cantar de amigos”: englobando elementos dos “cantores” ou “cantigas” medievais, o indivíduo homenageia figuras próximas como Manuel Bandeira, ou distantes, como Charles Chaplin.

5. “Na praça dos convites”: interação do poeta com os demais homens com os quais divide o espaço social, através do interesse daquele pelos dramas coletivos.

6. “Amar-amaro”: é neste núcleo temático que “Canção Amiga” se inscreve, ao lado de poemas como “Mãos Dadas”, “Desaparecimento de Luísa Porto”, “A Morte do Leiteiro” e “Sentimento do Mundo”. Entre os temas explorados nesta seção destacam-se o da solidão do indivíduo nas grandes cidades e o desejo de rompê-la, de relacionar-se com os outros; a tristeza, e perplexidade diante da guerra e da perda gradual de alegrias simples - como se vê, por exemplo, em “Lembrança do Mundo Antigo”, outro integrante do mesmo núcleo temático - e, finalmente, o desejo de plenitude num “tempo de homem partidos”. Conquanto Achar defina o “conhecimento amoroso” por ele assinalado neste núcleo temático, como sendo uma forma amarga de conhecimento individual, dos outros e do mundo, presente nos poemas que o compõem, não nos parece que “Canção Amiga” traduza esse amargor; há, segundo observamos, uma entrega do poeta, vazada

na doçura do tom de acalanto que domina o poema, tom temperado de tristeza resignada diante da indiferença dos homens, nos dias presentes, em relação à poesia.

7. “A poesia contemplada”: marcado por acentuado caráter metalinguístico, põe em relevo o ‘Quê’ e o ‘Como’ da poesia. O poeta reflete sobre o seu próprio trabalho de criação.

8. “Uma, duas argolinhas”: jogos de palavras, com essência poética, responsáveis por poemas de alto grau de complexidade, como “Áporo”.

9. “Tentativa de exploração e de interpretação do Estar-no-Mundo”: aqui, o indivíduo questiona-se quanto aos motivos e finalidades da existência, através de poemas como “No Meio do Caminho” e “Os Mortos de Sobrecasaca”.

2. O Poema em si

Incluído em *Novos Poemas* (1948), “Canção Amiga” é classificado por Drummond, como mencionamos, como integrante do núcleo temático “Amar-amaro”. O lançamento deste livro consolidava uma nova atitude estilística de Drummond, em gestação, segundo Teles (1978), desde o ano de 1945, após *A Rosa do Povo*. Assim sendo, a fase de preocupação social da qual fazem parte *Alguma Poesia* (1930), *Brejo das Almas* (1934), *Sentimento do Mundo* (1940) e *José* (1942), reveladora do poeta ‘solidário’, próximo de homens e coisas pela predominância de temas sociais e populares, dá lugar, gradativamente, a um novo procedimento estilístico. O poeta, agora, sente-se isolado em uma compreensão própria do mundo e sua linguagem,

mesclando diversas soluções estéticas na busca da expressão desse mundo íntimo, cresce em subjetividade e força imagística. A solidão avulta como a grande preocupação temática, enquanto que o desejo de interação e proximidade com outros indivíduos promove a gradual substituição da contiguidade metonímica, característica de atitude estilística anterior, pela transparência metafórica que se evidencia a partir de então.

Desta forma, se a princípio o poeta procura aproximar-se do homem, via poesia, enfocando-o como parte integrante de uma comunidade, membro de uma coletividade, a partir de *Novos Poemas* seu trabalho incidirá sobre o homem enquanto indivíduo, buscando-lhe a essência por baixo do rosto anônimo perdido na multidão e para além do jogo das aparências. *Claro Enigma* (1951), *Fazendeiro do Ar* (1954) e *Lição de Coisas* (1962) ilustram bem o novo momento do trabalho de criação de Drummond.

Em “Canção Amiga”, poema de palavras e estruturas sintáticas simples, a combinação entre a busca da essência do indivíduo e a experiência técnica de Drummond, revelada numa metalinguagem dotada de profundo nível de significação, emprestam ao poema uma transcendência que vai à sublimidade.

O resultado é um discurso terno, de entrega, um apelo proferido por um indivíduo a outros indivíduos, no sentido de um intercâmbio de sentimentos. Buscar, nos outros, essa correspondência equivale, numa cidade grande, a esbarrar com a indiferença de (quase) todos, e o poeta, buscando romper a camada de individualismo que o separa dos homens, e a eles entre si, é um ser anacrônico em meio à massa anônima absorpta em seus próprios problemas.

Enfocando um aspecto da solidão - o mais dramático, o do homem só em meio aos seus semelhantes - "Canção Amiga" é a tentativa que o poeta faz de extinguir ou atenuar esta solidão através da poesia, capaz de tocar o sentimento do outro, falando-lhe ao coração em linguagem próxima e compreensível.

Já no título do poema evidencia-se o chamamento do poeta: a própria poesia parece querer integrar-se ao domínio da música, por meio da Canção que, de caráter popular, pertence a todos e a todos permite a expansão do sentimento através de suas harmonias.

Os versos, em número de 19, estão divididos em 4 quartetos e 1 terceto e mantém um padrão de redondilha maior - 7 sílabas poéticas - denunciando o metro característico das canções populares, o mais usado, de regras de acentuação mais fáceis de serem seguidas (Goldstein, 1988:12), e que remonta ao período medieval. O poeta, por este expediente, unindo música e poesia, faz-se o menestrel ou jogral portador de uma mensagem, traduzida na Canção, cujo teor se patenteia a partir do título que, estilizado, remete o leitor a uma compreensão atual da expressão "Cantiga de Amigo", pertencente ao trovadorismo provençal e galego-português.

Metaforizado no trovador antigo, o poeta "caminha", indo de encontro aos homens. Tem como intento congregar em torno de sua mensagem, e, por extensão, de sua arte, o maior número possível dos que antes estavam envolvidos em suas atividades diárias, aliviando-lhes o peso da rotina pelo afastamento momentâneo da mesma, para a troca de sentimento e emoções veiculada pela poesia.

A "Arte", que no contexto identificamos à consciência técnica do poeta, concretizada na forma, aparece em função da mensagem, mas não a ela subordinada, ou subordinando-a. Estão, na verdade, consciência técnica e mensagem, unidas harmonicamente para maior beleza e profundidade do texto poético.

Dentro desta visão, o ritmo do poema é bem o do menestrel que caminha. Sua caminhada identifica-se aos espaços entre as estrofes que podem, por sua vez, ser compreendidas como as paradas fortuitas do trovador, aqui e ali, para cantar os seus versos. Os espaços entre as estrofes são, igualmente, intervalos de silêncio que simbolizam o trabalho do poeta - um caminhar duro e penoso, envolvendo a criação de novas palavras e o aperfeiçoamento de outras já existentes. Cada parada, ou se quisermos, cada estrofe, são o resultado, concretizado no texto poético, do esforço despendido neste caminhar.

Observe-se, entretanto, que a regularidade dos 4 versos por estrofe (mantida em obediência à estrutura das quadrinhas populares que o poeta recobra na "Canção"), num total de 16 versos, e manifesta da 1ª à 4ª estrofe, é quebrada na estrofe final, a 5ª, com 3 versos, separada e diferenciada da harmonia 4 x 4 precedente, como se fosse um apêndice a ela acrescentado. Mas é neste apêndice, aparentemente desarmônico, que se insere uma questão vital colocada como uma das propulsoras do Modernismo: a da subordinação do conteúdo do poema ao apuro formal.

A "arte pela arte" carece de sentido se sacrifica o teor de uma mensagem poética aos ditames acadêmicos.

Assim, a excrescente 5ª estrofe funciona como o “fecho de ouro” de “Canção Amiga” que o poeta, a seu modo, toma emprestado a Bilac. Um verso a mais, completando o quarteto, poderia atenuar a força da antítese final, “acordar os homens e adormecer as crianças”, que resume, neste metapoema de Drummond, a própria essência e finalidade da poesia. (Teles, 1978).

Um outro elemento estilístico presente no poema chama a atenção do observador, inclusive pela constância com que aparece em toda a produção poética de Drummond: a repetição. Funcionando, de acordo com Teles (1976), como uma bem sucedida forma de ampliação temática, a repetição tem como objetivo “ativar a imaginação e levar o leitor a prolongar em si aquele instante do ato criador em que o esforço da intuição e da inteligência pressiona o material linguístico, amoldando-o ao individualismo da fala ou do estilo”. (p. 47).

Em “Canção Amiga”, a repetição ocorre sob a roupagem de outro procedimento estilístico tomado ao trovadorismo: o paralelismo. Constituindo em elemento marcador do ritmo e intensificador da força poética de determinados vocábulos e sintagmas pela repetição dos mesmos, a intervalos, o paralelismo empresta, segundo Aubrey F. G. Bel (apud Teles, 1976:47), à lírica trovadoresca, e, dentro desta, em especial às cantigas de amigo, o caráter de originalidade e espontaneidade que observamos em “Canção Amiga”. O emprego que o poeta faz deste recurso expressivo expande, metalingüisticamente, a significação do termo, que passa a abarcar o ritmo do trabalho criador do poeta ao longo de sua vida, ou ainda, no tempo. Este movimento aparece no poema da seguinte forma: o

silêncio, equivalendo ao trabalho de criação (o espaço entre as estrofes), alterna-se ao som (as estrofes) que é a própria voz do poeta.

A constância desse ritmo é dada pela repetição do 1º verso na 1ª e última estrofes - “Eu preparo uma canção”, ocorrência de paralelismo que caracteriza a canção medieval “redonda” e da qual o poeta se utiliza para reafirmar a continuidade do seu trabalho.

Em que pese a menção ao passado, o trovador de “Canção Amiga” é um poeta do presente. O próprio Drummond define o tempo, os homens e a vida presentes como a sua matéria. O presente, portanto, é o tempo verbal dominante no poema, nos modos Indicativo e Subjuntivo. Tal procedimento é sugestivo: o presente é, por excelência, o tempo da ação, do mundo comentado, e que reforça o caráter apelativo do poema e o desejo, por parte do poeta, da efetividade desse apelo.

Iniciadas por verbos no Presente do Indicativo - “preparo”/”caminho”/”distribuo”/”preparo” -, a 1ª, 2ª, 3ª e 5ª estrofes marcam a seqüência do trabalho do poeta, dentro do ritmo já definido: preparar uma canção e caminhar distribuindo com todos o segredo de sua interioridade, contido nos versos que representam, numa palavra, sua vida. A síntese do trabalho do poeta expressa-se então pelos verbos que iniciam as estrofes, na forma de acróstico:

1. Eu preparo (uma canção)
2. Caminho
3. Distribuo
4. (Minha vida)
5. Eu preparo (uma canção)... ..

Por esta síntese, o poeta deixa claro que sua poética se confunde com a sua própria vida. Note-se, novamente, a presença

de um elemento aparentemente desarmônico - o sintagma nominal que inicia a estrofe 4, “Minha Vida” - contendo a carga semântica decisiva para a compreensão da mensagem.

Os demais verbos no Presente do Indicativo: “passa/vêm/vejo/saúdo” (2ª estrofe); “ama/sorri/procuram” (3ª estrofe); e “formam”, na 4ª estrofe, reforçam por seu caráter transitivo, a idéia de ação dirigida a um fim determinado: o contato entre indivíduos solitários, no que são secundados pelos verbos que aparecem no Presente do Subjuntivo: “reconhecer/falar” (1ª estrofe) e “fazer” (5ª estrofe). Estes verbos, recobrando um tom próximo do Imperativo, pela forma em que aparecem no poema, característico do discurso revestido de autoridade, sugerem ser dever da poesia permitir ao homem, por mais simples que ele seja, reconhecer-se, encontrar-se nela, transfundindo em sua mensagem, eloqüente como a dos olhos, que independe da verbalização, emoções contidas no seu íntimo.

Nos versos 15 e 16,

*Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas*

o uso do Pretérito Perfeito nos verbos “aprender” e “tornar”, expressando a referência a atitudes iniciadas e concluídas no passado sugerem que o fazer poético, conquanto importante, é fator integrante da efetividade da mensagem poética e não um fim em si. Seu objetivo é o de enriquecer a expressividade do poema.

Nos versos 13 e 14,

*Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante*

a metalinguagem define o seu objeto, que, de resto, é o da própria poesia: a experiência humana é tesouro comum a todos no campo do sentimento e o poeta se faz, pela poesia, o artífice da união entre os homens, através da troca de experiências comuns.

Mas, estando situado no presente, o poeta, ao contrário dos tranquilos burgos medievais, encontra a fria impessoalidade da cidade grande. O ritmo alucinante da vida atual não permite a quebra da rotina diária com a reunião de pessoas em torno de uma canção. O poeta, anônimo, misturado à multidão, caminha por “uma rua que passa em muitos países”.

Referir-se-á ele à diversidade de nacionalidades expressas pelas pessoas que se cruzam a todo momento nas ruas de uma grande cidade, aos anúncios, luminosos e letreiros, de procedência brasileira e estrangeira, presentes na mesma situação, ou à influência de outras poéticas na sua própria?

Qualquer que seja a resposta, nos versos 5 e 6,

*Caminho por uma rua
que passa em muitos países.*

o poeta reafirma o seu desejo de aproximação com os outros indivíduos por meio da poesia que, não tendo fronteiras, atinge a todos indiscriminadamente em qualquer tempo e lugar.

A indiferença dos homens, nos versos 7 e 8,

*Se não me vêem, eu vejo
e saúdo velhos amigos.*

o entristece, mas não o revolta. Escreverá ou contará, algumas vezes, para velhos amigos,

próximos ou distantes. No primeiro caso, terá a compensação de um reconhecimento que não tem por parte dos demais homens. No segundo caso, ele, como homem comum, agradecerá, por sua vez, aos que usaram de sua arte para que ele, poeta, também se encontrasse na poesia de outros.

A 5ª e última estrofe, enfim, revela a meta que o poeta traça para si, razão de todo o esforço despendido no trabalho criador: unir os homens pelo sentimento através da poesia, traduzida, no poema, em uma canção de paz, moldada para “acordar os homens e adormecer as crianças”.

3. BIBLIOGRAFIA

ACHCAR, F. **A Rosa do Povo e Claro Enigma: roteiro de leitura.** São Paulo: Ática, 1993 (Princípios).

ANDRADE, C.D. de. **Antologia Poética.** 13 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____. **Reunião.** 10 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

GOLDSTEIN, N. **Análise do Poema.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Versos, sons e ritmos.** São Paulo: Ática, 1993 (Princípios).

TELES, G.M. (Seleção de textos e comentários). **Drummond: seleta em prosa e verso.** 5 ed., Rio: José Olympio, 1978.

_____. **Drummond: a estilística da repetição.** 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

CANÇÃO AMIGA

Carlos Drummond de Andrade

*Eu preparo uma canção
em que minha mãe se reconheça
todas as mães se reconheçam,
e que fale como dois olhos.*

*Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me vêem, eu vejo
e saúdo velhos tempos.*

*Eu distribuo um segredo
como quem ama ou sorri.
No jeito mais natural
dois carinhos se procuram.*

*Minha vida, nossas vidas
formam um só diamante.
Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.*

*Eu preparo uma canção
que faça acordar os homens
e adormecer as crianças.*

A indústria cinematográfica, como qualquer indústria, busca sempre o lucro e isto envolve a procura de inovações que renovem o seu produto e atraiam o interesse do público. Desta forma, é natural que novas tecnologias sejam somadas às já existentes ou sobreponham-se a estas com o passar do tempo. O exemplo aqui é um desenvolvimento tecnológico não tão recente, mas muito discutido: o processo de colorização de filmes. Como qualquer inovação, este processo provocou muita controvérsia introduzindo novos desafios à discussão teórica e prática.

A Cor do Dinheiro - sobre a colorização de filmes

A colorização de filmes é um processo computadorizado através do qual filmes produzidos originalmente em preto-e-branco são colorizados. Este processo é realizado principalmente por duas companhias: Colorization Inc. - que inventou o processo em 1983 - situada em Toronto, Canadá; e Color Systems Technology (CST), localizada na Califórnia, USA. O processo consiste das seguintes fases: (1) obter a melhor cópia do original em preto-e-branco; (2) transferir a cópia para o vídeo e "loop-la"; (3) destacar cada primeira *frame* de cada sequência com a ajuda de um *scanner* eletrônico o qual será colorizado pelo técnico usando-se uma técnica de *microchip*; (4) o computador segue o exemplo de colorização estabelecida em cada *frame* e coloriza o restante do filme¹.

Desde 1983, quando Colorization Inc. inventou este novo processo, a companhia tem desenvolvido e aperfeiçoado o sistema na intenção de obter melhor qualidade e maiores lucros. Apenas a primeira casa do

colorizada e foram precisos dois meses para colorizar o restante do filme. Colorization Inc. ganhou US\$390.000,00 em um ano com a venda de 250.000 cópias de *Topper* para as lojas de vídeo e para as empresas de novos investimentos. O custo foi de US\$1.000.000,00 e o lucro foi de US\$44.860,000. Para a produção, e consequentemente para a Colorization Inc. foram necessários empregados de 40 para 400 em um ano. O custo médio por hora de produção é de US\$10 milhões em 1987. O custo médio por hora de produção é de US\$10 milhões em 1987.

responsáveis pelo processo de colorização de filmes são Maria Helena Braga e Vaz da Costa*

US\$ 10 milhões em 1987. O que se faz para investir tanto nesta nova tecnologia?

Colorization Inc. e Color Systems Technology chamam a atenção para a preferência da audiência por filmes colorizados. Estas companhias afirmam que uma considerável parte dos espectadores mais interessados em assistir a filmes em preto-e-branco numa época em que os filmes "apocalípticos" são a moda, são as companhias se referem à audiência que cresceu assistindo a filmes na televisão. No entanto, o modo de assistir a filmes em preto-e-branco talvez devido à ausência de cor, mas estes últimos não são apresentados numa realidade distante da realidade atual.

* Arquiteta (UFPE), Mestre em Estudos de Mídia (University of Sussex - Inglaterra) e Pesquisadora-Bolsista CNPq (DCR) da Unidade Interdisciplinar de Estudos sobre a Habitação e o Espaço Construído - DGE - UFRN.

A indústria cinematográfica, como qualquer indústria, busca sempre o lucro e isto envolve a procura de inovações que renovem o seu produto e atraiam o interesse do público. Desta forma, é natural que novas tecnologias sejam somadas às já existentes ou sobreponham-se a estas com o passar do tempo. O exemplo aqui é um desenvolvimento tecnológico não tão recente, mas muito discutido: o processo de colorização de filmes. Como qualquer inovação, este processo provocou muita controvérsia introduzindo novos desafios à discussão teórica sobre o cinema.

A colorização é um processo computadorizado através do qual filmes produzidos originalmente em preto-e-branco são coloridos. Este processo é realizado principalmente por duas companhias: Colorization Inc. - que inventou o processo em 1983 - situada em Toronto, Canadá; e Color Systems Technology (CST), localizada na Califórnia, USA. O processo consiste das seguintes fases: (1) achar a melhor cópia do original em preto-e-branco; (2) transferir a cópia para o vídeo e "limpá-la"; (3) destacar cada primeiro *frame* de cada sequência com a ajuda de um *scanner* eletrônico o qual será colorizado pelo técnico usando-se uma técnica de *microchip*; (4) o computador segue o exemplo de coloração estabelecida em cada *frame* e coloriza o restante do filme¹.

Desde 1983, quando Colorization Inc. inventou este novo processo, a companhia tem desenvolvido e aperfeiçoado o sistema na intenção de obter melhor qualidade e maiores lucros. Apenas a primeira cena do filme *Topper* (*Topper e o Casal do Outro Mundo*, Norman McLeod, 1937), por exemplo, levou dois meses para ser

colorizada e foram precisos dois anos para colorizar o restante do filme. Colorization Inc. ganhou US\$900.000,00 em menos de um ano com a venda das cópias colorizadas de *Topper* para as companhias produtoras de vídeo e para as empresas de televisão. Com novos investimentos a companhia reduziu custos e compensou o capital perdido durante o ano de 1984 (US\$116.526,00) e 1986 (US\$44.860,00). Para reduzir o tempo de produção, e conseqüentemente o seu custo, *Colorization Inc.* aumentou o número de empregados de 40 para 400 em 1987. Os custos caíram 75% no período de 1983 a 1987. O custo total para a colorização de um filme é estimado em nada menos que US\$250.000,00. As duas companhias responsáveis pelo processo investiram grandes somas de dinheiro, algo em torno de US\$ 10 milhões até 1987. O que as faz investir tanto nesta nova tecnologia?

Colorization Inc. e *Color Systems Technology* chamam a atenção para a preferência da audiência por filmes coloridos. Estas companhias explicam que uma considerável parte dos espectadores não está mais interessada em assistir a filmes em preto-e-branco numa época em que efeitos especiais "apocalípticos" são a norma. As companhias se referem à audiência jovem, que cresceu assistindo a filmes a cores na televisão. No entanto, o motivo de esta audiência preferir os filmes coloridos aos filmes em preto-e-branco talvez não seja devido à ausência de cor, mas seja porque estes últimos não são atrativos por apresentarem uma realidade diferente, distante daquele público. Os interessados na promoção do processo argumentam que a colorização é uma maneira de dar um *new look*, de modernizar, enfim, o filme antigo e

compatibilizá-lo com os padrões atuais de qualidade; além do que os filmes colorizados representam um aumento de opção para o mercado da televisão e do vídeo. É sabido que estes mercados lucrativos dependem mais dos filmes coloridos do que dos preto-e-branco. Sendo assim, esta inovação tecnológica acabará por obter grandes lucros através de filmes antigos, hoje nas prateleiras, a um custo mínimo se comparado ao custo de produção de um novo filme.

Não é intenção aqui discutir se as cores nos filmes colorizados têm ou não qualidade, pois, se ainda não têm, certamente a terão em um futuro próximo. Esta é apenas uma questão de aperfeiçoamento técnico, etapa pela qual passaram tantos outros desenvolvimentos ao longo da existência do cinema. Pretende-se aqui, no entanto, apresentar e discutir algumas idéias e críticas ao processo de colorização enquanto propulsor de controvertidos debates sobre as relações cinema-entretenimento e cinema-arte.

Existem diferentes opiniões em relação ao processo de colorização. As favoráveis atestam que este processo não é apenas lucrativo, mas também é uma forma de dar aos velhos filmes um "ar" contemporâneo e expô-los a uma nova audiência³. Por outro lado, existe a preocupação de alguns com a integridade do trabalho original. Para estes, a escolha do preto-e-branco foi, e ainda é, uma opção particular, artística e estética, e não um fator circunstancial. Quando filmes como *The Grapes of Wrath* (**As Vinhas da Ira**, John Ford, 1940), *A Place in the Sun* (**Um Lugar ao Sol**, George Stevens, 1951), *Manhattan* (**Manhattan**, Woody Allen, 1979) ou *The Elephant Man* (**O Homem Elefante**, David Lynch, 1980) foram produzidos, a cor já era

uma constante em filmes, e, no entanto, a escolha foi pelo preto-e-branco. Colorizar um filme é "brincar" com a intenção genuína do artista, dizem alguns. Woody Allen, em entrevista, disse que "...todos os artistas criativos deveriam reconhecer que a colorização não é apenas um insulto, uma afronta aos diretores, mas ao filme como expressão artística."⁴ Outro argumento contrário ao processo é que, no futuro, com a colorização generalizada dos filmes preto-e-brancos, as versões originais do filme desaparecerão das televisões e consequentemente do domínio público. Em contrapartida, já que uma nova cópia do filme original tem que ser produzida antes do início do processo de colorização, argumenta-se que isto ajuda à preservação de muitos filmes fadados ao envelhecimento e desaparecimento.

O processo de colorização é baseado e respaldado em uma pesquisa cuidadosa para estabelecer os "autênticos valores da cor". O Departamento de Pesquisa da CST, por exemplo, é responsável pelo desafio de descobrir a cor original do cabelo, olhos, figurino dos atores, etc., na época das filmagens. Eles procuram, com isso, obter autenticidade e agem como verdadeiros diretores de fotografia. Por isto, eles não se consideram técnicos, mas artistas⁵. Brian Holmes, o diretor dos serviços criativos da *Colorization Inc.*, diz que o processo "...não é feito por computadores, mas com computadores."⁶

No entanto, antigas produções em preto-e-branco eram caracterizadas pelos efeitos de contraste, tonalidade, luz e sombra. Nas filmagens, o diretor se mantinha atento aos efeitos que cada cor - existente no cenário, figurino etc. - exerceria quando fotografada em preto-e-branco. As cores

eram então escolhidas neste sentido. Desta feita, quando da colorização, o que será restituído serão unicamente as cores que foram **escolhidas** de acordo com os contrastes que estas produziriam enquanto fotografadas em preto-e-branco. Esta escolha poderia ter sido completamente distinta se a intenção fosse a produção de um filme colorido. Pensando nisto é que a *Colorization Inc.* atenta para o fato de que a colorização deve ser feita com atenção ao controle estético, considerando a relação texto/fotografia, e os valores filmicos, para que o filme como um todo não seja comprometido. Ao contrário da CST, *Colorization Inc.* dita as cores a serem introduzidas no filme de acordo com os valores estéticos e *up-dated look*, e não de acordo com as cores reais presentes no trabalho original.

Há aqueles que dizem que, com a colorização, o filme torna-se mais realista, aproximando-se do mundo real. O espectador, por sua vez, não está interessado se a cor do vestido da protagonista é preto ou marrom, mas nos elementos narracionais. Se a cor do vestido tem importância para a narrativa, os códigos narracionais, mesmo fotografados em preto-e-branco, podem perfeitamente representar esta importância⁷. O realismo da imagem não é, em momento algum, colocado em questão por causa da “ausência” da cor.

David Lynch diz que os filmes produzidos em preto-e-branco fazem o espectador “...olhá-lo com mais atenção; ele é sonho, não realidade.”⁸ Não me parece que a relação cor-realismo seja um fator pertinente à discussão. O processo de colorização não foi motivado pela tendência realista nem é resultante desta. O principal fator é atender ao mercado televisivo e de

vídeo. A colorização é, notoriamente, sustentada pelo fator econômico e não pelas contribuições que, por ventura, esta poderia dar ao processo de criação e produção de filmes. Como o custo da colorização é muito menor do que o de produção de um novo filme, por que não utilizar um produto já finalizado? Isto abre novas oportunidades de lucros, praticamente imediatos e seguros, especialmente quando apenas duas empresas exercem o controle do mercado. O grande interesse colocado neste processo não quer dizer que os filmes coloridos são necessariamente melhores, mais bonitos ou mais realistas, mas que este novo processo representa o ganho de uma clientela, e de muito dinheiro.

Não importa se os interessados na colorização de filmes visem ao lucro ou que os contrários ao processo atestem sobre o desrespeito para com o trabalho artístico. A tendência destes debates é deixar que a audiência decida. Desta feita, parece-me que a decisão será a favor da utilização do processo. O pressuposto de que a audiência não gosta de filmes em preto-e-branco não é, pois, um fator determinante. Aqueles mais conscientes da importância do filme como arte talvez optem pelo original. Fica claro, no entanto, que o principal fator determinante na implementação do processo de colorização é o econômico. A indústria cinematográfica opera em um mercado que está constantemente em mutação. O valor comercial desta nova opção de consumo é a melhor explicação para o grande investimento tecnológico e econômico.

As controvérsias, no campo teórico, quanto à colorização de filmes permanecem. Alguns a consideram um desenvolvimento que, indubitavelmente, traz novas

oportunidades de lucros para a indústria. Outros, ao contrário, entendem-na como um insulto ao trabalho original do artista. Talvez um melhor uso para este sistema - e menos controverso - seja a restauração de antigos filmes coloridos. Qualquer que seja a solução, a intenção aqui é sugerir que a ocorrência da colorização tem que ser explicada e analisada sob a luz de uma conjunção de fatores interligados. Enquanto se argumenta que o fator econômico é o de maior peso neste caso, é somente possível chegar a esta conclusão diante da análise prévia dos fatores ideológicos, tecnológicos e econômicos que motivaram o seu desenvolvimento. Em outras palavras, a importância de um novo desenvolvimento na área do cinema - seja ele tecnológico, estético etc. - não deve ser medido pela quantidade de debates e controvérsias que provoca. É fundamental, antes de tudo, aceitá-lo como fato concreto. Verificar as condições que mais favoreceram o seu desenvolvimento é contribuir para um melhor entendimento da história de sua produção e utilização e sua importância para o desenvolvimento do cinema em geral. A partir disso, teorizar sobre tal matéria torna-se mais fácil.

NOTAS

1 Ver Sheridan, M. "Black and White in Living Color." *Canadian Business*, v.60, 57-62, fevereiro de 1987.

2 Sheridan, M., "Black and White..., 1987.

3 Acland, C.R. "Tampering With the Inventory: Colorization and Popular Histories." *Wide Angle*, v.12 n.2, 13-20, abril de 1990.

4 Citado em Linfield, S. "The Color of Money". *American Film*, v.12 n.4, 29-35, 1987, p.32.

5 Linfield, S. "The Color of..., 1987; Sheridan, M. "Black and White in Living Color." *Canadian Business*, v.60, 57-62, fevereiro de 1987.

6 Citado em Linfield, S. "The Color of..., 1987, p.32.

7 Um exemplo é o filme *Jezebel*. "Em *Jezebel* (William Wyler, 1938), um filme preto-e-branco, Julie (Bette Davis) chega ao baile em um vestido vermelho que fora proibida de usar. O vestido é fotografado como sendo diferente do branco, e o branco era a cor que Julie deveria estar usando. Este ato de rebeldia é tão efetivo hoje, quando filmes em cores são a norma, quanto o foi em 1938 quando filmes coloridos eram a exceção." Dick, B. F. *Anatomy of Film*, Nova York: St. Martins Press, 1990, p.73.

8 Citado em Linfield, S. "The Color of..., 1987, p.32.

Quando se considera cultura como um produto de natureza essencialmente conservadora, enfatiza-se o caráter de permanência (até enquanto estágio anterior condicionante de um ulterior desenvolvimento) que essa cultura expressa à espécie humana. Obviamente, esta é a moldura que aglutina as reflexões sobre o que seria e como se constitui a cultura pública na sociedade humana atual, ainda que o termo "público" seja relacionado a conceitos tão imprecisos, como faz Habermas.

É deste autor, aliás, a reconstrução histórica que, iniciando-se no modelo de esfera pública helênica (como também o faz Hanna Arendt), serve de base para uma melhor compreensão do público, do privado e do massivo em seus usos e significações contemporâneas. Para Habermas, o público, que tinha fundamentos fortes na Antiguidade Clássica e que, na Idade Média, não apresentava contraposição com o privado, hoje se dilui: "enquanto sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força". O surgimento do Estado como poder público, a sociedade civil separada dele como contraposição entre público e privado, a nação como prolongamento da base, a comunicação midiática expõem o latido à luz forte do público: todo isso está na gênese desse enfraquecimento.

Arendt também desvenda uma

a nação desempenha o papel de família sobre-humanas". Segundo partir da Idade Média: "a vida de todas as atividades humanas se torna privada e o afazeres da vida humana seguem o modelo de profundas repartições entre os profissionais que vivem em suas próprias cidades". A esse conceito de "bem comum" dos indivíduos privados e comunitários e espirituais em conexão corroboram as colocações de Habermas e as de Richard Sennet, que identifica o fim da



Oposição e Analogia entre o Público e as Massas

Josimey Costa da Silva*

conhecimento da sociedade, mas também o espaço de ação política, a qual só se dá na esfera pública. O jornalismo que se faz hoje, exemplifica o autor, é "compulsivamente personalista". O resultado: um "trabalho secular e capitalista", a interioridade e marcada por incivilizado.

A Cultur

As expressões "cultura", "cultura erudita", "cultura literária" não apenas para designar um modo de vida - o conjunto de saberes e humanidades clássicas e ao gosto literário, como também para designar a variedade e multiplicidade de atribuídos ao próprio termo. Nesse caso, ele é utilizado para

* Professora da disciplina Comunicação Cinematográfica do Departamento de Comunicação Social da UFRN e aluna do Mestrado em Ciências Sociais.

A Cultura Pública

Quando se considera cultura como um produto de natureza essencialmente conservadora, enfatiza-se o caráter de permanência (até enquanto estágio anterior condicionante de um ulterior desenvolvimento) que essa cultura empresta à espécie humana. Obviamente, esta é a moldura que aglutina as reflexões sobre o que seria e como se constitui a cultura pública na sociedade humana atual, ainda que o termo “*público*”, “*esfera pública*”, e outros correlacionados tenham assumido conotações tão imprecisas, como faz ver Jürgen Habermas.

É deste autor, aliás, a reconstrução histórica que, iniciando-se no modelo de esfera pública helênica (como também o faz Hanna Arendt), serve de base para uma melhor compreensão do público, do privado e do massivo em seus usos e significações contemporâneos. Para Habermas, o público, que tinha fundamentos fortes na Antiguidade Clássica e que, na Idade Média, não apresentava contraposição com o privado, hoje se dilui: “*enquanto sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força*”. O surgimento do Estado como poder público, a sociedade civil separada dele como contraposição entre público e privado, a nação como prolongamento da casa, a comunicação midiática expondo o íntimo à luz forte do público: tudo isso está na gênese desse enfraquecimento.

Arendt também desvenda uma decadência da esfera pública, transformada numa esfera muito restrita de governo, onde

a nação desempenha o papel de uma “*única família sobre-humana*”. Segundo a autora, a partir da Idade Média, “*a transferência de todas as atividades humanas para a esfera privada e o ajustamento de todas as relações humanas segundo o molde familiar teve profundas repercussões nas organizações profissionais especificamente medievais nas próprias cidades*”, o que redundou no conceito de “*bem comum*” como sendo o de indivíduos privados com interesses materiais e espirituais em comum. Tal posição corrobora as colocações de Habermas e as de Richard Sennet, que identifica o fim da crença na vida pública com uma escalada da cultura burguesa no séc. XIX. E ele vai mais além, afirmando que os “*mídia*” elevaram o conhecimento das pessoas do que transpira na sociedade, mas inibiram a sua capacidade de ação política, a qual só se dá na esfera pública. O jornalismo que se faz hoje, exemplifica o autor, é “*compulsivamente personalista*”. O resultado: uma “*cultura urbana, secular e capitalista*”, voltada para a interioridade e marcada pelo carisma incivilizado.

A Cultura de Elite

As expressões “*cultura de elite*”, “*cultura erudita*”, “*cultura ilustrada*” servem não apenas para designar um mesmo objeto - o conjunto de saberes centrados nas humanidades clássicas e no gosto artístico-literário, como também para demonstrar a inexatidão e multiplicidade de significados atribuídos ao próprio termo cultura. Neste caso, ele é utilizado para nomear o domínio de códigos linguísticos, de padrões-modelos sociais em contraposição ao não-domínio

(culto/inculto). A chamada “cultura de elite”, então, constituiria um sistema de natureza normativo-aristocratizante, como coloca Edgar Morin, na medida em que dota e é dotado de sentido, em que, estabelece uma identidade, uma permanência e uma organização social aos seus beneficiários.

E. P. Thompson identifica uma “cultura plebéia” como autonomizada a partir de um conflito com a “cultura educada” das classes dominantes, e que aquela, de natureza oral, ritual e simbólica, é fundada no costume e na tradição, é conservadora e muito específica de sua classe. Ora, essa característica de conservadorismo também é encontrada por Morin na cultura ilustrada, no sentido em que é passada aos filhos das famílias das elites dominantes enquanto um sistema que tende a perdurar-se. Ao mesmo tempo, no momento em que opera uma dialética comunicante, é portadora de um conflito interno, assim traduzido por Morin:

“Assim, pode-se polarizar, por um lado, um fenômeno enzimático, evolucionante-revolucionante, que é o da relação existencial, da pesquisa da verdade, do ser, do êxtase, e também o da negatividade e da criatividade (duas faces do mesmo fenômeno). Por outro lado, pode-se polarizar um fenômeno majoritário, no qual operam as apropriações, o uso social do código (prestígio, posição social, aristocratismo, etc.)”

A cultura erudita guarda outras semelhanças com a popular: a busca da verdade ontológica nas fontes arcaicas do sonho, da infância, e no gozo estético da forma, bem como o encontro do símbolo e o ritmo.

A verdadeira oposição cultural da contemporaneidade, por conseguinte, parece estabelecer-se entre a cultura erudita e a cultura de massas.

A Cultura de Massas

As massas, na acepção correntemente utilizada, surgiram, histórica e sociologicamente, a partir do estabelecimento da democratização política e da industrialização técnica na Europa em torno dos anos 20. Ortega y Gasset menciona o sindicalismo e o fascismo como presentes no cerne do processo de surgimento dessas massas. Teixeira Coelho, um autor da área de Comunicação Social, identifica o surgimento das massas com uma cultura característica das sociedades massificadas, marcadas pelas relações de caráter impessoal, fragmentário e indiferente: a cultura de massas. Essa cultura está determinada, em seu nascedouro, pela Revolução Industrial, pelo capitalismo liberal, pela economia de mercado e pela sociedade de consumo. E é esta a palavra-chave: consumo.

A partir da terceira década do séc. XX, “quando o poder de penetração dos meios de comunicação se torna praticamente irrefreável” (Teixeira Coelho), quando o consumo passa a caracterizar a estruturação do econômico a partir da instalação de um capitalismo não mais liberal, mas de organização ou monopolista, estão criadas as condições para uma efetiva sociedade de consumo, cimentada por veículos de comunicação de massa como a TV. Daí, a partir de uma produção cada vez mais massiva e de uma necessidade a ser estabelecida para que haja consumo - ou seja, da criação de demanda - expõem-se cada vez

maiores contingentes da população aos meios, na busca de uma sempre crescente homogeneização de padrões de comportamento facilitadora do consumo em larga escala.

Nesse contexto, também a cultura (entendida aqui enquanto conjunto de manifestações de valores espirituais e materiais indicativos dos saberes de determinado grupo social) passa a ser produzida em escala industrial, dando lugar a um tipo específico de indústria, inexistente até então: a indústria cultural. O termo foi cunhado pelos teóricos da Escola de Frankfurt, exatamente em substituição ao termo “*cultura de massa*”, a partir da suposição de que esse tipo de cultura não existe. Afinal, não é a massa que a produz. Haveria, portanto, uma cultura para a massa. Pois essa cultura, produzida a partir das indústrias de folhetins, do teatro de revista, do mercado fonográfico, dos espetáculos de cinema e de TV, da banalização da vida nas páginas de jornal, hoje caracteriza a sociedade de massa. Para Adorno e Horkheimer, essa indústria desempenha as funções de um Estado fascista, e está “*na base do totalitarismo moderno ao promover a alienação do homem*” (Teixeira Coelho)

Jean Baudrillard fala sobre uma perda de sentido como fenômeno basilar da sociedade massificada. A produção do sentido ocorrida a partir da Revolução industrial passa, obrigatoriamente, pelos Meios de Comunicação de Massa, único código discursivo legítimo e legitimador da sociedade contemporânea, no dizer de Adriano Duarte Rodrigues, outro teórico da Comunicação. Ora, a produção em massa do sentido, decorrente da globalização cultural/ideológica ensejada pelos meios massivos de

comunicação pode efetivamente ser disseminada de modo a anular o próprio sentido. A redundância excessiva elimina o representado, leva à perda da sua identidade. Se tudo faz sentido, nada faz sentido. É a banalização, a desvalorização extrema pela saturação.

Contribuindo fortemente para o delineamento desse quadro, está o bombardeamento de informações que hoje sofre o indivíduo, exposto por Baudrillard e apontado por Edgar Morin como fator responsável pela miséria informacional característica das nossas sociedades. Baudrillard cita Marshall McLuhan e sua famosa asserção “*o meio é a mensagem*”. O tipo de informação veiculada pelos Meios de Comunicação de Massa não informa, realmente. Todos os dados são descontextualizados, amalgamados numa massa informe, sem ligações lógicas, apenas simbólicas - e isso com base na ideologia da sociedade de consumo, e não na ideologia do receptor. Sem vínculo com o real, estabelecem o seu simulacro. “*A informação mantém as massas sob o sentido*”, diz, com propriedade, Baudrillard.

O Comportamento das Massas

Ortega y Gasset define “*massa*” a partir de uma unidade, o “*homem-massa*”, que ele diz sentir-se perfeito, à vontade na sua vulgaridade, que ele reivindica como um direito. Para o filósofo, a massa odeia tudo o que não é ela. Há que ressaltar, no entanto, essa ojeriza ao que não é a sua própria natureza não é característica apenas das massas. Christopher Lasch trabalha com uma elite imiscível com a massa, na realidade,

cada vez mais distante desta última. Em verdade, fica difícil separar claramente elite e massa a partir dos conceitos desenvolvidos por Ortega y Gasset e Lasch. As características primordiais constitutivas dos dois conceitos os aproximam bastante: distanciamento (real ou simbólico) da vida comum, efemeridade ou mobilidade constante, descompromisso, indiferença, globalização. Mas a elite de Lasch se dissociou das massas.

Baudrillard, embora não reconheça formas de determinar, mapear o comportamento das massas, menciona a opinião pública como configurada a partir de uma indeterminação imanente das pesquisas estatísticas, capazes de obter unicamente um tipo circular de resposta, não representativo, até porque, como propõe ele, o objeto dessas pesquisas (as massas) não é representável.

Ortega y Gasset não particulariza opinião. Antes, a coloca como teorização, portanto, sujeita a instâncias de regulação que, para ele, são os princípios da cultura, que estabelecem a competência argumentativa.

Lasch associa democracia e debate público, o que requer a troca de idéias e opiniões, e ressalta que a veiculação das informações como acontece hoje frustra esse debate. De modo que as massas estão excluídas dele.

Para os três autores, assim sendo, a opinião pública não existe. Não expressa nem opinião individual, nem a vontade popular, pois tende a anular as dispersões individuais e grupais. É substituída, no dizer de Duarte Rodrigues, pela interiorização de modelos forjados pelos *mass media*.

É certo que a produção de idéias originais e opiniões autênticas (a função de idear, de Ortega y Gasset) requer funda-

mentação no debate, na experimentação, na autonomia do sujeito. Exatamente o contrário do que pretendem os *mass media* atuais. E o oposto exato da idéia de comunidade autônoma, base da sociedade democrática definida por Lasch. Ora, é a comunidade um sistema social em que a participação é, por excelência, o elemento integrador. Não se pode, entretanto, entender por participação real, a não ser como simulacro dela, a reprodução de modelos isolados de qualquer perspectiva crítica, não passíveis de intervenção. Richard Sennet vê com restrições a idéia de que a comunidade possa ser uma solução para a desumanização das sociedades atuais. Talvez até porque a comunidade em tempos de comunicação midiática seja coisa rara.

Etiénne La Boétie fala do costume, da ausência de aspiração à liberdade, da anulação voluntária como presentes em todos aqueles que renunciam à própria autonomia. Barrington Moore Junior enfatiza a tendência conservadora dos pobres, do povo, que obstaculam a ação e levam à aceitação das injustiças como resultado de uma internalização de padrões morais da sociedade.

Ambas as características parecem pertencer ao comportamento de massa. Comportamento e não ação, numa distinção feita por Arendt, ou seja, conduta uniforme que se presta à determinação estatística - a pesquisa de opinião pública, portanto.

Mas será esse "homem-massa", essa média indiferenciada dos cidadãos amorfos só isso? Será somente essa fusão entre a elite dominante e as classes populares numa só coisa indistinguível e inerte?

A própria Arendt menciona sentimentos e desejos das massas e até um

veículo deles: a literatura de ficção científica. Morin desenha um homem médio a partir de um tronco comum, “*uma espécie de anthropos universal*” buscado pela cultura de massas, “*o homem novo que desenvolve uma civilização nova que tende à universalidade*”. Então, se a distinção cultural é um elemento entre os que estabelecem a diferenciação de classes entre os homens e se a desigualdade social e as fronteiras culturais são efetivamente abolidas no “*mercado comum das mass media*”, seria possível recriar um espaço público, ainda que virtual, em que iguais, pares, debatam em igualdade de condições e que o discurso seja também ação?

O Comportamento Público e o Privado

Autores como Arendt e Sennet encaram o espaço público da sociedade atual como um espaço morto, onde as pessoas estão presentes, mas não relacionadas umas com as outras, onde o movimento, o trânsito é a tônica. Esse espaço público, onde deveria ser tratado o “*bem comum*”, onde deveria ocorrer o debate público, é hoje mediado em larga escala. Para Sennet, a mídia substituiu as tentativas intencionais de expressão pela noção mais neutra e funcional de comunicação. Para Arendt, “*sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político*”.

Ora, a política não é senão a forma de ação dos homens na sociedade. E essa ação não pode se dar senão no espaço público,

sob pena de não atingir a sociedade, portanto, de não se dar em seu âmbito. O discurso, por sua vez, é uma prática expressiva, comunicativa. Comunicação deriva do latim **communicare**, cujo significado seria “*tornar comum*”, “*partilhar*”, “*trocar opiniões*”. Para que os meios de comunicação de massa efetivamente funcionassem como o espaço público que representam, deveriam, efetivamente, comunicar. Atualmente, contudo, apenas informam.

É precisamente no papel desempenhado pelos meios de comunicação massiva que a indistinção entre público e privado - a eliminação da esfera privada pela exposição pública sistemática, no dizer de Arendt - é mais fortemente caracterizada. O sistema de estrelato da Indústria Cultural invadiu todas as áreas. São importantes os sentimentos, os pensamentos e a vida particular das pessoas - sejam artistas ou líderes carismáticos. A propriedade dos meios de comunicação que se utilizam de meio físico público (ondas de rádio) é concedida por privados que cuidam da coisa pública (governantes), a outros privados que usam o bem público para fins também privados. O discurso veiculado pelos “*mídia*” é o das classes dominantes em benefício de seus próprios interesses.

Há, no entanto, possibilidades que se descortinam com os avanços tecnológicos - com a interatividade dos meios, por exemplo - que apontam em direções novas. E há a própria permanência desses meios, a “*imortalidade*” humana que eles propiciam, que obrigam à busca de alternativas de convivência e, quem sabe, de interferência nesse quadro assim delineado.

A Democratização do Saber

Lasch, sem se referir exatamente a Ortega y Gasset, coloca em seu texto que as pessoas “*superiores*” não acreditam no julgamento do homem comum. A posição orteguiana é de que é mais fácil encontrar homens especiais, que exigem muito de si mesmos, entre as classes superiores.

Ecléa Bosi, num texto sobre cultura de massas e cultura popular, faz uma distinção entre o que se considerava cultura até meados do séc. XIX (“*educação humanística ampla, acessível apenas à nobreza e à alta burguesia*”) e o atual conceito de cultura, que comporta generalização dos meios de informação e formação profissional - conjunto que afeta poderosamente a percepção da realidade, permanentemente reelaborada em nossa sociedade.

Uma característica bem brasileira é a inexistência de conflito entre cultura superior e cultura de massas, segundo coloca Luís Augusto Milanesi. Ele diz que, no Brasil, a etapa da cultura letrada, superior, foi queimada: “*passa-se de uma cultura oral para uma cultura da imagem*”. Essa cultura (do signo, segundo Baudrillard, extirpado do referente) é fundamentalmente indicial, conforme os conceitos de Charles S. Pierce, nunca funcionando icônica ou simbolicamente, analógica ou logicamente. É o símbolo sem significado próprio e distante do seu significante.

Esse é um dado. No outro pólo, há os receptores. Que, por mais homogeneizados que se pretenda tendo em vista a ação dos meios de comunicação de massa, são tão diferentes e tão numerosos que é virtualmente impossível uma recepção absolutamente

uniforme, completamente “*de massa*”, como quer Baudrillard. A tendência é de uniformidade. Mas surgem, apesar disso, vertentes diversas, conforme assinala Teixeira Coelho.

Lasch cita uma interessante projeção de Michael Young em que as elites invalidam a opinião das classes baixas apropriando-se de suas lideranças ainda quando crianças. Ortega y Gasset observa que a massa tem um poder de se imiscuir em qualquer classe social. Cabe, aí, perguntar: quem se imiscui em quem?

Com a generalização da informação (ainda que fragmentada) e da formação profissional (ainda que de analistas simbólicos, como classifica Lasch), houve, já foi dito, uma profunda modificação do conceito de cultura. Ortega y Gasset vislumbra uma mudança de atitude da massa, que exige gozar de prazeres antes restritos a poucos, que se utiliza da ação direta para interferir normalmente na vida pública. Quem, ou o que, lhe facultou essa interferência? Não apenas a democracia nos estados impuros em que ela se manifesta presentemente, com certeza.

A Reinterpretação do Sentido

Há, nos meios de comunicação de massa, apesar de sua atuação massificadora, por causa da diversidade de seus receptores, um efeito residual, não sistemático, mas inevitável. A par da mundialização da cultura, há fragmentos da informação que (não imediatamente, mas ao longo do tempo) vão se somando. Junto com os simulacros do real que os meios disseminam, há traços de cultura real que não podem deixar de ser mostrados a bem da recepção da mensagem.

Por outro lado, a sociedade tecnocrática não pode imbecilizar completamente os indivíduos, sob pena de recrudescer velozmente a sua própria entropia, como alerta Teixeira Coelho. O estudo de Bosi desvenda uma cultura popular recuperada a partir da própria cultura de massas. O que pode ser considerado um sinal de que os receptores processam a informação indicial simbolicamente. E essa é uma forma de resistência. Baudrillard toca nela quando comenta o uso que as massas fazem da medicina hoje, da cultura com ênfase na medicalização da saúde - um uso reativo, embora o autor não privilegie esse enfoque. Entretanto, é assim que acontece com muitos outros aspectos da cultura, não necessariamente causando o fim catastrófico dela mesma, mas eventualmente logrando a sua reinterpretação.

Ciro Marcondes Filho, numa posição que se contrapõe frontalmente às de Baudrillard e Ortega y Gasset, coloca a massa como uma força social que avalia, julga e age politicamente, mesmo quando erra segundo os padrões da cultura elitista vigente. Se é assim, isso acontece apesar dos modelos políticos e de comunicação massiva em curso. A reação das massas não raro surpreende os teóricos, os políticos e as instituições, e não pela sua inércia - essa não é inesperada. As surpresas decorrem dos atalhos que a massa muitas vezes segue, apesar dos caminhos que lhe são apontados por grandes anúncios de néon.

O próprio Ortega y Gasset concede que o homem-massa tem uma capacidade intelectual mais rápida que dos seus predecessores, só que esta de nada lhe serve. Considerando o que foi colocado anteriormente, é razoável questionar: será que não lhe serve mesmo de nada?

De acordo com Mauro Wilton de Souza, a ruptura de Habermas ante aspectos “apocalípticos” da Escola de Frankfurt e, em especial, “sua concepção da teoria da ação comunicativa reforçam o lugar do homem como ator racional pela comunicação, lugar estratégico para uma ação que possibilitaria a manutenção da modernidade”. Antônio Fausto Neto remete às práticas profissionais de comunicação, assinalando que “há um saber atribuído ao leitor” pelos veículos impressos de comunicação de massa. Ele cita Eliseo Verón, que diz não haver efeito automático do sentido, e acrescenta: “a recepção não é uma abstração: ela é construída discursivamente”.

A Ação do Sujeito

O conceito de público só foi atribuído aos receptores das mensagens dos veículos de comunicação, na Alemanha, bem depois de estabelecida a circulação massiva. Habermas assinala que aqueles eram antes referidos como “mundo”, “todo o mundo”. Esse público, essa massa que se comporta, mas guarda silenciosamente sua resistência, não é de modo algum fácil de ser dissecada. A sua superfície homogênea esconde, e por isso mesmo preserva, os sujeitos da ação individual. Não há uma aceitação tão passiva da cultura de massa quanto as próprias classes dominantes poderiam querer. Carlos Eduardo Lins da Silva lembra o dinamismo próprio da cultura e cita Carmem Cinira Macedo, que diz haver “uma manipulação própria, e bastante criativa, de elementos culturais que passam a definir uma cultura proletária”, por exemplo.

Esse fator - criatividade - é considerado por Barrington Moore como

fundamental para a obtenção da autonomia moral. Thompson, mesmo reconhecendo o conservadorismo da cultura plebéia, afirma que ela não é só isso: é também rebelde. Souza tece considerações sobre o apelo que os meios de comunicação de massa fazem ao simbólico, ao imaginário. E este é um reino em que as manipulações têm acesso restrito e resultado incerto.

As questões e as dúvidas são inúmeras e de várias naturezas nesse campo. A própria globalização econômica direciona as coisas para lugares que, nas condições atuais de construção da realidade social humana, oferecem poucas condições de visualização. Crise dos paradigmas, talvez. Morin traduz essa crise e, possivelmente, aponta para um caminho que não foi ainda suficientemente trilhado para ser descartado como alternativa: "*a cultura industrial é o único grande terreno de comunicação entre as classes sociais*".

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hanna. "A condição humana". Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- BAUDRILLARD, Jean. "À sombra das maiorias silenciosas". São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOSI, Ecléa. "Cultura de massa e cultura popular". Petrópolis: Vozes, 1981.
- COELHO, Teixeira. "O que é indústria cultural". São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAUSTO NETO, Antônio. "A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção" in "Sujeito, o lado oculto do receptor". São Paulo: Brasiliense, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. "Mudança estrutural da esfera pública". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LA BOÉTIE, Étienne. "O discurso da servidão voluntária". São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LASCH, Christopher. "A rebelião das elites". Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.
- MARCONDES Filho, Ciro. "Televisão - a vida pelo vídeo". São Paulo: Editora Moderna, 1988.
- MILANESI, Luís Augusto. "O paraíso via Embratel". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MOORE, Barrington Jr. "As bases sociais da obediência e da revolta". São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MORIN, Edgar. "Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo". Vol. I e II, Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1990.
- ORTEGA y GASSET, José. "A revolução das massas". São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- PEIRCE, Charles S. "Semiótica". São Paulo: Perspectiva, 1977.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. "O campo dos *media*". Portugal: Comunicação & Linguagem, 1987.
- SENNET, Richard. "O declínio do homem público". São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. "Cultura de massa e cultura popular: questões para um debate" in "Comunicação e classes subalternas". São Paulo, Cortez Editora, 1980.
- THOMPSON, E. P. "*La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*" in "*Tradición, revuelta y consciencia de clase*". Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

Em 14 de fevereiro de 1994, o historiador americano Christopher Lasch morreu de câncer em sua casa de campo no norte do estado de Nova Iorque. Sua morte prematura (ele tinha apenas 61 anos) acabou com uma carreira intelectual proeminente que durou quase 40 anos. Embora fosse um "scholar" com interesses intelectuais que transcendiam os limites de seu país (alguns de seus livros foram inclusive traduzidos para o português) eram os Estados Unidos o centro de suas preocupações e, por consequente, ele é particularmente importante para os americanos. O que se segue é um dos seus mais importantes temas que está presente em quase todo o trabalho dele: a questão do progresso histórico. Diz-se que Lasch era um "anti-progressista" consistente. É verdade. Essa tese está documentada nos trabalhos acadêmicos de Lasch.¹

Em resumo, breves algumas inferências em relação à importância de Lasch tanto para os Estados Unidos quanto para outras partes do mundo, inclusive o Brasil.

A questão do progresso histórico é importante por si própria, mas o seu significado é relevante pelo fato de que a perspectiva anti-progressista de Lasch parece ter sido a fonte de onde brotaram muitos dos seus mais ricos e mais provocantes "insights" sobre a sociedade, a cultura e a história americana. A sua aparente aversão à ideia do progresso gerou um profundo ceticismo e uma crítica penetrante sempre que outros intelectuais defendiam ter havido avanços nas condições políticas, econômicas e sociais nos Estados Unidos. Desde sua tese de graduação em Harvard College, até o seu último livro "A Rebelião das Elites" ele consisten-

te o que era talvez o que mais profundamente penetrava na cultura e na história americana (Hofstadter, 1964, 141-153; De Toqueville, 1964, Hofstadter, 1970, 7-8, 14; Schlesinger, 1992, 25-53; Wood, 1992, 26-29, 135).

Lasch escreveu sua tese de doutorado posteriormente publicada e modificada sobre o debate imperialista que se instaurou nos Estados Unidos após a Guerra Americana (Lasch, 1958). Os historiadores de esquerda

Christopher Lasch: uma crítica à crença americana em relação ao progresso

Porto Rico e Guam de esquerda (Paul Burlin*) e historiadores liberais ou progressistas do século XX não concordavam com o imperialismo, pelo menos a versão formal que envolvia as colônias. Agindo como revisionistas, uma postura que seguiu durante toda a sua carreira, Lasch, que se considerava um anti-imperialista, tinha melhores argumentos.

Os imperialistas, segundo queriam assumir responsabilidade em relação aos povos das ilhas, acreditavam que as civilizações "civilizadas" tinham a responsabilidade de "civilizar" aqueles de culturas "inferiores". Em outras palavras, eles articulavam uma versão americana de "He Hui Ma" de Rudyard Kipling². Por outro lado, Lasch, os anti-imperialistas, queriam heróis para os historiadores, opunham ao colonialismo por medo da aproximação com povos "inferiores". Enquanto falava em democracia e



*Paul Burlin**

* Professor Assistente da University of New England, Portland, Maine (EUA)

de instrumental para a obtenção de resultados (R. P. Thompson, mesma reconhecendo o caráter ideológico da cultura popular, afirma que ela não é só feita, é também recebida). Essas são considerações sobre o papel que a cultura de comunicação de massa fazem e fazem no simbólico, no imaginário. E este é um terreno em que as manipulações têm sucesso e o resultado incerto.

Essas questões e as dúvidas são inúmeras e as respostas naturalmente incerto campo. A própria comunicação económica direcciona as coisas para lugares que, nas condições atuais de construção da realidade social, impõem breves e poucas condições de visualização e compreensão. Mas, talvez, seja essa crise e, possivelmente, aponta para um caminho que não foi ainda suficientemente explorado para ser descartado como alternativa: *"a cultura industrial é o único grande terreno de comunicação entre as classes sociais"*.

BIBLIOGRAFIA

ADY, D. J. Homo. "A condição humana". Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DE LAUNAY, Jean. "A sombra das máquinas gigantes". São Paulo: Brasiliense, 1985.

DE LAUNAY, Jean. "Cultura de massa e cultura popular". Petrópolis: Vozes, 1981.

DE LAUNAY, Jean. "O que é indústria cultural". São Paulo: Brasiliense, 1981.

DE LAUNAY, Jean. "A deflagração do trabalho". Estratégias de produção e de captura da cultura. In "Sujeito, o lado oculto do trabalho". São Paulo: Brasiliense, 1991.

DE LAUNAY, Jean. "Mudança estrutural da indústria cultural". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

DE LAUNAY, Jean. "O futuro da sociedade industrial". São Paulo: Brasiliense, 1982.

DE LAUNAY, Jean. "A indústria cultural". Rio de Janeiro: Editora, 1985.

DE LAUNAY, Jean. "Trabalho - a vida da cultura". São Paulo: Editora Moderna, 1982.

DE LAUNAY, Jean. "O trabalho na indústria cultural". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DE LAUNAY, Jean. "As bases sociais da cultura popular e da revolta". São Paulo: Brasiliense, 1983.

DE LAUNAY, Jean. "Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo". Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.

DE LAUNAY, Jean. "A revolução das máquinas". São Paulo: Martin Fontes, 1987.

DE LAUNAY, Jean. "Semântica". São Paulo: Brasiliense, 1977.

DE LAUNAY, Jean. "O campo dos signos". Avancos: Comunicação & Linguagem, 1987.

DE LAUNAY, Jean. "O destino de homem popular". São Paulo: Cangaço das Letras, 1974.

DE LAUNAY, Jean. "Cultura de massa e cultura popular: questões para um debate". In "Comunicação e classes populares". São Paulo: Cortez Editora, 1980.

DE LAUNAY, Jean. "La sociedad inglesa del siglo XVII: habla de clases sin clases?" In "Tradición, revuelta y conciencia de clase". Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

Em 14 de fevereiro de 1994, o historiador americano Christopher Lasch morreu de câncer em sua casa de campo no norte do estado de Nova Iorque. Sua morte prematura (ele tinha apenas 61 anos) acabou com uma carreira intelectual provocante que durou quase 40 anos. Embora fosse um “scholar” com interesses intelectuais que transcendiam os limites de seu país (alguns de seus livros foram inclusive traduzidos para o português) eram os Estados Unidos o centro de suas preocupações e, por conseguinte, ele é particularmente importante para os norte-americanos. O que se segue é um estudo de um dos mais importantes temas que está presente em quase todo o trabalho de Lasch: a questão do progresso histórico. Diz-se que Lasch era um “anti-progressista” consistente. E é verdade. Essa tese está documentada nos trabalhos acadêmicos de Lasch.¹

Em resumo, faremos algumas inferências em relação à importância de Lasch tanto para os Estados Unidos quanto para outras partes do mundo, inclusive o Brasil.

A questão do progresso histórico é importante por si própria, mas o seu significado é relevante pelo fato de que a perspectiva anti-progressista de Lasch parece ter sido a fonte de onde brotaram muitos dos seus mais ricos e mais provocantes ‘insights’ sobre a sociedade, a cultura e a história americana. A sua aparente aversão à idéia do progresso gerou um profundo ceticismo e uma crítica penetrante sempre que outros intelectuais defendiam ter havido avanços nas condições políticas, econômicas e sociais nos Estados Unidos. Desde sua tese de graduação em Harvard College, até o seu último livro “**A Rebelião das Elites**” ele consistentemente questionava a crença no progresso,

o que era talvez o que mais profundamente penetrava na cultura e na sociedade americana (Breiasch, 1993, 7-13, 83-85, 101, 141-153; De Toqueville, 1964, 141-143; Hofstadter, 1970, 7-8, 14-15, 200; Schlesinger, 1992, 25-53; Woodward, 1968, 26-29, 135)

Lasch escreveu sua tese, que foi posteriormente publicada de forma modificada, sobre o debate acerca do imperialismo que se instalou nos Estados Unidos após a Guerra Americana Espanhola (Lasch, 1958). Os historiadores da tradição historiográfica dominante nos Estados Unidos² tinham, segundo Lasch, apoiado os anti-imperialistas da década de 1890 (aqueles que eram contrários à tomada das Filipinas, Porto Rico e Guam da Espanha) porque os historiadores liberais ou progressistas do século XX não concordavam com o imperialismo, pelo menos a variedade formal que envolvia as colônias. Agindo como revisionista, uma postura que seria típica dele durante toda a sua carreira, Lasch defendia que os imperialistas, muito mais que os anti-imperialistas, tinham melhores argumentos.

Os imperialistas, segundo Lasch, queriam assumir responsabilidades coloniais em relação aos povos das ilhas porque eles acreditavam que as civilizações “superiores” tinham a responsabilidade moral de “civilizar” aqueles de culturas “inferiores”. Em outras palavras, eles articulavam uma versão americana de “*The Hite Man’s Burden*” de Rudyard Kipling³. Por outro lado, dizia Lasch, os anti-imperialistas, que eram os heróis para os historiadores liberais, se opunham ao colonialismo porque tinham medo da aproximação com povos de raças “inferiores”. Enquanto falavam de forma eloquente sobre democracia e igualdade e

insistindo no fato de que a democracia perderia a sua alma governando povos subservientes, os anti-imperialistas violaram a sua própria retórica porque se negaram a considerar que os filipinos, ou qualquer outros povos das ilhas, poderiam um dia ser aceitos como cidadãos. Os anti-imperialistas não consideravam essa possibilidade porque eles não podiam imaginar a extensão do direito à cidadania a povos de raças “inferiores”, de acordo com Lasch.

Nessa perspectiva, os imperialistas tinham um argumento mais consistente, dadas as suas premissas. Portanto, se Lasch tivesse que escolher (algo que ele não fez, claro, pois o objetivo dos textos históricos nunca foi a busca moralista de heróis e vilões), ele teria ficado do lado dos imperialistas. Enquanto a descoberta de heróis de historiadores liberais é importante, igualmente notável é o fato de que Lasch foi mais em frente para enfatizar a premissa compartilhada pelos dois lados dessa controvérsia política. Esse é também um tema presente em todo o trabalho de Lasch. Nesse caso, ele argumenta que tanto os imperialistas quanto os anti-imperialistas acreditavam na inferioridade dos povos que não fossem brancos - eles simplesmente faziam inferências bastante diferentes das suas crenças comuns. O racismo, portanto, era um assunto nunca debatido e, dada a longa e feia mancha do racismo na história americana, nem os imperialistas nem os anti-imperialistas dariam aos historiadores muita causa para júbilo. Se houve “heróis” no debate sobre o imperialismo nos Estados Unidos na virada do século, eles não foram percebidos.

Alguém poderia legitimamente perguntar agora o que tudo isso tem a ver

com a idéia de progresso. Se nos remetermos ao contexto histórico americano em que Lasch escreveu esses artigos, veremos que a anexação de um império insular foi visto como uma “grande aberração” e, apesar da perda dos anti-imperialistas - os Estados Unidos ocuparam as Filipinas, Guam e Porto Rico (além do Hawai, apesar desse grupo de ilhas não ter sido tomado da Espanha) - na longa corrida, o anti-imperialismo venceu, já que os Estados Unidos depois disso nunca mais estabeleceram uma outra colônia nem anexaram mais terra (Bemis, 1955). Nessa perspectiva, o envolvimento americano com imperialismo foi breve e descaracterizado com relação às crenças fundamentais da nação (Estados Unidos) e de sua história anterior.

A resposta óbvia para isso e o próprio Lasch insistiu (Lasch, 1973: 213-214) é que uma definição de imperialismo que o equipara exatamente com o colonialismo ignora todas as possibilidades de técnicas menos formais pelas quais as nações detentoras de poder, inclusive os Estados Unidos, têm tentado controlar os recursos e os povos do mundo. Se alguém adota essa definição grosseira de imperialismo, então fica claro que os Estados Unidos não experimentaram uma “aberração” na década de 1890. De fato, alguém pode até argumentar que o imperialismo venceu o debate naquela década e então passou a fazer o seu jogo na história dos Estados Unidos durante o século XX de maneira tipicamente menos formal e menos direta, mas nem por isso menos imperial.

Há uma relação mais profunda e mais significativa entre os primeiros trabalhos de Lasch e a questão do progresso. Ao atacar os heróis dos historiadores liberais, Lasch estava

indiretamente atacando o próprio liberalismo e o liberalismo, aquele amplo consenso de valores e crenças sobre que os americanos raramente discutem, tem na sua essência a crença no progresso.⁴

Se o ataque ao liberalismo e ao progresso foi indireto em seu primeiro trabalho acadêmico e no seu primeiro artigo publicado, foi explícito em outros. Por exemplo, durante a década de 1970, Lasch publicou dois livros que recebem um grande tratamento crítico e, pelo menos em alguns círculos, bastante notoriedade⁵. Esses livros foram **Refúgio num mundo sem coração** publicado inicialmente nos Estados Unidos em 1977 e a **Cultura do narcisismo**, que foi publicado em 1979. Este último livro, em particular, alcançou um grande número de leitores, além dos limites da comunidade acadêmica. Ambos atacavam violentamente a idéia de progresso e a perspectiva liberal que a sustentava.

Em **Refúgio num mundo sem coração**, Lasch adotou como enfoque a família. Ele afirma que o processo capitalista de desenvolvimento, que acabou com as habilidades dos artesãos e transferiu o local de trabalho de casa para a fábrica durante o século XIX, também gerou um fenômeno paralelo por onde o último baluarte de privacidade e decência, a família burguesa, vista como um refúgio num mundo materialista e sem coração, foi ela própria invadida e destruída. Esse processo de destruição, segundo Lasch, vem acontecendo desde a segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e continua até os dias de hoje. Os agentes dessa destruição têm sido os cientistas sociais e a crescente profissão dos assistentes sociais, terapeutas e as feministas (Lasch, 1991 a: 25-44, 215-240).

Essa idéia foi depois desenvolvida amplamente em **A Cultura do narcisismo**. Nesse livro Lasch afirma que o paternalismo pessoal que caracterizou o início do capitalismo e a família burguesa foi substituído por um novo paternalismo sem pai, um paternalismo impessoal do Estado e os interesses coletivos a que ele servia foram facilitados e alimentados pelas reformas e revoltas contra a opressão característica da família burguesa com o seu macho dominante. Não intencionalmente, contudo, serviam à ordem coletiva e conduziram a uma nova, mais sutil e muito mais ampla forma de dominação. O Estado e seus cúmplices agora importunam e tentam controlar todas as áreas das vidas das pessoas. A revolta contra uma forma de dominação tem resultado, segundo Lasch, na irônica emergência de uma outra forma de tirania.

O novo sistema de controle, racionalmente inferido a partir da discussão de Lasch, é mais insidioso do que o velho. Isso acontece porque não há mais nenhum tipo de vida privada, isto é, vida protegida dos valores e preceitos do mercado. Enquanto os primeiros capitalistas estavam primeiramente interessados na vida trabalhista de seus empregados, a nova ordem que surgiu nos Estados Unidos durante o fim do século XIX e início do século XX, ampliava seu controle sobre a vida privada das pessoas, até mesmo dentro da própria família. Isso ocorreu devido a uma complexa divisão de trabalho no contexto fabril, a criação de habilidades, o conhecimento e a confiança dos pais foram também centralizadas, desta vez nas mãos de uma elite terapêutica que ousa ensinar aos pais como criar seus filhos. Os artesãos se tornaram dependentes do capitalista para trabalhar e

os pais se tornaram dependentes dos especialistas no que dizia respeito aos aspectos mais íntimos de suas vidas. Se progresso nos Estados Unidos significa democratização e se democratização necessariamente tem relação com julgamento, confiança e autoridade, então dificilmente poder-se-ia caracterizar esse tipo de mudança como progresso.

É, de fato, um quadro sombrio e que se torna ainda mais sombrio. A partir dos *insights* sobre Freud e a tradição psicanalítica, Lasch diz que as “profissões auxiliares”, ao arruinarem a confiança e a autoridade dos pais criaram as precondições familiares para o desenvolvimento de crianças com traços de personalidade narcisista. O raciocínio aqui é que as crianças precisam enfrentar uma figura paterna muito autoritária durante os seus anos de formação para desenvolver bem o sentido de demarcação entre o mundo externo e o seu próprio mundo. A criança vê seus pais, particularmente a mãe, como seres onipotentes que têm o poder de negar-lhe a satisfação. A fúria que essa negação desperta, segundo esse raciocínio, é então projetada nos pais e a partir daí re-internalizada pela criança.

Essas psicodinâmicas são perfeitamente “normais”, mas o que é novo é que os pais ausentes ou fracos não proporcionam às crianças experiências posteriores concretas com elas mesmas como figuras autoritárias, poderosas, mas não onipotentes. À ausência de base experimental na qual se possa testar a realidade das impressões infantis sobre a onipotência paterna, a criança nunca será capaz de desenvolver um bom senso sobre os pais e sobre si própria em relação ao mundo externo. A invasão da família pelas “profissões auxiliares” arruinou os pais e

separou o amor da autoridade e da disciplina. Essa separação não permite que a criança tenha a oportunidade de trabalhar os seus primeiros sentimentos de raiva e medo. Essa raiva e esse medo posteriormente se transformam em ódio por si própria. E é o ódio e não o amor próprio a essência do narcisismo. Esse ódio se manifesta de muitas formas, não menos significantes do que a constante necessidade narcisista pela validação externa da auto-estima. (Lasch, 1983: 11-17, 55-78).

Parte dessa validação, segundo Lasch, é realizada pelo narcisista através do permanente acúmulo de bens de consumo que são associados a *status* e sucesso em sociedades capitalistas avançadas. O narcisismo, sem surpresa, é então funcional no sentido de que atende aos propósitos das corporações capitalistas que se desenvolvem sobre desejos insaciáveis e planejadas obsolescências. Enquanto o primeiro período de desenvolvimento capitalista era mantido pelos indivíduos caracterizados pelo auto-controle, repressão sexual, culpa e tendências a evitar o prazer, os traços funcionais durante o processo de acumulação, o narcisista, segundo Lasch, exige traços totalmente contrários. E não é claro que um mundo cheio de narcisistas, indivíduos preocupados apenas consigo mesmos e sem interesse no passado ou no futuro, seja de forma alguma um lugar melhor do que era antes.

Durante os últimos anos de sua vida, Lasch criticou a idéia de progresso nos Estados Unidos de forma muito explícita. O seu penúltimo livro foi dedicado exclusivamente a esta questão. Intitulado **The true and only Heaven** o livro traça a história da idéia de progresso na América, onde Lasch formula sua esperança em uma

nova política para os Estados Unidos (Lasch, 1991 b).

Em particular, Lasch argumenta os méritos do populismo americano, uma perspectiva política inerentemente desconfiada das elites e do poder que elas exercem. Inteiramente democrático, o populismo, segundo Lasch, é fundamentado na sensibilidade da “pequena burguesia” sendo uma das mais importantes o senso de limites inerentes à condição humana. Lasch acredita que essa perspectiva poderia proporcionar uma base para uma nova política nos Estados Unidos - uma política que olhasse para o futuro com esperança - mas não com otimismo. Lasch sugere que o sentido de limite, um ponto de vista totalmente diferente das possibilidades ilimitadas oferecidas pela crença liberal de progresso, serviria para remediar a tentativa americana de “escapar” da história.

Contrastando com a perspectiva corrente sobre o progresso na história do Ocidente, ele escreveu :

A concepção bíblica da história, afinal de contas, tem mais em comum (...) com a concepção clássica (...) do que com a visão moderna de progresso. O que elas tinham em comum era uma certa consciência do destino das sociedades ameaçadas - compreendiam que as provisões e qualidades finitas de coisas temporais encontram a sua mais clara demonstração não apenas na morte 'dos indivíduos, mas na ascensão e queda das nações'. (Lasch, 1991 b: 49)

Nessa perspectiva, o que parece ser uma crescente sensação nos Estados Unidos de que o país está em declínio pode ser um

fenômeno saudável. Devemos nos lembrar que Ronald Reagan foi capaz de usar argumentos nesse sentido de forma bastante eficiente (ao negar repetidamente a sua realidade) para se tornar presidente do país (Carroll, 1984 : 344-348).

O último livro de Lasch, **A Rebelião das Elites**, publicado postumamente, continua o ataque à crença americana em relação ao progresso. Capítulo após capítulo, Lasch descreve a cultura e a sociedade contemporânea americana como menos democrática, menos igualitária e menos conduzida pela decência em relação ao que tinha sido nos primeiros períodos de sua história. No último capítulo, intitulado “A alma humana sob o secularismo”, Lasch faz uma fundamentada crítica à religião.

Durante um bom tempo ele publicou artigos em um pequeno jornal católico e em alguns artigos tratava mais especificamente de questões relativas à religião⁶. No último capítulo de seu último livro (A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia) ele questiona a fé que o homem moderno tem nele próprio e diz que essa “ilusão de ser dono” quase levou o mundo a uma catástrofe durante o século XX.

Essa é a crítica fundamental de grande importância contra o progresso. Ao questionar a eficácia da própria competência humana e ao levantar a questão do orgulho, Lasch termina o livro “tocando um antigo acorde” que buscava o valor da humildade. A humildade face à incompetência humana, face ao fato de que os seres humanos nunca conseguem entender a realidade em sentido algum, e que todos os esforços humanos oferecem benefícios diversos deve sugerir cautela e ceticismo. Um bom exemplo dos limites dos esforços humanos é o conteúdo desse seu último ensaio.

Então, o que alguém vai concluir do fato de que Lasch foi um anti-progressista consistente? Pelo menos no contexto dos Estados Unidos, essa perspectiva, que é tão contrária à forma como os americanos geralmente definem a si próprios e entendem a sua história, poderia servir com um antídoto ao otimismo, ao orgulho e à retidão que caracterizaram a conquista do continente durante o seu primeiro século como nação e o seu posterior alcance do “status” de potência mundial durante os últimos cem anos. Um país com uma visão dele mesmo como uma “cidade na colina”⁷, uma visão divinamente inspirada para manter um testamento de uma forma de vida divinamente ordenada, não é um país do qual o bom conselho possa ser realmente retirado. A idéia de que é possível “começar tudo de novo”⁸ de que é dentro do domínio da capacidade humana de fugir ao passado e o “destino das sociedades ameaçadas” não é o tipo de perspectiva que possa causar uma séria auto-reflexão. E é auto-reflexão profunda a perfeita auto-reflexão, que é, talvez, o que é mais necessário nos Estados Unidos, hoje. O fato de tal auto-reflexão ser pouco provável de acontecer, por muitas das razões que Lasch cita em seu último livro, não impede que se mantenha um vislumbre de esperança. Lasch certamente teve essa esperança até o fim. E é essa esperança, a sua crença segura na sabedoria das pessoas comuns, além da sua independência de pensamento, o legado mais importante que ele nos transmitiu.

A importância de tudo isso fora dos Estados Unidos é uma questão relevante. Lasch afirma que a crença americana no progresso tem mantido a sua tendência de “pregar para o mundo” e uma vez que tem

poder, tenta moldar o mundo à sua própria imagem, mas ao mesmo tempo, mantém um “vislumbre de esperança” de que os Estados Unidos poderão conduzir-se diferentemente no futuro (não é totalmente claro, por exemplo, que o diagnóstico de Lasch sobre a sociedade americana do final do século XX tenha uma aplicabilidade muito direta para o Brasil)⁹. Para Lasch um país que não vê mais si próprio como uma exceção para a História, como a única nação capaz de ultrapassar os limites e o “destino das sociedades ameaçadas” poderia muito bem ser mais reflexivo e menos certo da honra de sua causa. Alguém poderia racionalmente concluir que o Brasil e a América Latina em geral, assim como outras partes do mundo, iriam provavelmente se beneficiar de tal mudança. Para Lasch isso é algo que qualquer um pode esperar.

BIBLIOGRAFIA

- Bemis, Samuel Flagg. **A Diplomatic History of the United States**. 4th edition. New York: Holt Inc., 1955
- Blake, Casey & Christopher Phelps : “History as Social Criticism: Conversation with Christopher Lasch”. *The Journal of American History*. 80: 4 March, 1994.
- Breisach, Ernest A. **American Progressive History : An Experiment in Modernization**. Chicago: the University of Chigaco Press, 1993.
- Burlin, Paul. “Bibliografia : os trabalhos de e sobre Christopher Lasch”, mimeo, 1995.
- Carrol, Peter N. **It seemed Like Nothing Happened: The Tragedy and Promise of America in the 1970s**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1984.
- Costa, Jurandir Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

- _____. "História confirma o diagnóstico de Lasch". *Jornal Folha de São Paulo*, 08/01/1995.
- _____. "Um brinde fora do lugar". *Jornal Folha de São Paulo*, 12/03/1995.
- De Tocqueville, Alexis. *Democracy in American*. New York: Washington Square Press, 1964.
- Hartz, Louis. *The Liberal Tradition in America*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc. 1955.
- Hofstadter, Richard. *The Progressive Historians*. New York: Vintage Books, 1968.
- Kipling, Rudyard. *The Collected Verse of Rudyard Kipling*. New York: Doubleday, Page & Co., 1910.
- Lasch, Christopher. *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*. Rio de Janeiro: Ediouro S.A., 1995.
- _____. *O Mínimo Eu*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* São Paulo: Paz e Terra, 1991a.
- _____. *The True and Only Heaven: Progress and Its Critics*. New York: W.W. Norton & Company, 1991b.
- _____. *A Cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1983.
- _____. *The World of Nations: reflections on American History, Politics and Culture*. New York: Alfred A. Knopf, 1973.
- _____. "The Anti-Imperialist, The Phillippines and the Inequality of Man", *The Journal of Southern History*. (24) August, 1958.
- _____. "Imperialism and the Independents", Unpublished Honors Thesis, Harvard University, 1954.
- Morison, Samuel Eliot. *The Builders of the Bay Colony*. Boston: Houghton, Mifflin & Co., 1930.
- Nicbuhr, Reinhold. *The Irony of American History*. New York: Charles Scribner's Sons, 1952.
- Schlesinger, Arthur M. Jr. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- Woodward, C. Vann. *The Burden of Southern History*. (revised edition) New York: The American Library, 1968.

NOTAS

¹ Lasch foi muito prolífico: escreveu dez livros e quase cem artigos. O autor deste trabalho realizou um extenso levantamento bibliográfico das obras de Lasch, não apenas de suas publicações nos Estados Unidos, como em outros países.

² A chamada "história progressista" vê a história americana como uma série de conflitos políticos que levam a uma sociedade mais justa e democrática. Enquanto mantém uma semelhança superficial com a historiografia marxista à medida que a "história progressista" enfatiza o conflito entre as classes, a maioria dos historiadores progressistas são liberais que vêem o capitalismo reformado como o fim apropriado para as tendências nos Estados Unidos. Lasch foi certamente influenciado pela "história progressista", mas muito mais pelo marxismo. Lasch olhava para além do liberalismo, em direção a uma transformação radical da sociedade americana. Mesmo que, às vezes, ele criticasse muito a esquerda radical. Para uma discussão sucinta de Lasch sobre esses assuntos, ver Lasch, C. *The true and Only Heaven: Progress and Its Critics*, New York, W.W. Norton & Company, 1991, p. 25/37 e; Blake C. & Phelps C., *History as Social Criticism: Conversation with Christopher Lasch*, *The Journal of American History*, march 1994.

³ Este é um dos poemas que compõem a coletânea de poemas de Kipling, in: *The Collected Verse of Rudyard Kipling*. New York: Doubleday, Page & Co., 1910.p.244-226.

⁴ Além da "História progressista", refere-se a uma outra grande perspectiva historiográfica nos Estados Unidos, a chamada "história consensual".

A “história consensual” tende a ver a tradição política americana como sendo mais caracterizada por valores compartilhados do que pelos conflitos de princípios fundamentais. Um antigo e muito importante trabalho sobre essa tradição é *The liberal tradition in America* de Louis Hartz. Richard Hofstadter e Daniel Boorstin, apesar de muito diferentes em muitos aspectos importantes, são também representantes importantes da “história consensual”. Para uma boa discussão sobre a historiografia americana, incluindo uma boa discussão sobre a “história consensual”, veja *Conflict and consensus and American Historians* de Bernard Strensher. É claro que Lasch foi influenciado pela “história consensual” e isso fica muito mais claro quando ele diz que dois lados de uma controvérsia política compartilham os mais importantes valores. O tratamento que le dá ao debate anti-imperialista na década de 1890 é um bom exemplo disto.

⁵ “Notoriedade” é talvez a expressão mais apropriada para descrever a repercussão e a reação de alguns, como foi o caso das feministas (nesse sentido, ver a bibliografia organizada pelo autor “Bibliografia: os trabalhos de e sobre Christopher Lasch”. Mimeo., 1995).

⁶ Esses artigos apareceram mais frequentemente no jornal católico *The New Oxford Review*.

⁷ Esta expressão foi primeiramente incluída em um sermão dado por John Winthrop, primeiro governador da Colônia, um pastor dos Puritanos que migrou para a Massachusetts Bay Colony no início da década de 1630. Winthrop fez um sermão a bordo de um navio antes de chegar à terra. Ele dizia que o propósito de sua missão coletiva era de ser um exemplo moral e religioso, como uma “cidade na colina” para o resto do mundo. O sermão é frequentemente citado como um antigo exemplo do espírito imperial americano. Para o sermão de Winthrop, ver Morison, 1930.

⁸ Sobre a missão divina e a possibilidade “começar tudo de novo” ver Nicbuhr, 1952 : 23-24.

⁹ Apesar do foco do trabalho de Lasch (como evidenciado pela sua bibliografia), alguns de seus livros mais importantes foram traduzidos para o português e têm circulado no Brasil especialmente nos meios acadêmicos. O autor presume que parte da atração de Lasch, pelos brasileiros, é que ele oferece uma ampla e devastadora crítica sobre muitas das “ilusões” pelas quais os norte-americanos fazem ter sentido em suas vidas. De vez em quando, os latino-americanos sofrem dessas “ilusões”. Um brasileiro que leu atentamente Lasch e tentou lançar luzes para compreender melhor o Brasil, foi o psicanalista Jurandir Freire Costa (vide bibliografia).

Com as transformações políticas e econômicas que ocorreram no mundo, como a fragmentação do Leste Europeu, da União soviética e ainda as mudanças tecnológicas implementadas pelo capitalismo, o conteúdo da análise geográfica tem sido convocado a novas reflexões conceituais, teóricas e filosóficas.

No contexto dessas novas reflexões, percebe-se o retorno a análise de antigos conceitos geográficos e a busca de novas posturas teóricas, como também o surgimento de novos conceitos.

Na atualidade, vários questionamentos são oferecidos com relação ao território, lugar e a região, os quais, por sua vez, estão associados ao processo de transformação em que a globalização afirma-se como uma tendência universal, associada, porém, à queda de barreiras físicas entre os países e, principalmente, à era das redes.

Na realidade, os conceitos de território, espaço, lugar e região começam a ser colocados em cheque, isto é, questionados, levando a uma nova discussão sobre esses mesmos conceitos.

Assim sendo, como a Geografia analisa estes conceitos dentro dessa nova realidade?

O estudo do território nos dias atuais está totalmente dissociado do estudo de território oferecido por Ratzel, isto é, sob a perspectiva do espaço vital, mesmo embora o território ainda tenha, na sua essência, o poder.

Hoje, não se procura analisar o território em si, mas o seu uso. Ou seja, o território tem um significado diferente daquele que considerava um espaço físico, delimitado por fronteiras. O território é visto como o espaço

O território, segundo BECK (1992, p. 6), "é um produto 'produzido' pelo social, e também um produto 'colocado' e utilizado como meio, na portanto a prática social".

Entendemos que o Estado foi o produtor do território após a Segunda Guerra Mundial. Nos dias de hoje, com a hegemonia do Estado Neoliberal, a privada começa a assumir essa função ainda que timidamente. Assim, os dois aspectos temos a sociedade produzindo o território de maneira simples e modesta, mas, através das diversas formas de movimentos sociais, interferindo na produção do território.

Tendências Atuais da Geografia

Rita de Cássia da Conceição Gomes*

também tem sido modificado ao longo do tempo, diferenciando-se daquele conceito estudado nos períodos que antecedem e movimenta da globalização mundial. O território visto como algo isolado, e territorialmente autônomo, com particularidades específicas, nada mais era do que uma forma de compressão de um mundo formado por uma infinidade de regiões, sem relação entre si.

As mudanças que ocorrem atualmente estão ocorrendo neste Brasil de maneira principalmente aquelas relações de desorganizações das estruturas econômicas e sociais. Segundo IANNI (1996, p. 14) o território atualmente é uma Dimensão Terceira do Trabalho.

* Professora do Departamento de Geografia da UFRN

... "The American West" ...

... "The American West" ...

Referências Bibliográficas

...

Rita de Cássia da Conceição Gomes
... "História da Geografia" ...

... "The New Oxford Review" ...

... "The American West" ...

** Trabalho apresentado em 25 de setembro de 1995, durante um seminário de Geografia, realizado pelo curso de Geografia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Campus de Mossoró*

... "The American West" ...

... "The American West" ...

Com as transformações políticas e econômicas que ocorreram no mundo, como a fragmentação do Leste Europeu, da União soviética e ainda as mudanças tecnológicas implementadas pelo capitalismo, o conteúdo da análise geográfica tem sido convocado a novas reflexões conceituais, teóricas e filosóficas.

No contexto dessas novas reflexões, percebe-se o retorno a análise de antigos conceitos geográficos e a busca de novas posturas teóricas, como também o surgimento de novos conceitos.

Na atualidade, vários questionamentos são efetuados com relação ao território, ao lugar e à região, os quais, por sua vez, estão associados ao processo de transformação em que a globalização afirma-se como uma tendência universal, associada, porém, à queda de barreiras físicas entre os países e, principalmente, à era das redes.

Na realidade, os conceitos de território, espaço, lugar e região começam a ser colocados em cheque, isto é, questionados, levando a uma nova discussão sobre esses mesmos conceitos.

Assim sendo, como a Geografia analisa estes conceitos dentro dessa nova realidade?

O estudo do território nos dias atuais está totalmente distanciado do estudo de território efetuado por Ratzel, isto é, sob a perspectiva do espaço vital, muito embora o território ainda tenha, na sua essência, o poder.

Hoje, não se procura analisar o território em si, mas o seu uso. Ou seja, o território tem um significado diferente daquele que considerava um espaço físico delimitado por fronteiras. O território é visto como o espaço das representações subjetivas, criado segundo critérios preestabelecidos pelo sujeito.

O território, segundo BECKER (1983, p. 8), "*é um produto 'produzido' pela prática social, e também um produto 'consumido', vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social*".

Sabemos que o Estado foi o grande produtor do território após a II Guerra Mundial. Nos dias de hoje, quando se apregoa o Estado Neoliberal, a atividade privada começa a assumir essa produção, ainda que timidamente. Associada a esses dois agentes temos a sociedade civil que, ainda de maneira simples e modesta, tem, através das diversas formas de movimentos sociais, interferido na produção do território, tornando a gestão desse território, em dado momento dos acontecimentos, uma gestão menos autoritária e mais democrática.

O entendimento do conceito de região também tem sido modificado ao longo do tempo, diferenciando-se daquele conceito estudado nos períodos que antecederam o movimento da globalização mundial. A região vista como algo isolado, como uma realidade autônoma, com particularidades específicas, nada mais era do que um reflexo da compreensão de um mundo formado por uma infinidade de regiões, sem nenhuma relação entre si.

As mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo neste final de século, principalmente aquelas relacionadas às desnacionalizações das economias, gerando uma economia internacional, uma nova divisão internacional do trabalho que aponta para uma unificação mundial, imposta pela nova forma de produzir/reproduzir o capital. Segundo IANNI (1996, p.14) o que temos atualmente é uma Divisão Transnacional do Trabalho.

No contexto dessa nova divisão do trabalho de uma forma aparente as regiões,

os países, as culturas são eliminadas. No entanto, muito embora a realidade atual aponte para uma desnacionalização do capital, não existe, porém, uma desterritorialização deste. Enquanto os processos de produção se tornam universais, ou seja, se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente. É esse, portanto, o novo entendimento que devemos ter de região. Existe uma intensidade de relações que se estabelecem entre o Estado e a região, entre o território de um país e uma região, que passa a não admitir mais a região enquanto referência conceitual sob a perspectiva de uma realidade concreta e autônoma.

Para SANTOS (1991, p. 46)

Estudar a região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.

Dessa forma, para entendermos a região no momento em que se dá a globalização, temos que partir da compreensão de região enquanto uma versão distinta da mundialização, que, no dizer de SANTOS, não é mundial, isto porque não garante a homogeneidade espacial. Pelo contrário, o processo de mundialização traz, no seu bojo, a criação de diferenças, porque depende, na sua essência, dessas diferenças. Ou seja, na medida em que ocorre uma maior mundialização dos lugares, estes se tornam mais singulares e, portanto, específicos.

Assim sendo, o estudo da região continua sendo importante, pois através dele podemos entender a (re)produção do modo de produção que se dá sob diversas formas e

em diversas regiões do globo, segundo as suas especificidades. Através do estudo regional, podemos perceber como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas da terra ou mesmo dentro de um país, associando novas dinâmicas de produção às condições já existentes. Isto quer dizer que o estudo da região não deve tomar por referência apenas o global, a totalidade. Para estudarmos a região devemos buscar o seu próprio processo histórico e conceitual.

Outro conceito resgatado pela nova proposta teórico-metodológica da Geografia é o de paisagem.

Paisagem, como é do nosso conhecimento, é tudo aquilo que nós vemos, ou seja, o que o nosso horizonte visual alcança. É o domínio do visível. A paisagem é, portanto, formada de sons, cores, formas e até odores. No entanto, a capacidade de nossa visão, além de ser limitada, está diretamente associada ao lugar de onde procuramos ver. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção.

A percepção foi vista, através dos vários estudos efetuados pelos psicólogos, como um processo seletivo. Assim sendo, o estudo da paisagem, na atualidade, nos impõe a ultrapassagem da paisagem enquanto aspecto e o entendimento do seu verdadeiro significado.

A produção do espaço resulta da ação do homem que se materializa sobre o espaço, através dos objetos naturais e artificiais que passam a compor a paisagem. Esta, portanto, pode ser vista como a reprodução de níveis diferentes das forças produtivas, materiais e imateriais.

A paisagem nos apresenta como uma diversidade de formas (naturais e artificiais), às quais estão associadas a diversidade de funções superpostas pela vida social. Quanto

maior a complexidade da sociedade, maior a diversidade de funções e, portanto, maior o número de formas nos apresentará a paisagem. Por isso, SANTOS assinala que *“uma paisagem é uma escrita sobre outra; é um conjunto de objetos que tem idades diferentes; é uma herança de diferentes momentos; é um objeto de mudança permanente; é parcialmente trabalho morto.* (1991, p.66)

A paisagem está em constante movimento, isto é, em transformação. Esse movimento depende não apenas das possibilidades técnicas, às quais está diretamente associada, mas também da realidade econômica, política e cultural da sociedade.

É importante lembrar que, muito embora a técnica seja de fundamental importância para análise das formas diversas, que uma dada paisagem apresenta como resultado do seu próprio movimento, ela não possui uma realidade histórica fora das relações sociais. Por isso, devemos pensar a paisagem relacionado-a às condições políticas, sociais, econômicas e culturais.

O estudo da paisagem é importante nos dias atuais porque, é através dele que podemos perceber a espacialidade da dinâmica social, uma vez que parte dessa dinâmica se expressa nas formas contidas no espaço. Entretanto não podemos esquecer que, embora a paisagem nos revele o histórico das técnicas, não nos mostra todos os dados necessários a uma análise profunda da sociedade, pois nem sempre eles são sensíveis ou perceptíveis.

As paisagens sofrem mudanças do tipo estruturais e funcionais. As mudanças funcionais se inserem dentro de uma mudança aparente. Isto é, as formas das

paisagens possuem funções distintas de acordo com o período. Já as mudanças estruturais, por sua vez, estas estão associadas diretamente às mudanças das formas. Este tipo de mudança ocorre segundo a realidade social, política e econômica vivida por uma determinada sociedade, que tem seus reflexos na paisagem.

Existe uma diferença fundamental entre paisagem e espaço. Enquanto a paisagem se apresenta como um instante da sociedade materializada, o espaço é o resultado da ação dos homens, intermediadas pelos objetos naturais e artificiais.

O lugar também é outro conceito que vem sendo trabalhado pela Geografia, como uma imposição de outro par dialético que se configura neste final de século, frente às mudanças territoriais econômicas e sociais que ocorrem no planeta Terra. É a dialética do global *versus* local.

O lugar se apresenta como o ponto de manifestação dos conflitos, dos desequilíbrios, das tendências da sociedade, daí a importância de sua análise.

A sociedade urbana e o espaço urbano, enquanto elementos de referência analítica, são horizontes bastante diferenciados; o lugar se coloca como uma das perspectivas analíticas, já que o processo de produção do espaço se apresenta como sendo, também, um processo de reprodução/reprodução da própria sociedade.

O lugar se apresenta, além disso, como uma parte do espaço socialmente construído. Enquanto tal, ele nos oferece condições para uma reflexão que engloba o modo de vida, a habitação, os usos e costumes. Tal reflexão nos conduz a um processo de grande complexidade: a apropriação do espaço. Ao refletirmos sobre a apropriação,

indubitavelmente refletimos sobre o poder: é no lugar que este se manifesta sob suas várias formas de expressão.

A fragmentação, enquanto processo de apropriação, também pode ser analisada, tendo o lugar como ponto de referência. Esta fragmentação deve ser vista, principalmente, segundo a dimensão política e social do espaço, do indivíduo e da cultura.

No lugar existe a dimensão da vida que se expressa através dos usos e costumes. Cada lugar tem o seu conteúdo que, por sua vez, é um conteúdo social associado à história de um povo, bem como à história de cada indivíduo pertencente a um povo.

A importância do estudo do lugar está no fato de que ele nos remete à dimensão do espaço vivido, penetrado pelo imaginário e pelo simbolismo, guardando em si, e não fora dele, o seu significado e dimensões do movimento da história, enquanto movimento da vida possível de apreensão pela memória, através dos sentidos.

Segundo CARLOS (1994, p.42)

o lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenômeno espacial ou de um modo de colocar-se a questão da definição, mas isto só ocorre se transcende a idéia dele como fato isolado.

O lugar não é uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que tem sua origem vinculada ao caráter social do trabalho que produz o espaço geográfico.

No que se refere às tendências teórico-metodológicas, podemos destacar a tendência dialética - não uma dialética marxista ortodoxa -, que, embora venha passando por uma reflexão frente às mudanças territoriais e econômicas ocorridas nos países socialistas,

ainda se apresenta como uma opção metodológica importante para aqueles que têm, por preocupação central, a produção do espaço. Entendemos que a análise processual é uma das alternativas metodológicas mais eficaz na explicação da realidade.

No entanto, esta opção já não privilegia somente o aspecto econômico, mas os demais, como o cultural, o social e o político. Outros teóricos também são estudados. Dentre eles, LEFEBVRE de cuja obra destacam-se: A Produção do Espaço, Conceção Marxista da Cidade, A Vida Cotidiana no Mundo Moderno e o Direito à Cidade.

Uma outra tendência que se encontra em bastante evidência, refere-se à Geografia Humanística, que tem por fundamento teórico e filosófico a teoria da fenomenologia de Edmund Husserl, (1859 - 1939). Esta tendência procura buscar a essência das coisas através da percepção do indivíduo.

A experiência vivida e adquirida pelo indivíduo é utilizada como elemento de referência para explicações dos fatos espaciais. O entendimento do conceito de espaço à luz da fenomenologia resulta de um contexto experienciado.

Para a Geografia Humanista, a experiência do indivíduo é muito importante porque procura compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos lugares. Cada indivíduo, cada grupo humano, tem uma visão de mundo expressa através de suas atitudes e valores.

O conceito de lugar, sob a ótica da Geografia Humanista, é entendido como aquele em que o indivíduo se encontra ambientado. O lugar faz parte de seu mundo, dos seus sentimentos e afeições. O lugar tem,

não somente um significado, mas também uma significância afetiva para as pessoas ou grupos de pessoas. TUAN, (1930) denominou este elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico de **topofilia**.

A noção de espaço na Geografia Humanista envolve, portanto, o conflito de idéias, uma vez que se caracteriza pela análise dos sentimentos e idéias espaciais dadas pelas pessoas e por grupo de pessoas.

Outra perspectiva de estudos geográficos se faz presente através da corrente geográfica idealista. Esta corrente se estabelece em nível idiográfico, isto é, da análise singular do lugar, do unitário. Mas não um lugar dialético.

A Geografia Idealista procura considerar a elaboração de relatos verdadeiros e sua explicação procurando focalizar, principalmente, a tendência histórica.

Para os idealistas, as preocupações com os pensamentos humanos são muito importantes para uma efetiva compreensão das organizações espaciais.

Segundo SOUZA (1993, p.22/23), existe nos dias atuais uma nova divisão do trabalho acadêmico-científico, associado à diversidade de compreensão do espaço. Nessa busca, podemos afirmar que várias temáticas vêm sendo trabalhadas segundo perspectivas diferenciadas, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, podendo ser citadas as seguintes:

- a) a dialética do território;
- b) o estudo da relação entre o global e o local, conseqüentemente, a globalização e a fragmentação;
- c) o estudo das territorialidades e desterritorialidades;
- d) os estudos referentes à globalização dos lugares;

e) os tecnopolos e a sua importância na formação de novas territorialidades;

f) a importância dos aspectos culturais na globalização e na fragmentação;

g) as transformações urbanas;

h) o desenvolvimento do meio técnico-científico informacional;

i) a geografia das desigualdades.

Os trabalhos de SOJA têm se configurado numa nova proposta teórica para os estudos geográficos. Ele propõe uma espacialização da narrativa histórica. Segundo este autor (1993), ao invés de pensarmos historicamente, devemos pensar uma Geografia das relações simultâneas e significados que são articulados por uma lógica espacial mais do que histórica.

SOJA critica a obsessão histórica, chegando a afirmar que estamos vivendo a época do espaço e não do tempo. Ele lança as bases para um materialismo histórico e geográfico, o que dá origem a uma tríplice dialética do espaço.

Os estudos de territorialidade e desterritorialidade estão associados à geografia política e à geopolítica. A territorialidade pode ser entendida como sendo o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de se integrar ao território; e ainda como o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social: o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Uma outra tendência que está sendo trabalhada pela Geografia, diz respeito à análise do espaço à luz do imaginário,

entendido como a prática social de atribuir significados, ou seja, a prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e a significar mais.

O imaginário tem como objeto de conhecimento a capacidade de fazer significar mais. O imaginário social corresponde às representações de valores, crenças e hábitos de uma dada sociedade.

Estas são, em nossa compreensão, as tendências atuais da Geografia enquanto ciência social, as quais têm a realidade social como base de suas análises e reflexões.

Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, ANPUR, 1994. p. 21/28.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O ensino da geografia na virada do século. In SANTOS, Milton *et all.* **O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade: uma leitura geográfica**. São Paulo: HUCITEC, ANPUR, 1993, p. 29/35.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia: reflexões sobre o espaço**. Rio de Janeiro: v.50, t.2, p. 99-128, 1988 (número especial).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, 1994.270 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.190p.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991, 124 p. (Geografia, teoria e realidade.)

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR Editora, 1993. 324 p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia

INTRODUÇÃO

O presente ensaio busca resgatar e refletir a ação dos Movimentos Sociais no Campo no Brasil, no Nordeste e particularmente, no Rio Grande do Norte, entre 1960 e 1990, a qual possibilitou a viabilidade das lutas sociais no meio rural. Com base em pesquisa documental e de campo, o trabalho assumiu a perspectiva de analisar as ocorrências que entraram para a História como luta pela terra ou como processos sociais agrários reflexos na economia e no tecido social, bem como, expressam vivências de cidadania. Os conflitos de terra constituiram-se como fenômeno social fundamental para ser estudado. Resistir para não sair e ocupar para ficar na terra marca a vida de milhares de brasileiros que canalizam seus sonhos rumo a terra sem patrão.

1. OS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL: marcaram os sonhos

Praticamente no final da década de 50 e início da década de 60, os teóricos que tratam da questão dos Movimentos Sociais no Campo e da Questão Agrária identificam a fim da terra de permissão⁴, sendo profundamente alteradas as relações de mercado. (PALMEIRA, 1977)

ANDRADE, em seu livro clássico *A terra e o Homem no Nordeste*, nos dá um panorama das relações vivenciadas entre morador

O morador flutua em uma série de obrigações proprietário, sendo a principal: dar-lhe certo número de trabalho por semana, duas ou três vezes, com a família, cultivar a área casa com qualquer temporária, as permissões a bananeira e a cana termicamente proibido quem morador em caso não possa pleitear. Geralmente a mata cultivada é a

Luta pela Terra: a busca da cidadania Os conflitos de terra 1960 - 1990

Paulo Roberto Palhano Silva¹

na área em desenvolvimento e onde o proprietário exige apenas uma rejeição de três ou quatro dias por semana durante a estação das chuvas. A proporção que o número evolui, a área, como vai aumentando, o proprietário não só recebe os produtos, mas áreas mais favoráveis, das mesmas cinco ou seis vezes por semana, canavieiras, o que trabalhadores de cada roçados. Vai então se gradativamente a probabilidade de compra.

A literatura acerca dos conflitos de terra no Brasil, ocorridos na década de 60, que esse fenômeno assun-

¹ Mestre em Ciências Sociais, Prof. Substituto na UFRN (1996), membro da Base de Pesquisa Estado e Movimentos Sociais - Mestrado em Ciências Sociais da UFRN e integra como assessor o Serviço de Assistência Rural - SAR da Arquidiocese de Natal.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio busca resgatar e refletir a ação dos Movimentos Sociais no Campo no Brasil, no Nordeste e particularmente, no Rio Grande do Norte, entre 1960 e 1990, a qual possibilitou a visibilidade das lutas sociais no meio rural. Com base em pesquisa documental e de campo, o trabalho assumiu a perspectiva de analisar as ocorrências que entraram para a História como luta pela terra ou como processos sociais agrários, que possui reflexos na economia e no tecido social, bem como, expressam vivências de cidadania. Os conflitos de terra constituíram-se como fenômeno social fundamental para ser estudado. Resistir para não sair e ocupar para ficar na terra marca a vida de milhares de brasileiros que canalizam seus sonhos rumo à terra sem patrão.

1. OS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL: marcaram os sonhos

Praticamente no final da década de 50 e início da década de 60, os teóricos que tratam da questão dos Movimentos Sociais no Campo e da Questão Agrária identificam o fim da terra de permissão², sendo profundamente alteradas as relações de moradia. (PALMEIRA, 1977)

ANDRADE, em seu livro clássico *A terra e o Homem no Nordeste*, nos dá um perfil das relações vivenciadas entre morador, patrão e avanço no processo de produção, que impõe progressivamente a “sujeição” ao trabalhador:

O morador fixado em um ‘sítio’ tem uma série de obrigações para com o proprietário, sendo a principal delas dar-lhe certo número de dias de trabalho por semana. Nos demais dias ele pode, com a ajuda da família, cultivar a área em torno da casa com qualquer lavoura temporária; as permanentes, como a bananeira e o cafeeiro, são terminantemente proibidas a fim de que o morador em caso de mudança não possa pleitear indenização. Geralmente a mais cultivada é a mandioca; em Alagoas cultiva-se muito milho e na Paraíba e no Rio Grande do Norte o algodão tem grande importância nestes roçados. Este sistema é ainda generalizado nas áreas em que o processo usineiro está em desenvolvimento e onde o proprietário exige apenas uma sujeição de três ou quatro dias por semana durante a estação das chuvas. À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores, tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarianização da massa camponesa. (1986, p.104)

A literatura acerca dos conflitos de terra no Brasil, ocorridos na década de 70, ressalta que esse fenômeno assumia uma característica de ser bastante isolado e desarticulado. Nesse período, a intervenção da Igreja Católica direciona um conjunto de

pastorais e serviços para atuarem nos aspectos sociais que envolvem famílias de trabalhadores e para se ater com maior intensidade a essa problemática social emergente: a luta pela terra. A ação da Igreja, materializada por exemplo na Comissão Pastoral da Terra - CPT, no Serviço de Assistência Rural - SAR, na Animação dos Cristãos do Meio Rural - ACR e em outros organismos, passa a desempenhar papel de articulação e de formação política possibilitando às famílias que lutavam pela terra tornarem-se **sujeitos coletivos**.

Nesse sentido, ESTERCI (1990, p.7), ao fazer a periodização do fenômeno, destaca que nessas ações encontra-se implícito o efeito multiplicador:

As ações de resistência e ocupações de terra, que se multiplicam no país nos anos 70 e 80, não foram suficientes para impor uma política de redistribuição de terra em grande escala. Em alguns casos, porém, foram fortes o bastante para obrigar o Estado a tomar medidas de desapropriação ou regularização, ou mesmo, na impossibilidade de encontrar solução legal, de conviver com ocupações de fato, dando origem às novas áreas de concentração de pequenos produtores ou ratificando áreas de concentração já existentes.

É preciso lembrar que o espaço agrário brasileiro, especialmente a partir dos anos 60, tomava uma nova conformação: dava-se a escassez da terra de trabalho (familiar), seja devido ao fim da disponibilidade das terras de fronteira, seja pela expansão da fronteira agrícola. Essa conformação, ressalta-se, continua sendo ampliada na década de 70,

sobretudo pela concentração da terra no poder de poucos.

Na região Centro-Oeste,

a partir dos anos 70 não havia mais terras livres e as novas levas de lavradores que chegaram à região tiveram que disputar a terra com grileiros e pretensos donos. As ocupações então se fizeram coletiva e organizadamente com o objetivo de enfrentar a ameaça das milícias armadas dos outros pretendentes. Para diminuir a densidade dos conflitos e proteger o capital na região, o Estado criou um órgão militarizado, o GETAT, para regularizar a situação da terra ao mesmo tempo em que procurava conter a organização e a mobilização dos trabalhadores. As comunidades do Baixo Araguaia foram objeto de medidas de demarcação e titulação. (ESTERCI, 1990, p.8).

Na região sul,

as ocupações começaram (ou retomaram) no final dos anos 70. Isoladas a princípio, tendem a se articular em movimentos mais amplos como o MASTER e MST. (ESTERCI, 1990, p.8).

As observações de VIANNA (1990, p.14-15) dão conta que

o sudoeste do Paraná foi, na década de 50, o palco de lutas pela terra que envolveu milhares de camponeses oriundos do Rio Grande do Sul. Os camponeses chegaram à região

atraídos pela notícia da instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), projeto de colonização do Governo Federal. A Cango, criada pelo decreto-lei 12.417, de 12 de maio de 1943, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, fornecia uma média de vinte e cinco a cinquenta hectares de terra aos agricultores. Entretanto, eram terras em litígio. Companhias colonizadoras privadas, reivindicavam para si a propriedade de diversas glebas utilizadas pela Cango, como a gleba Missões. Os camponeses recebiam a terra, mas não a titulação dos lotes. As Companhias privadas usando jagunços e outras formas de violência, pressionavam os camponeses para que comprassem delas os lotes que haviam recebido da Cango. A situação foi se agravando até que, no ano de 1957, começou a rebelião, conhecida como 'Revolta de 1957', que culminou com a desapropriação das áreas e titulação das propriedades aos camponeses. (...) Há indícios de que, a partir da década de 70, camponeses da região tenham tentado a ocupação da área, realizando 'invasões com a subsequente expulsão por jagunços ou policiais. (VIANNA, 1992, p.14-15).

No Nordeste, com **“o fim da terra de permissão”**, aliado a outros aspectos como expansão de monoculturas, agroindústria da cana-de-açúcar, substituição de pequenos produtores e outras mudanças no cenário, verifica-se um longo processo de resistência às grilagens praticadas por prepostos donos de terras (PALMEIRA, 1985). Mudanças que podemos observar na análise de José Graziano da Silva e outros (1983, p.33):

1) o impacto se faz de maneira tanto indireta, ou seja, não atinge os produtos cultivados pelos pequenos proprietários parceiros e/ou arrendatários, como de maneira direta, tendo como resultado final quase sempre a proletarianização dos segmentos 'mais fracos'; 2) há sempre um processo de 'substituição de produtos e produtores' deslocando as culturas de subsistência e com ela as formas tradicionais de relações de trabalho como a parceria, o pequeno arrendamento ou o morador, em que parte da remuneração é não-monetária; 3) num primeiro momento, a desarticulação das relações de trabalho tradicionais internas à grande propriedade acentua a sua dependência do trabalho sazonal dos minifundistas, e estes são preservados; mas à medida que se organiza o fluxo urbano-rural de trabalhadores volantes, as pequenas propriedades são engolidas pelas grandes na esteira de uma rápida valorização das terras da região; a rearticulação dos pequenos produtores modernizados com os grandes produtores se faz basicamente pelo sistema de arrendamento do capital fixo em máquinas e equipamentos, quando o impacto tecnológico é direto.

Os embates individuais ou coletivos vão mudando de fisionomia. Vão sendo processadas mudanças no vetor das lutas, e a permanência na terra passa a ser a grande aspiração frente às diversas situações vivenciadas por famílias de trabalhadores rurais. BARREIRA, (1992, p.86) ao estudar

as lutas sociais no campo, no sertão do Ceará, apresenta que o fato de deixar de ser morador e receber uma indenização era visto como uma possibilidade de mudar de vida, ser livre da sujeição. Porém essa situação vai sendo transformada, não só no Ceará, mas no Nordeste. *“A partir do final da década de 70, estas ‘vantagens’ começam a ser questionadas. (...) Então, a permanência começa a ser a grande aspiração.”*

Observou-se que, nessas lutas por terra, o pretense proprietário procurava sempre utilizar-se de diversas táticas para “limpar a terra”. Nessa perspectiva, articula redes de influência que vão desde os políticos locais, estaduais, até aqueles de atuação nacional, a fim de impedirem as desapropriações, ou de reivindicarem “justo valor” quando o processo de desapropriação tornar-se irreversível. Articulam também, em muitos casos, uma rede militar constituída com a contratação de pistoleiros, jagunços, empresas de segurança e militares reformados.

É nesse contexto que vai ocorrer, nas últimas décadas, uma série de conflitos de terra em todos os estados do Brasil³. Para MARTINS (1992, p.6), as disputas e as lutas pela terra transcendem à mera busca de soluções para questões econômicas do campo, uma vez que almejam melhores condições de vida e reafirmam a convicção de que a construção de uma sociedade democrática no Brasil passa por uma Reforma Agrária. *“Os subsídios dados ao latifúndio, os quais possibilitam extrair e concentrar a renda da terra, penalizam toda a sociedade e permitem a dominação político-econômica dos grandes proprietários neste país.”*

Historicamente, os proprietários rurais no Brasil conseguiram aliados no interior do Estado, quando conquistaram vantagens, seja em forma de subsídios, seja em equipamentos, dentre outros. Esse segmento da sociedade obteve resultados significativos nos confrontos nacionais com os trabalhadores rurais, que podiam perdurar por longos anos, como analisa MARTINS (1992, p.12):

Esse confronto ficou relativamente deslocado no novo regime político, pois tanto Sarney como Collor são típicos representantes das tradicionais oligarquias e latifundistas, cujos interesses e cujas habilidades e alianças políticas os elegeram. Certamente, o efeito político mais grave do pacto que produziu suas vitórias está no teor político ambíguo e conservador da Constituição de 1988 e no retrocesso que ela representa na definição da política fundiária. A posição deslocada da questão no novo regime despoliticizou-a em favor do produtivismo econômico da retórica dos grandes proprietários, retórica da qual acabaram sendo vítimas os próprios agentes políticos dos trabalhadores rurais. E, com eles, os trabalhadores.

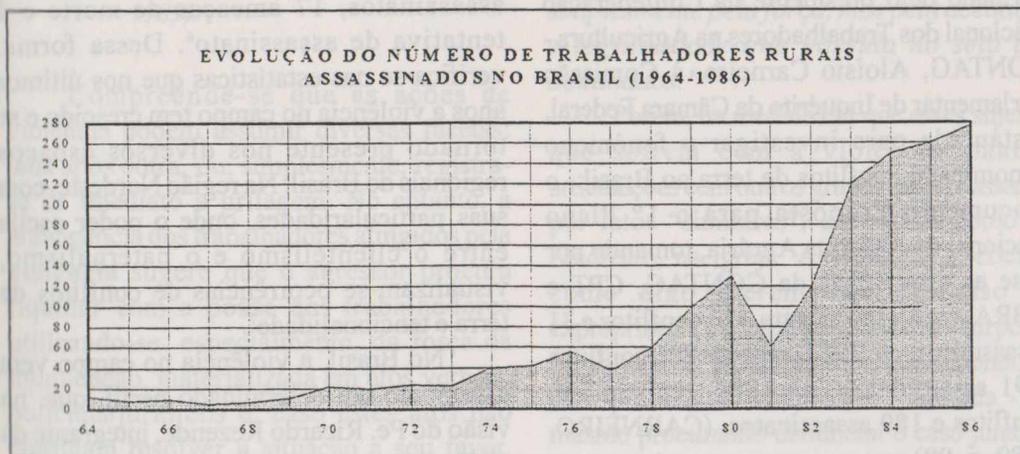
Percebe-se que, no bojo das lutas sociais no campo, vamos encontrar inúmeras famílias de trabalhadores, juntamente com suas representações e aliados, que mergulham nos processos de busca da terra. Esses sujeitos, através das lutas, buscam resgatar a sua cidadania, que ao longo da história foi anulada. Trata-se, pois, de um ato político que vem desafiar o poder materializador da

escassez de terra e outro pela abundância; um pelo roçado, pela lavoura, pela casinha na beira da estrada, pela exclusão das leis, do poder local e das políticas públicas; o outro, pela criação de gado, pela monocultura, pela não exploração da terra, pela boa casa na cidade, pelo apoio político partidário, militar e jurídico. Porém a caminhada das famílias de trabalhadores rurais tem pela frente, apesar de longa, a emancipação política e a busca dos seus sonhos.

Nesses processos sociais agrários, a violência é ampliada juntamente com a impunidade. Na busca da terra, verifica-se uma realidade: a evolução do número de trabalhadores rurais assassinados no Brasil no período de 1964 a 1986, tomando por base documentos fornecidos pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - MIRAD e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS ASSASSINADOS NO BRASIL (1964-1986)



FONTE: MIRAD/CONTAG. *Revista Retratos do Brasil*, Edição 15 de janeiro de 1987.

Outro registro que destacamos da publicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que fez um rastreamento nacional, inclusive caracterizando o perfil dos assassinatos na luta pela terra no Estado do Rio Grande do Norte, revela que em 1964 foram desaparecidos Antônio Teixeira - lavrador e presidente do STR de Nova Cruz; Antônio Teixeira, presidente do STR de Mossoró; José da Cruz, presidente do STR de Ceará Mirim; Manoel Xavier da Silva, presidente do STR de São José de Mipibu. Registram-se também os assassinatos dos trabalhadores rurais: José Ferreira da Silva, em 31.08.1983; Severino Antônio Nicácio, 26.09.1984; do posseiro e líder Manoel Edmilson de França, Lagoa do Sal - Touros - RN, em 20.12.1986⁴. Em 1991, aconteceram dois assassinatos: do posseiro e líder Sebastião Andrade, em 22.06.1991, Rosado - Carnaubais, e do posseiro e líder Olavo Paulo da Silva, em 1º.12.1991, Corredor - Antonio Martins. (DISPARADA. Natal, junho de 1993).

Vale apresentar outro panorama da violência no campo no Brasil que foi revelado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Aloísio Carneiro, à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, instaurada para investigar o fenômeno denominado conflitos de terra no Brasil: o Documento Proposta para o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, tomando por base as estatísticas da CONTAG, CPT e ABRA, em 1976, registra 126 conflitos e 31 assassinatos; em 1981, registra 896 conflitos e 91 assassinatos; em 1984, registra 950 conflitos e 180 assassinatos. (CARNEIRO, 1989, p. 08) .

A Comissão Pastoral da Terra, ao apresentar o **quadro da violência no campo no Brasil**, contabilizou, no período de 1985-1990, a ocorrência de 3.374 conflitos de terra. Nestes ocorreram 563 assassinatos, além de serem envolvidas 4.128.838 pessoas que disputavam a posse de 88.097.635 hectares de terra⁵. Percebe-se a emergência de uma nova forma de luta: **as massivas ocupações de terra**.

Ao demonstrar seus levantamentos sobre os conflitos de terra, a CPT nacional conseguiu identificar, em 1990, o seguinte quadro: na região Nordeste registrou ocorrência de 174 conflitos de terra, 26 assassinatos, 95 ameaças de morte e 46 tentativas de assassinatos; na região Norte, 108 conflitos de terra, 30 assassinatos, 50 ameaças de morte, 14 tentativas de assassinatos; na região Centro-Oeste, 40 conflitos de terra, 8 assassinatos, 23 ameaças de morte e 15 tentativas de assassinatos; na região Sul, 36 conflitos de terra, 2 assassinatos, 4 ameaças de morte e 4 tentativas de assassinatos; e na região Sudeste a ocorrência de 43 conflitos de terra, 9 assassinatos, 17 ameaças de morte e 1 tentativa de assassinato⁶. Dessa forma, verifica-se nas estatísticas que nos últimos anos a violência no campo tem crescido e se tornado presente nos diversos espaços regionais do Brasil. Na região Nordeste, com suas particularidades, onde o poder oscila entre o clientelismo e o paternalismo, visualizam-se ocorrências de conflitos de terra e tencionalidade⁷.

No Brasil, a violência no campo vem assumindo um determinado perfil, que, na visão do Pe. Ricardo Rezende, integrante da CPT Nacional, tem as características de ser

crescente, seletiva, ostensiva, com tortura e organizada. Vejamos sua argumentação:

a) **Violência crescente.** Não está mais localizada num ou noutro ponto isolado. Em 82, havia notícias de mortes em dois estados. Em 1985, já são 18 estados. A guerra já se espalha por todo o território do país (...); b) **Violência seletiva.** Mata-se por cálculo. Abatem-se vítimas precisamente escolhidas segundo um plano. Quem morre é quem puxa o trabalho, o que organiza, o que dá sentido à luta (...); c) **Violência ostensiva.** Não se mata mais às escondidas. O jagunço não teme, certo da impunidade. As mortes são anunciadas. A vítima é abatida à luz do dia (...); d) **Violência com tortura.** Os trabalhadores rurais são mortos e mutilados (...); e) **Violência organizada.** É o ponto alto da violência do latifúndio que já absorve técnica militar e funciona como máfia organizada. Orientados pela UDR, que unifica, estrutura nacionalmente (...). (AKCELRUD, p. 1989).

Compreende-se que as ações de violência podem assumir diversas facetas: uma após outra, ou, simplesmente, registra-se de imediato a grilagem. No entanto, a abrangência dos trabalhadores atingidos pela **violência** sugere que o agressor procura liquidar com a posse dos trabalhadores utilizando-se, especialmente, da força da intimidação, materializada em atos verbais, policiais/jurídicos e, caso estes atos não consigam resolver a situação a seu favor, então passam a impingir a violência pela via da destruição daquilo que fora construído

pelo trabalhador. Se ainda não for suficiente, então o agressor passa a atuar na dimensão mais severa: a ameaça de morte é a tomada da terra. É importante destacar que entre as formas de violência no campo pode-se encontrar a utilização de massacre, seja essa violência praticada por jagunços ou militares. A violência pode ganhar diversas dimensões.

Discutindo a questão dos personagens que materializam a violência contra as famílias de trabalhadores rurais, BARREIRA (1992, p.188) comenta que “a violência praticada pelo poder privado dos proprietários de terra conjuga-se, na maioria das vezes, com a prática do poder público das polícias locais”. Ressalta, de modo particular, que “o uso indiscriminado da violência pode representar a contrapartida dos proprietários, diante dos espaços políticos ocupados pelos camponeses.”

Nessa perspectiva, BARREIRA (1992, p.181) argumenta que “nesse momento, a força sobrepõe-se à legitimidade que reproduzia o poder dos proprietários de terra, de vez que este poder não era mantido simplesmente pela força, mas pela aceitação e legitimidade que possuía no seio dos dominados.”

Porém, na medida em que esses sujeitos que sofrem com a violência mantêm articulações com outros grupos que já passaram por fatos “similares”, encontram apoio no Sindicato, na Igreja. A violência é refletida como algo inerente ao processo de expropriação, à centralização da terra em poder de poucos, e, especialmente, contrapondo-se com práticas de autodefesa - armada - ou mesmo procurando denunciar o caso junto às autoridades e na imprensa. Essa divulgação, em vários casos acompanhados, tem

funcionado como inibidora de novos atos de violência e até resultado em processos desapropriatórios. Quanto maiores forem as evidências da “**tensão social**” - denúncias nos meios de comunicação, apresentação de cartas elaboradas pelos trabalhadores, apresentação de dossiê, notas e outros documentos - maior probabilidade de o litígio ser resolvido por processo de desapropriação. Isto porque colocam-se publicamente para toda a sociedade, geralmente em detalhes, as ocorrências, divulgando o nome das pessoas envolvidas e suas práticas de violências, além

de cobrar do Estado que tome as devidas providências frente à demanda.

No cenário do Rio Grande do Norte, na medida em que fomos levantando os casos de violência no campo, seja por meio da documentação já existente ou do trabalho de campo acabamos por constituir uma catalogação dos conflitos de terra ocorridos durante o período de 1960 a 1990 .

Nesse sentido, apresentamos um quadro resumo dessa catalogação que nos dá a dimensão das ocorrências de conflitos de terra no Rio Grande do Norte:

TABELA 2

CONFLITOS DE TERRA NO RN POR REGIÃO - 1960 a 1990

ZONAS HOMOGÊNEAS	Municípios (nº)	Municípios c/ conflito (nº)	conflitos (nº)
LITORAL ORIENTAL	25	18	59
LITORAL NORTE	16	09	35
AGRESTE	32	07	13
CURRAIS NOVOS	06	01	01
CAICÓ	12	06	00
SERRAS CENTRAIS	07	03	03
ALTO APODI	33	01	00
MOSSOROENSE	22	11	39
TOTAL	153	56	151

FONTE: Pesquisa de campo e documental. Ver fontes do anexo 1. Divisão homogênea obedece ao SEPLAN/IDEC/RN

Por esse rastreamento, podemos observar que as lutas no campo foram desenvolvidas em 56 municípios, onde ocorreram 151 conflitos de terra distribuídos nas diversas Zonas Homogêneas do Rio Grande do Norte, sendo principalmente nas zonas do litoral oriental, com 59 casos, do litoral norte, com 35, e Mossoroense, com

39 casos de conflitos de terra. Já as zonas homogêneas denominadas de Agreste, Currais Novos, Alto Apodi e Serras Centrais apresentaram poucos casos de conflitos de terra. A zona de Caicó não registrou nenhuma incidência do fenômeno.

Os municípios que apresentaram uma maior presença de conflitos de terra nesse

período foram: zona do litoral norte: Touros, com 18 casos; zona do litoral oriental: São Gonçalo do Amarante, 13 casos, Ceará-Mirim, 08 casos; zona mossoroense: Mossoró com 12 e Baraúna com 09 casos de conflitos de terra.

Essa luta pela posse, resistência e permanência na terra no RN, travada entre famílias de trabalhadores rurais contra prepostos proprietários, configurou-se numa disputa pelo espaço fundiário envolvendo 9.476 famílias de trabalhadores rurais, aproximadamente 47.380 pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

A violência atinge as famílias de trabalhadores, independente da idade e do sexo de seus membros. “Limpar a terra” é para o proprietário/preposto uma questão

central, daí a utilização de diversos métodos violentos. Esses conflitos analisados inserem-se em conjunturas diversas, em nível nacional, regional, estadual ou local, permeados por questões econômicas, políticas e culturais. Estes conflitos aglutinam diversos fatores que os tornam questão fundamental para ser estudada pela ciência, para a intervenção dos governos e entidades que lidam com as populações rurais.

A tabela seguinte, retrata a relação entre cada grupo de famílias frente à ocorrência dos conflitos. Vale salientar que essa classificação foi feita independentemente da região em que o conflito tenha acontecido, como também do ano/período de sua ocorrência. Temos um detalhamento dos grupos atingidos nas áreas de disputa pela terra:

TABELA 3
GRUPO DE FAMÍLIAS ATINGIDAS NOS CONFLITOS
DE TERRA NO RN - 1960 a 1990

NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE CONFLITOS
01 a 25	58
26 a 50	31
51 a 75	27
76 a 100	08
101 a 125	06
126 a 150	02
151 a 175	02
176 a 200	02
201 a 300	02
301 a 400	01
700	01
2000	01

FONTE: Pesquisa de campo e documental, SILVA (1996).

Verifica-se que os grupos de 01 a 25 famílias, de 26 a 50 famílias e de 51 a 75 famílias inserem-se nas faixas que envolvem o maior número de conflitos e que, conseqüentemente, são os grupos populacionais que estão a oferecer maior vulnerabilidade à violência⁸.

A maior ou menor incidência de conflitos de terra sobre uma determinada região homogênea deve-se a inúmeros fatores, dentre os quais: a) tipo de desenvolvimento gestado na região; b) cultura política, privilegiando a trajetória de luta na região; e c) nível de organização dos trabalhadores na região.

Quando da análise do rastreamento, nos foi também possível realizar algumas classificações com relação aos sujeitos que disputavam a posse da terra: seja **quanto à categoria**, seja **quanto à natureza da terra em conflito**.

Quanto às categorias ou tipos de trabalhadores, identificamos que a maioria é de famílias posseiras. Verificamos também a presença de trabalhadores arrendatários, meeiros, sem-terra, pescadores, pequenos proprietários, moradores. Outra classificação específica constitui-se daqueles oriundos das áreas de barragens: as famílias de trabalhadores expropriados pela construção de barragens.

Em outro bloco de classificação, pode-se elencar segmentos que contrapõem-se às famílias de trabalhadores rurais, dentre esses destacam-se: a) segmento de empresas de origens diversas como agropecuárias, agro-indústrias, imobiliárias, reflorestamentos, turísticas, supermercado; b) segmento de personalidades que têm presença na vida pública, especialmente em partidos políticos e cargos eletivos; c) segmento do Estado,

através dos governos federal, estadual e municipal e de alguns órgãos da administração direta.

Na análise dos dados foi possível identificar **três tipos** de conflitos de terra:

a) conflitos de terra fomentados pela ação das famílias de trabalhadores rurais, quando estes ocupam as áreas de terras e passam a receber a contestação de outro. Estes casos, a partir da ação desses trabalhadores, realizam de forma individual ou coletiva a ocupação de uma determinada área de terra - devoluta ou particular - e posteriormente passam a enfrentar a ação do proprietário se que contrapõe à iniciativa dos trabalhadores, desencadeando assim o conflito; b) conflitos de terra nos quais a ação de capitalistas dá-se na perspectiva de retirar da terra as famílias de trabalhadores rurais detentoras de alguma faixa de terra. Ou seja, é a partir da ação dos capitalistas em tentar a expropriação que se desencadeia a reação de famílias de trabalhadores que procuram resistir para não perderem a posse da terra. Neste caso, ao reagirem, inicia-se a disputa e, conseqüentemente, o conflito; c) os conflitos decorrentes da implantação dos projetos de desenvolvimento - governamentais e/ou particulares - que geram choques com aquelas famílias de trabalhadores rurais ou não, que estão estabelecidas na área e são atingidas por tais projetos. A contraposição da população constitui-se no elemento central para que ecloda o conflito.

As **ações** de resistência e defesa da propriedade da terra são elementos propulsores do conflito. As **ações** dão-se tanto pelos sujeitos que provocam, como por aqueles que sofrem com a ocorrência do conflito. Por esse prisma, o elemento

impulsionador do conflito é caracterizado pelo ato de promover a ação de defesa da propriedade.

Não basta que um conjunto de famílias seja expropriado de suas glebas de terras para que haja o conflito, ou que um grupo de famílias de trabalhadores sinta a necessidade de possuir terra para trabalhar/morar. Faz-se necessário, para a existência do conflito, o ato propositivo de expropriar ou ocupar. Porém este, por si só, não consegue ser o gerador do conflito. É preciso que seja desencadeado um processo de reação - por algum sujeito envolvido no caso - que assuma a perspectiva de ter o controle da propriedade. Nesse sentido, “a ação” se configura como uma contraposição ao outro sujeito, direcionando a prática em busca do controle da propriedade da terra.

CONCLUSÕES

Nos processos vivenciados nas áreas de conflitos de terra, os sujeitos interagem, elaboram ações, articulam novos discursos, formulam táticas e estratégias à constituição de **sujeitos coletivos**. Sujeitos estes que desenvolvem práticas sociais tendo como objetivo a defesa dos seus interesses. Dá-se, também, a formação de um espaço de expressão de seus anseios e desejos. Estas lutas tendem a buscar a consecução de interesses que levem à conquista da cidadania.

Outra questão é que, no interior desses **processos sociais agrários**, os diversos sujeitos envolvidos vivenciam interações diversas que os interligam durante as práticas

conflituosas. Interações tanto no seio de uma mesma categoria social quanto entre categorias diferentes. Essas interações entre os sujeitos sociais são verificadas no cotidiano das lutas, onde os mesmos mantêm algum tipo de interlocução. Geralmente, essas interações revestem-se de tentativas de cooptação, de aliciamento, de paternalismo ou, ainda, de práticas que assumem a perspectiva de congregar interesses diversos, articulando parcerias, rede de movimentos, unificando idéias, construindo propostas que traduzam posições de classe, de frações, de segmentos coletivos ou não. Os interesses podem ser de cunho social, político, ideológico, econômico ou de outra natureza. SCHERER-WARREN (1993)

O próprio processo vivenciado pelos **sujeitos coletivos**, com suas diversas interferências, vão, passo a passo, fazer com que as suas demandas sociais sejam incorporadas às agendas dos **mediadores políticos**, como o **Estado**, o **Movimento Sindical** e a **Igreja**.

É preciso estar atento ao se analisarem as trajetórias dos Movimentos Sociais no Campo, pois a não conquista imediata das demandas pode ser qualificada como “enfraquecida” ou “esfacelada”, quando na realidade pode encontrar-se numa fase de calmaria e ser analisada como estando a refluir, quando na verdade há a possibilidade de estar havendo, de forma individual ou coletiva, uma profunda revisão dos caminhos, a redefinição de ritmos, que pode chegar a surpreender por se insurgir nas diferentes conjunturas.

Na busca pela terra e pela Reforma Agrária, as famílias de sem terra enfrentam geralmente diversas formas de violência, verificando-se que a ocorrência da

impunidade por parte do Estado frente aos casos de violência. Isto amplia a tensão social no campo. A não implementação de um Plano Nacional de Reforma Agrária tem sido fator decisivo no alargamento da fome e da miséria no campo. A terra assim não cumpre sua função social e prejudica toda a sociedade brasileira.

O **cotidiano** é o espaço privilegiado da ação coletiva, da interação entre sujeitos sociais e atores, o que possibilita a geração de uma nova cultura nos Movimentos Sociais, nos quais a sociabilidade é fundamental para que sejam colocadas em comum as idéias, analisadas coletivamente e formuladas as estratégias de ação. Notamos que esse mundo vivido, caracterizado pelas disputas por terra, apresenta-se centrado em especificidades, em questões desconhecidas, e é espaço de criação, de invenções e do inusitado.

Ao conquistarem “**a terra sem patrão**”, expressam possibilidade da vivência do novo, conseguindo geri-la de diferentes formas. Processa-se um novo código que vai sendo gestado entre os sujeitos sociais e a sociedade: “o ter a terra”, “a terra ser para a sobrevivência” - produção, moradia, lazer -, “a terra ser utilizada em regime de cooperação e de forma individual”, “preservar o espaço conquistado”, “envolver-se na participação das atividades coletivas”, “divulgar as experiências vivenciadas para outras famílias que lutam ou não pela terra”, “local onde há ampliação da comunicação entre os sujeitos”, “onde assumem ações coletivas”, “saem da contestação localizada” - privada na fazenda - e “passam à contestação ampliada” - torna a questão pública ao buscarem a ajuda de outros na sociedade.

O novo também pode ser evidenciado nas formas de mobilizações: atos públicos, missas, caminhadas pelas avenidas das cidades, romarias da terra, campanhas nas feiras, em que se amplia a democracia, não só de base, mas de forma ampla junto à sociedade. Assim, tratam das questões cotidianas e gerais com base em acentos como a luta pela cidadania, ações de massa, a vivência de novas práticas políticas e novas regras sociais.

Os conflitos de terra no Rio Grande do Norte, assim como os casos que ocorrem na maioria dos Estados da Federação, constituem-se em fenômenos de onde emergem sujeitos coletivos que canalizam seus **sonhos rumo à terra sem patrão**, e exercem sua condição de cidadãos, praticando ações direcionadas por diversas formas de luta pela terra.

BIBLIOGRAFIA

- AKCEKRUD, Isac.
1989 - *REFORMA AGRÁRIA. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL*. São Paulo, Cadernos de Educação Política, Global Editora, nº 21.
- ANDRADE, Manoel Correia.
1986 - *A TERRA E O HOMEM NO NORDESTE*. 4 ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- BARREIRA, César.
1992 - *TRILHAS E ATALHOS DO PODER. CONFLITOS SOCIAIS NO SERTÃO*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.
- CARNEIRO, Aluisio.
1989 - *CONFLITOS DE TERRA EXISTEM NO PAÍS*. CONTAG. Brasília, (memeo).
- CPT
1990 - *ESPINHOSOS CAMINHOS PARA A LIBERDADE. Conflitos de terra*. São Paulo, Edições Loyola.

- 1991 - O ESPINHOSO CAMINHO. in *Revista Nacional da CPT*. Março de 1991.
- ESTERCI, Neide, VIEIRA, Maria Antonieta da Costa & VIANNA, Aurélio.
- 1990 - *TERRA DE TRABALHO E TERRA DE NEGÓCIO. ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO CAMPONESA*. Rio de Janeiro-RJ, CEDI.
- ESTERCI, Neide.
- 1987 - *CONFLITOS DE TERRA NO ARAGUAIA. PEÕES E POSSEIROS CONTRA A GRANDE EMPRESA*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- GARCIA Jr, Afranio Raul.
- 1983 - *TERRA DE TRABALHO*. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. São Paulo, Paz e Terra.
- GRAZIANO DA SILVA, Jr.
- 1983 - *TECNOLOGIA E CAMPESINATO: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense. *Revista Economia Política*. Vol. 3, no. 4, out/dez, p. 21 - 56.
- GRZYBOWSKI, Cândido.
- 1987 - *CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO*. Petrópolis, Vozes/ FASE.
- MARTINS, José de Souza.
- 1990- *INDIOS E POSSEIROS: a luta social no campo*. Conferência: Movimentos Sociais em Perspectiva. Anais do Seminário o Retorno do Ator. França/Brasil. São Paulo, UPS.
- 1992 - *SONHOS E DESEJOS DOS LAVRADORES*. São Paulo, CPT/Edições Loyola
- MST
- 1978 - *ASSASSINATOS NO CAMPO: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo, Global.
- PALMEIRA, Moacir.
- 1977 - *CASA E TRABALHO: NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PLANTATION*. Niterói, Contraponto, n° 2 - Niterói.
- RIO GRANDE DO NORTE.
- 1990 - *Relatório de Atividades 1987/1989*. Natal, Secretaria da Agricultura. Instituto de Terras do Rio Grande do Norte, mineo.
- SCHERER-WARREN, Ilse.
- 1993 - *REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS*. Loyola, São Paulo.
- SIGAUD, Lígia.
- 1977 - A idealização do passado numa área de plantation. in. *CONTRAPONTO*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- SILVA, Paulo Roberto Palhano.
- 1995 - *NOVO MOMENTO NA LUTA PELA TERRA: quando o patrão sai de cena*. (Dissertação de Mestrado), Natal, UFRN, (mineo).

NOTAS

² O termo “fim da terra de permissão” é caracterizado como o momento em que os proprietários rurais começam a não ceder mais terras para moradia e para roçados aos trabalhadores rurais. Ver entre outros: SIGAUD (1977); GARCIA (1983).

³ Ver a este respeito IANNI (1981); MARTINS (1990); VELHO (1976); ESTERCI (1987); VIEIRA (1990); GRZYBOWSKI (1987).

⁴ MST. *Assassinatos no Campo. Crime e impunidade 1964-1986*. Global Editora. São Paulo, 1987.

⁵ CPT. *Revista O Espinhoso Caminho*. Rio de Janeiro, Março de 1991.

⁶ CPT. *Revista Espinhosos Caminhos para a liberdade. Conflitos de terra*. Rio de Janeiro. Edições Loyola, 1990.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Pelos dados levantados por esse rastreamento, percebe-se que tanto há um fluxo populacional como um volume de hectares de terras consideráveis, o que poderia ser mais elástico, pois

trabalhamos com as informações geradas por diversas fontes que, em sua maioria, não o faz de forma sistemática. Isto nos levou a realizar levantamentos de dados no local das ocorrências junto às famílias de trabalhadores e entidades municipais. Deve-se registrar que pesquisamos a violência sobre as famílias de trabalhadores que disputam terra, porém percebe-se que mediadores que se colocam em apoiar as lutas dos que estão fora da terra também são atingidos e marcados pela violência no campo. Essas vítimas geralmente prestam serviço de assessoria e solidariedade.

Introdução

A Geografia muitas vezes é considerada como sendo a "história" do presente. O tempo, nesse caso, deve ser considerado de modo diacrônico, pois em toda paisagem encontram-se inseridas as marcas tanto de um passado muito longínquo quanto de um passado próximo, evidenciadas respectivamente pelas heranças histórico-geológicas e histórico-cultural, ou seja, desenvolvidas e ainda se desenvolvendo em dois tempos diferentes: o tempo da história da Terra e o tempo humano.

Paisagem: considerações teórico-metodológicas

Anieres Barbosa da Silva*

Toda sociedade produz um espaço organizado sob formas visíveis e concretas, mas também, e sobretudo, organiza-se através de forças, de fluxos e de redes que são os elementos invisíveis dessa organização.

Nas três últimas décadas, os estudos sobre paisagens vêm assumindo uma importância cada vez mais acentuada dentro da ciência geográfica. Tais estudos visam sobretudo a analisar as estruturas espaciais e como estas se traduzem por paisagens as mais variadas.

Algumas dessas estruturas são percebidas imediatamente, embora existam toda uma sistema dinâmico que constitui e são combinada de agentes e processos físico-naturais e humanos que são os elementos dessa rede intrincada de forças e inter-relações bastante complexas (Bertrand, 1975).

Assim, o estudo sobre paisagem deve considerar diversos elementos que visam

contribuir. As paisagens de uma determinada região são caracterizadas por uma determinada combinação de fatores físicos e humanos, manifestam-se em diferentes etapas de evolução econômica, política e cultural (Tavares de Melo, 1983). Dessa maneira, o estudo da paisagem geográfica deve ser realizado considerando o conjunto de influências decorrentes das heranças históricas e culturais, naturais e humanas. É nesse contexto que surge a paisagem geográfica, que não seria, portanto, apenas uma paisagem física.

No superfície da Terra, a paisagem é uma

as gerais. A visualização do espaço geográfico e das paisagens que o compõem é quantitativa e qualitativa. Ela muda obrigatoriamente com a escala, o que quer dizer que as interdependências de diferentes componentes não ocorrem de acordo com os níveis de percepção (Tavares de Melo, 1983). Portanto, o geógrafo deve selecionar as observações necessárias ao entendimento das complexas inter-relações entre os elementos, estudando a parte visível e a invisível para assim obter o conhecimento total de todos os elementos que estruturam uma paisagem.

1 - Alguns conceitos

Embora com uma visão mais integrada de paisagem, os estudos de paisagem não tinham nenhum

* Prof. Assistente do Departamento de Geografia da UFRN

Introdução

A Geografia muitas vezes é considerada como sendo a “história” do presente. O tempo, nesse caso, deve ser considerado de modo diacrônico, pois em toda paisagem encontram-se inseridas as marcas tanto de um passado muito longínquo quanto de um passado próximo, evidenciadas respectivamente pelas heranças histórico-geológicas e histórico-culturais, ou seja, desenvolvidas e ainda se desenvolvendo em dois tempos diferentes: o tempo da história da Terra e o tempo humano. Tanto um como o outro deixam suas marcas inscritas no espaço concreto, que é o geográfico, e traduzem-se nas paisagens.

Toda sociedade produz um espaço organizado sob formas visíveis e concretas, mas também, e sobretudo, organiza-se através de forças, de fluxos e de redes que são os elementos invisíveis dessa organização.

Nas três últimas décadas, os estudos sobre paisagens vêm assumindo uma importância cada vez mais acentuada dentro da ciência geográfica. Tais estudos visam sobretudo a analisar as estruturas espaciais e como estas se traduzem por paisagens as mais variadas

Algumas dessas estruturas são percebidas imediatamente, embora escondam todo um sistema dinâmico que evolui sob a ação combinada de agentes e processos físico-naturais e humanos que são os elementos dessa rede intrincada de relações e inter-relações bastante complexas (Bertrand, 1975).

Assim, o estudo sobre paisagem deve apoiar-se nas diversas interações que existem entre os vários elementos ou fatores que a

constituem. As paisagens de uma região são caracterizadas por uma determinada combinação de fatores dinâmicos que se manifestam segundo as mais diferentes etapas da evolução humana (sócio-econômica, política e cultural) (Tavares de Melo, 1983). Dessa maneira, o espaço geográfico deve ser considerado como um conjunto de interações entre o meio natural, heranças históricas e estruturas sócio-econômicas e políticas. É este complexo, o geográfico, que caracteriza o espaço, uma região, uma paisagem.

Na superfície da Terra, nenhuma área é verdadeiramente natural. Ela só o é em função de um determinado ponto de observação, de uma escala determinada. Só as generalidades são um fator de homogeneidade. A visualização do espaço geográfico e das paisagens que o compõem é quantitativa e fisionômica. Ela muda obrigatoriamente com a escala, o que quer dizer que as interdependências entre os seus diferentes componentes são moduladas de acordo com os níveis de percepção espaciais (Tavares de Melo, 1983). Portanto cabe ao geógrafo saber selecionar as observações que são necessárias ao entendimento das complexas inter-relações entre todos os elementos, estudando a parte “escondida”, o invisível para assim chegar ao conhecimento total de todos os elementos que estruturam uma paisagem.

1 - Alguns conceitos de paisagem

Embora com uma visão panorâmica e integrada de paisagem, os povos da Antiguidade não tinham nenhuma palavra

que apropriadamente a designasse. Para elas, o que chamamos de paisagem era:

une entité ou sont réunis toutes les campagnes, tous les fleuves, les forêts, les plages et le ciel qui le composent. Tantôt ils l'appelaient 'species' (figure, vue, aspect, physionomie) tantôt, 'locus' (lieu, pays), tantôt 'facies' (visage, semblant, aspect), ou encore 'situs' (endroit, parages)''¹ (Sanchez Demunian apud Ramos e Alonso, 1985).

Se nos reportarmos ao Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio B. de Holanda (1985, p. 1018), encontraremos a seguinte definição de paisagem: “espaço de terreno que se abrange num lance de vista”. No Petit Larousse (1961, p.763) a definição é praticamente a mesma que se encontra no dicionário brasileiro: *étendue de pays qui présente une vue d'ensemble*².

Nas línguas neo-latinas, paisagem deriva de “pagus”, termo latino que significa um território rural, um cantão, um pago, um rincão, um pequeno povoado. Na sua origem, em todas essas línguas, o termo paisagem tinha uma forte conotação de ruralidade: em francês “paysage”, de “pays”, que veio do latim “pagus”; em espanhol, “paisage” de “país” que veio do latim “pagus”; em italiano, “paesaggio” de “paese” aldeia, que também veio da mesma palavra latina. Da mesma maneira, as palavras “paysan”, “paisano” vêm do latim “paganus” e designa atualmente um camponês em francês e em espanhol, respectivamente.

Em inglês, *landscape*, e em alemão, *landschaft*, são também termos que designam paisagem, embora o termo alemão

“*landschaft*” englobe tanto a noção de território como seu aspecto visual.

Há muito tempo que as paisagens são parte integrante dos estudos geográficos a ponto de se dizer que a paisagem está para a geografia assim como o ecossistema para a ecologia. A geografia sempre se dedicou ao estudo das paisagens procurando identificá-las, descrevê-las e interpretá-las. Quatro termos fazem parte do discurso geográfico: espaço, região, território e paisagem.

A noção científica de paisagem nasceu com Alexandre Von Humboldt no século XVIII. Desde sua origem, essa noção é concreta, conforme o uso popular que se faz do termo. Ela engloba tudo o que vemos: as formas do relevo, a vegetação natural ou os campos cultivados, etc. Inclui também o seu arranjo, suas relações espaciais aparentes. Cada um dos elementos que a compõem pode ser objeto de uma abordagem aprofundada do quadro de uma pesquisa especializada, setorial.

Bertrand (1972, p. 02) afirma que a paisagem é, “numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução”.

Para esse autor a paisagem é um produto social - uma interpretação social da interface terrestre, uma produção interna nascida da sociedade e que confere uma existência social à interface sociedade-natureza (Bertrand, apud Rougerie e Beroutchachvili, 1991).

Dolfuss (1973) entende que a paisagem define-se, ou seja, descreve-se ou explica-se a partir das formas, de sua morfologia em sentido amplo. As formas nascem dos

elementos naturais ou são consequência da intervenção do homem que imprime sua marca no espaço.

Tricart e Kilian (1979) salientam que a paisagem fornece o elo de ligação entre diversas pesquisas ao colocar cada um dos objetos dentro de um conjunto. A paisagem é, portanto, integradora e, desse modo, ela representa o resultado da associação dinâmica de elementos físicos e biológicos e de fatores antrópicos que se encontram em constante transformação e que se organizam num sistema ou “geossistema”.

Deffontaines, *apud* Tavares de Melo (1983), considera a paisagem como “uma porção do espaço perceptível por um observador no qual se inscreve uma combinação de fatos visíveis e invisíveis e de ações das quais só percebemos, num determinado momento, o resultado global”.

Ramos e Alonso (1985) entendem a paisagem como uma combinação estruturada de elementos físicos, biológicos e humanos. A paisagem é um meio natural quase sempre condicionado pelas atividades sócio-econômicas e que aparece aos olhos do homem transformado pelos fatores sócio-culturais.

Gourou, *apud* Blanc-Pamard e Raison (1986), consideram que a paisagem humanizada não se explica diretamente pelo que se vê, e sim pelos fatores de civilização. Essa supremacia de fatos sociais leva-nos não às formas, mas a procurar por trás delas os seus autores.

1 - A Noção de Geossistema

Em nenhuma parte do mundo a Ciência da Paisagem alcançou um nível tão alto como nos países do leste europeu, sobretudo na ex-União Soviética, onde se desenvolveram pesquisas fundamentais e metodológicas aplicadas à análise das paisagens naturais.

A corrente de pensamento derivada da idéia de paisagem originou um corpo de doutrina de uma amplitude e coerência que fez avançar os conhecimentos sobre o campo difícil da questão paisagem (Rougerie e Beroutchachvili, 1991).

Desde o início que a Geografia da ex-União Soviética interessou-se pelos sistemas naturais, que correspondem aos “Complexos Naturais Territoriais” de Dokutchaiev (1880-1890) e pelas suas interações e correlações internas, assim como pelas diferenciações corológicas do espaço.

Os trabalhos dos russos inspiraram estudos similares nos países do leste europeu: Tchecoslováquia, Polônia e na antiga República Democrática Alemã.

A década de 60 representou uma época de grande desenvolvimento da Geografia Física na URSS. Convém ressaltar que os avanços obtidos não ocorreram apenas no campo do ensino mas também nas pesquisas aplicadas à solução de problemas de ordenação territorial, ao desenvolvimento econômico de novas regiões, à exploração dos recursos naturais e à proteção da natureza. O desenvolvimento da Ciência da Paisagem floresceu principalmente depois que a noção, conceitos e métodos sobre geossistemas - cuja pedra fundamental foi lançada por Sotchava em 1962 - afirmavam-se cada vez mais (figura 01)

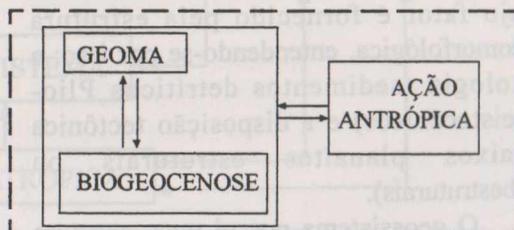


Figura 01 - O Geossistema segundo Sotchava, 1962.
Fonte: G Rougerie e N. Beroutchachvili, 1991.

Em 1972, Sotchava, apud Cruz (1985), afirmava que a estrutura dos geossistemas era formada por complexos tipológicos (geômeros) e complexos regionais (corológicos). Para ele (1975), a principal concepção do geossistema é a conexão da natureza com a sociedade.

Assim, “São os aspectos antrópicos e as ligações diretas de retroalimentação em conexões, que criam uma rede de organizações cujas malhas se estendem até as esferas econômicas e sociais”.

Em 1978, Sotchava publica sua obra fundamental - “Introdução à Ciência dos Geossistemas” - onde reafirma que os geossistemas são sistemas naturais em diversos níveis: local, regional e global; que nos geossistemas o substrato geológico, o solo e as comunidades vegetais e animais (as biocenoses), a água e as massas de ar são ligados por trocas de matéria e energia. Era a espacialização dos ecossistemas (Rougerie e Beroutchachvili, 1991).

O geossistema designava assim uma espacialização dos ecossistemas - sendo, portanto, sua dimensão territorial bem mais definida que a destes - e ao mesmo tempo fornecia limites que resultariam da articulação entre vários ecossistemas sob a influência de um fator dominante, como, por exemplo, os baixos planaltos de acumulação detrítica (tabuleiros) da região litorânea e sub-litorânea do Nordeste Oriental Brasileiro, cujo fator é fornecido pela estrutura geomorfológica, entendendo-se por isso: a litologia (sedimentos detríticos Plio-Pleistocênicos) e a disposição tectônica (baixos planaltos estruturais ou subestruturais).

O geossistema possui uma estrutura vertical formada por componentes abióticos

ou geo-horizontes representados pela litomassa, aeromassa, hidromassa e uma estrutura horizontal cuja expressão são os geofácies que englobam os aspectos superficiais das paisagens: solos, vegetação e explorações antrópicas. Dessa maneira, o geossistema pode ser definido como um modelo geográfico territorial que integra, assim como o ecossistema, inter-relações entre os seres vivos e também todas as outras relações entre os componentes abióticos, independentemente da presença dos seres vivos, assim como entre diferentes ecossistemas, geofácies ou unidades de paisagem que participam dessa organização em um nível superior (Rougerie e Beroutchachvili, 1991).

Segundo essa visão, o geossistema é um conjunto de interações verticais e também uma rede de relações laterais entre os seus componentes (figura 02).

3 - A Paisagem Global

Em 1968, na França, Georges Bertrand em artigo publicado na *Révue Géographique de Pyrenées et du Sud-Ouest* (v. 3, n. 39), sob o título *Paysage et Géographie Physique Globale - Esquisse Méthodologique*, lançava as bases para um novo conceito de paisagem as quais durante as décadas seguintes se constituiriam no suporte metodológico e epistemológico de inúmeras pesquisas efetuadas no campo da paisagem por geógrafos franceses e os brasileiros Motti (1973), Penteado (1983), Cruz (1985), Christofolletti (1985), Troppmair (1985), entre outros.

Para Bertrand, o sistema de evolução de uma paisagem abrange três conjuntos estreitamente solidários (figura 03).

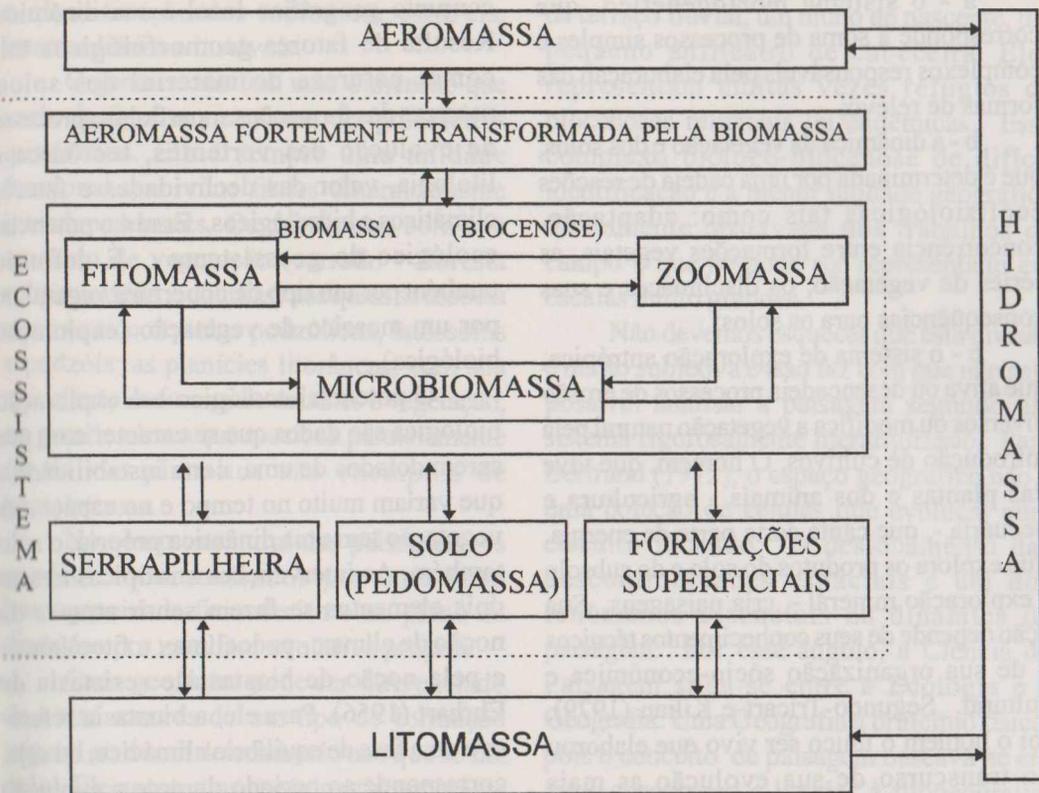


FIGURA 02 - Complexo Espacial Natural e Ecosistema, segundo Beroutchachvili.
 FONTE: G. Rougerie e N. Beroutchachvili, 1991.

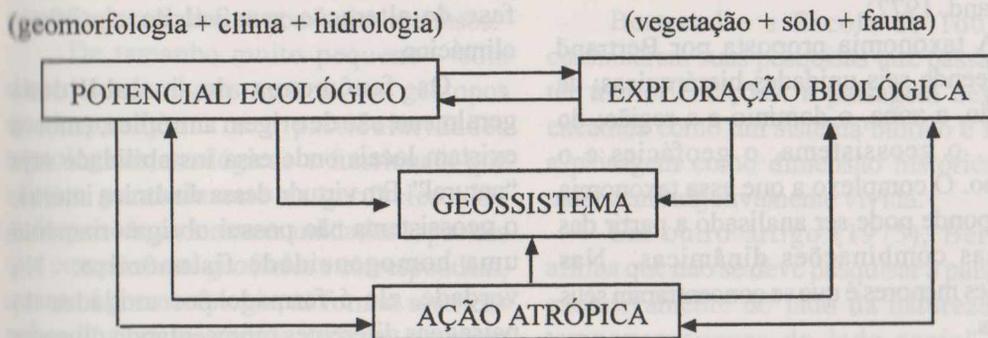


FIGURA 03 - Paisagem Global Segundo Bertand, 1968-1972.

a - o sistema morfogenético, que corresponde à soma de processos simples e complexos responsáveis pela elaboração das formas de relevo;

b - a dinâmica da vegetação e dos solos, que é determinada por uma cadeia de reações ecofisiológicas tais como: adaptação, concorrência entre formações vegetais, as séries de vegetação, os disclimaces e suas conseqüências para os solos;

c - o sistema de exploração antrópica, que ativa ou desencadeia processos de erosão diversos ou modifica a vegetação natural pela introdução de cultivos. O homem, que vive das plantas e dos animais - agricultura e pecuária -, que capta certa parte de energia, que explora os produtos do solo e do subsolo - exploração mineral -, cria paisagens. Sua ação depende de seus conhecimentos técnicos e de sua organização sócio-econômica e cultural. Segundo Tricart e Kilian (1979), foi o homem o único ser vivo que elaborou no transcurso de sua evolução as mais complexas formas de organização.

O sistema de evolução é definido por uma série de agentes e processos naturais e por agentes humanos dos quais dependem os processos antrópicos, tais como: aceleração da erosão, desmatamentos e queimadas (Bertrand, 1972).

A taxonomia proposta por Bertrand compreende seis unidades hierárquicas: de um lado, a zona, o domínio e a região; do outro, o geossistema, o geofácies e o geótopo. O complexo a que essa taxonomia corresponde pode ser analisado a partir das diversas combinações dinâmicas. Nas unidades menores é que se concentraram seus estudos.

O geossistema é definido pelas dominantes ligadas à organização do

conjunto geográfico local e sua dinâmica. Resulta de fatores geomorfológicos tais como: natureza do material dos solos, natureza das formações superficiais, processo de evolução das vertentes, tectônica e litologia, valor das declividades e fatores climáticos e hidrológicos. Esse é o potencial ecológico do geossistema. É definido também por um tipo de cobertura vegetal ou por um mosaico de vegetação (exploração biológica).

O potencial ecológico e a exploração biológica são dados que se caracterizam por serem dotados de uma certa instabilidade e que variam muito no tempo e no espaço. A vegetação tem uma dinâmica própria, o solo também. As intervenções antrópicas nesses dois elementos se fazem sentir através da noção de clímax - pedoclímax e fitoclímax - e pela noção de biostasia e resistasia de Ehrhart (1956). Para ele, a biostasia refere-se a uma fase de equilíbrio climácico, ou seja, corresponde ao período durante a evolução geológica, no qual os seres vivos conseguiram atingir o seu clímax ou seu desenvolvimento máximo, devido à ausência de movimentos tectônicos ou vulcânicos e sem modificações climáticas importantes. Por outro lado, a resistasia representa uma fase de alteração sensível do equilíbrio climácico.

Os fenômenos de instabilidade geralmente são de origem antrópica, embora existam locais onde essa instabilidade seja "natural". Em virtude dessa dinâmica interna, o geossistema não possui obrigatoriamente uma homogeneidade fisionômica. Na verdade, ele é formado por unidades de paisagens diferentes representando diversas etapas de sua evolução. Isso seria retomado por Tricart (1977) na sua Ecodinâmica para

a classificação dos meios em estáveis, intermediários e instáveis.

O geossistema tem uma dimensão que varia da dezena a centenas de quilômetros quadrados. Ele é sempre uma unidade funcional que reúne fácies dinamicamente interdependentes. Os tabuleiros com seu mosaico de vegetação (cerrado - floresta subperenifólia + culturas) aos quais se associa um mosaico de solos podzólicos, latossolos e podzóis; as planícies litorâneas, com sua associação de formas de detalhes e vegetação, e a grande várzea que secciona paralelamente os baixos planaltos são exemplos de geossistemas.

No plano estrutural das paisagens, os geofácies são marcados por uma certa homogeneidade fisionômica e no plano da dinâmica por uma fase evolutiva própria.

Cada geofácies pode ser diferenciado de outro através de um tipo de formação vegetal ou de um determinado uso que se faz dele. Ele acentua os aspectos fisionômicos do geossistema ao apresentar uma fisionomia homogênea que se estende por alguns quilômetros. São exemplos dessa unidade de paisagem: um pequeno vale que disseca o tabuleiro e sua própria planície, ocupada por campos de várzea, bem como um trecho de cerrado dos tabuleiros com solos arenosos.

De tamanho muito pequeno - com dimensão de alguns metros - os geótopos correspondem a particularidades mesológicas, ecológicas e funcionais que afetam pontualmente os geofácies. Os geótopos são as menores unidades espaciais que compõem um geofácies e correspondem, quanto à geomorfologia, às formas métricas subordinadas às formas maiores ou a um elemento de mosaico de formas, a saber: um afloramento rochoso, uma cornija, um trecho

de terraço fluvial, um nicho de nascente, um pequeno anfiteatro de cabeceira. Eles representam muitas vezes refúgios de biocenoses relictuais ou endêmicas. Esse complexo biótopo-biocenose de difícil identificação é a menor unidade geográfica diretamente observada nos trabalhos de campo e que só pode ser representado em escalas muito grandes.

Não devemos esquecer que esta divisão é muito subjetiva e isso faz com que não seja possível analisar a paisagem segundo um sistema rigorosamente hierarquizado. Para Bertrand (1972), o espaço geográfico não é uma coleção de células que evoluem num circuito fechado. O deslocamento das descontinuidades espaciais é um dos fenômenos essenciais da dinâmica da paisagem. Por esse ângulo, a Ciência da Paisagem situa-se entre a Ecologia e a Geografia. Uma Geografia a princípio física, pois o conceito de paisagem baseava-se em fatos observados e ligados à fitogeografia, ao clima, à geologia, à edafologia e pedologia, à geomorfologia. Na verdade, porém, os efeitos das intervenções antrópicas não são deixados de lado, e os sistemas sócio-econômicos de exploração do espaço são mencionados.

Bertrand e a Escola de Toulouse continuaram suas pesquisas que passaram a ter três orientações: a paisagem deve ser encarada como um sistema biótico e físico; a paisagem como dimensão histórica; e a paisagem subjetivamente vivida.

Em outro artigo (1975), Bertrand afirma que não se deve pesquisar a paisagem exclusivamente do lado da natureza nem tampouco apenas do lado social. Sua explicação está ligada ao mesmo tempo à análise naturalista e à análise social. A

paisagem é qualitativa enquanto o geossistema e o ecossistema são conceitos antes de tudo quantitativos. Essa característica da paisagem deve ser relacionada com as práticas e valores dos diferentes grupos sociais que são responsáveis pelos processos geradores de paisagens, pois a paisagem só tem sentido para um determinado grupo social caso se revele como um produto do tempo e mais precisamente da história social (Rougerie 1991).

Desse modo, a paisagem passa a ser considerada por Bertrand como um produto socializado desde a sua origem (Rougerie e Beroutchachvili, 1991).

4 – Os “*Land Systems*”, a *Eco-geografia e a Ecodinâmica*

Durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu na Austrália uma forma de Geografia Aplicada, exploratória, destinada a estudar os complexos naturais das imensas regiões continentais ainda mal conhecidas e tendo por finalidade a exploração de seus recursos naturais.

Seu mérito: pela primeira vez, passou-se do domínio do discurso para o estudo científico. Pretendia-se efetuar um estudo integrado do meio natural.

Enquanto na antiga União Soviética, iniciava-se então um movimento consagrado à elaboração de princípios e métodos de análise das paisagens a partir da Teoria Geral dos Sistemas e dos conceitos sobre ecossistemas, na Austrália o mesmo não ocorreu, pois seus objetivos e métodos diferiam: a análise da paisagem baseava-se quase que exclusivamente em critérios fisionômicos e fisiográficos, estáticos.

Em 1945, o Governo da Comunidade Britânica criou um comitê para o desenvolvimento do norte da Austrália - o CSIRO (Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization). O primeiro trabalho foi publicado sete anos mais tarde e permaneceu como a base de todas as outras pesquisas conduzidas no continente australiano, que tinham como objetivo estabelecer uma classificação da possibilidade de valorização do meio estudado: recursos; potencialidades; vulnerabilidades; acessibilidade e, ao mesmo tempo, estabelecer uma estimativa econômica dos custos.

Essa metodologia define-se como sendo de estudos integrados; na realidade, porém ela representa uma abordagem puramente descritiva na qual estudos setoriais são executados por equipes multidisciplinares, a exemplo dos que foram executados no Brasil pelo Projeto RADAM, posteriormente chamado RADAMBRASIL, criado duas décadas após o CSIRO. A utilização maciça da fotointerpretação possibilitou que se fizessem levantamentos no domínio da geologia, da geomorfologia, da pedologia e da vegetação. Ao mesmo tempo eles elaboraram subdivisões do espaço em dois níveis de organização: as *Land Units*, ou unidades de terra, que constituem uma combinação de fatos topo-morfológicos, edáficos e fitogeográficos, e que corresponderiam ao geossistema de Bertrand; os *Land Systems*, ou sistemas de terras, que seriam equivalentes aproximados da região “natural”, e cuja individualidade baseia-se na repartição do mesmo esquema adotado para as *Land Units*; e as menores unidades do espaço que são as *Land Facets*, não muito bem definidas e que não são de emprego

corrente nos trabalhos dos australianos, e poderiam corresponder, segundo Tricart e Kilian (1979), a elementos do modelado como, por exemplo, a parte superior de uma vertente com cornija ou sua parte inferior coluvial.

Fazendo-se uma correlação entre a classificação proposta por BERTRAND e a que foi estabelecida pelo CSIRO, obtém-se o seguinte:

BERTRAND	CSIRO
Região natural	Land Systems
Geossistema	Land Unit
Geofácies	Land Facet
Geótopo	(não há correspondente)

O mérito do CSIRO, que sofreu modificações subseqüentes, é que embora não expressasse claramente a noção de sistema fornecia um início de visão sistêmica pelo menos no que diz respeito à estrutura, muito embora nenhuma ênfase fosse dada no que se refere ao funcionamento, à fisiologia da paisagem, como faria mais tarde Tricart com a Ecodinâmica e a Eco-geografia. Esse método com suas técnicas, sobretudo da utilização de fotografias aéreas, seria retomado por outros países como, por exemplo, o Canadá, Nova Guiné e Bornéu, e foi empregado em muitos estudos voltados para a análise integrada ou setorial dos meios naturais e humanizados.

A Ecodinâmica baseia-se nas relações existentes entre os processos de formação dos solos (pedogênese) e os processos morfodinâmicos (morfogênese), o que

permite avaliar o grau de estabilidade dos meios. Em função dessa relação podem ser identificados três tipos de meios geodinâmicos: estáveis, intermediários e os fortemente instáveis.

Um meio estável é aquele onde prevalece uma condição de clímax, ou seja, há um predomínio da pedogênese sobre a morfogênese e a cobertura vegetal é suficiente para evitar o desencadeamento de processos morfogenéticos. Há, portanto, nos meios estáveis uma condição de fitoestabilidade, uma vez que “o modelado evolui lentamente, muitas vezes de maneira insidiosa, dificilmente perceptível” (Tricart, 1977, p. 35). Contudo convém salientar que os meios estáveis podem passar a instáveis pela ação antrópica.

Os meios intermediários caracterizam-se por uma passagem gradual entre os meios estáveis e os instáveis. A principal característica desse meio é a “*interferência permanente de morfogênese e pedogênese, exercendo-se de maneira concorrente sobre um mesmo espaço*” (Tricart, 1977, p. 47). Os meios intermediários ou *intergrades* também têm a instabilidade quase sempre provocada pelo homem.

Os meios fortemente instáveis são aqueles caracterizados por forte atividade tectônica (sismos) ou vulcânica e por intensa atividade morfodinâmica (erosão). Esta atividade erosiva pode ser ligada a causas naturais ou à ação do homem. Neles, a morfogênese constitui o “*elemento predominante da dinâmica natural, e fator determinante do sistema natural, ao qual outros elementos estão subordinados*” (Tricart, 1977, p. 51).

O Homem, sendo um elemento decisivo na ecodinâmica, influi nas

modalidades das modificações ocorridas nas paisagens. A abordagem ecodinâmica faz parte da Eco-Geografia (Tricart e Kilian, 1979), uma nova maneira de se estudarem as diversas modalidades de integração do Homem com o meio natural e como essa integração deve ser diversificada em função das diferentes variações espaciais da paisagem.

A ênfase da Eco-geografia, proposta por Tricart e Kilian (1979), consiste no reconhecimento e no estudo dos diversos níveis que integram as unidades geológicas de um determinado espaço. Essa integração é diversificada em função dos atributos do espaço terrestre.

A Eco-geografia preocupa-se também com as modalidades da intervenção humana nessas unidades e com os impactos que esta desencadeia, uma vez que ao inserir-se nos ecossistemas o homem modifica o seu funcionamento tornando-se desse modo um agente decisivo da Ecodinâmica, isto é, da dinâmica do suporte das biocenoses e das atividades humanas ou ecótopos (Tricart e Kilian, 1979).

5 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que analisar a paisagem é um caminho para se compreender e explicar, através de sua dinâmica, os processos naturais em curso e os modos pelos quais o homem nela se insere e a transforma, uma vez que esta inserção ocorre de forma bastante diversificada no espaço geográfico mediante seus fatores limitantes e suas potencialidades.

Nesse sentido, ao descrever, explicar ou analisar paisagens está-se examinando, portanto, uma parte de um todo mais vasto e

complexo que deve ser tratado de acordo com a evolução do contexto sócio-econômico e segundo uma perspectiva histórica, que envolve as formas de organização do espaço resultantes das ações humanas sobre o meio natural.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global; esboço metodológico. São Paulo: IGUSP, p. 1-27, 1972, (Cadernos de Ciências da Terra n. 13).
- BERTRAND, G. *Pour une histoire écologique de la France Rurale*. In: DUBY, G., WALLON, A. (Org). *Histoire de la France Rurale; Des origens à 1340*. Paris: Ed. de Lemil, 1975, v. 1 (coll. Points-Histoire, n. H166).
- BLANC-PAMARD, C., RAISON, J. P. Paisagem e Região. In: ENCICLOPÉDIA GIPANDI, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 138-160, 1986, v. 8.
- CRUZ, O. A Geografia Física, o geossistema, a paisagem e os estudos dos processos geomórficos. **Boletim de Geografia Teorética**, n. 29-30, p. 53-62, 1985, v. 15.
- CHRISTOFOLETTI, A. Estudos Ambientais e Ecologia da Paisagem. **Boletim de Geografia Teorética**, n. 29-30, p. 63-69, 1985, v. 15.
- DOLFUSS, O. A **Análise Geográfica**. São Paulo: Difel, 1973.
- ERHART, H. *La theorie bio-rexistasique et les problèmes biogéographiques et paleobiologiques*. Soc. Biogeog., França, CNR (288): 43-53, 1956.
- MOTTI, P., MOTTI, C. P. O estudo integrado do meio natural; o mapa dos geossistemas da área de Santa Quitéria (Quadrícula de Ibitiara), Bahia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOLOGIA, 27, 1973, Aracaju. Anais... v. 1.

- PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
10. RAMOS, A., ALONSO, G. *Amenagement du paysage; attitudes et techniques*. In: *Paysage et système* (Org. BERDOULAY, V., PAIPPS, M.). Editions de l'Université d'Ottawa, 1985, p. 179-187.
11. ROUGERIE, G., BEROUTCHACHVILL, N. *Géosystèmes et paysages - Bilan et méthodes*. Paris: Armand Colin éditeur, 1991.
12. SOTCHAVA, V. O estudo dos geossistemas, **Métodos em Questão**, São Paulo: IGUSP, 1975.
13. TAVARES DE MELO, A. S. *L'organisation des paysages dans l'Est de la Paraíba et du Rio Grande do Norte (Brésil)*. França, 1983 (tese de doutorado), Universidade de Bordeaux III.
14. TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE. Diretoria Técnica, SUPREN, 1977.
15. TRICART, J., KILIAN, J. *La Eco-geografía y la Ordenación del Medio Natural*. Barcelona: Anagrama, 1979.
16. TROPPEMAIR, H. Geografia Física ou Geografia Ambiental? modelo de geografia integrada. **Boletim de Geografia Teórica**, n. 29-30, p. 63-69, 1985, v. 15.

NOTAS

1 Uma entidade onde estão reunidos todos os campos, todos os rios, as florestas, as praias e o céu que a compõem. Ora, eles a chamavam "species" (figura, vista, aspecto, fisionomia), ora "locus" (lugar, pago), ora "facies" (face, semblante, aspectos), ou ainda "situs" (localidade, paragens).

2 Extensão de uma região que apresenta uma visão de conjunto.

1. Introdução

Análises acerca da profissão de psicólogo no Brasil desde a sua regulamentação em 1962 - e, conforme sustenta Botomé (1988), não pouco frequentes - sempre apontaram para um quadro virtualmente invariável nos seus aspectos basilares, sejam concernentes à formação acadêmica, sejam à prática profissional (Mello, 1975a; SPESP/CRP-6º Região, 1984; CFP, 1988; Yamamoto, 1988; Yamamoto et al., 1990; CRP-6º Região, 1995; Yamamoto et al., 1996). Essas análises, além do mais,

(CFP, 1992; 1994). Se a realidade profissional é a que se delineava nessas análises, mudanças no sentido de seu direcionamento para compatibilizar as exigências de um campo de atuação intrinsecamente social, em princípio, bem-vindas.

No entanto, além de qual movimento renovador - que não ocupará aqui - as mudanças de caráter do campo profissional corram mais prementes avaliações mais buscas de mudança na formação propiciada aos psicólogos.

A Psicologia no RN: o ensino da psicologia da UFRN em questão¹

Oswaldo Hajime Yamamoto², Denis Barros Carvalho e Jaíra Furtunato Maia

regulamentação social da profissão (Mello, 1975a; Botomé, 1979; Campos, 1983; Paiva, 1984; Yamamoto, 1987; Figueiredo, 1989 entre outros).

Tais estudos sobre o exercício profissional, convém ressaltar, têm sido, via de regra, acompanhados por avaliações acerca das condições da formação acadêmica propiciada pelas agências formadoras. E, enquanto a formação do psicólogo seja campo de experiências muitas vezes desoladoras, as análises têm apontado um conjunto de problemas que clamam por questionamento urgente (Mello, 1975a e b; Damide, 1988; Maiss, 1988; Witter et al., 1992; Francoise & Bastos, 1992; LaBianco et al., 1994; Zavell, 1994; Maluf, 1994; Bastos & Achcar, 1994; Duran, 1994).

Maia recentemente, estudos têm

tematizar duas questões: a configuração do exercício profissional do psicólogo formado pela UFRN e a adequação da formação profissionalizante propiciada pelo curso de Psicologia à prática profissional da UFRN.

2. A situação da psicologia no RN: as condições do ensino profissional

De acordo com a listagem do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte, o total de psicólogos no estado é de 1.200. Destes, 42,4% responderam aos questionários que foram enviados, ocupando a amostra geral de 509. Uma vez que nosso intento é relacionar o exercício profissional à formação

¹ Parte de análise apresentada na 48. Reunião Anual da SBPC, SP, julho/96.

² Professor do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN e Coordenador do Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação. Doutor em Educação pela USP.

1. Introdução

Análises acerca da profissão de psicólogo no Brasil desde a sua regulamentação em 1962 - e, conforme assinala Botomé (1988), não pouco freqüentes - sempre apontaram para um quadro virtualmente imutável nos seus aspectos basilares, sejam concernentes à formação acadêmica, sejam à prática profissional (Mello, 1975a; SPESP/CRP-6ª Região, 1984; CFP, 1988; Yamamoto, 1988; Yamamoto et al., 1990; CRP-6ª Região, 1995; Yamamoto et al., 1996). Essas análises, além do mais, eram acompanhadas de avaliações severas acerca das direções imprimidas pelos profissionais da área, orbitando em torno da questão da escassa significação social da profissão (Mello, 1975a; Botomé, 1979; Campos, 1983; Patto, 1984; Yamamoto, 1987; Figueiredo, 1989 entre outros).

Tais estudos sobre o exercício profissional, convém ressaltar, têm sido, via de regra, acompanhados por avaliações acerca das condições da formação acadêmica propiciada pelas agências formativas. E, conquanto a formação do psicólogo seja campo de experiências muitas vezes estimulantes, as análises têm apontado um conjunto de problemas que clamam por equacionamento urgente (Mello, 1975 a e b; Gomide, 1988; Matos, 1988; Witter et al., 1992; Francisco & Bastos, 1992; LoBianco et al., 1994; Zanelli, 1994; Maluf, 1994; Bastos & Achcar, 1994; Duran, 1994).

Mais recentemente, estudos têm acenado, no horizonte da psicologia brasileira, para a emergência de novas práticas e de um movimento tendencial rumo à construção de novos espaços de atuação

(CFP, 1992; 1994). Se a realidade da profissão é a que se delineava nas recorrentes análises, mudanças no sentido de um redirecionamento para compatibilizá-la com as exigências de um campo de estudo e de atuação intrinsecamente social serão, *em princípio*, bem-vindas.

No entanto, além de qualificar este movimento renovador - questão que não nos ocupará aqui -, as mudanças de configuração do campo profissional certamente tornarão mais prementes avaliações minuciosas e buscas de mudança na formação propiciada aos psicólogos.

O ponto de partida deste estudo foi o quadro que, nacionalmente, prefigura um movimento no campo tradicional de atuação do psicólogo. Este estudo tem por objetivo tematizar duas questões: a configuração do exercício profissional do psicólogo formado pela UFRN e a adequação da formação profissionalizante propiciada pelo curso de Psicologia à prática profissional dos egressos da UFRN.

2. A situação da psicologia no RN³: as condições do exercício profissional

De acordo com a listagem de 1995 do Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região, o total de psicólogos no estado era de 448⁴. Destes, 42,4% responderam aos questionários que foram remetidos, compondo a amostra geral da pesquisa. Uma vez que nosso intento é relacionar o exercício profissional à formação acadêmica, estaremos fazendo referência apenas àqueles formados pela UFRN ($n = 147$).

Os dados de caracterização dos profissionais estão contidos na Tabela 1.

Tabela 1.**Caracterização dos psicólogos do RN**

	N	%
1 Agência formadora		
UFRN	147	77,4
Outra	43	22,2
2 Sexo (formados pela UFRN)		
Feminino	130	88,4
Masculino	17	11,6
3 Faixa etária (em anos) (UFRN)		
até 25	11	7,5
26-35	89	61,0
36-45	39	26,7
46 ou mais	7	4,8
4 Município de residência (UFRN)		
Natal	140	95,2
Outros	7	4,8
5. Trabalham com psicologia (UFRN)		
Sim	126	85,7
Não	21	14,3
6. Número de atividades exercidas (em psicologia)		
Uma	59	46,8
Duas	62	49,2
Três	5	4,0
7. Faixa de renda em S.M. (em psicologia)		
Sem rendimento	2	1,6
até 2	16	12,8
3-6	49	39,2
7-10	21	16,8
11-14	16	12,8
15 ou mais	21	16,8

O primeiro registro a fazer aqui é que mais de três quartos do total de profissionais com condições legais para exercer a profissão é formada por apenas uma agência: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - a única do estado. Se, do ponto de vista desta análise, tal situação é cômoda por

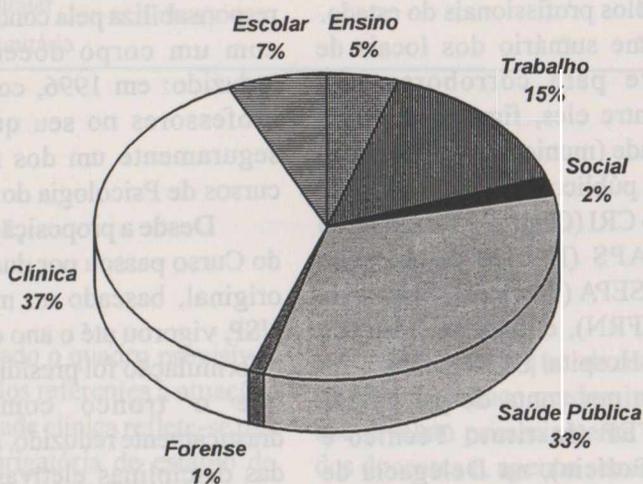
nos permitir fazer ilações acerca da Psicologia do estado tomada globalmente, da perspectiva da configuração da profissão, esta concentração da formação em apenas uma instituição é preocupante. As eventuais virtudes e deficiências daquela agência virtualmente condicionarão *toda* a prática

profissional do estado - o que não ocorre em outros centros, nos quais os profissionais são expostos a uma gama mais ampla de influências.

Note-se que, quanto aos dados gerais, estes corroboram as caracterizações nacionais (CFP, 1988), regionais (Mello, 1975; SPESP/CRP-6ª Região, 1984; CRP-6ª Região, 1995) e locais (Yamamoto, 1988; Yamamoto et al., 1990), no que tange ao predomínio marcante

do sexo feminino (Rosemberg, 1984), da juventude dos profissionais (Rosas et al., 1988) e da concentração na capital do estado (Rosas et al., 1988). Uma parcela significativa dos profissionais trabalha atualmente em Psicologia (85,7%); a maioria exercendo mais de uma atividade (53,2%). A faixa de 6 salários mínimos praticamente divide os psicólogos em duas metades; 39,2% na faixa de 3 a 6 S.M.

Figura 1. Áreas de atuação dos psicólogos



Os dados apresentados na Figura 1 dizem respeito às áreas de atuação tendo como parâmetro as atividades exercidas pelos psicólogos: conforme se viu anteriormente, mais da metade deles exerce mais de uma atividade profissional no campo da Psicologia, fazendo com que o número de atividades seja maior que o de psicólogos.

Tomados globalmente, embora não seja à primeira vista visível, estes dados também reproduzem os relatos da literatura (Mello, 1975; SPESP/CRP-6ª Região, 1984; CFP, 1988; Yamamoto, 1988; Yamamoto *et al.*, 1990; CRP-6ª Região, 1995). Há um marcado predomínio da área da Saúde, se aí incluirmos as atividades clínicas exercidas

tanto nos consultórios quanto nos equipamentos públicos de saúde⁵ (70%). Esta seria seguida de longe pelas duas outras áreas tradicionais - Escolar e Trabalho, e pelas demais áreas emergentes.

No entanto, alguns aspectos desses dados merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a presença do psicólogo no campo da Saúde Pública. Embora possa se constituir, via de regra, em uma derivação da atividade clínica tradicional, não deixa de ser notável tal extensão - real - dos serviços psicológicos. Em segundo lugar, a presença, conquanto tímida, de atividades nos campos Social e Forense é digno de nota: de fato, somando-se à atividade em Saúde Pública, pode-se afirmar que espaços novos estão sendo conquistados pelos profissionais do estado.

Um exame sumário dos locais de trabalho serve para corroborar essa conclusão. Dentre eles, figuram diversas unidades de saúde (municipais e estaduais), demais serviços públicos no campo da saúde coletiva, como o CRI (Centro de Reabilitação Infantil), o NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial), o SEPA (Serviço de Psicologia Aplicada, da UFRN), e diversos hospitais (incluindo-se o Hospital Universitário). As surpresas ficam por conta de psicólogos atuando no ITEP (Instituto Técnico e Científico da Polícia), na Delegacia de Defesa da Mulher, na Vara da Infância e da Juventude e no Centro Integrado de Atenção ao Idoso.

3. A formação acadêmica e o curso de Psicologia da UFRN

Configurado o quadro do exercício profissional do psicólogo no RN,

desloquemos o foco de atenção para a agência formadora: o curso de Psicologia da UFRN. Especialmente, importa-nos o final do ciclo profissionalizante, representado pelo estágio curricular obrigatório. Imputar responsabilidade exclusiva ao curso de graduação ao qual esses profissionais foram expostos, pelas atuais características de que se reveste a atuação, seria uma insensatez, mas também o seria negar a sua importância na conformação da psicologia norte-riograndense.

O curso de Psicologia da UFRN, criado em 1976, iniciou suas atividades no ano seguinte - com abertura de 35 vagas em período integral, padrão que se mantém até hoje⁶. O Departamento de Psicologia, que se responsabiliza pela condução do Curso, o faz com um corpo docente extremamente reduzido: em 1996, conta com apenas 31 professores no seu quadro permanente, seguramente um dos menores dentre os cursos de Psicologia do Brasil⁷.

Desde a proposição inicial, o currículo do Curso passou por duas reformulações. O original, baseado no modelo do curso da USP, vigorou até o ano de 1981. A primeira reformulação foi presidida pela *rationale* de que o tronco comum deveria ser drasticamente reduzido, aumentando a oferta das disciplinas eletivas, e outorgando ao aluno a condição de interferir mais decisivamente na estrutura de *seu* currículo. Estes dois currículos iniciais formaram os profissionais aludidos no item anterior. Finalmente, a segunda reformulação curricular, no ano de 1994, que conferiu características bastante diferenciadas com relação aos padrões anteriores, fica neste ponto apenas como registro, para discussão posterior.

A Tabela 2 apresenta o primeiro conjunto de dados referentes às características da formação acadêmica dos profissionais graduados na UFRN no que tange ao estágio curricular obrigatório.

Tabela 2.
Áreas de Estágio Curricular Obrigatório

	<i>n</i>	%
Clinica	90	72,0
Trabalho	16	12,8
Escolar	9	7,2
Hospitalar	7	5,6
Comunitária	3	2,4

Fica evidenciado o quadro previsível a partir daqueles dados referentes à atuação: o fascínio pela atividade clínica reflete-se nas escolhas da área obrigatória de estágio de forma bastante acentuada (72%), relegando as demais ao papel de meros coadjuvantes. Mas, se nosso intento é verificar tendências, a escolha pelo campo hospitalar não deixa de ser um dado a destacar. Aqui, encontramos uma explicação plausível para o contingente de profissionais atuando nesse local, conforme a seção anterior. Nesse caso, há uma correlação clara e positiva entre as mudanças inseridas na agência formadora e a prática profissional.

Os dados que dizem respeito ao referencial teórico predominante no estágio nos revelam primariamente as preferências dos docentes e, apenas secundariamente, as opções dos estagiários. É bem verdade que a oportunidade de opção existe, mas o leque está circunscrito às escolhas dos supervisores. Este fato, associado à reduzida dimensão do corpo docente, fornece um quadro real desse problema.

Para complementar esta análise, cruzamos os dados do estágio e da prática, no que concerne à área e à orientação teórica predominante (Tabela 3).

Tabela 3 *Áreas de estágio e áreas de atuação profissional*

Atuação	Clínica	Saúde Pública	Trabalho	Escolar	Forense	Social	Ensino
<i>Estágio</i>							
Clínica	58	53	10	9	2	2	3
Escolar	3	7	0	2	0	0	2
Trabalho	4	4	19	1	0	0	4
Hospitalar	4	2	3	0	0	1	1
Comunitária	4	0	0	1	0	0	0

Uma vez que privilegiamos as atividades ao invés dos profissionais, a análise possível será verificar qual é a habilitação específica dos psicólogos ao atuar em um ou outro campo. Optamos, também, por construir a tabela com os dados brutos, de maneira a permitir a visualização pelas duas entradas.

Assim, observa-se que aqueles que atuam na área especificamente Clínica tiveram, de fato, treinamento formal nesse campo (79,5%). Por outro lado, os psicólogos que estão na Saúde Pública também tiveram uma formação clínica (80,3%). Apenas 3% tiveram uma formação mais específica, com estágio na área Hospitalar.

Esta situação deve-se, possivelmente, à conjunção de dois fatores. Em primeiro lugar, a oferta de estágios na área Hospitalar é tanto recente quanto restrita no que diz respeito ao número de vagas. Em segundo, a atração exercida pela atividade propriamente clínica certamente deve ter pesado nessa escolha⁸. Restaria uma análise mais detida

do tipo de atividade efetivamente conduzida no campo da Saúde. Talvez a hipótese de que uma parte considerável dos psicólogos esteja simplesmente estendendo a ação clínica tradicional para esse campo não seja desarrazoada.

Outro dado importante é que, excetuando-se as áreas do Trabalho - e do Ensino, que têm características diferenciadas -, a formação específica predominante em termos de estágio para a atuação nos demais campos sempre foi em Clínica. Isto pode ter uma explicação e uma implicação. De uma parte, é possível entender que a área Clínica tenha sido escolhida pela atração que exerce, pela oferta, por ser considerada "a área mais completa", enfim, por um conjunto de fatores que usualmente são enunciados. De outra, esta especialização clínica, nesse nível, pode estar introduzindo vieses clínicos em atividades não especificamente clínicas. Uma análise mais detida das ações efetivamente conduzidas pelos psicólogos seria indispensável para a verificação dessa hipótese⁹.

Finalmente, um dado que forneceria algumas luzes acerca da questão da adequação da formação com relação às novas modalidades de ação diz respeito aos enfoques teóricos predominantes no estágio e na atuação (Tabela 4)

Tabela 4 *Enfoque teórico: estágio e atuação profissional*

<i>Atuação</i>	Psicanálise	Humanista	Gestalt- terapia	Behaviorista	Combinação	Outras
<i>Estágio</i>	(37)	(11)	(2)	(1)	(16)	(19)
Psicanálise (25)	21	0	0	0	3	1
Humanista (40)	11	9	2	0	10	8
Gestalt (3)	1	0	0	0	0	2
Behaviorista (2)	0	1	0	1	0	0
Combinação (6)	2	1	0	0	2	1
Outras (10)	2	0	0	0	1	7

Com relação a esses dados, convém ressaltar um conjunto expressivo de respostas prejudicadas por problemas de interpretação da questão ou simples ausência de resposta (31,2%). Além disso, a categoria “Outras” foi mantida devido a um número relativamente grande de respostas que não poderiam ser enquadradas dentro das escolas tradicionais.

Estas observações, na realidade, já nos dizem algo: é perceptível a dificuldade encontrada pelos psicólogos para enquadrar suas atividades dentro dos parâmetros conhecidos. A dispersão teórica é notável¹⁰, a marcante presença de “outras” abordagens e, mesmo, a presença da “combinação de abordagens” (ou “enfoque eclético”)¹¹.

4. A formação acadêmica na UFRN e o movimento da Psicologia: uma proposta de currículo

Deixando de lado esta observação, verificamos um quadro interessante: se a chamada abordagem Humanista (ou Existencial-Humanista) se configura como a de maior frequência durante a formação (46,5% das respostas válidas), é a Psicanálise a abordagem preferida entre os psicólogos em sua prática profissional (43%). Note-se, também, um incremento do recurso à “combinação de abordagens teóricas” entre os profissionais com relação à formação: é a segunda mais freqüente, excluída a categoria “Outras”. Registre-se, também, a relativa “fidelidade” daqueles que tiveram uma orientação predominantemente psicanalítica no estágio: as poucas “migrações” registradas não se dirigem para as outras abordagens consagradas; concentram-se ou em “combinações” (o que pode incluir a própria Psicanálise) ou em “Outras” (o que pode incluir vertentes inscritas dentro do campo psicanalítico considerado mais globalmente). A mesma “fidelidade” não é encontrada entre aqueles que estagiaram dentro da abordagem Existencial-Humanista: as maiores ocorrências se dividem, na faixa de 25%, entre a Psicanálise, “Outras” e a própria Existencial-Humanista. É notável, por fim, a pouca expressão de enfoques consagrados, como é o caso do Behaviorismo: 2% enquanto área de estágio; 1% de atuação.

Finalmente, se tomarmos os dados da categoria “Outras” desagregados, observaremos que as respostas concentram-se, fundamentalmente, nas várias modalidades das abordagens corporais, não sugerindo, entretanto, como se poderia esperar, inflexões teóricas no sentido de subsidiar as novas modalidades de ação.

As estruturas curriculares vigentes nas épocas da graduação dos profissionais aos quais estamos fazendo referência aqui, embora com as diferenciações já mencionadas, tinham em comum a opção por uma única área de estágio. Neste, o aluno deveria integralizar suas 540 horas estipuladas - no quinto e último ano do curso.

Como é conhecimento geral, a lei 4119/62 que regulamenta a profissão não estabelece áreas de atuação, mas apenas atividades - privativas ou não -, que são da competência do psicólogo. Desta forma, um profissional está legalmente habilitado a exercer atividades em quaisquer das áreas - tradicionais ou emergentes - sem que sua formação progressa tenha contemplado tal habilitação.

No fundo desta questão, está um dilema que vem, não exclusivamente, acompanhando o campo da Psicologia: a formação do generalista *versus* do especialista. É certo que não se trata de uma questão de fácil equacionamento, pois, em rigor, remete, inevitavelmente, às indagações mais primordiais, referentes ao sentido da qualificação profissional¹².

O argumento principal a favor do generalista reside na necessidade de uma formação básica que seja sólida - *formativa* (LoBianco et al., 1994). O psicólogo deixaria de ser um “aplicador de técnicas” - expressão de Mello (1996, p. 89) - para, a partir de uma formação teórica consistente, integrada e não compartimentalizada, ser capaz, não somente de incorporar o próprio evoluir do

conhecimento da área, quanto intervir de forma criativa e crítica nas situações profissionais. Por outro lado, a formação generalista não dispensaria a especialização, proposta, via de regra, como complemento em nível de estudos pós-graduados (LoBianco et al., 1994).

Este raciocínio, levado às últimas conseqüências, pode significar a defesa de uma formação generalista de bom nível - e uma *obrigatoriedade* de empreender estudos pós-graduados, seja em que nível for, como *condição* para a atuação profissional. Aí talvez esteja sendo resgatada a idéia que também tem acompanhado as discussões dos psicólogos acerca da necessidade de uma *residência* em Psicologia, em analogia à área médica.

Seja como for, a realidade é que, atualmente, os cursos de Psicologia têm, maciçamente, assumido a responsabilidade pela formação do psicólogo, habilitando-o para o exercício pleno da profissão. Embora não exclusiva, a garantia dessa formação se dá através da oferta e controle do estágio profissionalizante (92,86% das agências formadoras, conforme Witter et al., 1992, p.191).

Se há uma quase unanimidade quanto à oferta e ao controle, no que tange às áreas possíveis e à questão da obrigatoriedade de cumpri-las em uma ou outra modalidade, a dispersão é considerável. Como também o é a questão da forma e tempo de supervisão, outro problema a ser considerado.

No caso da UFRN, no período considerado, dois vetores conformam algumas das características fundamentais desse momento final da formação: a baixa oferta de supervisores, devido ao reduzido corpo docente, e a necessidade de opção por

apenas uma das áreas, sem a possibilidade de ter experiências em outra, mesmo de forma voluntária e acessória - a não ser, de forma extracurricular.

Esta equação tem como resultante uma escolha ainda mais restrita: se ao aluno cabe a oportunidade de optar por uma determinada área de atuação, dificilmente será verdade com relação à orientação teórico-metodológica imprimida no estágio. Respeitada a taxa estagiário-supervisor em limites didaticamente adequados, não raro o estudante é forçado a selecionar área/supervisor/orientação teórica que não seriam as de sua preferência. A conseqüência dessa situação reflete-se no quadro da formação especializada descrito alhures.

Na tentativa de encontrar formas de equacionar as questões postas até aqui, o curso de Psicologia enveredou, à semelhança de tantos outros congêneres, em mais uma reforma curricular.

É conveniente que se abram parênteses para apresentar, em breves linhas, a lógica do novo currículo, uma vez que a questão das inovações no campo de trabalho deverá considerar as perspectivas por ele abertas (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Coordenação do Curso de Psicologia, 1994).

Dentre as motivações para o empreendimento, destacavam-se o direcionamento clínico do curso, a omissão de conteúdos básicos, a desarticulação entre as disciplinas do mesmo período, entre as disciplinas teóricas e as de cunho aplicado e, mais importante, entre o conteúdo do curso e a prática profissional.

Definindo o espaço universitário como criativo, pluralista, democrático, formador de profissionais críticos e comprometidos com

a realidade e organicamente sintonizada com o contexto histórico, o perfil resultante foi o de um psicólogo *generalista, crítico e reflexivo, socialmente comprometido, dotado de espírito de pesquisa, voltado para a atuação multiprofissional, com postura ética e autocrítico*.

Não será possível delinear, em detalhes, as características dessa proposta. No entanto, algumas de suas linhas gerais - e que nos tocam em particular neste estudo - são:

a. um incremento nas disciplinas do tronco comum, com a redução das opções “especializadas”;

b. uma lógica diferenciada com relação à forma usual de conduzir os estudos das abordagens teóricas e dos processos básicos, calcada no estudo dos sistemas de forma exaustiva no início do Curso, e uma ênfase nos substratos gerais na abordagem dos processos básicos, evitando - em tese - tanto a repetição de conteúdos quanto uma fragmentação do conhecimento;

c. um conjunto de estágios preparatórios no ano que antecede o estágio curricular obrigatório, de modo a expor o aluno a diferentes possibilidades de atuação profissional.

As disciplinas foram distribuídas na grade curricular segundo núcleos temáticos específicos: introdução ao estudo superior do campo da Psicologia; abordagens da Psicologia, multideterminação do comportamento, introdução ao diagnóstico, diagnóstico e intervenção, intervenção e prática supervisionada - além de um conjunto de disciplinas instrumentais. O elenco - aberto - de disciplinas complementares visa tanto a dar conta das especializações possíveis em nível de graduação, quanto

propiciar a introdução de inovações no âmbito do curso de psicologia.

Evidentemente, a implantação desse currículo vem apresentando muitos problemas: conforme lembram Francisco & Bastos (1992, p.214), uma mudança curricular é mais do que simples alterações de carga horária e substituição de disciplinas. Dessa forma, compensar o viés clínico com um corpo docente que pende para essa área não se constitui em tarefa fácil. Como também não o é ofertar um leque amplo de possibilidades teóricas e metodológicas com um corpo docente reduzido. Ou ainda, capacitar um docente de Psicologia para, partindo das bases epistemológicas e filosóficas que estão na raiz dos diversos enfoques teóricos, discutir os processos básicos naquilo que estes têm de fundamental.

É importante atentar, todavia, que os problemas que esta mudança curricular procurava equacionar dizem respeito à formação voltada para um quadro de atuação profissional configurado em moldes “tradicionais”. Ou, talvez fosse mais preciso afirmar, sem a expectativa de mudanças significativas no campo profissional.

Se é pertinente supor que as indicações nacionais e locais apontam, mesmo que apenas tendencialmente, para a emergência de campos e práticas emergentes, coloca-se, evidentemente, uma questão adicional: o currículo resultante desta última reformulação tem condições de dar conta desse quadro em mutação?

Certamente, ainda é cedo para avaliar as mudanças. Sem embargo, se uma resposta imediata fosse possível, certamente esta seria negativa. Reformulações curriculares são processos longos e, sobretudo, lentos -

intermediados por um imenso conjunto de variáveis, algumas das quais, inacessíveis.

Não se está, obviamente, propondo o abandono dessa linha de ação, mas tão-somente descaracterizando-a como um instrumento ágil o suficiente para acompanhar as mudanças externas à academia. Nesse sentido, talvez o caminho mais profícuo fosse criar, dentro do ambiente acadêmico, meios para que esta seja uma real caixa de ressonância do meio circundante e possa dar respostas com maior presteza e eficiência.

Nada do que foi dito acima, evidentemente, é novo, e não temos a pretensão de apresentar soluções miraculosas. Contudo, experiências em curso na UFRN podem prefigurar perspectivas interessantes.

Um movimento que rebate no ensino de graduação em Psicologia é o estabelecimento, na Universidade, de "Bases de Pesquisa" interdisciplinares. Liderados por um professor com a titulação de doutor, uma base comporta outros docentes-pesquisadores, de diferentes qualificações, estudantes de Pós-Graduação, bolsistas de iniciação científica e estudantes de Graduação. Embora centrado nas atividades de pesquisa, o envolvimento dos alunos propicia não somente uma introdução à vida acadêmica naquilo que lhe é mais fundamental, quanto o expõe à convivência com profissionais de formações diversificadas. Embora não esteja ocorrendo, na prática, não é inviável que atividades de extensão ou parte dos estágios curriculares sejam desenvolvidos em conjugação com os trabalhos de uma base de pesquisa - proposta encampada pelas Pró-Reitorias Acadêmica e de Extensão.

Esta forma de organização pode criar *núcleos* acadêmicos que, com maior grau de autonomia e maior mobilidade que as formas propiciadas pelas atividades curriculares convencionais, podem, eventualmente, vir a responder de forma mais presta.

Dentro dessa perspectiva, ainda que de forma embrionária, figuram o fortalecimento da área da Psicologia da Saúde que, ampliando o trabalho tradicional do clínico, consolida o trabalho nos hospitais e nos demais equipamentos públicos da área, como área de estágio e de especialização, além do estabelecimento de um núcleo de pesquisa no campo da Psicologia Ambiental: conquanto ainda não se configure como uma área de estágio, é promissor o envolvimento de estudantes de Graduação nas atividades e nas disciplinas desse campo de estudo.

Enfim, tratam-se de *possibilidades* de fazer frente à necessidade de mudança no campo da Psicologia - que certamente necessitam ser examinadas com cuidado, mas que, à primeira vista, descortinam perspectivas estimulantes.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio do CNPq, nº 520218/96-5 (bolsas de O. H. Y. e D. B. C.) e ao programa PIBIC-CNPq-UFRN (bolsa de J. F. M.). Parte do trabalho foi feito durante vigência de bolsa da CAPES (D. B. C.). Registramos, também, agradecimentos a Nadja M. Guerra, Janáisa L. A. de Lima, Margareth R. B. de L. Jucá, Francineide N. Mendonça, Samantha C. da C. Oliveira, Gilmara da S. Siqueira e Sisméria C. de Souza pela participação nas várias etapas do Projeto. Agradecemos, finalmente, o apoio do CRP-02, pela colaboração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, A. V. B. & ACHCAR, R. Dinâmica profissional e formação do psicólogo: uma perspectiva de integração. In. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CRP] (Org.), *Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- BOMFIM, E. M.; FREITAS, M. F. Q. e CAMPOS, R. H. F. Fazer em Psicologia Social. In. CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro - construção de novos espaços*. Campinas: Átomo, 1992.
- BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, v.5, n.1, pp. 1-15, 1979.
- _____. Em busca de perspectivas para a psicologia como área de atuação e como campo profissional. In. CFP. (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Diagnóstico do esforço acadêmico*. Natal: Ed. Universitária, 1996.
- CAMPOS, R. H. F. A função social do psicólogo. *Educação & Sociedade*, n.16, pp. 74-84, 1983.
- CHAVES FILHO, Q. A história do SEPA: Um depoimento muito pessoal. *Estudos de Psicologia*, v.1, n.1, pp. 108-111, 1996.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA [CFP]. (Org.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- _____. *Psicólogo brasileiro - construção de novos espaços*. Campinas: Átomo, 1992.
- _____. *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO [CRP-06]. *Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho (Estatísticas 1995)*. São Paulo: CRP-06, 1995.
- DURAN, A. P. Alguns dilemas na formação do psicólogo: buscando sugestões para superá-los. In CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FIGUEIREDO, M. A. C. *O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista*. São Paulo: Edicon, 1989.
- FRANCISCO, A. L. & BASTOS, A. V. B. Conhecimento, formação e prática. In. CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro - construção de novos espaços*. Campinas: Átomo, 1992.
- GOMIDE, P. I. C. A formação acadêmica: onde residem suas deficiências? In. CFP. (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- LOBIANCO, A. C.; BASTOS, A. V. B.; NUNES, M. L. T. e SILVA, R. C. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MALUF, M. R. Formação e atuação do psicólogo na educação: dinâmica de transformação. In CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MATOS, M. A. Produção e formação científica em Psicologia. In. CFP. (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- MELLO, S. L. *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1975a.
- _____. A formação profissional dos psicólogos: apontamentos para um estudo. *Psicologia*, v.1, n.1, pp. 15-20, 1975b.
- _____. A psicologia no Brasil, vinte anos após "Psicologia e Profissão em São Paulo" -

- entrevista. *Estudos de Psicologia*, v.1, n.1, pp. 76-89, 1996.
- PATTO, M. H. S. *Psicologia e ideologia*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1984.
- ROSAS, P.; ROSAS, A. & XAVIER, I. B. Quantos e quem somos. In: CFP. (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- ROSEMBERG, F. Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia, ciência e profissão*. v.4, n.1, pp. 6-12, 1984.
- SILVA, G. S. N. Sexualidade e morte sob o olhar da complexidade. Manuscrito não publicado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1996.
- SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO/CRP-06. *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1984.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Coordenação do Curso de Psicologia. *Reforma curricular do curso de graduação em Psicologia*. Manuscrito não publicado, UFRN, Natal, 1994.
- WITTER, G. P.; GONÇALVES, C. L. C.; WITTER, C.; YUKIMITSU, M. T. C. P. & NAPOLITANO, J. R. Formação e estágio acadêmico em psicologia no Brasil. In: CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro - construção de novos espaços*. Campinas: Átomo, 1992.
- YAMAMOTO, O. H. *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon, 1987.
- _____. Apontamentos para um estudo da psicologia em Natal: áreas de atuação e seus determinantes. *Revista de Psicologia*, v.6, n.1, pp. 3-13, 1988.
- _____. Trinta anos de SEPA, trinta anos de psicologia no Brasil. *Estudos de Psicologia*, v.1, n.1, pp. 92-107, 1996.
- YAMAMOTO, O. H.; SOUZA, I. M. S.; OLIVEIRA, I. A.; SILVA, L. N. M.; FREIRE, M. A. A.; ROCHA, R.M. & ALVES FILHO, S. A psicologia escolar em Natal: características e perspectivas. *Psicologia: ciência e profissão*, n. 2/3/4, pp. 40-49, 1990.
- YAMAMOTO, O. H.; SPINELLI, S. M. & CARVALHO, D. B. O psicólogo escolar em Natal: em busca de uma identidade profissional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 9, n. 2, pp. 269-291, 1996.
- YAMAMOTO, O. H.; SIQUEIRA, G. S. e OLIVEIRA, S. C. C. A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia*, v. 2, n. 1, pp. 42-67, 1997.
- ZANELLI, J. C. Movimentos emergentes na prática dos psicólogos brasileiros nas organizações de trabalho: implicações para a formação. In: CFP (Org.), *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

NOTAS

¹ Este trabalho constitui-se em uma parte da análise apresentada na sessão de Comunicação Coordenada "Formação do Psicólogo em Questão" (PUC-SP), durante a 48ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Paulo, em julho de 1996.

² *Oswaldo H. Yamamoto* é professor do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Coordenador do Grupo de Pesquisa *Marxismo & Educação* (Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (SP). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Psicologia, Caixa Postal 1622, Campus Universitário, CEP 59.078-970, Natal, RN, e-mail: yamamoto@cchla.ufrn.br.

³ É conveniente assinalar que estaremos, no delineamento que se segue, apenas sumariando

as características da profissão no estado, nos aspectos que nos tocam aqui. Os dados completos podem ser encontrados em Yamamoto et al. (1997).

⁴ O estado do Rio Grande do Norte pertence, atualmente, à 13ª Região Administrativa, decorrente de um desmembramento da segunda região. Os dados do cadastramento, contudo, ainda não estavam disponíveis quando da realização deste estudo.

⁵ Estamos adotando a distinção entre “pública” e “estatal”: o critério definidor é o caráter de prestação de serviços a uma coletividade, seja ou não diretamente vinculada ao Estado.

⁶ Conquanto a história da psicologia potiguar tenha como um importante marco a criação do Serviço de Psicologia Aplicada - SEPA (então Centro de Psicologia Aplicada) no ano de 1965 (Chaves Filho, 1996), as condições para a criação do curso no ano de 1976 eram bastante precárias, pela ausência de profissionais em atuação no Estado - o que fez com que a comissão que estudou a proposta de criação do curso não o recomendasse. A despeito dessa avaliação, o curso foi criado por uma resolução do CONSUNI (27/76), sendo reconhecido pela Portaria Ministerial 450/83, anos depois.

⁷ De acordo com um levantamento empreendido pela Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral da UFRN (Brasil, 1996), apenas os cursos de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão e de Sergipe, ambos criados nos anos 90, têm um quadro docente menor que o da UFRN (no ano de 1994). De qualquer forma, mesmo aqueles que têm um corpo docente relativamente grande, como é o caso da Universidade Federal da Paraíba, com 47 docentes para atender 460 alunos, ainda estão bastante longe de mais de duas centenas de professores do curso considerado modelar no Brasil, na Universidade de São Paulo.

⁸ Existe um outro fator a considerar: a relação que se estabelece entre os estagiários e os supervisores nos anos anteriores, na qualidade de alunos e professores, transformando a escolha dos

supervisores uma ocasião de forte disputa entre os futuros estagiários.

⁹ De fato, em um estudo anterior sobre a área escolar, verificamos que a perspectiva “clínica” estava fortemente enraizada nas atividades exercidas naquele campo (Yamamoto et al., 1996).

¹⁰ Sobre a questão da dispersão teórica, ver o exaustivo trabalho de Figueiredo (1991). Há, em Yamamoto (1996), uma breve discussão sobre a questão da dispersão teórica e a prática da psicologia.

¹¹ Registre-se que, como o critério de entrada foi a área de estágio - e portanto, devido ao estágio curricular ser em uma única área da UFRN, o *n* corresponde ao número de psicólogos que responderam a esta questão -, as múltiplas atividades com enfoques diferentes foram consideradas como “combinação de abordagens”. Este procedimento, em rigor, não deve ter introduzido vieses, na medida em que o recurso a enfoques teóricos diversos em conformidade com a área de atuação, pode ser considerado como “combinação de abordagens”.

¹² A polêmica acerca da questão da formação generalista-especialista não é exclusiva da Psicologia: uma breve incursão no campo da educação será esclarecedora. A regulamentação das especializações dentro do campo da pedagogia remonta ao período autocrático-burguês no Brasil. Inserto e coerente com a lógica tecnicista, os diversos especialistas foram se instalando e garantindo seu espaço no interior da instituição escolar da rede pública. Curiosamente, com a transição democrática, dois vetores convergiram para que a defesa da formação do educador generalista ganhasse força: de uma parte, setores da esquerda, que relacionavam a especialização com a fragmentação do conhecimento; de outra, os burocratas do sistema de ensino que combatiam a obrigatoriedade de profissionais especializados por questões de contenção de despesas. O quadro - nacional - resultante, hoje, é de uma virtual ausência destes na rede pública.



História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária são três disciplinas que mantêm uma ligação muito próxima desde o século XIX. As duas primeiras, relativamente recentes, são frutos das idéias românticas que se espalharam pela Europa, no final do século XVIII; a última é a matriz geradora, pois é o seu efetivo exercício o responsável, num certo sentido, pelo aparecimento das mesmas.

A História da Literatura como disciplina autônoma surge mais ou menos

"história da literatura" conforme cronológico, como não a cultura e romantismo em crise a noção de da literatura universal" (1978, p.

Como resultado do íntimo Crítica Literária, no Romantismo tradições históricas recíprocas, as relações entre a Crítica Literária e História da Literatura.

Concomitantemente, crítica de tendência mais cosmopolita inicialmente para o estudo de análogos da literatura com outros países da

História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária: frágeis fronteiras disciplinares

de ideias para a Filosofia Humanidade, de Johann C na Alemanha. A Literatura Comparada por sua vez, data de 1890, quando da publicação de obras como *Da Alemanha*, de Max de Stüel, em cujo subtítulo "Da literatura considerada em suas relações com as instituições sociais" começa a aparecer o espírito da investigação comparatista nos estudos de literatura (Carvalho, 1986, p.8).

O Romantismo vai difundir o sentimento nacional e criar o conceito de "literatura nacional" como expressão mais completa da evolução espiritual de uma nação (Carpeaux, 1978, p. 19), gerando conseqüentemente o desejo de os indivíduos construir histórias das literaturas modernas. Histórias que perdessem o caráter de registro de livros e passassem a ser histórias das obras e das idéias.

No fundo, o princípio que provoca esta revolução nos estudos históricos é um novo sentido para a noção de Tempo, que perde o significado de passado estético e ganha o

"panorama da literatura comparada" (Carvalho, 1986, p. 9).

No Brasil, não ficamos imunes ao vírus romântico, que veio impulsionar a crítica nascente a refletir sobre a existência da literatura nacional e conseqüentemente a construção da História da Literatura Brasileira.

O fato de a literatura brasileira sempre não vinculada aos exemplos levou Antonio Candido a observar *literatura brasileira literatura comparada* (Candido, 211).

Consciente ou inconsciente a Crítica Literária Brasileira nesses momentos, desenvolveu seus estudos comparatistas. Basta, para se exemplar, no modo como a crítica brasileira Santiago Nunes Ribeiro

* Professor Assistente de Literatura Brasileira - Departamento de Literatura - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista - UNESP. Pesquisador 2B - CNPq.

História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária são três disciplinas que mantêm uma ligação muito próxima desde o século XIX. As duas primeiras, relativamente recentes, são frutos das idéias românticas que se espalharam pela Europa, no final do século XVIII; a última é a matriz geradora, pois é o seu efetivo exercício o responsável, num certo sentido, pelo aparecimento das mesmas.

A História da Literatura como disciplina autônoma surge mais ou menos por volta de 1784 e 1791, com a publicação de *Idéias para a Filosofia da História da Humanidade*, de Johann Gottfried Herder, na Alemanha. A Literatura Comparada, por sua vez, data de 1800, quando da publicação de obras como *Da Alemanha*, de Mme. de Stäel, em cujo subtítulo “Da literatura considerada em suas relações com as instituições sociais” começa a aparecer o espírito da investigação comparatista nos estudos de literatura (Carvalho, 1986, p.8).

O Romantismo vai difundir o sentimento nacional e criar o *conceito de “literatura nacional” como expressão mais completa da evolução espiritual de uma nação* (Carpeaux, 1978, p. 19), gerando conseqüentemente o desejo de os indivíduos construir histórias das literaturas modernas. Histórias que perdessem o caráter de registro de livros e passassem a ser histórias das obras e das idéias.

No fundo, o princípio que provoca esta revolução nos estudos históricos é um novo sentido para a noção de Tempo, que perde o significado de passado estático e ganha o sentido dinâmico de *evolução que continua*.

Por esta razão, Otto Maria Carpeaux considera que *foi o romantismo que criou a*

“história da literatura” conforme o critério cronológico, como nós a conhecemos, e foi o romantismo que criou a noção da “história da literatura universal” (1978, p.20).

Como resultado do interesse que a Crítica Literária, no Romantismo, tem pelas tradições históricas medievais, estreitam-se as relações entre a Crítica Literária e a História da Literatura.

Concomitantemente, críticos literários de tendência mais cosmopolita voltam-se inicialmente para o estudo das relações análogas da literatura com outros ramos do conhecimento; depois, para a publicação de antologias de diversas literaturas, coletâneas de textos escolhidos, no começo sem intenção de confronto; e, depois, para “panoramas comparados”, “estudos comparados” e “histórias comparadas” (Carvalho, 1986, p. 9).

No Brasil, não ficamos imunes ao vírus romântico, que veio impulsionar a crítica nascente a refletir sobre a existência de uma literatura nacional e conseqüentemente sobre a construção da História da Literatura Brasileira.

O fato de a literatura brasileira estar *sempre tão vinculada aos exemplos externos*, levou Antonio Candido a observar que *estudar literatura brasileira é estudar literatura comparada* (Candido, 1993, p. 211).

Consciente ou inconscientemente, a Crítica Literária Brasileira nasce e, em vários momentos, desenvolve-se com intuições comparatistas. Basta pensarmos, por exemplo, no modo como o crítico romântico brasileiro Santiago Nunes Ribeiro articula o seu discurso, com vistas a afirmar a existência de uma literatura brasileira propriamente dita, no ensaio “Da nacionalidade da literatura

brasileira”, onde toda a argumentação é montada em analogias com as literaturas de outros países; ou mesmo pensarmos como, no momento naturalista, o crítico Araripe Júnior enfoca o romance de Aluísio Azevedo, no ensaio intitulado “*A Terra*, de Emílio Zola e *O Homem*, de Aluísio Azevedo”. Este procedimento, na verdade, ocorre em uma série de ensaios de outros críticos brasileiros, ao longo da nossa história literária.

Com isto, quero dizer que, no Brasil, História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária, além de caminharem juntas desde o início, enfrentaram questões de natureza tão semelhantes, que se torna difícil para os estudiosos estabelecer limites entre elas.

Vale ressaltar que, institucionalmente, o primeiro curso de Literatura Comparada de que se tem notícia no Brasil denominava-se História Comparativa das Literaturas Novo-Latinas, expressando assim a fusão e o caráter efêmero das fronteiras interdisciplinares.

Ao refletir sobre a Literatura Comparada no Brasil, Antonio Candido se refere à existência, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, de uma *prática apendicular*, ou seja, *a de fazer trabalhos de literatura comparada para atender a requisitos de outras disciplinas* (1993, p. 214).

Essa *prática apendicular*, entretanto, não me parece uma marca negativa da Literatura Comparada, mas uma vocação naturalmente interdisciplinar, como acontece com a Crítica e a História da Literatura.

Um crítico disse, certa vez, que o *historiador literário tem que ser um crítico, quando mais não seja para poder ser um historiador* (Forster, 1929, p. 36). René

Wellek, por exemplo, ampliou o quanto pôde o conceito de Literatura Comparada, ao sugerir como expressão mais adequada para nomear a disciplina o termo Estudo Comparativo da Literatura.

A Literatura Comparada é uma forma de abordagem dos textos literários, portanto uma atividade crítica de signos carregados de historicidade e de outros sentidos que apontam para os mais variados ramos do conhecimento. Pela sua abrangência, constitui não apenas um instrumento, mas uma base fundamental tanto para a Crítica, quanto para a História e a Teoria da Literatura.

Não se deve portanto pensar a História da Literatura dissociada da Crítica Literária ou da Literatura Comparada, principalmente, no Brasil, onde, além de caminharem juntas, a primeira, poderíamos mesmo dizer, é uma invenção da segunda.

A História da Literatura Brasileira vem construindo-se, através das tentativas dos críticos românticos, que, inicialmente, buscaram coletar um *corpus* que justificasse a própria existência de uma literatura a que se pudesse chamar de brasileira. Nesta fase, marcada por um critério meramente quantitativo, estes críticos, conforme Antonio Candido, empenharam-se tanto em escrever os “bosquejos”, panorama geral, onde se traçava rapidamente o passado literário, quanto em organizar os “florilégios” ou “parnasos”, antologias dos poucos textos disponíveis. Somente a partir daí, puderam concentrar-se isoladamente nos autores, antes referidos ligeiramente nos “bosquejos”, produzindo então as biografias literárias, que, reunidas, formaram as “galerias” e os “panteões”.

Além dessa tarefa árdua, os críticos românticos tomaram a si a preparação de edições e reedições dos textos já coletados, seguidos de notas biográficas e explicativas. Feito isto é que se pôde pensar na construção da História da Literatura Brasileira propriamente dita. Esta tarefa coube aos críticos posteriores, do realismo-naturalismo, que tinham como meta, como índice de maturidade de seus discursos críticos, a elaboração de uma História da Literatura.

Conforme se pode constatar, o processo de construção da História da Literatura Brasileira é muito semelhante às etapas por que passou, lá fora, na sua constituição, a Literatura Comparada.

A primeira História da Literatura Brasileira, que data de 1888, de autoria de Sílvio Romero, apresenta, à maneira dos críticos e historiadores alemães, um conceito de literatura bastante amplo que abrange todas as manifestações da inteligência de um povo, da ciência ao poético propriamente dito, passando pela política, economia e outros ramos do conhecimento. Isto confere a esta primeira História da Literatura Brasileira um teor muito mais de História da Cultura ou da Civilização Brasileira.

Além disso é bom lembrar, já que falei num caminhar conjunto da História e da Crítica Literária, que, neste instante, o conceito desta última difere do atual. Não se trata de análise imanente dos textos poéticos, mas, como disse muito acertadamente João Alexandre Barbosa: *criticar é interpretar os produtos culturais em função de uma idéia geral do país que, por sua vez, está firmada na necessidade de conferir características peculiarmente nacionais àqueles produtos* (Barbosa, 1990, p. 63).

A *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, que apresenta uma interpretação determinista da literatura brasileira, com ênfase no fator raça, vai ser responsável pela oficialização do cânone desta literatura, já estabelecido, no Romantismo, por Francisco Adolfo Varnhagen, no *Florilégio da Poesia Brasileira*.

José Veríssimo, em 1912, na segunda História da Literatura escrita no Brasil, reduz o conceito amplo de literatura de Sílvio Romero, na medida em que esclarece na Introdução:

Literatura é arte literária. Somente o escrito com o propósito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artificios de invenção e de composição que a constituem é, ao meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo de infalível, sistematicamente excludo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é neste livro sinônimo de boas ou belas letras, conforme a vernácula noção clássica. Nem se me dá da pseudonovidade germânica que no vocábulo literatura compreende tudo o que se escreve num país, poesia lírica e economia política, romance e direito público, teatro e artigos de jornal e até o que se não escreve, discursos parlamentares, cantigas e histórias populares, enfim autores e obras de todo o gênero (Veríssimo, 1969, p.10).

Ao invés de uma História da Literatura que fosse uma História da Civilização

Brasileira, uma História da Literatura que se quer parte da História Geral do Brasil.

José Veríssimo leu e tentou incorporar as lições de Gustave Lanson, cuja visão, dentre outras, era de que:

La littérature se compose de tous les ouvrages dont le sens et l'effet ne peuvent être pleinement révélés que par l'analyse esthétique de la forme (Lanson, 1965, p. 34).

Embora isto não se concretize, na sua História da Literatura, José Veríssimo expressa em seu discurso índices bastante curiosos que revelam uma enorme lucidez do crítico e historiador, como por exemplo o caráter transitório do próprio cânone, ao apontar para uma constante revisão que deverá ser praticada pelos historiadores futuros:

A história da literatura brasileira é, no meu conceito, a história do que da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação. Como não cabem nela os nomes que por mais ilustres que regionalmente sejam não conseguiram, ultrapassando as raias das suas províncias, fazerem-se nacionais. Este conceito presidiu à redação desta história, embora com a largueza que as condições peculiares à nossa evolução literária impunham. Ainda nela entram muitos nomes que podiam sem inconveniente ser omitidos, pois de fato bem pouco ou quase nada representam. Porém uma seleção mais rigorosa é trabalho para o futuro (Veríssimo, 1969, p. 13).

Chama a atenção também a sua observação de que:

Uma escola literária não morre de todo porque outra a substitui, como uma religião não desaparece inteiramente porque outra a suplanta. Também não acontece que um movimento ou manifestação coletiva de ordem intelectual, uma época literária ou artística, seja sempre conforme o seu princípio e conserve inteira a sua fisionomia e caráter (1969, p. 9).

Neste sentido, é bom dizer que, em 1912, a idéia proposta, em 1919, pelos formalistas russos, de substituição ao invés de sucessão da série literária, advinda do evolucionismo, ainda não poderia evidentemente ter aqui chegado.

Embora a idéia de História da Literatura como culminância do projeto de Crítica Literária tenha sido alcançada por Sílvio Romero e José Veríssimo, vale registrar que Araripe Júnior também pensou em escrever uma História da Literatura Brasileira. História esta que se acha pulverizada no conjunto da sua obra crítica e indiciada principalmente na nota nº. 3, do ensaio sobre Gregório de Matos, e num ensaio publicado no jornal *A Semana*, do Rio de Janeiro, de 10 de dezembro de 1887, com o título “Introdução da História da Literatura Brasileira”, o qual, por sua vez, segundo Afrânio Coutinho, é uma reprodução, com ligeiras modificações, de um outro texto publicado no dia 13 de setembro de 1886, em *A Vida Moderna*, do Rio de Janeiro, sob o título “Ponto de vista para o estudo da literatura brasileira”, anterior portanto às Histórias da Literatura Brasileira, tanto de Sílvio Romero, quanto de José Veríssimo.

Este projeto de história segue o modelo determinista de seu tempo, afastando-se porém da visão apresentada por Sílvio Romero, ao desviar o foco de interpretação dos fatos literários do fator raça para o fator meio, uma vez que a sua leitura é marcada pela aplicação da lei pitorescamente denominada de obnubilação brasílica a uma série de perfis literários, previamente planejados, de autores por ele considerados como relevantes. Esta lei consistia na transformação e posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente brasileiro, por que passava o europeu ao atravessar o Atlântico.

Fato interessante nesse projeto é a existência de um critério seletivo por parte do crítico historiador, na medida em que nomeia os autores que lhe interessam: José de Alencar, Tomás Antonio Gonzaga, José de Anchieta, Bento Teixeira Pinto, Frei Vicente do Salvador, Gandavo, Cardim, Gabriel Soares, Antonio Vieira, Ravasco, Rocha Pita, Eusébio de Matos, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, os Inconfidentes, Gonçalves Magalhães, Porto Alegre e de outros vultos complementares (Araújo Júnior, 1960, p. 478).

Ao invés do critério quantitativo, característico das antologias preparadas pelos críticos românticos e que veio a constituir o paradigma das Histórias da Literatura Brasileira escritas no seu tempo, Araújo Júnior propõe um critério seletivo que apresenta uma ruptura com a seqüência cronológica, tanto em nível da enumeração, como no da efetiva produção dos perfis.

Infelizmente, dos perfis planejados, realizou o de Alencar, Tomás Antonio Gonzaga, em parte o de José de Anchieta, a que se poderiam acrescentar outros não incluídos na enumeração, mas que foram

efetivamente concretizados, como Gregório de Matos e Raul Pompéia.

Pelos índices encontrados ao longo da obra crítica de Araújo Júnior, tais perfis seriam os capítulos de uma História da Literatura vista como parte de uma História Geral do Brasil.

Em 1919, é publicada a *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho, que constitui uma história da maior relevância pelo fato de ter formado a geração de historiadores e críticos literários atuantes ainda hoje, no Brasil. Basta lembrar a ressonância dessa obra, na *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi, cuja primeira edição é de 1970.

Tido como o primeiro dos historiadores da literatura brasileira que realmente sabia escrever, Ronald de Carvalho repete o modelo das histórias anteriores, reforçando mesmo a visão de História da Civilização apresentada por Sílvio Romero. Seu conceito de literatura é bastante amplo, na medida em que as obras são vistas como monumentos, conforme se pode constatar no seguinte trecho:

A literatura é a própria história de cada coletividade; refletem-se nela, como num espelho polido, as imagens tristes ou risonhas da vida humana. É ela que anuncia as grandes revoluções políticas e religiosas, como no caso de Lutero e dos enciclopedistas do século XVIII, ou que registra os triunfos de uma raça que declina, como no caso dos Lusíadas (Carvalho, 1968, p. 43).

O esquema da História da Literatura Brasileira inventado pelos críticos naturalistas repete-se ao longo da história da História da Literatura Brasileira até a exaustão e cai na

rotina na medida em que prejudica a visão crítica das obras. A resposta mais contundente a este estado de coisas talvez tenha sido a postura da crítica que, por causa disto, chegou a afastar a abordagem histórica dos estudos literários, por um longo período do século XX.

Nos anos 50, por iniciativa de críticos como Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Otto Maria Carpeaux, a discussão dos estudos de História da Literatura é retomada com a publicação de três obras fundamentais: *A Literatura no Brasil*, *Formação da Literatura no Brasil* e *História da Literatura Ocidental*.

Na Introdução desta última, Otto Maria Carpeaux, com bastante propriedade além de afirmar que *o Tempo dos românticos que criaram a história literária, era a força viva do passado, agindo no presente; o Tempo dos positivistas era um esquema artificial útil para a classificação cronológica dos fatos verificados* (1978, p.25), propõe, refletindo sobre a História da Literatura Universal, a substituição da história literária das nações e autores *pela história literária dos estilos e obras, como expressões da estrutura espiritual e social das épocas* (1978, p.35).

Concluindo mais adiante vaticina:

A literatura não existe no ar, e sim no Tempo, no Tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. A literatura não deixará de refletir esse ritmo - refletir, mas não acompanhar (1978, p. 35).

A Literatura no Brasil, de Afrânio Coutinho, é uma História da Literatura Brasileira escrita a várias mãos, o que resulta numa enorme variedade de enfoques quanto

ao que se refere à análise e à interpretação de autores e obras. No entanto, a espinha dorsal da obra é bem marcada pelo seu organizador e idealizador, que, afastando a idéia de nacionalidade, privilegia o estético ao optar por uma periodização estilística.

A História da Literatura é vista como a História da Arte Literária, *no seu desenvolvimento autônomo, nas suas várias formas. Isto é, o estudo da literatura no tempo* (Coutinho, 1986, p. 46).

Estudar a literatura no tempo significa usar de todos os métodos de análise e interpretação crítica das obras literárias, o que reforça o caminhar junto das três disciplinas, pois para Afrânio Coutinho:

Crítica e história literária unidas como devem existir em face da obra literária, visam à obra nos seus elementos intrínsecos ou artísticos (1986, p. 11).

O conceito de Crítica Literária neste momento também expressa uma mudança significativa, na medida em que incorpora a análise à interpretação. Abandonando uma leitura que priorizava os fatores extraliterários, os estudiosos de literatura passam a uma leitura cuja dominante são os elementos intrínsecos do texto.

Formação da literatura brasileira, de Antonio Candido, não constitui uma História da Literatura; é sim um ensaio historiográfico sobre os *momentos decisivos* da formação da literatura brasileira: arcadismo e romantismo. Nele, entre outras coisas, o autor revê o conceito de literatura brasileira, ao propor o conceito de literatura enquanto sistema, e inaugura um novo modo de ler a História da Literatura, ao promover a seleção

de determinadas obras de determinados autores, conseqüentemente, iluminando e enxugando o velho paradigma da História da Literatura Brasileira.

Desta forma, Antonio Candido rompe com a desgastada repetição do cânone oficializado por Sílvio Romero, pois, ao analisá-lo, leva em conta muito mais a historicidade, ou seja, a qualidade do texto literário na história, do que a seqüência cronológica das obras, característica do tradicional enfoque historicista. Ao separar o joio do trigo, Antonio Candido abandona o critério quantitativo e opta por um critério qualitativo.

Deixando de lado alguns conceitos caros aos historiadores literários como período, fase, momento; geração, grupo, corrente; escola teoria, tema, fonte, influência; acaba operacionalizando um novo enfoque, conforme se depreende do seguinte trecho:

Embora reconheça a importância da noção de período, utilizei-a aqui incidentalmente e atendendo à evidência estética e histórica, sem preocupar-me com distinções rigorosas. Isso, porque o intuito foi sugerir, tanto quanto possível, a idéia de movimento, passagem, comunicação, - entre fases, grupos e obras; sugerir uma certa labilidade que permitisse ao leitor sentir, por exemplo, que a separação evidente, do ponto de vista estético, entre as fases neoclássica e romântica, é contrabalançada, do ponto de vista histórico, pela sua unidade profunda. À diferença entre estas fases, procuro somar a idéia da sua continuidade, no sentido da tomada de consciência literária e tentativa

de construir uma literatura (Candido, 1971, p. 37).

Este novo modo de ler a História da Literatura estabelece tensões entre o presente e o passado, resultando portanto numa revisão crítica do paradigma da literatura brasileira.

Comparando a visão de Afrânio Coutinho com a de Antonio Candido, observa-se que, embora o primeiro tenha tido a intenção de fazer análise, sua História da Literatura é ainda muito mais interpretativa, ao passo que o ensaio do segundo realiza a análise, rompendo com a tradição interpretativa dos críticos e historiadores da literatura brasileira do passado.

Nos anos 60, os estudos de História da Literatura ganharam um novo alento, com as propostas da Crítica Literária, lá fora, de Hans Robert Jauss, e, aqui dentro, de Haroldo de Campos.

Ao comentar o assunto, em *Estilo tropical*, Roberto Ventura sistematiza de maneira interessante as duas propostas:

A história literária passa a ser pensada menos como "formação" do que transformação, não como processo conclusivo, mas aberto, em que se enfoca a dinâmica descontínua e não teleológica do sistema literário e cultural, em suas múltiplas temporalidades. Hans Robert Jauss e Haroldo de Campos sugeriram a escrita de uma história não-linear, que leve em conta as mudanças no horizonte de recepção das obras, na sua pluralidade e diversidade de tempos (Ventura, 1991, p. 163).

Neste sentido, Haroldo de Campos pretendeu uma leitura sincrônica da História da Literatura Brasileira, ou seja, uma leitura com um caráter eminentemente crítico e retificador sobre as coisas julgadas (Campos, 1969, p. 207), que revê, reinterpreta e reavalia sob a ótica estético-criativa o paradigma cristalizado da tradição.

Sua leitura remete à proposta de revisão constante do cânon pelos historiadores da literatura apresentada por José Veríssimo em 1912.

Os objetivos de Haroldo de Campos são:

- . derrubar a estreita noção de nacionalismo, que permanece viva na maioria das Histórias da Literatura escritas no Brasil;
- . acabar com a postura de compaixão em relação à literatura brasileira;
- . levantar o valor internacional do poeta Gregório de Matos;
- . proceder a uma leitura sincrônica da História da Literatura Brasileira;
- . elaborar uma Antologia da Poesia Brasileira da Invenção.

Partindo do conceito lingüístico de sincronia e diacronia, de Ferdinand de Saussure, revisto sob a ótica de Roman Jakobson, ele admite a existência de dois tipos de abordagem do fenômeno literário: a sincrônica e a diacrônica.

Enquanto a descrição sincrônica, no dizer de Roman Jakobson, considera não apenas a produção literária de um período dado, mas também aquela parte da tradição literária que, para o período em questão, permaneceu viva ou foi revivida (Jakobson, 1970, p. 121), a poética diacrônica, segundo Haroldo de Campos, procura reconhecer ao longo de um dado período cujas características são extraídas da história - o

Classicismo ou o Romantismo, por exemplo, as várias manifestações não necessariamente coincidentes do mesmo fenômeno, estabelecendo-lhes as concordâncias e discordâncias, sem a preocupação de hierarquizá-las de um ponto de vista estético atual (Campos, 1969, p. 205).

Apesar de considerar a atitude esteticamente desinteressada do historiador diacrônico, muitas vezes reacionária, ressalva que a tarefa do mesmo é da maior importância como trabalho de levantamento e demarcação do terreno (1969, p. 205), para que se possa efetuar a abordagem sincrônica.

Refletindo sobre esta questão mais amplamente, Lucrecia D'Aléssio Ferrara, em um texto intitulado "Objeto e Valor", publicado na revista *Design e Interiores*, afirma que:

O espaço e o tempo são problemas comuns à ciência e às artes, aos fenômenos físicos e culturais. A concepção de um tempo linear sem falhas ou saltos leva a um evolucionismo determinista sob o primado dos estudos diacrônicos, factuais e comportados, de extensos e exaustivos panoramas.

Essa visão transforma os movimentos artísticos em compartimentos onde se consomem a força e a vida orgânica de obras e artistas. A linguagem, na sua manifestação artística, notadamente nas artes plásticas, pintura, escultura e na literatura, sofreu o impacto desse tempo linear. O espaço se reduzia a um elemento estático, porém condicionador de todas as manifestações representativas que só podem ser entendidas como seu reflexo e sua imagem. Ou seja, estudar as formas representativas significava, apenas,

identificar nelas as invariantes do espaço agasalhadas em um tempo linear (Ferrara, 1989, p.123).

Isto explica a exclusão natural na história diacrônica da literatura de autores e obras cujos projetos literários apresentam um maior teor de inventividade, pelo fato de não poderem encaixar-se na visão compartimentada dos movimentos artísticos. Daí a dificuldade para a “classificação” dos textos de Sousândrade, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e tantos outros.

Em plena época dos hipermercados e *shopping centers*, não é possível mais pensar numa História da Literatura única calcada num único cânone. Assim como nos hipermercados, *a exposição do produto e a livre iniciativa do consumidor lhe dão uma liberdade de escolher que, no início, as fisionomias constrangidas e aturdidadas dos usuários são a representação clara de que eles vivem uma nova experiência* (1989, p. 124), nas prateleiras da história diacrônica da literatura o usuário crítico deverá, livremente, proceder à sua leitura sincrônica, buscando resgatar uma série de outros cânones capazes de gerar muitas Histórias da Literatura, já que não é possível pensar, no contexto do multiculturalismo em que se está inserido hoje em dia, num cânone que não seja o da exclusão.

Sendo assim, aquele “caminhar junto” da História da Literatura, da Crítica Literária e da Literatura Comparada, de que, inicialmente, falei, tende a ampliar-se em função da consciência dos leitores críticos de que o signo literário como todo e qualquer signo constitui espaço interdisciplinar de produção e aquisição de informação (Caramella, 1995, p. 42), tornando

conseqüentemente a relação de proximidade entre os vários ramos do conhecimento humano, nem inter nem intradisciplinar, mas transdisciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARARIPE JÚNIOR, T. de A. *Obra crítica*. (Org. A. Coutinho). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: MEC, 1960, v. II.
- BARBOSA, J. A. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- CAMPOS, H. de. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1971, v. 1.
- IDEM. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARAMELLA, E. Por uma História Semiótica da Arte. *Miscelânea*. n.º. 2. Assis: C.PG. Letras-UNESP, 1995, p. 41-54.
- CARPEAUX, O. M. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978, v. 1.
- CARVALHAL, T. F. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARVALHO, R. de. *Pequena História da Literatura*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1968, 13a. ed. rev..
- COUTINHO, A. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986, v. 1.
- FERRARA, L. D'A. Objeto e valor. *Design e Interiores*. n.º. 12. São Paulo: Projeto Edit. Assoc.. Ano 2, jan.-fev. 1989, p. 123-4.
- FORSTER, N. *The American Scholar*. Chapel Hill, 1929.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. (Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes) São Paulo: Cultrix, 1970.

- JAUSS, H. R. *A História da Literatura como desafio à Teoria Literária*. (Trad. Sérgio Tellaroli) São Paulo: Ática, 1994.
- LANSON, G. *Éssais de Méthode de Critique et d'Histoire Littéraire, Rassemblés pour Henri Peyre*. Paris: Hachette, 1965.
- ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL/MEC, 1980, 5 v.
- VENTURA, R. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, J. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- WELLEK, R. ; WARREN, A. *Teoria da Literatura*. (Trad. José Palla e Carmo) Lisboa: Publicações Europa-América, 1962.

O tema globalização está na ordem do dia. Ele aparece continuamente na imprensa escrita e televisada, tem sido objeto de seminários, de estudos acadêmicos e de livros, estando, enfim, presente no quotidiano do mais comum dos cidadãos. O seu modo de aparecer é revestido, sempre, de caráter de novidade. É claro que o mundo de hoje está pontilhado de novidades. Contudo, se atentarmos para a história, poderemos constatar que a globalização constitui uma questão que vem sendo posta pelo capitalismo desde o início do século XVI. Trata-se, portanto, de um modo de produção intrinsecamente globalizante. Nesse sentido, o que tem mudado ao longo do tempo, é a forma, o grau de intensidade, a qualidade de que se têm revestido esses processos universalizantes dos quais fazem parte países, sociedades nacionais, Estados-Nações, empresas. Com efeito, as relações entre Estado, mercado e sociedade têm sido, por conseguinte, postas e repostas pela história do capitalismo.

Como pode ser vista, então, a história moderna e contemporânea? *"Como uma história de sistemas coloniais, sistemas imperialistas, geoeconômicos e geopolíticos"*, escreve Otávio Ianni (1993: 25). Como *"conjunto da formação e expansão dos mercados, da industrialização, da urbanização e da ocidentalização, envolvendo nações e nacionalidades, culturas e civilizações"* em que, algumas dessas, precisamente as mais poderosas, em cada época *"articulam colônias, praias e portos ou territórios em conformidade"*

1848, o processo de formação da *"sociedade global"*.

O próprio Marx, na sua obra *"O Manifesto do Partido Comunista"*, sobre o dito processo de globalização, ele dividia em duas fases: a primeira corresponde à mundialização da circulação de mercadorias e do dinheiro, compreendendo a constituição do mercado mundial, e partiu daí para a bem como a implantação violenta do sistema colonial que recriou, no mundo, um novo sistema de exploração, escreveu e desenvolveu um sistema de exploração que se tornou conhecido como *"sistema colonial"*.

Globalização, Reestruturação do Estado e Políticas Neoliberais

*José Willington Germano**

quando o capitalismo *"cria os produtores (estruturados e posteriorizados, industrializados) a todo o globo, integrando-o em um sistema internacional de divisão e de apropriação do trabalho..."* (Stefan, 1995: 515). Isto decorre, notoriamente, das características essenciais do modo de produção que podem ser descritas: 1) o capitalismo é intrinsecamente orientado pelo crescimento; 2) o seu valor real se apoia na exploração do trabalho vivo que ocorre no processo produtivo; 3) o capitalismo é por natureza organizacional e tecnocrático. Como *"Configura-se, desse modo, a economia-mundo"*, conforme a expressão de Brander ou de *"sistema de mundo"*, a acepção de Wallerstein. Por isso, escreve (1986: 85-87) uma *"economia-mundo"* pode ser identificada por uma tripla característica: 1) *"ocupa um determinado território"*; 2) *"tem um núcleo, isto é, a zona de*

* Doutor em Educação - UNICAMP. Professor do Departamento de Ciências Sociais - UFRN. Autor do livro *"Estado Militar e Educação no Brasil - 1964-1985"*. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1994.

O tema globalização está na ordem do dia. Ele aparece continuamente na imprensa escrita e televisada, tem sido objeto de seminários, de estudos acadêmicos e de livros, estando, enfim, presente no cotidiano do mais comum dos cidadãos. O seu modo de aparecer é revestido, sempre, do caráter de novidade. É claro que o mundo de hoje está pontilhado de novidades. Contudo, se atentarmos para a história, poderemos constatar que a globalização constitui uma questão que vem sendo posta pelo capitalismo desde o início, ou seja, desde o século XVI. Trata-se, portanto, de um modo de produção intrinsecamente globalizante. Nesse sentido, o que tem mudado, ao longo do tempo, é a forma, o grau de intensidade, a qualidade de que se têm revestido esses processos universalizantes dos quais fazem parte países, sociedades nacionais, Estados-Nações, empresas. Com efeito, as relações entre Estado, mercado e sociedade têm sido, por conseguinte, postas e repostas pela história do capitalismo.

Como pode ser vista, então, a história moderna e contemporânea? *“Como uma história de sistemas coloniais, sistemas imperialistas, geoeconomias e geopolíticas”*, escreve Otávio Ianni (1995: 25). Como *“cenário da formação e expansão dos mercados, da industrialização, da urbanização e da ocidentalização, envolvendo nações e nacionalidades, culturas e civilizações”* em que, algumas dessas, precisamente as mais poderosas, em cada época *“articulam colônias, protetorados ou territórios em conformidade com suas estratégias, geoeconomias e geopolíticas”*. Isto torna evidente, como já admitiam Marx e Engels, no “Manifesto” de

1848, o processo de formação de uma “sociedade global”.

O próprio Marx, na sua obra de maturidade, empreende uma extensa análise sobre o dito processo de globalização, que ele dividia em duas fases: a primeira corresponde à mundialização da esfera da circulação de mercadorias e do capital, aí compreendendo a constituição e expansão do mercado mundial, a partir do século XVI, bem como a implantação violenta de um sistema colonial que recriou, inclusive, a escravidão e desenvolveu um sistema de trocas desiguais que tem como base o que Fernando de Novais denomina de “exclusivo comercial”.

A segunda fase, por sua vez, acontece quando o capital *“estende os seus interesses produtivos (extrativos e, posteriormente, industriais) a todo o globo, integrando-o em um sistema internacional de divisão e de apropriação do trabalho...”* (Steffan, 1995: 515). Isto decorre, notoriamente, das características essenciais do mencionado modo de produção que podem, assim, ser descritas: 1) o capitalismo é, intrinsecamente, orientado pelo crescimento; 2) o crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo que ocorre no processo produtivo; 3) o capitalismo é por necessidade organizacional e tecnologicamente dinâmico.

Configura-se, desse modo, a idéia de “economia-mundo”, conforme a definição de Braudel ou de “sistema de mundo”, segundo a acepção de Wallerstein. Para Braudel (1986: 85-87) uma “economia-mundo” pode ser identificada por uma tríplice dimensão: 1) “ocupa um determinado espaço geográfico”; 2) “submete-se a um pólo, a um centro”; 3) divide-se em zonas sucessivas. “Há o coração, isto é, a zona que se estende

em torno do centro (...). Depois vêm as zonas intermediárias à volta do eixo central e, finalmente, surgem as margens que (...), mais do que participantes, são subordinadas e dependentes". Assinala ainda Braudel que, "nestas zonas periféricas, a vida dos homens faz lembrar freqüentemente o purgatório ou o inferno".

Outro ponto a destacar diz respeito ao surgimento, igualmente a partir do século XVI, ou mesmo um pouco antes, de um Estado centralizado e soberano, que antecipou estruturas daquilo que seria, no futuro, o Estado capitalista. Trata-se do Estado absolutista que desenvolveu, sob a égide do mercantilismo, um sistema protecionista, mediante o qual potencializou a expansão do capital. Desse modo, a empreitada colonial e o expansionismo das economias centrais ocorriam sob o emblema do Estado-nação, seja de Portugal, Espanha, Holanda ou Inglaterra. A propósito disso, escreve Wallerstein, "o capitalismo tem sido capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro dos seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos" (apud. Ianni, 1995: 29). Isto constitui uma clara evidência de que uma "economia-mundo" não corresponde, por conta do princípio da soberania, a um "Estado-mundo", embora alguns Estados – os mais poderosos – venham a desfrutar de maior autonomia do que outros.

O fato é que, se levarmos em consideração as diferentes conformações assumidas pelo capitalismo ao longo do tempo, podemos observar uma notória tendência internacionalizante da economia convivendo com sistemas políticos nacionais. É nesse âmbito que ocorre a interação Estado-mercado-sociedade, configurando épocas

históricas, de acordo com o grau de tensão resultante do embate entre diferentes forças sociais.

Dessa forma, como reação a um Estado absolutista, intervencionista e mercantilista, surge, após as revoluções e com o capitalismo do século XIX, o "Estado liberal" dito não intervencionista e que se organiza sob a fórmula "mais mercado, menos Estado". De outra parte, como reação – notadamente das classes trabalhadoras – às crises decorrentes da ação das forças cegas do mercado, que provocaram duas guerras mundiais, recessão, desemprego em massa, miséria, totalitarismos, etc., – marca registrada do que Hobsbawm (1995) chama a "era da catástrofe" (1914-1945 – desponta novamente, com o denominado "capitalismo organizado", um Estado intervencionista. Trata-se do **Welfare State** ou "Estado do Bem-Estar Social", que tem vigência num período de crescimento econômico acelerado, de pleno emprego, de ampliação dos direitos sociais, num espaço de tempo que é considerado por Hobsbawm como "A Era de Ouro" (1945-1973) do capitalismo do século XX. Aqui o que pontifica são as políticas keynesianas, bem como a possibilidade de regulamentar e impor restrições ao mercado, porquanto, entre outras coisas, as políticas sociais do **Welfare**, notadamente do **Welfare Social-Democrata**, se caracterizaram por serem marcadamente desmercadorizantes, conforme demonstra Esping-Andersen (1990).

Finalmente o "capitalismo desorganizado", ou as "Décadas de Crise", (Hobsbawm), surge como reação a uma certa forma de intervencionismo (**Welfare State**) que entra em crise, num processo que tem início nos anos 70 e prossegue até hoje. Este

período caracteriza-se tanto pelos ataques de cunho conservador ao **Welfare State** quanto, num contexto da globalização recente, pela volta das teses liberais, ou melhor, neoliberais: “Estado mínimo”, desregulação e liberdade do mercado, desigualdade como um valor positivo, flexibilização do processo de trabalho, etc.

A essa altura, a pergunta que colocamos é a seguinte: ora, se o capitalismo se organizou, sempre, em escala mundial, convivendo, em contrapartida, com múltiplos sistemas políticos, de que forma podemos caracterizar o atual processo de globalização, e qual o lugar ocupado pelo Estado em tal conjuntura?

No entendimento de Singer (1996: 11), esforços persistentes nas nações capitalistas avançadas “*conseguiram revogar os controles governamentais sobre a movimentação internacional, tanto de mercadorias como de capitais. Criaram-se, assim, aos poucos, mercados verdadeiramente globais, tanto de produtos como de transações financeiras*”. Apesar de terem sido revogadas as barreiras com relação ao capital, a movimentação da força de trabalho continua cerceada, em conformidade com as restrições erguidas à migração internacional, desde os anos 30.

Nessa perspectiva, podemos apontar algumas das tendências fundamentais dessa nova ordem: 1) grandes empresas transnacionais, como “locus” da acumulação e centro de decisões mundiais; 2) velocidade fantástica no deslocamento de ativos financeiros; 3) centralização de capitais numa escala sem precedentes, mediante a formação de blocos; 4) nova divisão internacional do trabalho e do poder com a redefinição espacial e temporal do processo de

acumulação; 5) revolução tecnológica nos meios de produção, nos transportes e comunicações¹; 6) exigência de uma força de trabalho (minoritária) altamente qualificada, desemprego massivo, ampliação do trabalho informal – marginal, e mesmo criminal, proibição à livre circulação da força de trabalho; 7) secundarização do Estado.

Convém frisar, porém, que uma das características mais marcantes desse novo modelo diz respeito ao fato de que a produção e a circulação da riqueza mundial sejam viabilizadas e controladas através de um complexo sistema de redes privadas interligadas (*Network*), cuja rapidez e eficiência podem provocar, quase que instantaneamente, a desestabilização de determinadas economias, conforme ocorreu com o México em fins de 1994. Trata-se de um sistema, ao qual encontram-se submetidos praticamente todos os países, com desvantagem, evidentemente, para as economias mais frágeis.

Num contexto em que o princípio de maximização da acumulação do capital é levado às últimas conseqüências, cabe reconhecer, escreve Otávio Ianni (1995: 34), “*que a soberania do Estado-nação não está sendo simplesmente limitada, mas abalada pela base*”. Ao lado disto, em função das novas relações estabelecidas, em nível internacional, “*as organizações multilaterais passam a exercer as funções de estruturas mundiais de poder*” (FMI, BIRD, G7, OTAN etc.).

Conforme João Bernardo (1996), essa conjuntura expressa uma mudança na relação entre o que ele denomina “Estado Restrito” e o que ele classifica de “Estado Amplo”. Advirta-se que não se trata de uma referência às elaborações teóricas de Gramsci. Desse

modo, o “Estado Restrito é o aparelho político clássico, combinando poderes executivos, legislativo e judiciário. Enquanto que o Estado Amplo é constituído pelas empresas enquanto aparelho de poder”. Segundo explica Bernardo, “nos estágios iniciais da concentração de capital as empresas eram incapazes de proceder elas próprias, ao seu nível, à instauração e ao desenvolvimento de todas as condições gerais de produção. Mas após a Segunda Guerra Mundial a concentração capitalista progrediu muito. As grandes empresas são hoje capazes de se inter-relacionar diretamente, e isso condenou o Estado Restrito à secundarização e ao declínio”. E acrescenta: “o neoliberalismo é precisamente o reconhecimento das novas funções assumidas pelo Estado Amplo e da redução de funções do Estado Restrito”.

Na esteira desse processo que envolve a crise do *Welfare State*, à derrocada do leste da Europa, à crítica neoliberal aos serviços sociais do Estado, à exclusão social decorrente da Terceira Revolução Industrial, da globalização e da implementação das políticas neoliberais, temos como legado um grave quadro social. A propósito escreve Hobsbawm (1995: 19): “na década de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entre-guerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e de despesas ilimitadas de Estado”.

Nesse contexto, o Estado, como ator coadjuvante, se reestrutura em conformidade com o ideário neoliberal que Bruno Thèret

define como um “sistema de receitas práticas para gestão pública”, cujas palavras-chaves são: agilidade, eficiência e eficácia, nada, portanto, que diga respeito à equidade. Segundo o referido autor (1994: 56), trata-se de um “discurso sobre o político fundado no econômico”, constituindo uma retórica que pode ser classificada de reacionária, “pois ela remete à filosofia liberal pré-democrática dos direitos naturais e reata com o velho tema das desigualdades criadoras e o darwinismo social”. Para Draibe (1993: 86-88), o neoliberalismo não constitui algo que tenha um corpo teórico próprio, original e coerente. Trata-se, na verdade, de uma ideologia, composta, principalmente, por proposições práticas, “reinventando” o liberalismo mas que realmente se atém ao conservadorismo, a uma espécie de darwinismo social. Assim, as ditas formulações se reduzem: “a afirmação genérica da liberdade e da primazia do mercado, do individualismo sobre o coletivo e do Estado-mínimo” como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos.

Esse receituário tem sido aplicado em escala mundial, tanto no que concerne aos ajustes econômicos como no tocante às políticas sociais, entre as quais as políticas educacionais. Desse modo, do ponto de vista dos agentes econômicos, os governos neoliberais “contrairam a emissão monetária, elevando as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram o controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram nova legislação anti-sindical, cortaram gastos sociais” e, finalmente,

“lançaram um amplo programa de privatização” (Anderson, 1995: 12).

As políticas sociais, especialmente na América Latina, têm sido orientadas basicamente pelas seguintes estratégias: 1) o corte dos gastos sociais; 2) a privatização, lucrativa e não lucrativa, dos serviços sociais; 3) a descentralização², através da municipalização e da transferência de ações e serviços para instituições comunitárias, populares e filantrópicas; 4) a centralização dos gastos sociais em programas seletivos, focalizados, em contraposição à universalização do sistema de proteção social, com ênfase nos programas sociais de emergência, tendo em vista o “combate à pobreza” e compensar os efeitos negativos dos ajustes econômicos.

A esse respeito são emblemáticos o “Pacto de Solidariedade” do México e o “Programa Comunidade Solidária” no caso do Brasil, que se organizam bem de acordo com as recomendações neoliberais, como as de Milton Friedman, para quem “a ação do Estado no campo social deve-se ater a programas assistenciais – auxílio à pobreza – quando necessário, de modo a complementar a filantropia privada e das comunidades” (Draibe, 1993: 90). Desse modo, confirma-se o que Offe (1984: 44-46) identifica como as **tendências contemporâneas** de “poupar recursos fiscais (e custos políticos de conflito), destacando-se tarefas públicas a sistemas financeiros parafiscais, de um lado, e as formas de organização (autogeridas) particulares ou semipúblicas do processo decisório, por outro lado”. Nessa perspectiva, “os encargos financeiros e decisórios devem ser afastados dos níveis centrais do Estado para o círculo dos

imediatamente atingidos e participantes” com todas as conseqüências daí resultantes.

Por sua vez, afirma Asa Cristina Laurel (1995: 172) que, “teoricamente, ninguém pode se opor a uma política que canalize recursos aos que menos ou nada têm, mas adquire um significado diverso quando, concretamente, tal política implica remercantilizar os benefícios sociais, capitalizar o setor privado, deteriorar e desfinanciar as instituições públicas”. Além disso, tais políticas são estigmatizadoras, clientelistas, recriam a filantropia e transformam os direitos sociais em favor.

Finalmente, a questão da educação. É claro que tudo isso repercute dramaticamente no campo educacional. Há uma visível crise no sistema escolar decorrente da falta de verbas, privatizações, baixos salários, perda de pessoal qualificado, queda na qualidade de ensino. Porém o diagnóstico não pode ficar limitado a isto, sob pena de fragilizar, de maneira fatal, como vem ocorrendo, os que se posicionam a favor da “escola pública gratuita e de acesso universal”, assinala Singer (1996: 12). Um diagnóstico que contemple apenas esses pontos deixa de examinar um aspecto fundamental. “Esse aspecto é a alienação do ensino escolar das novas características tanto do mercado de trabalho como do panorama político e social”.

A globalização e o neoliberalismo estão devastando as populações pobres, estão criando uma “nova pobreza” e ampliando a precarização do trabalho. Conforme Ignacy Sachs (1996), “tal como se processa a globalização nas formas atuais, muita gente está ficando de fora”. Segundo estimativas, “inclui um terço e deixa de fora dois terços da população mundial. Metaforicamente,

está havendo uma terceira-mundialização do planeta”.

No âmbito da América Latina, autores, como Steffan (1995: 530-532), projetam uma pirâmide ocupacional-educativa para a economia global do século XXI com a seguinte conformação, caso prevaleça a atual lógica sistêmica e não haja reações políticas significativas aos avanços das propostas conservadoras. Para ele, as altas tarefas de condução da economia e do Estado irão requerer, provavelmente, 0,1 a 0,3% da população economicamente ativa (PEA). Para um estrato médio de condução de empresas e do Estado, segundo o autor, serão necessários, possivelmente de 10 a 15% da PEA. Por sua vez, para as empresas de montagem industrial e, em menor medida, dos setores primários e terciários das transnacionais serão precisos 20 a 30% da PEA. *“O resto da PEA, isto é, entre 45 a 70%, se reproduzirá através do setor de empregos precários ou ficará, simplesmente, fora da economia como desempregado”.*

A prevalecer essa tendência, configura-se a seguinte situação educacional: a) **Elite** 0.1 – 0.3%, crescentemente escolas privadas e do exterior; b) **Nível Médio** 10 – 15%, universidades privadas/públicas; c) **Massa Industrial** 20 – 30%, em educação primária – secundária; d) **empregos precários, desempregados, lumpem-proletariado** 45 – 75%, educação primária incompleta (2 – 3 anos) e analfabetismo (Steffan, 1995: 532). Esse quadro contrasta, portanto, com a visão **produtivista** da educação que se contrapõe, por sua vez, à posição **civil democrática**.

Conforme Singer (1996: 6), a visão **produtivista** enfatiza o que é chamado pelos economistas de **acumulação de capital humano**, enquanto a postura **civil**

democrática *“encara a educação em geral e a escola em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia”*, (p.5). O produtivismo concebe a educação escolar como preparação dos indivíduos para o ingresso no mercado de trabalho. Para a corrente **democrática**, *“o grande propósito da educação seria proporcionar ao filho das classes trabalhadoras a consciência. Portanto, a motivação”* e os instrumentos intelectuais, *“que lhes permitam o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais livre e igualitária”* (p.5).

Nesses tempos de neoliberalismo, é claro que a visão produtivista é hegemônica; ela está presente nos discursos de organismos internacionais, como Banco Mundial e nas políticas educacionais de países da América Latina, com destaque para o Chile, que constitui “a menina dos olhos” dos arautos do mercado. Assim sendo, fazem difundir um ideário de que a pobreza da América Latina é tributada, em grande medida, à falta de educação escolar das suas populações. Para tanto, é preciso investir em educação.

Nessa perspectiva, escreve Juan Luis Londoño, diretor da área de recursos humanos do Banco Mundial: *“La insuficiencia de la formación de capital humano es uno de los elementos básicos que explicam tanto el débil desempeño de la economía latinoamericana en los últimos 15 años, como su falta de progreso en materia de pobreza, distribución de ingreso y democracia”*. E recomenda: *“con un esfuerzo financiero, el continente podría alcanzar nueve años de educación para el conjunto de su fuerza de trabajo en menos de dos décadas, alegando desde muy pronto*

con educación básica completa a 200 millones de jóvenes” (apud Steffan, 1995: 520).

Dois problemas merecem ser discutidos. O primeiro diz respeito às relações entre educação e pobreza. O segundo corresponde à possibilidade de investir em educação de forma desinteressada tendo em vista a formação, como direito de cidadania, porquanto as recomendações contraditórias do Banco Mundial chamam a atenção, particularmente, para os “resultados do mercado de trabalho”.

Quanto ao primeiro aspecto, um caso sempre lembrado é o “milagre coreano”. Comumente tem sido atribuído aos pesados investimentos em educação o sucesso econômico da Coreia do Sul. Sem descurar o papel da educação para o desenvolvimento econômico, Hakchung Choo, diretor de Finanças Públicas e Desenvolvimento Social do Instituto de Desenvolvimento da Coreia do Sul, coloca a questão numa perspectiva mais ampla. Segundo afirma, “a maior parte do orçamento governamental e do investimento público foi centralizado para promover, direta ou indiretamente, crescimento econômico (...), o que por sua vez, forneceu oportunidades de emprego geradoras de renda para o povo. Com recursos crescentes disponíveis, o povo sul-coreano investiu uma significativa porção de sua renda nele próprio, especialmente na geração seguinte” (1996: 1-19). Depreende-se, pois, desse depoimento, que a forma de investimento gerou crescimento, incrementou o emprego e melhorou a educação, que, por conseguinte, passou a agir positivamente sobre o sistema produtivo.

O segundo aspecto diz respeito à possibilidade de investir desinteressadamente

em educação, tendo em vista o amplo acesso à cultura elaborada e ao exercício da cidadania, num contexto de corte nos gastos sociais, de produtivismo e de exclusão. A propósito disso, a **Revisão do setor de educação do Banco Mundial de 1995** concede papel de destaque aos resultados econômicos em oposição à aprendizagem. Conforme o referido relatório, “a análise econômica da educação – em particular a análise das taxas de retorno – é um instrumento de diagnóstico com o qual se deve começar o processo de estabelecimento de prioridades e de se considerar meios alternativos de atingir objetivos dentro de uma abordagem setorial” (Bennell, 1996: 115). Isto põe por terra a proclamada “prioridade maior” a ser concedida “à educação”.

Num quadro de produção de extensa exclusão social, é óbvio, escreve Steffan (1995:521), que “el Banco Mundial no tiene ningún interes real en pagar una educación básica de nueve años para 200 millones de jóvenes latinoamericanos quienes, al salir de la escuela, ingresan al setor de empleos precarios o al ejército de desempleados”. Para o produtivismo, portanto, “la educación básica de 9 años no es necesaria (...) para 200 millones de jóvenes latinoamericanos, sino solo para una minoría del 30 a 40 por ciento de la población economicamente activa”. Para o restante, é suficiente uma escolarização precária (2-3 anos), o analfabetismo, os programas educacionais de emergência, uma pobre educação, uma educação para os pobres ou como afirma Evaldo Vieira (1996:2) “uma política social sem direitos sociais”³.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e políticas sociais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, (28):88-108, jun. 1995.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir et alii (org). **Pós-Neoliberalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BENNEL, Paul. Uso e abuso das taxas de retorno: uma crítica à revisão do setor educacional de 1995 do Banco Mundial. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, (54):114-140, abr., 1996.
- BERNARDO, João. **Reestruturação produtiva e o futuro do trabalho**. Natal, Mestrado em Ciências Sociais – UFRN, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa, Teorema, 1986.
- CALVINO, Ítalo. **Seis Propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e neoliberalismo. In: **Revista da USP**. São Paulo, (17): 86-101, jan. mar. abr. jun. jul., 1993.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- Folha de S. Paulo**. Investimento em educação ajudou milagre. 01/09/1996. p.19
- Folha de S. Paulo**. Williamson Condena “Desordem Fiscal”. 08/09/1996. p-4-14.
- GERMANO, José Willington. Cidadania negada: a educação como instrumento de combate à pobreza no Brasil. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, (52): 584-590, dez. 1995.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo, UNESP, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – o breve século XX (1914-1990)**. São Paulo, Campanhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção do passado: a política social do neoliberalismo. In: Laurell, A.C. (Org.). **Estado e políticas sociais no Neoliberalismo**. São Paulo, Cortez/CEDEC, 1995.
- LIMA, José Cristovão. **O desenvolvimento no contexto da globalização**. s.n.t.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Cartas filosóficas e outros escritos**. São Paulo, Grijalbo, 1996.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- SACHS, Ignacy. Desordem mundial (entrevista). In: **Isto É**. São Paulo, n. 1.403, 21/08/1996.
- SINGER, Paul. Poder, política e educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, (1): 5-15, jan. fev. mar. ago., 1996.
- STEFFAN, Heiz D. Globalización y educación en América Latina. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, (52): In: 514-545 dez. 1995.
- THÉRET, Bruno. Neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo (24): 49-65, fev., 1994.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil. In: **Jornal da USP**. São Paulo, 05 a 11/08/1996. p.2.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

NOTAS

¹ Para Giddens (1996: 13), a “globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo. Eu a defino como ação à distância, e relaciono sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa”. (Grifos no original)

² Convém frisar, conforme salienta Draibe (1993: 88), que “ *muitas das proposições atribuídas no neoliberalismo não são monopólios daquela tendência (...). Ao contrário, fizeram ou fazem parte de ideários democratas ou socialistas, circunstancialmente apagadas pela onda neoliberal*”. O caso da descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, por exemplo, é emblemático a esse respeito. Ela decorreu de demandas e mobilizações progressistas, mas cuja implementação tem ocorrido num contexto de ajustes neoliberais, resultando naquilo que Almeida (1995) denomina de “descentralização caótica”. Por outro lado, ressalta-se ainda que essa apropriação de um discurso progressista faz parte de uma estratégia eficiente de predominância ideológica a qual esta corrente acaba por reclamar “ *exclusividade sobre quaisquer propostas de modernização social e política*” (Draibe, 1993:88).

³ Torna-se importante assinalar que a imprensa vem noticiando ultimamente mudanças no “Consenso de Washington”, conjunto de medidas de ajustamento das economias da América Latina, propostas em 1989 pelo Banco Mundial, FMI, Governo dos EUA, que tem configurado o perfil neoliberal da atuação dos governos da região. Segundo John Williamson, considerado o “pai do Consenso”, as alterações dizem respeito basicamente à necessidade de agir com mais decisão na área social, particularmente em educação. Assim o item 2 do “novo Consenso” recomenda: “controle de gastos: governos precisam ser controlados e seus gastos dirigidos para os setores sociais”. O item 10 explica ‘Educação’: é a base de todo desenvolvimento”. (1996:1-14).

nas Escolas: o beabá do Brasil

*Maria de Fátima Almeida**

Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFPE. Pesquisadora na linha de análise do discurso em sala de aula.

INTRODUÇÃO

O Ler-Escriver nas Escolas: o beabá do Brasil

*Maria de Fátima Almeida**

** Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFPB. Pesquisadora na linha da análise do discurso em sala de aula.*

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva analisar, sob os postulados da análise do discurso, uma aula de leitura gravada em áudio, na escola Estadual “Antônio Pinto de Medeiros”, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, como parte da pesquisa: **Utilização didática do texto publicitário.**

A escolha do objeto desta análise deveu-se ao fato de ser uma sala de aula da 4ª série do 1º Grau menor que está sendo observada como parte da pesquisa “O ensino de língua materna no 1º e 2º graus: “aspectos lingüísticos e metodológicos”, do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem, no qual este projeto se insere. Motivaram este trabalho os dados que as estatísticas mostram: o ensino-aprendizagem da leitura insiste em modelos metodológicos tradicionais que separam a produção do conhecimento lingüístico, pedagógico e social. As atividades de leitura desenvolvidas nas escolas ignoram o leitor, com seu conhecimento de mundo, privilegiando o texto escrito, tomando como modelo a visão estruturalista e mecanicista da linguagem. Resta ao leitor dessas salas de aula, simplesmente, decodificar ou decifrar signos lingüísticos conhecidos no texto e atribuir-lhes um sentido global, como se apenas no texto estivesse a fonte única de sentido.

Neste “corpus” procurou-se analisar as estratégias de leitura usadas pelo professor ao ensinar a ler o texto não-verbal, figuras distribuídas com os alunos na sala de aula para tal fim. Foi observado também o modo como se processa a construção do sentido do texto visual que será transformado em texto escrito (produção textual), conforme a compreensão (leitura) de cada aluno da

classe. Por último, verificou-se a relação dialógico- discursiva entre professor e aluno na interação da sala de aula. Note-se que no decorrer da análise citaremos alguns exemplos ou seqüências que permitam mostrar o início, o desenvolvimento e o término da aula que é concluída com a leitura dos textos produzidos pelos alunos.

Para melhor compreensão deste estudo, dividiu-se o “corpus” nas seguintes partes: 1- as estratégias de leitura na sala de aula; 2- escritura do texto na escola; 3- relação do professor-aluno na sala de leitura.

1. AS ESTRATÉGIAS DE LEITURA NA SALA DE AULA

Ao iniciar a aula de língua portuguesa, na classe da 4ª série do 1º grau, a professora distribui folhas de papel em branco e pede aos seus alunos que coloquem um cabeçalho. Em seguida, passeia pela sala distribuindo gravuras e dá instruções às crianças de como devem executar a tarefa: ler a figura e produzir um texto escrito. Observem-se as orientações:

(Seq. 1)

P: Então olha/a primeira coisa que nós vamos fazer/certo// cada um vai ler a sua figura// analisar o que é / como é / o que vai pensar em escrever // você vai usar símbolos / as letras / pensar em escrever / você primeiro tem que pensar / e quando [. . .] você for escrever [. . .] Então / você tem que pensar de acordo com o que você está [incompreensível].

O trecho acima transcrito, do quadro observado, caracteriza, claramente, a maioria

dos inícios de aula em que o professor determina seu objetivo e traça o caminho a ser percorrido pelo aluno. Configura-se, assim, a função prospectiva da fala do professor. Nessa fala encontram-se implícitos diversos processos de leitura - fundamento básico para o processo educacional em qualquer grau de escolaridade. Todavia o ensino-aprendizagem da leitura continua centrado em moldes metodológicos ultrapassados e numa concepção de leitura ligada à escrita, considerando o leitor um simples decifrador do código lingüístico. Tal prática reduz o leitor a mero depositário do saber contido no texto e não abre espaço para que o aluno possa ser o sujeito ativo do ato de ler. Supõe-se que o texto tenha apenas um sentido e lê-se simplesmente a palavra. Segundo SOUSA (1995), esta tem sido também a postura da maioria dos livros didáticos, que tratam o conhecimento lingüístico, pedagógico e social desintegradamente. Essa visão privilegia o texto e desconsidera a contribuição do leitor na elaboração do seu sentido.

As estratégias de produção textual usadas pela professora, nesta aula, tentam valorizar e explorar outra forma de linguagem, a não verbal, e fazer do aluno um sujeito-leitor-autor do seu texto. Deste modo, a leitura é concebida como atribuição de sentido onde qualquer texto (figura) é passível de ser lido e o leitor colocado na posição de sujeito da leitura, produtor de sentido do seu fazer.

Convém lembrar, porém, que, embora haja uma tentativa de resgatar o leitor como sujeito do ato de ler, a metodologia utilizada para a leitura em questão contribui, apenas para reforçar a polêmica sobre leitor/texto.

Com efeito, o modelo interativo de leitura mostra que o texto não possui um sentido único, acabado, o leitor é que atribui sentidos a ele. Neste modelo, são permitidas e aceitas todas e quaisquer leituras e possibilita que o leitor se revele no texto. Porém isto só será efetivamente realizado se forem abolidas todas as fórmulas advindas dos livros didáticos ou manuais de leitura, com seus esquemas de perguntas, que regulam o professor e bitolam o aluno. O papel do leitor é distorcido no texto que ele produz. Essa produção depende do modo como se ensina a ler e escrever na escola.

2. A ESCRITURA DO TEXTO NA ESCOLA

A professora ensina a construir o texto escrito e mostra quais os passos que os alunos devem seguir, fazendo referência a personagem, tipos de texto, de narrador e de discurso que devem constar na escritura de cada um.

Veja-se o que ocorre:

(Seq. 2)

P: Para a sua história / certo? / essa sua história / você pode contar de três maneiras / você pode passar para dentro / participar da história / / você não participando / certo? // e você pode imaginar / um diálogo / dependendo da sua figura / você pode descre ...

A: -ver

P: Você pode contar uma história com outras pessoas.

Através deste fragmento, a professora tenta caracterizar os tipos de discurso (modelo usual das gramáticas) para os alunos. Na proposição “você pode pensar para dentro” percebe-se o discurso indireto livre, em que a fala poderá ser tanto do personagem quanto do narrador, não se distinguindo quem está falando. Em seguida, quando a professora sugere “você pode contar uma história com outras pessoas / você não participando” configura-se o que se chama discurso indireto, onde o narrador usa suas próprias palavras para comunicar o que os personagens enunciam. No momento em que a proposição é “você pode imaginar uma mensagem / um diálogo” denota-se o discurso direto, pois o próprio personagem enuncia como se o leitor estivesse em contato direto com o personagem.

Considerando-se os dados da seqüência, ora selecionada, pode-se destacar o tipo de texto que a professora propõe que seus alunos produzam: uma descrição / narração (veja-se na fala “**você pode descrever e contar uma história**”). Outra indicação de que o texto a ser produzido deverá ser descritivo / narrativo é claramente percebida, visto que os alunos têm em mãos uma gravura para descrevê-la ou fazer uma leitura conforme sua imaginação, isto é, o seu conhecimento prévio. Conforme KLEIMAN (1989), a leitura envolve o conhecimento de mundo, o lingüístico e o textual, desta forma o leitor está participando da construção do sentido do texto.

Analisando-se sob o ponto de vista do modelo interacionista de leitura, onde se considera não só o sujeito, mas também o objeto, vê-se que é na interação dos dois que se dá o ato de ler. Esta deveria ser a intenção da professora ao sugerir que os alunos

construíssem um texto, partindo do objeto, a figura. Neste caso, o processo de leitura e escrita se dá ao mesmo tempo numa tentativa de formar o leitor-autor. Se este será criativo não se sabe.

A preocupação da professora ao ensinar a ler-escrever continua quando ela começa a indicar as pistas, a mostrar os caminhos que o leitor-autor deverá seguir ao longo do seu fazer, Inicia conduzindo para o título do texto.

Veja-se na seqüência abaixo:

(Seq. 3)

P: certo / então / você pensa na maneira melhor que acha de você transmitir o seu pensamento diante da gravura / certo / então quais são os passos para vocês não esquecerem? / primeiro / o que é que você precisar usar / o quê? /

At: Título

P: Será que eu preciso escrever o nome título para saber que aquele é o título que você deu?

At: Não

P: Certo / / aonde é que você vai colocar o título / lá embaixo?

At: Não

P: Aonde?

At: em cima.

Este fragmento comprova a preocupação da professora em querer que os alunos saibam utilizar de maneira correta as marcas textuais, a começar pelo título. Sabe-se que, muitas vezes, o título adianta ao leitor algo sobre o conteúdo a ser abordado no texto, exceto quando é utilizado para despistar ou desviar a atenção do assunto, o que não é o caso. Aqui o título servirá de suporte e faz parte da construção do texto. Percebe-se que a preocupação da professora

concentra-se no aspecto formal, na apresentação do texto como se apenas isto auxiliasse a leitura e determinasse a escrita.

Outra questão que se apresenta nesta análise é a da autoria. A escola enquanto produtora de leitores também é produtora de autores. Desse modo, havendo lacunas no modelo de formação do leitor, haverá falhas na formação dos autores, conforme ORLANDI (1988).

Observe-se a orientação dada pela professora:

(Seq. 4)

P: Tá / após o título o que você vai usar? /

At: O autor

P: Você precisa botar aqui o nome do autor?

At: Não

P: Ai / você vai botar o seu nome?

At: Precisa

P: Precisa?

At: Não

P: Não / aonde é que colocamos o nome do autor?

At: No cabeçalho

P: Não / aqui não é o cabeçalho / aqui é o trabalho

At: Embaixo

Notadamente, neste exemplo, a professora busca juntamente com os alunos a progressão dos fatos, visando demonstrar conhecimento puramente formal, para a realização dos trabalhos. Ela o faz de modo a induzir o aluno, que aceita a posição da professora, sem nenhum questionamento. Tal fato revela a postura do professor “dono do saber inquestionável” e este saber é aceito pelos alunos como única verdade.

Verifique-se na fala:

At: Precisa

P: Precisa?

At: Não

P: Não.

De acordo com ENI ORLANDI (1988) para ser autor, a escola não é suficiente, mas necessária, tendo em vista sua relação com o extra-escolar para constituir a experiência da autoria. No entanto, a escola é um lugar fundamental para a realização dessa prática. Assim sendo, o professor comprometido com esta atividade pedagógica deve propiciar experiências que visem à sua transformação e à do aluno, assim como à dos programas e métodos de ensino, tornando a educação um processo verdadeiramente transformador.

No exemplo que se segue, percebe-se a preocupação da professora em informar os alunos sobre a responsabilidade do sujeito em assumir a identidade de autor. A partir do momento em que o aluno é responsável por aquilo que fala / escreve e há uma cobrança para que ele assuma a autoria do seu texto.

(Seq. 5)

P: Quando terminar você assina o seu trabalho. . .

Esta explanação visa a explicar aos alunos que toda produção de texto deve ter um autor, um inventor, como a própria professora menciona no decorrer da aula, fazendo a diferença entre ator e autor, na seqüência abaixo:

(Seq. 6)

At: [incompreensível]

P: Não / ator é que representa [...] e quem escreve [...] autoria / inventor [...]

Ao querer diferenciar ator/autor percebe-se que a professora, embora inconscientemente, faz referências às condições de produção da leitura e da escrita e, de algum modo, aponta para a relação do sujeito com o texto que produz. Segundo o princípio de autoria de FOUCAULT (1971) o autor está na base da coerência do discurso, unidade e origem de suas significações. Deste modo, a professora pretende que seus alunos produzam um texto claro, coerente, “sem erros” com início, meio e fim e exige que eles assumam a posição de autor. Ser autor, neste caso, “assinar embaixo” não implica em responsabilidade pelo que produziu, não caracteriza a assunção da escrita. Antes, configura a identificação de quem está cadastrado naquela escola para ser avaliado e poder receber uma nota no término do curso, ter sua classificação de aprovado ou reprovado, cumprindo as normas da instituição. Neste sentido, ORLANDI (1988) coloca que para ser autor faz-se necessário compreender o processo de condições de produção da escrita, isto é, a inserção do sujeito na cultura e a posição deste no contexto sócio-histórico. É a escola que deve oferecer práticas que propiciem aos aprendizes experimentar os mecanismos do ler-escrever. As atividades observadas na sala de aula em foco mostram que há uma ilusão do princípio de autoria quanto ao sujeito que escreve e quanto à produção de autores. A professora tem a ilusão que sabe ensinar a ler e escrever e o aluno a de que é o sujeito de seu fazer. Na realidade, a verdadeira assinatura do aluno está revelada na palavra “FIM” destacada no centro da página do texto que escreve. Este “FIM” expressa a própria negação da cidadania e pode representar ainda o número de “Zé ninguém” que passa

despercebido do nosso convívio social e fora da escola. A assinatura *Emanuel Avelino Soares* encontra-se no final da página, quase encoberta sem nenhum destaque, configurando verdadeira ilusão de autoria.

No segundo momento da escritura a professora se refere ao desenvolvimento do texto, enfatizando o uso do parágrafo e da letra maiúscula.

Comprove neste exemplo:

(Seq. 7)

P: No desenrolar [...] fazer o quê?
[...]

At: [incompreensível]

P: Parágrafo / nesse parágrafo aqui
[...] letra maiúscula / você vai dizer
que é o quê? / o fim do seu trabalho? /

At: Não

A professora ao dizer “desenrolar” está implicitamente se reportando ao que tradicionalmente se denomina de desenvolvimento do texto escrito. Ela busca termos mais simples e conhecidos no repertório infantil, uma maneira de não causar impacto com palavras novas que poderiam servir apenas de sistematização de um texto. Contudo, conduz e influencia o pensamento das crianças, tentando encontrar um termo que melhor se adapte ao procedimento adotado. Caracteriza-se o desejo de “formar autores” ou ensinar a escrever.

Prosseguindo tem-se as explicações para a conclusão do texto:

(Seq. 8)

P: ... você vai falar / certo // pra
perguntar / pra perguntar / pra
fechar seu trabalho / o que é que você
vai dizer?

At: [incompreensível]

P: Não

At: O fim

P: Mas / esse fim é chamado de quê?

At: Final

P: Não / ai é alguma coisa que você vai usar

At: [*incompreensível*]

P: Quando a gente terminou o assunto / a gente faz o quê? a conclu...

At: [*incompreensível*]

P: Não / se eu terminei / bom // terminando o concluído / foi conclu...

At: ... -ido

P: Concluído / então você vai dar o quê à sua conclusão? [...] (ó) / o final / você tem que concordar com o que você disse no início para fechar o assunto / então / pensem silenciosamente / estudando a gravura.

Após as explicações sobre os mecanismos de construção do texto e, conseqüentemente, os de leitura, usando perguntas direcionadas, ouvindo as respostas que esperava, a professora pede que silenciem, leiam e escrevam o texto.

Ao dar continuidade à aula de Língua Portuguesa e vencida a etapa de “ensinar a ler/escrever” há uma preparação para o evento seguinte: o da leitura do texto escrito. Desta feita, os alunos/autores lêem os textos produzidos. Sabe-se que na interação de sala de aula há a organização do jogo discursivo no meio escolar e as funções dos atos discursivos que compõem o sistema de trocas entre o locutor e interlocutor. Tal processo é a tentativa de interação.

3. A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA SALA DE LEITURA

Observando-se o processo de interação professor-aluno e entre alunos, no decorrer da aula, destacou-se um momento de maior evidência deste fato. A professora conduz a aula determinando o quê como devem ser realizadas as atividades. Ela reclamava o comportamento de quem se levantava para perguntar alguma coisa, ajudava a descobrir o que estava na gravura, corrigia erros de ortografia, fazia perguntas sobre o texto (gravura), cronometrava o tempo que achava suficiente para a escritura do texto. Nesse quadro, o aluno se vê forçado a aceitar tanto as normas impostas pela professora, quanto a metodologia de leitura/escritura adotada pela escola.

Dentre os exemplos destacou-se este que mostra o triângulo professor-aluno-texto:

(Seq. 9)

P: [...] qual o nome dessa pessoa? // você fala kaita ou fala kátia?

A: Kaita

P: Kaita? / você tem certeza que o nome dela é Kaita? [...] qual o mais bonito Kaita ou Kátia

A: Kátia

Ao interrogar o aluno sobre o “mais bonito” a professora não só conduziu à resposta que desejava, mas também colocou um juízo de valor; o correto é o mais bonito, mostrando o seu zelo pelo uso da língua padrão, prática freqüente nas escolas. Tudo isto se evidencia nos textos onde estão reproduzidos os modelos já questionados e a indestrutível força do livro didático é enfatizada.

Verificou-se, em vários momentos, interrupções por parte da professora que entregou trabalhos anteriores e permitiu que outro professor entrasse na sala, introduzindo outros assuntos, fato que desviava a atenção dos alunos. Estes, por sua vez, conversavam entre si, passeavam pela sala, perguntavam ao professor, tudo isto em meio ao barulho de fora da sala.

Num determinado momento, em nome da liberdade e da democracia, a professora pede opinião e permite que os alunos participem das decisões da sala de aula. Então, professor e aluno discutem sobre o tempo previsto para o término do trabalho. Em seguida faz uma pergunta a um aluno, o outro é quem responde e a professora toma a seguinte atitude:

(Seq. 10)

P: Ora, não deixe que ninguém decida por você [...]

Percebe-se que, embora haja uma certa abertura ao diálogo, o espaço para perguntas, as atitudes participativas do aluno em sala de aula ainda assim são insuficientes e não fazem do educando o centro do processo ensino-aprendizagem. A escola ainda está longe de vivenciar o princípio da liberdade e de desenvolver atitudes de cooperação que desafiem e estimulem a criatividade/criticidade do seu educando.

Apesar de o aluno poder dizer na sala:

(Seq. 11)

A: Tia / tá perdendo tempo

Isto não significa que ele seja capaz de, conscientemente, saber questionar e opinar

sobre o que lhe é imposto ou discordar dos métodos utilizados pela escola.

Como se verá mais adiante a professora, apesar do esforço para que os educandos construíssem um texto correto do ponto de vista formal e coerente com a figura que o aluno teria de ler, não obteve o êxito desejado. O processo de leitura continua a ser interpretativo, buscando, apenas, um sentido e as regras gramaticais de ortografia e concordância não condizem com os padrões da norma culta da língua. Leitura do texto selecionado ilustra bem a leitura-escritura do aluno na sala observada.

Texto: Escola Estadual Prof.º Antonio Pinto de Medeiros Natal, 4 de Maio de 1995. Aluno: Emanuel Avelino Soares - Idade: 10 Nº 7

Professora: Shirley - Turma "A"

A MENINA DURMINHOCA

Todos os dias Katia dormi muito e as meninas colocaram um apelidinho. Chama ela de durminhoca porque ela dorme muito. Ela vai dormir de seis pra acordar de nove horas da manhã. De tarde ela vai dormir de duas pra acordar de quatro e todos os dias é assim.

fim

Veja-se a interação entre professor-aluno após a leitura do texto:

P: Como era o nome da menina?

At: Kátia

P: Por que ela se chamava dorminhoca?

At: Dormia muito

P: O outro horário que ela dormia?

At: De tarde às nove horas da manhã

P: Quantas horas kátia dormia?

At: Nove horas.

P: O que ele disse está coerente com a gravura?

Conforme observou-se nesta análise pode-se concluir que:

as estratégias de leitura/escritura que são utilizadas nas escolas ainda não contribuem para a formação do leitor crítico e criativo.

a relação professor-aluno está longe de ser a de sujeitos participantes da construção do saber, mas continua sendo a ilusão de que o professor é a única fonte do conhecimento e o aluno o receptáculo desse conhecimento, aceitando tudo passivamente.

a escola não explicita sua própria função, nem estabelece a distinção entre enunciador (sujeito) e autor (responsável), continuando a confundir esses papéis.

O leitor não interage com o objeto (texto) para juntos formarem a sua significação.

O texto é meramente uma interpretação do que está dito.

Comungamos com a professora Maria José Coracini ao questionar: "como se pode exigir que cheguem ao Segundo e Terceiro Graus alunos reflexivos, críticos, se, desde o Primeiro Grau, foram-lhe dadas tão poucas oportunidades de atuação, participação e autonomia?"

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Trad. de Joaquim José de Moura Ramon. Portugal: Presença; Brasil; Martins Fontes, 1974.
- BAKHTIN, Mikail. Marxismo e filosofia da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BOURDIEU, P. Sistema de ensino e sistema de pensamento. In: **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. E. ed. Campinas, São Paulo; Editora da UNICAMP, 1993.
- CORACINI, Maria José R. Faria. Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Educ.; CampinasSP: Pontes, 1991.
- _____. Em busca da adequação ensino-aprendizagem. Leopoldianum, XIV, 46: 61-79. São Paulo; Universidade de Santos, 1989.
- _____. Diversidades e semelhanças em aulas de leitura. Signótica, 4, 1994.
- _____. Homogeneidade x Heterogeneidade num discurso pedagógico. In: Pascoal, Maria Sofia Zanoto & Celani, Maria Antonieta Alba. *Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*; São Paulo: Educ.; 1992.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 5 ed. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: vozes, 1987.
- KLEIMAN, A. Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.). História e sentido na linguagem Campinas, SP: Pontes, 1989.
- KATO, Mary A. O aprendizado da leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Trad. de Freda Indusky. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 1988.
- SOUSA, Maria Ester de. Cartilha: uma abordagem discursiva. João Pessoa: UFPB, 1995. (dissertação de mestrado).

A crítica de Horkheimer delimita a relação entre Razão e Natureza sob dois aspectos: no problema da formalização da razão, na **Dialética do Esclarecimento**³; e na *revolta da natureza* formalizada, no **Eclipse da Razão**⁴. Horkheimer, nessas duas obras evidencia o processo do *Esclarecimento*⁵.

Os quadros de evolução da espécie humana, da racionalidade e do desenvolvimento do indivíduo marcam, no contexto das obras de Horkheimer, a *revolta da natureza* como uma consequência da *formalização da razão* delineada no processo histórico-civilizatório de constituição da subjetividade ou de uma razão auto-reprodutora que toma para si o modelo de auto-preservação. Horkheimer salienta como consequência desse processo um emudecimento da natureza na expressão dos seus conteúdos através da própria subjetividade, de tal modo que o silêncio que cerca a natureza representa desde sempre uma ameaça: a emergência dos conteúdos recalcados como expressão da revolta.

Voltada para si mesma, a razão, reduzida a uma lógica instrumental dos meios, conecta o processo de formalização ao modelo de auto-preservação, através do caráter utilitarista daquela. Auto-reprodutor, o processo de formalização implica a perda de autonomia do sujeito, aniquilado pela operacionalização automática dos meios. Isto, no plano civilizatório, significa que a racionalização da vida aparece como a *complexificação* do processo de adaptação dimensionado na forma de “ajustamento” para a sobrevivência.

A atividade coordenadora, antes atribuída ao sujeito autônomo como forma da razão, reduz-se, no plano instrumental, à

condição de meios de sujeição empíricos, tanto da natureza, pela subjetivação, que a molda em função dos seus interesses, como do próprio sujeito, pela formalização, que o faz abdicar da sua autonomia em função do ideal de autopreservação. O processo civilizatório como racionalização da vida - *substituição gradual da seleção natural pela ação racional*⁶ - desloca a perspectiva de sobrevivência da espécie, da necessidade de adaptação natural, para as exigências de ajustamento, enquanto forma de auto-preservação do indivíduo através dos meios de preservação do sistema. A forma de operacionalização sistemática dos meios de preservação se estabelece como um universal abstrato ante o qual toda forma de singularidade está submetida ao contexto de redução da natureza ao plano empírico das possibilidades pragmáticas. Deste modo, o sujeito reificado como *um fator dentro da experiência*⁷ tem nas exigências de ajustamento *o modelo para todos os tipos imagináveis de comportamento subjetivo*⁸ que são manipulados pela lógica instrumental em função da sua própria perpetuação.

Submetida ao planejamento, a racionalização da vida subsume o outrora domínio privado da vida individual nos seus “impulsos mais ocultos” às exigências de racionalização e planejamento, as quais são pressupostas para auto-preservação. A afirmação da razão subjetiva formalizada corresponde ao *triumfo de uma realidade que se confronta com o sujeito como algo absoluto e esmagador*⁹. Assim, o caráter utilitarista e auto-reprodutor da razão instrumentalizada, preservada apenas como atividade coordenadora, implica a absorção do modelo de auto-preservação da espécie como impulso originário da subjetividade

que, no desenvolvimento do processo de formalização, encontra o seu próprio paradoxo: a independência do modelo de conduta frente aos padrões universais da natureza como forma de submetimento passivo aos padrões gerais de adaptação.

O processo de formalização da razão constitui através da subjetividade uma segunda natureza quando as forças econômicas e sociais se transformam em “poderes naturais cegos” aos quais a espécie humana se vê submetida, encapsulada dentro da sua própria dinâmica de dominação. Nesses termos a história da espécie se identifica com a história da subjetividade e se confunde com a história da dominação. Caracterizada pela posição antagonista da razão com relação à natureza - *quanto mais inventamos artificios para dominar a natureza, mais devemos nos submeter a eles*¹⁰ -, a evolução técnica qualitativa revela dentro da sua própria dinâmica a lógica da dominação que a razão como faculdade reguladora operacionaliza no processo de subjetivação da natureza. A constituição de um ego abstrato, reduzido aos meios e esvaziado de toda substância, é concomitante à degradação da natureza como simples material, a qual, esvaziada de todo conteúdo, não tem qualquer outro propósito senão aquele de ser objeto da dominação.

Horkheimer retoma a idéia do dualismo cartesiano ego/natureza, identificando os princípios do ego e da dominação, na forma de um transcendental capaz de dissolver o conceito de natureza como todo o conteúdo da experiência, enquanto um ego abstrato, não-pertencente à natureza mas que se mantém próximo desta e influenciado por ela. No plano histórico, a história da civilização se confunde com o desenvolvimento do

conceito de ego que reflete a história da dominação da natureza, que, também humana, é a história da dominação do homem pelo homem. O ego revela o processo de interiorização do princípio da dominação, entendido na história da civilização ocidental como algo relacionado às *funções de dominação, comando e organização*¹¹. No interior do processo de formalização a constituição de uma segunda natureza pela subjetividade reflete os padrões de visão da natureza pela humanidade e determina de forma definitiva a *representação dos humanos na mente humana*¹². Assim, a instrumentalização do humano pelo princípio de dominação, identificado no conceito de ego, se coloca sob o prisma do modelo freudiano de análise do processo civilizatório de constituição do sujeito como indivíduo, na conexão da teoria da sociedade com o aspecto de dissolução da própria subjetividade na esfera de um “superego” caracterizado pela formalização.

O processo civilizatório compreende a confluência do processo filogenético da dominação - relativo à história da evolução da espécie - com o processo ontogenético da formalização - relativo às etapas de desenvolvimento do indivíduo -, a partir da constituição do sujeito na origem da civilização ocidental. O impulso mimético natural, encontrado na origem da civilização como na formação do indivíduo, se apresenta como um meio de aprendizagem onde o próprio corpo é desde sempre *um órgão de expressão mimética*¹³. A sucessão de fases nos estágios constitutivos do desenvolvimento da subjetividade implica uma progressiva subordinação do indivíduo aos imperativos formais que marcam a passagem da imitação inconsciente à imitação consciente, e desta aos métodos racionais de aprendizagem.

A confluência dos processos filo e ontogenético marca a transcendência e a transposição dos valores dos impulsos miméticos originários como a conversão da atitude mimética em atitude racional na história da civilização. Esta se caracteriza através da substituição das diversas formas de mimese pela adaptação consciente e pelo domínio, além de revelar uma distorção do impulso mimético, que mascara o real conteúdo e o propósito da representação da natureza pela razão com o objetivo de atração da natureza *para que ela se junte às forças da repressão pelas quais a própria natureza será esmagada* ¹⁴.

A apropriação do impulso mimético pela racionalidade, através do princípio do ego, revela uma lógica perversa de apropriação instrumental da natureza, onde a repressão aos impulsos naturais é utilizada na afirmação de um tipo de racionalidade que conduz à sua própria negação. Assim, o significado da civilização, configurado no quadro de desenvolvimento da subjetividade humana como a pressão para atingir o estágio adulto e a responsabilidade, enfatiza uma tendência profundamente enraizada de dominar e tratar a “natureza interior” de maneira brutal e malévola, na busca do controle dos impulsos miméticos, da mesma forma que a espécie submete a “natureza exterior” ao seu domínio no desenvolvimento da dinâmica de auto-preservação.

A apoteose dos princípios do ego e da auto-conservação, no processo de emancipação humana como afirmação da subjetividade, culmina num estado de insegurança no qual o recalque da natureza, coincidente com a dominação implícita na subjetivação e concomitante à produção intelectual e material da vida humana organizada na sociedade, desdobra-se

dialeticamente na emergência dos conteúdos objetivos recalcados, como a revolta da natureza diante da ameaça da sua completa negação. A redução da natureza à relação meio-fim no desenvolvimento histórico da produção, e a progressiva liquidação do pensamento especulativo substituído pela inteligência pragmática no processo de formalização, marca a perda do caráter atemorizador da natureza. Este último reaparece na forma de uma vingança daquela à submissão das *qualitates occultae*, no se despojamento *da possibilidade de falar através das mentes humanas* ¹⁵.

O processo de emancipação traduz então *uma história de sofrimento infinito* ¹⁶ onde o recalque da natureza é a expressão da razão formalizada que se afirma através da racionalidade como dominação. Recalcada dentro de uma perspectiva de *renúncia final ao impulso mimético* ¹⁷, a natureza expressa a sua revolta através da sobrevivência daquilo que foi reprimido, e que retorna no quadro atual de uma força destrutiva latente, capaz de emergir ante o fracasso da razão na promessa e condução das potencialidades humanas.

O antagonismo das duas naturezas da subjetividade - a natureza dos impulsos primordiais, da mimesis, e a “natureza” da formalização, da razão - possibilita o desdobramento do recalque na revolta da natureza, refletido na patologia da civilização. A impossibilidade de uma superação total do impulso mimético como forma de transcendência da natureza pela subjetividade, dentro do contexto racional de preservação do *status quo* no qual a última se insere, afirma a existência dos conteúdos reprimidos, como objeto das pressões que tornam inevitável o retorno da natureza recalcada.

Horkheimer destaca no plano antropológico da revolta da natureza, isto é, da *revolta do homem natural contra o crescimento da racionalidade*¹⁸, o aspecto da insatisfação geral do aniquilamento do indivíduo diante da racionalização. Os elementos da resistência e da submissão caracterizam a postura individual frente ao processo civilizatório. A resistência caracterizada pela oposição a *qualquer tentativa pragmática de conciliar as exigências da verdade com a irracionalidade da existência*¹⁹ traz a perspectiva crítica do persistente confronto da realidade com a verdade, nas esferas teórica e prática, onde aparece a reafirmação negativa da positividade adquirida, daquilo que é objeto de crítica ao longo do processo de racionalização. De outro modo, a submissão como expressão da irreconciliação, na rendição do indivíduo que se inclina diante da realidade, acaba revelando uma aceitação camuflada da *identidade entre a razão e a dominação, entre a civilização e o ideal*²⁰. Assim, as figuras do cínico indiferente ou submisso, e do herói trágico resistente, caracterizam o aspecto da “má-consciência” que permeia os modelos históricos da revolta da natureza enquanto aceitação em grande parte do que é ostensivamente combatido.

O caráter estrutural da concorrência da revolta da natureza para a racionalização identifica-se no inevitável retorno da natureza recalcada, de um modo regredido e distorcido, no contexto de manutenção do sistema que a produz. Sob este aspecto afirma Horkheimer que *a civilização como irracionalidade racionalizada integra a revolta da natureza como outro meio ou instrumento*²¹ apropriando-se da mimesis como forma de reação da natureza, recalcada

na expressão do desejo persecutório da racionalidade, na esfera da qual a própria natureza é vítima. A natureza, no impulso mimético originário e na formalização da subjetividade, constitui na sua dupla instância um círculo lógico fechado no quadro de retroalimentação do processo formalizador, de modo que, enquanto oprimida, ela justifica a dominação do opressor, reafirmando a sua existência na esfera constituinte de um tipo de racionalidade que não se satisfaz em simplesmente reprimir a natureza, mas a explora, incorporando as *potencialidades de rebeldia do próprio sistema*²².

Contudo o esboço de uma *dialética do senhor e do escravo**, na relação razão e natureza, permanece dentro de uma perspectiva assintética, da dimensão do não-reconhecimento, como uma tensão constante, não-resolvida entre os termos onde qualquer forma de conciliação da natureza com a razão implica a rejeição imediata de todo elemento que não seja instrumento da auto-conservação ou transcenda a função de adaptação. Nesses termos, a revolta da natureza aparece como o preço pago pela subjetividade, no processo de formalização da razão, enquanto uma tentativa de superá-la.

Determinado pelo cálculo frio e pela ênfase da cegueira em relação à natureza, *o ser humano no processo de sua emancipação compartilha o destino do resto do seu mundo*²³. O fracasso do esclarecimento corresponde ao contexto de emergência da revolta, diante do paradoxo em que a formalização se coloca com o progressivo esvaziamento e conseqüente emudecimento da natureza, pela qual a razão instrumental se impõe ao próprio sujeito como *incapaz de determinar os objetivos supremos da vida*²⁴. Ilustrada pela parábola do menino que

pergunta ao pai: *o que é que a Lua está anunciando?*²⁵, a *história do sofrimento infinito da natureza* revela-se como um *texto a ser interpretado*²⁶, no duplo sentido: da letra morta que ganha vida na voz do intérprete, e dos conteúdos latentes que se abrem ao campo do entendimento através das possíveis interpretações. A natureza como um texto guarda a história do seu emudecimento frente à razão, na impossibilidade da sua expressão através da linguagem, enquanto aquilo que lhe dá “voz” e revela os conteúdos recalçados na trajetória do processo de formalização. Emudecida, a contrapartida do silêncio, como a sua revolta, salienta o aspecto de dissociação da linguagem com as coisas, na perspectiva de uma *língua arrancada*²⁷, que denuncia a dialética da tensão não-superada entre natureza e razão.

Diante desse paradoxo, de não-redução dos termos numa síntese conciliatória, Horkheimer abre a possibilidade de resgate do esclarecimento como: intérprete da natureza, enquanto um auxílio que depende unicamente do *seu opositor*, o *pensamento independente*, o qual, ao mesmo tempo que afirma a razão como uma esfera autônoma, coloca-a como intérprete, salvando o esclarecimento, redimensionado sob o aspecto do reconhecimento, no interior da dialética da tensão entre natureza e razão, enquanto elemento negativo (revelador da história de sofrimento) como uma forma de entendimento não-submetida à redução lógica-instrumental, mas pretendente a uma *compreensão posterior da natureza em si e por si mesma*, de modo que, o processo de esclarecimento revelaria no seu plano interno o pensamento independente como uma possibilidade de resgate de uma forma de entendimento reflexivo-especulativa que

considera a natureza em si mesma como algo que expressa uma verdade que a razão deve tentar reconhecer.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ASSON, Paul-Laurent. **A Escola de Frankfurt.** São Paulo: Ática, 1991.
- FREITAG, Barbara. **Teoria Crítica Ontem e Hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FRIEDMAN, George. **La Filosofía Política de la Escuela de Frankfurt.** México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão.** Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- JAY, Martin. **La imaginación dialéctica. Una historia de la Escuela de Frankfurt.** Madrid: Taurus, 1986.
- MATOS, Olgária C. F. **Os arcanos do inteiramente outro. A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SLATER, Phil. **Origem e significado da Escola de Frankfurt.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NOTAS

¹ Horkheimer; Max - ZUR KRITIK DER INSTRUMENTELLEM VERNUNFT. Frankfurt am Main; 1946. (No resumo)

² Adorno; Theodor W./ Horkheimer, Max - AUFKLÄRUNG DER DIALEKTIK - PHILOSOPHISCHE FRAGMENTE; Frankfurt am Main; 1944. (No resumo)

³ *Op. cit.*; O conceito de Esclarecimento, pp. 19-52.

⁴ *Op. cit.*; Cap. III; pp. 103-138.

⁵ Considera-se que o emprego do termo *Esclarecimento* para traduzir *Aufklärung* expressa melhor a idéia do autor de um processo de desenvolvimento da civilização ocidental que compreende não só o Iluminismo, mas toda a perspectiva de realização da razão na história. *Aufklärung* aqui se confunde com o processo de constituição da razão subjetiva, que caracteriza o sujeito moderno.

⁶ *Eclipse da Razão*, p. 106.

⁷ *Op. cit.*; p. 104, cit. 3; grifo do autor.

⁸ *Op. cit.*; p. 107.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Op. cit.*; p. 108.

¹¹ *Op. cit.*; p. 116.

¹² *Op. cit.*; p. 120.

¹³ *Op. cit.*; p. 125.

¹⁴ *Op. cit.*; p. 130.

¹⁵ *Op. cit.*; p. 114.

¹⁶ *Op. cit.*; p. 137.

¹⁷ *Op. cit.*; p. 127.

¹⁸ *Op. cit.*; p. 133-134.

¹⁹ *Op. cit.*; p. 123.

²⁰ *Op. cit.*; p. 124.

²¹ *Op. cit.*; p. 105.

²² *Op. cit.*; p. 132-133.

* Veja-se a influência do pensamento hegeliano no contexto geral da abordagem frankfurtiana como um todo. Cf. Comentadores.

²³ *Op. cit.*; p. 104.

²⁴ *Op. cit.*; p. 112.

²⁵ *Op. cit.*; p. 138.

²⁶ *Op. cit.*; p. 114.

²⁷ *Op. cit.*; p. 136.

Objetivamos, neste artigo, refletir acerca da concepção do ensinar e aprender subjacente nos manuais de alfabetização, a partir da análise de 7 (sete) títulos diferentes, cujas referências aparecem no final deste trabalho. Priorizamos o manual do professor visto ser nele que se encontra o discurso teórico sobre a alfabetização aliado à prática, a consolidação nas sugestões ao professor e nas atividades propostas ao longo de toda o manual.

Uma análise imbuída da linguagem certamente não nos levará a resolver essas questões. Impunha-se, portanto, um discurso teórico-metodológico capaz de descrever, no (e através do) texto, a exterioridade em nível de representação da (e na) linguagem. Por isso, optamos pela análise francesa da Análise de Discurso, cujos conceitos - principalmente de linguagem, discurso e sujeito - passam a ser fundamentais para a nossa análise, conforme se evidenciará ao seu desenvolvimento.

Em praticamente todos os manuais analisados, a primeira preocupação dos autores é apresentar a sua concepção de alfabetização. O trecho abaixo resume aproximadamente a concepção presente em quase todos os manuais:

Para promover a interação dessas duas experiências - respirar e ampliar o universo oral que a criança possui e consolidar as hipóteses que ela formula em relação à escrita, concebendo-a não como um ato de colocar palavras no papel, mas como uma forma de interpretar o mundo - é que entendemos deve se desenvolver o trabalho de alfabetização.

* Professora da Universidade Federal da Paraíba.

transformando o crescimento conceitual. (Nakano 1993, p. 102)

A perspectiva da alfabetização, como se vê, delimita-se por uma proposta metodológica específica no sentido das atividades, das intervenções que a criança vai realizando e avaliando e por uma concepção básica que poderá orientar a prática.

A Representação da Concepção de Ensino e de Aprendizagem nas Cartilhas

*Maria Ester Vieira de Sousa**

Dentre as pesquisas de Ana Teberosky e apresentadas inicialmente no livro *Patogênese da língua escrita* começam a ganhar adeptos no Brasil e a repercutir na formulação de uma nova perspectiva de ensino no Brasil. Contudo, é apenas no início dos anos 80 que ocorre uma maior divulgação das ideias. É nestas autoras que identificamos o anunciador do discurso sobre a alfabetização presente em alguns dos manuais analisados. Vejamos, por exemplo, o que Teberosky (1985, 32) acerca da escrita:

Quando se encara a escrita como uma técnica de reprodução gráfica, em um problema de regras de gramática oral, se descobre um aspecto perceptivo-sonoro que constitui uma tarefa de ensino de

e confundimentos com a escrita. Uma das autoras dos manuais de

O bjetivamos, neste artigo, refletir acerca da concepção de ensinar e aprender subjacente aos manuais de alfabetização, a partir da análise de 7 (sete) títulos diferentes, cujas referências aparecem no final deste trabalho. Priorizamos o manual do professor visto ser nele que se encontra o discurso teórico sobre a alfabetização aliado à prática, consolidada nas sugestões ao professor e nas atividades propostas ao longo de todo o manual.

Uma análise imanente da linguagem certamente não nos levaria a explicitar estas questões. Impunha-se-nos a escolha de um viés teórico-metodológico capaz de permitir contemplar, no (e através do) lingüístico, a sua exterioridade em nível de representação da (e na) linguagem. Por isso, optamos pela linha francesa da Análise de Discurso, cujos conceitos - principalmente de linguagem, discurso e sujeito - passam a ser fundamentais para a nossa análise, conforme se evidenciará no seu desenvolvimento.

Em praticamente todos os manuais analisados, a primeira preocupação dos autores é apresentar a sua concepção de alfabetização. O trecho abaixo resume aproximadamente a concepção presente em quase todos os manuais:

Para promover a interação dessas duas experiências - resgatar e ampliar o universo oral que a criança possui e consolidar as hipóteses que ela formula em relação à escrita, concebendo-a não como um ato de colocar palavras no papel, mas como uma forma de interpretar o mundo - é que entendemos deva se desenvolver o trabalho de alfabetização,

transformando-o num ato de crescimento consciente.

(Nahum: 1993, 8, Agenda de trabalho²)

A perspectiva de alfabetização aqui assumida, como se vê, define-se claramente por uma proposta metodológica que coloca o aprendiz no centro das expectativas educacionais. Daí a preocupação expressa de que a realidade lingüística e social do aluno venha a ser um referencial básico a partir do qual poderá ocorrer a aprendizagem.

As condições de produção desse discurso presente em alguns manuais analisados parecem coincidir com a "explosão" do Construtivismo aqui no Brasil. Desde a década de 80, os resultados de pesquisas realizadas por Emília Ferreiro e Ana Teberosky e apresentadas inicialmente no livro **Psicogênese da língua escrita** começam a ganhar adeptos no Brasil e a repercutir na formulação de uma nova perspectiva de ensino na alfabetização. Contudo, é apenas no início dos anos 90 que ocorre uma maior divulgação desta proposta. É nestas autoras que identificamos o outro enunciador do discurso sobre a alfabetização, presente em alguns dos manuais analisados. Vejamos, por exemplo, o que diz Ferreiro (1985, 32) acerca da escrita:

Quando se encara a escrita como uma técnica de reprodução do traçado gráfico ou como um problema de regras de transcrição de oral, se desconhece que, além do aspecto perceptivo-motor, escrever é uma tarefa de ordem conceitual

e confrontemos com o que apresenta uma das autoras dos manuais analisados:

Acreditamos que as dificuldades que as crianças enfrentam diante da escrita são muito mais de ordem conceitual do que perceptiva, isto é, o domínio da percepção visual, do esquema corporal, da lateralidade, da coordenação visomotora, das relações espaciais e temporais, da análise-síntese, entre outras, não qualificam o indivíduo para aprender a ler e escrever.

(Martins: 1993, V)

O problema, entretanto, não reside neste encontro - principalmente se concordarmos com Pêcheux (1990, 77) quando sugere que todo discurso se inscreve sobre o "já-dito" - mas no desencontro que existe entre os manuais de alfabetização e o que pregam estas pesquisadoras. Senão vejamos.

Sendo o aluno o sujeito da aprendizagem, espera-se que o método passe a ter como referencial base o processo de aprendizagem. Uma vez adotada essa perspectiva, definir, *a priori*, metodologia, procedimentos e técnicas, como fazem os manuais, é, no mínimo, contraditório. Com que objetivo, então, remete-se para o Construtivismo?

Ocorre que, neste contexto de um novo discurso sobre a alfabetização, a validade da utilização de Manuais de Alfabetização vê-se ameaçada por uma abordagem que, ao privilegiar a aprendizagem, desloca a discussão para um outro lugar, o lugar do aprendiz e de sua relação com o objeto da aprendizagem - neste caso, a língua escrita - ameaçando, portanto, o papel do Livro Didático (LD) enquanto objeto e objetivo do ensino.

As Cartilhas, neste contexto, parecem incorporar o discurso do novo com o intuito de se manterem atuais e, sobretudo, modernas. Além disso, há, por trás do dizer, a instauração do *discurso competente* (cf. Chauí: 1982, 7), que, acreditamos, pode ser percebido em dois momentos: de um lado, os autores dos manuais estão respaldados pelas pesquisas recentes na área da aquisição da leitura e da escrita; de outro, encontram-se resguardados pelos seus anos de experiência como alfabetizadores. O locutor que fala a partir da experiência acumulada tem sua competência reafirmada pelo cargo que ocupa: afinal é o autor do livro. E, enquanto autor, ele fala a dois interlocutores, socialmente bem marcados: o professor que irá utilizar o livro e o mercado (editorial e consumidor).

A política do livro didático revela-se mais obscura do que aparenta à primeira vista. Estudar essa questão não é nosso objetivo, embora seja necessário não a esquecermos, afinal:

O livro didático insere-se (...) em uma grande maquinaria, na qual ele parece exercer um papel 'insignificante' que à medida que vai sendo elucidado, revela-se de importância estratégica para a existência e o funcionamento do sistema educacional como um todo, estendendo sua influência a amplos setores do mercado editorial bem como a instituições estatais
(Freitag: 1987, 97)

Na perspectiva do autor dos manuais, esses interlocutores não podem ser descartados e, verdadeiramente, não o são.

Voltemos, entretanto, a um outro interlocutor - o professor - que se encontra claramente evidenciado. A ele é atribuída a condição (ilusão) de sujeito ao lhe ser outorgada, desde que respeite os procedimentos sugeridos, a "competência" para realizar a tarefa de alfabetizar - função, aliás, inerente ao seu cargo. As sugestões apontadas passam a ditar todo o comportamento do professor em sala de aula, antecipando, com isso, a imagem que se faz dele. Como se não fossem suficientes as respostas prontas que aparecem no livro do professor, existe o manual de utilização, onde, passo a passo, se ensina a ensinar. Vejamos alguns trechos:

Ao explorar cada palavra-chave, perguntar aos alunos:

a) *Quantas vezes abrimos a boca para pronunciar a palavra **lata**? (por exemplo)*

*Resposta: abrimos a boca duas vezes: **la-ta**.*

b) *Qual o primeiro pedacinho pronunciado?*

*Resposta: É o **la**.*

c) *Concluir: Então, **lata** começa com **la**.*

*Veja: **l-a***

d) *Articular sem som a palavra e depois falar alto pausadamente.*

(Moraes: 1992, VIII)

Interpretar com os alunos a cena que ilustra a atividade gráfica.

Perguntar: "Quem aparece na cena?", "O que Guto está fazendo?", "O que ele encontrou no meio de seus brinquedos?", "Quem tem um avião como brinquedo?", "De que cor é o avião de Guto?", "Ele é grande ou pequeno?" (Nahum: 1993, Agenda de Trabalho, 16)

(...) *Apresentação da vogal a: apresente a palavra-chave **abacaxi**. Mostre um cartaz com a figura de um abacaxi e pergunte: "Que fruta é esta?" "Com que som começa este nome?". Escreva a palavra na lousa e grife a letra **a**. Dê exemplos de outras palavras iniciadas com este som, sempre chamando a atenção para a sua representação gráfica.*

Sugestão de palavras:

abacaxi - anel - avião - avental - abelha - apito - abóbora - apagador - asa - abraço (Correia e Galhardi: 1991, IX)

Essa prática, recorrente nos manuais, além de tornar o professor um mero porta-voz do discurso alheio, apresenta uma metodologia de ensino que, absurdamente, contradiz a concepção de alfabetização apresentada em outro momento, demonstrando um dos primeiros desencontros entre teoria e prática. Nos exemplos acima, a ênfase atribuída ao método é clara, evidenciando a contradição com uma perspectiva educacional que privilegia o processo de aprendizagem. Ao professor, nas condições apresentadas, cabe ser o *capataz* (cf. Geraldí: 1993, 94), o seguidor incontestado do dono da verdade absoluta: o autor do LD. Esse *exercício de capatazia* continua indefinidamente:

*Escrever na lousa a consoante com as vogais, mostrando como se formam as sílabas, **assim**: (Grifo nosso)*

*l a l e l i l o l u
l̄a l̄e l̄i l̄o l̄u*

(Moraes, op. cit., IX)

O uso do **assim** marca claramente a função de ensinar dessa seção dos manuais.

Por outro lado, também marca a posição de superioridade de quem fala: o autor tem a autoridade para ditar o “como fazer”. Além disso, pressupõe que o outro - o professor - seja incapaz de *realizar a tarefa* sem essa informação, a qual, apesar de banal, certamente o autor julga importante. Caso contrário não a daria. Os mínimos detalhes do “como fazer” são especificados. Em Correia e Galhardi (1991), as estratégias, acompanhadas de procedimentos, são exaustivamente detalhadas. Marote (1991) também reflete essa mesma preocupação.

A definição do discurso do professor atinge até momentos que, supostamente, deveriam exigir maior criatividade e respeito à situação de enunciação. Observemos o exemplo abaixo:

Propor uma conversa sobre animais de estimação. Perguntar: “Você tem um animal de estimação?” “Como é ele?” “Como se chama?” “O que ele mais gosta de fazer?” “O que ele não gosta de fazer?” etc. (Grifo nosso) (Nahum, op. cit., 4)

Todas as *sugestões* acima citadas deixam claro que o professor também precisa ser treinado (adestrado?). Só que, neste caso, para usar o manual. Percebe-se, pelo tom das questões sugeridas e por praticamente todos os procedimentos indicados, quão negativa é a imagem que os autores têm do professor. O professor é, no final, aquele que fala a fala de outrem, que pratica a ação ordenada por outrem, é aquele que não pensa, que age, apenas, segundo instruções.

Por outro lado, em alguns manuais, os verbos **incentive**, **estimule**, **organize**, **exponha**, **chame a atenção**, **permita**, usados nas sugestões ao professor,

caracterizam o que chamaríamos de função de animador do professor, que não deixa de ser um mero repassador de um conteúdo e de uma metodologia pré-fixados. A ênfase, neste caso, recai sobre o estímulo que aparece disfarçado sob o conceito de motivação.

Em outros manuais, não é apenas o comportamento do professor em sala de aula que é determinado. O aluno, alvo maior das Cartilhas, encontra-se preso, implícita ou explicitamente, às armadilhas **do que fazer**. Há alguns exemplos que merecem ser citados:

O professor vai organizar uma conversa para todos contarem o que fazem durante o dia. Aguarde sua vez de participar e preste atenção no que seus colegas vão contar. (Grifo nosso) (Martins: op. cit., 8)

Neste manual, especificamente na seção “Um pouquinho de conversa” e “Um pouquinho de atenção”, tem-se sempre a fixação dos papéis a serem desempenhados em sala de aula. No geral, *aguardar a vez, prestar atenção e copiar*, com destaque para essa última, parecem ser as principais tarefas - para usar um termo apropriado ao contexto - que estão destinadas ao aluno nestes manuais, caracterizando uma imagem também nada positiva do educando. Projeta-se, usando uma expressão de Marilena Chauí (op. cit., 9), um “cerimonial prefixado”, antecipando-se o que farão professores e alunos, sendo que a *competência* de cada um depende do cargo que ocupa.

Por trás de todo o discurso, especificamente destinado ao professor, parece-nos haver um pressuposto básico: existem lacunas na formação do professor que precisam ser preenchidas. Neste sentido, o LD chama para si essa responsabilidade e,

ao mesmo tempo, atribui-se uma competência que, talvez, extrapole seus limites. Apenas uma investigação - enfocando especificamente a relação professor/livro didático - poderá dizer se esse papel é ou não cumprido.

No geral, a preocupação de ensinar o professor a ensinar existe e é carregada não só de toda a significação tradicional que comporta o ato de ensinar, inclusive, como das contradições inerentes a este mesmo ato. Por isso, consideramos importante tecer maiores comentários acerca da concepção de ensinar subjacente a esses manuais. Essa concepção, entretanto, torna-se mais evidente quando observada em relação à concepção de aprender, a qual se manifesta principalmente nas propostas de atividades destinadas ao aluno. Observemos alguns exemplos:

Complete com lha, lhe, lhi, lho ou lhu e estude as palavras para ditado:

a..... ore.....do bi.....te
 repo.....
 bara..... mo.....do
 verme..... abe.....do
 ro..... mi.....ral
 baru..... rama.....te

(Nahum: op. cit., 115)

Circule no texto as palavras escritas com ga, go ou gu.

(Moraes: op. cit., 61)

Escreva o nome dos personagens e o que cada um falou.

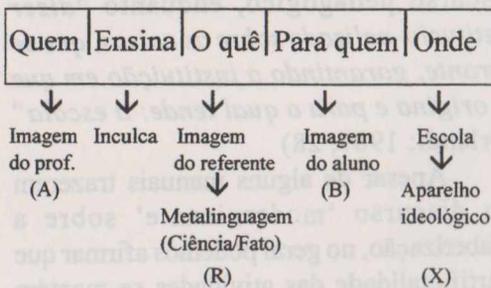
(Passos: 1993, 51)

Apesar de alguns dos autores citados se dizerem construtivistas, não há dúvida de que esses exemplos de atividades - recorrentes em todos os manuais analisados - não contemplam a aprendizagem enquanto processo e nem o aprendiz como sujeito da aprendizagem.

Observe-se que a idéia de treino, automatização do conhecimento, memorização - procedimentos condizentes com a perspectiva comportamentalista - está presente em todas as atividades. No geral, o que se observa em todos os manuais é que a concretização das atividades propostas redundava, sempre, em cópia, apresentada de forma explícita (**copie**) ou implícita (**complete, ordene, separe, escreva**). Se o conceito de aprender encontra-se aqui recoberto pelos verbos **repetir, automatizar, treinar**, - característicos de uma visão mecanicista de ensino - o de ensinar perfeitamente se adequa à noção de **inculcar**, conforme desenvolvida por Orlandi (1987, 31).

Entre os dois principais momentos dos manuais - quando o interlocutor é o professor e/ou quando é o aluno - existe um ponto em comum: a instauração do discurso da tradição de ensinar em que o discurso didático, caracteristicamente autoritário, encontra-se perfeitamente representado

Segundo Orlandi (1987), esse discurso é sustentado, principalmente, pela imagem social que se tem de professor e aluno, pela rigidez dos papéis que lhes cabem desempenhar em sala de aula. É neste sentido que "o percurso da comunicação pedagógica" encontra representação no esquema:



(Orlandi: op. cit., 16)

Tomando esse esquema para analisar as sugestões dos manuais apresentadas ao professor e pensando na função de ensinar, podemos descrever o ato de ensinar, inferindo inclusive o que daí decorre, em dois momentos:

I. A ensina R a B em X, que deverá ser lido como: o autor (A) ensina a ensinar (R) ao professor (B) no livro didático (X). Ao assumir a “função de ensinar”, o professor reveste-se da autoridade que lhe confere o cargo. Tem-se em consequência:

II. A ensina R a B em X, onde A é o professor, que agora detém a autoridade e o “conhecimento”; R é a imagem que o professor passou a ter do que será ensinado; B é a imagem que o professor tem do aluno que, por sua vez, passou a ser influenciada pela imagem transmitida pelo livro didático; e X será agora a escola com todas as suas implicações sociais.

No fundo, isto revela a busca da manutenção do *status quo* do próprio livro didático, através da permanência de uma relação assimétrica entre livro didático e professor, por um lado, e professor e aluno, por outro, sendo que esta última relação é intermediada (determinada) pelo livro didático, que se pretende onipresente. Tem-se, no fundamental, a instauração do discurso pedagógico, enquanto “*dizer institucio-nalizado sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola*” (Orlandi: 1987, 28)

Apesar de alguns manuais trazerem um discurso ‘modernizante’ sobre a alfabetização, no geral podemos afirmar que a artificialidade das atividades se mantém porque não há, verdadeiramente, nenhuma mudança na concepção de ensino-

aprendizagem. Pelo contrário, explicita-se, antes, uma incoerência entre o que alguns autores dizem compreender por alfabetização e sua prática, revelado ao longo dos manuais. Pela metodologia sugerida e pelas atividades propostas, verificamos que, para todos os autores analisados, a aprendizagem resulta da técnica da repetição exaustiva. Neste sentido, ao professor compete ensinar - fazer o aluno repetir - e ao aluno cabe aprender as regras dessa automatização, consolidando uma perspectiva em que a língua é vista como mero instrumento de ensino. Restabelece-se, no fundo, a crença na objetividade da linguagem e do conhecimento.

OBRAS ANALISADAS

CORREIA, Emilia Maria e GALHARDI, Mauro. **Cartilha Como é Fácil!**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1991.

GALLO, Maria Inez D’Avila e COSTA, Teresa Milani S.. **Cartilha Chuvisco**. 6. ed., São Paulo: Scipione, 1992.

MAROTE, D’Olim. **Cartilha Aquarela**. 3. ed., São Paulo: Ática, 1991.

MARTINS, Andréa. **Cartilha Pirulito**: alfabetização. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

MORAES, Lídia Maria de. **Mundo Mágico**: cartilha. 4. ed., reformulada. São Paulo: Ática, 1992.

NAHUM, Erdna Perugine. **Carrossel**: cartilha. 4. ed., reformulada. São Paulo: Scipione, 1993.

PASSOS, Lucina Maria Marinho. **Cartilha Alegria de Saber**: alfabetização. 3. ed., reformulada. São Paulo: Scipione, 1993.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3. ed., São Paulo: Moderna 1982.

CORACINI, Maria José R. Faria. Em busca da adequação ensino-aprendizagem. **Leopoldianum**, XIV, 46: 61-78. São Paulo: Universidade de Santos, 1989.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Marcos Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREITAG, Barbara e outros. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP; REDUC, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania S. Mariani e outros. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania S. Mariani e outros. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

¹ Este artigo foi trabalhado a partir de um dos capítulos de nossa Dissertação de Mestrado, intitulada **Cartilha: uma abordagem discursiva**, apresentada ao Mestrado em Letras da UFPB - Campus I.

² Trata-se de material que acompanha o livro do professor e em que se encontram as definições acerca da concepção de alfabetização, além das sugestões metodológicas.

I. *Gradiva e a leitura freudiana*

Gradiva de Jensen faz parte da biblioteca do autor Sigmund Freud. Só através de sua inscrição no catálogo de livros médicos e literários do *orbis* freudiano, regido por *psiquê*, é que a posteridade o leu.

Estava, assim, selado o destino dessa obra ficcional. A leitura *orbicular* freudiana, produzida a partir da fenda orbitária, acabou por traçar para ela o desígnio da circularidade representada, no circuito ficção/psicanálise, por um mecanismo sedutor de interpretação instaurado pelo próprio caminhar da obra por leitores da clínica psicanalítica, os quais, antes de serem leitores de Jensen, o são de Freud.

É na direção da biblioteca freudiana que tais leitores se encaminham, a fim de, desse lugar domiciliar, reverem o acervo literário que serviu de fundação para o trabalho analítico fenomenal do criador da Psicanálise. Em face à coleção das obras ali enfileiradas, assinalam, já mesmo por esse legado patrimonial, a raridade delas. Revalidam a qualificação do seu material ficcional, enquanto suporte de uma teorização monstruosa, desmedida, imaginada pela mitologia, e projetada na inter-relação desta com a fantasia e o corpo.

Nas estantes da biblioteca freudiana, colocam-se como que diante de um mostruário, de vitrinas, por onde seus olhares ávidos de bibliófilos se deslocam, impulsionados pelo imaginário e pelas identificações fascinantes. Falo desses leitores da **Gradiva** como *bibliógrafos* dotados de uma *bibliotechnia* com a qual elaboram uma *biblioteconomia* na despensa freudiana.

Portanto, ler **Gradiva** significa ler o gesto suplementar do Senhor Freud que adere nessa obra e a transforma num objeto apropriado por um leitor de gênio, celebridade e nome de tal forma fulgurantes, que decide a consagração não só do romance em si, mas da própria arte, enquanto uma linguagem constituída à semelhança do discurso do inconsciente. E é justamente o inconsciente com suas leis o objeto novo, ímpar, que a inventividade imaginativa de Freud produziu.

II. *Gradiva nas vitrinas da biblioteca freudiana e o olhar do leitor de letras*

O leitor de letras está situado no ponto de articulação da arte com a psicanálise. Aí, ele se locomove ao lado do leitor da psicanálise e ambos se resolvem na figura daquele que percorre com a vista e interpreta o que está escrito. Colocam-se nesse ponto articulatório do olhar que engendra o espaço da leitura literária como o outro lugar do desejo das letras freudianas. A psicanálise alcança a ficção e procura encontrar as vias de acesso às possibilidades criadoras, fazendo do exercício analítico uma elaboração.

Ler **Gradiva** se inscreve num duplo fazer: no fazer analítico, doméstico, que se dá no recolhimento da casa, na intimidade do gabinete de leitura, no gozo e no prazer do corpo do leitor freudiano apreciador da arte e da literatura, deleitado; e no fazer analítico, exercido no consultório, no gabinete médico, quando o sujeito analista se encontra diante do outro (o sujeito

analizando), do corpo vivo e concreto do outro, dentro de uma prática marcada pelo significante perturbador NÓSOS, “doença”, recontando a escritura como uma nosografia.

O leitor caminha pelas múltiplas direções das vitrinas da biblioteca freudiana e, ali, folheia o objeto literário em exposição: a fantasia pompeiana de Norbert Hanold, a **Gradiva** que não é outra coisa senão a expressão do processo criativo do homem desejante.

A arte, nesse livro, aparece como a tradução “silenciosa” do imaginário para uma linguagem simbólica, numa espécie de relação entre Psiquê e Amor. Freud parecia estar atento a isso e à concepção estética da arte como invenção da imaginação. O fundador da psicanálise vê a fantasia como um trabalho do inconsciente, realizado por mentes criativas, do gênero da criação dos escritores e da brincadeira da criança.

Gradiva é o objeto fascinante exposto aos nossos olhares. Expressão a partir do tumulto do corpo, da desordem da emoção, transforma o modelo de argila ou de bronze na imaginação do corpo vivo, num trabalho e jogo sobre a matéria das fantasias e dos mitos.

III. A grã-diva: fantasia, mito, corpo, nome, origem e sentido: lendo a Gradiva de Jensen

Na concepção freudiana, a fantasia é um elemento central da vida psíquica. Representação inconsciente elaborada pelo indivíduo, não só tem um pé no mito, mas também enraíza-se no corpo enquanto sexuado e carregado de sentido.

A compreensão e a análise da fantasia, ou do sistema das fantasias pessoais,

implicam, pois, nas suas relações com as narrativas míticas e com o corpo. Este é tido como um dado imaginário, acrescido de toda uma gama de significações, que se lhe impregnam desde o nascimento. O corpo, na ficção freudiana da psicanálise, faz-se também leitura da fantasia.

A palavra francesa *phantasme* evoca muito de perto a etimologia grega *phántasma* que se vincula à própria constituição da obra de arte. Para Platão, o artista, quando abandona a verdade objetiva, distanciando-se do real e do verdadeiro, buscando representar o que as coisas aparentam ser, produz um simulacro. O artista procura, assim, o *phántasma* que produzirá a ilusão, a aparência ilusória, a mesma que a do “reflexo sobre o metal polido do espelho”.

O artista, nessa perspectiva platônica, cria a arte fantástica e é, por tal, um ilusionista. Platão condena essa deformação introduzida na arte da mimese, a qual, para ele, deve obedecer às proporções do modelo: o corpo humano e suas dimensões reais. O ilusionismo é o alvo da crítica do filósofo, embora ele reconheça o fascínio e a magia que a ilusão exerce.

Não só o escritor e o artista produzem o *phántasma*. A psicanálise demonstra que todo mundo fantasia, cria mitos, que essa criação pertence exclusivamente ao indivíduo e é intransferível.

Esta rápida incursão teórica sobre a fantasia tem o propósito de configurar meu próprio posicionamento de leitura do romance do escritor alemão Wilhelm Jensen, **Gradiva** – uma fantasia pompeiana. Não descurando da existência dos volumosos escritos teóricos que a psicanálise laciana articulou sobre o fantasmático, pretenderei ater-me aqui ao entrelaçamento da fantasia,

do mito, do corpo, do sentido e do nome e sua origem, e ao arranjo desse material na produção do romance. Montagem que alimentará a psicanálise e tornará esta um modo de produção de leitura liberadora que descobrirá o quanto a ciência se aproxima da ficção.

A história do jovem arqueólogo Norbert Hanold é a história de representações inconscientes, fantasias e mitos. Norbert Hanold representa para si mesmo uma cena mitológica em torno do nome de **Gradiva** e da origem desse outro. **Gradiva** é o seu duplo feminino, a mulher, cujo corpo esculpido em mármore apresenta-se-lhe na forma de um enigma. Seu fascínio e mistério residem, mais precisamente, no modo de caminhar com o pé numa posição vertical, quase impossível para o andar humano. Nessa história mítica, manifesta-se o tema do corpo e de seu deslocamento para os pés. É através da nomeação por Norbert Hanold da figura feminina da escultura que se dá o registro do corpo imaginário. Neste registro, está a origem da representação inconsciente dos pés como o lugar enigmático, secreto, da questão da mulher. A partir dessa inscrição, no nível da representação da palavra corpo, desencadeia-se todo um processo imaginário diante do corpo admirado que parece, para Norbert Hanold, intraduzível. E o olhar de admiração promove a procura da significação daquilo que a palavra não traduz. Se a leitura é decifração, o enigma feminino escapa ao admirador de **Gradiva**. Ao leitor Norbert Hanold resta imaginar a falta.

As imagens familiares, constantes do sistema fantasmático do personagem de Jensen, pertencem a uma região "arqueológica". São modelos arcaicos de seres criados, imaginados. Fazem parte de

um tempo passado caído no esquecimento. Figuras de pedra morta, tal qual a escultura da **Gradiva** jogada sobre a escrivainha do arqueólogo. Lethe, o esquecimento, opera na elaboração da perda de paternidade ou de origem familiar, não sem gerar inconscientemente a angústia e a culpa.

A situação de orfandade se deslocará para a falta do outro, aquela do sexo feminino erotizado que, para Norbert Hanold, não existira até ali, até o seu contato com o modelo de argila. O nome **Gradiva** condensará a perda do pai e a falta da mãe. **Gradiva** é a nomeação por metonímia e metáfora do desejo do sujeito de um conhecimento que devia ter sido realizado pela mãe, logrado pela morte. Sem o conhecimento, o processo de reconhecimento não é alcançado por Norbert Hanold. Ao órfão coube percorrer por si o seu caminho, seguindo os passos, as pegadas do pai, marcha forçada a que estava designado desde a infância. Seguir a carreira do pai, ser como ele arqueólogo, conservar e "se possível aumentar o lustro" do seu nome. Suceder ao pai (seguir o mesmo caminho, entrar na vaga do pai, ser substituto) tornou-se a árdua tarefa, o cumprimento de um destino que o filho se impõe, como uma herança de sangue. A obrigação familiar é o caminho árduo e forçado, um projeto que é compromisso com os mortos, que resulta no sepultamento da jovialidade, das forças de vida, sob a pressão de THÁNATOS.

A pequena estátua feminina sobre a mesa de trabalho do jovem arqueólogo perturba-o, introduzindo o fascínio pelo detalhe do pé. Representa a economia psíquica elaborada por Norbert Hanold, no seu desígnio de perpetuar o nome do pai. O mecanismo do andar põe em ação o processo

de deslocamento que vai se suceder no tempo e no espaço, propiciando um desvio de rumo, um extravio do caminho traçado. A imagem feminina de Gradiva é um chamado para a vida para o amor. Um encontro com o presente e uma promessa de futuro.

É em torno do nome **Gradiva** e da origem hipotética da jovem *domina* que se reúnem as representações inconscientes de Norbert Hanold. Na encenação mítica, que ele organiza, ela surge como uma deusa humana, saída das ruínas de Pompéia. A cidade italiana destruída pelo Vesúvio é a máquina teatral por meio da qual o jovem arqueólogo se representa, e representa, a escavação das ruínas do passado familiar ao qual se está preso. Ele procede à reconstrução da sua cidade subjetiva. A cidade feminina. Sua matéria de ficção.

Gradiva, a deusa humana, é a grã-diva, *aquela que avança* e, nesse caminhar intrigante, arrasta consigo Norbert Hanold. Invade seus sonhos, sua vida. Sob a onipotência da fantasia, o corpo da mulher, objeto da admiração, consiste no significante desviante dos passos paternos. Avançando com ela, Norbert Hanold caminha da ilusão para a realidade; do corpo, enquanto uma ideia feita de mármore ou de bronze, simulacro, ao corpo-carne, erotizado de Zoé, sua amiga de infância, que, da mesma forma que as imagens paternas, repousava inominada no universo arqueológico.

Gradiva – Rediviva – Zoé Bertgang sintetizam a possibilidade do feminino, a via erótica, o corpo sexuado. Significam uma outra aliança homem-mulher, erotizada, que suscita em Norbert Hanold o pro-criador. Gradiva/Zoé destrancam o que estava encarcerado, engaiolado no jovem arqueólogo: o desejo de tomar o seu próprio

rumo, seguir seus próprios passos, liberto da imagem do pai e do seu nome. Ser capaz de criar a partir mesmo da experiência dolorosa da separação e ser sujeito de seu próprio destino. Da ignorância do saber do corpo, Norbert Hanold é conduzido a um conhecimento que a ciência e a razão – nas quais era adestrado – não davam conta. Conhecimento que se tornou possível pela direção desviante que a imagem de Gradiva desencadeou, ao escapar da leitura familiar do jovem arqueólogo.

Norbert Hanold quebra a porta da “gaiola” de suas vivências intelectuais, de seu compromisso filial, livra-se das barras e encaminha-se para o sol, o ar fresco, para os sons humanos, os ruídos amorosos dos casais. Ele muda de dis-posição. Foi preciso sentir-se pássaro engaiolado para atingir essa revelação. Gradiva – Zoé Bertgang, agora, é encontrada, embora de há muito estivesse ali, sem ser aparentemente notada. O pássaro “Norbert” voa e, livre, o seu novo som é expressão do amor. As ruínas de Pompéia vibram com a alegria do encontro com a mulher, a vida amada, ou com a presença amável.

Nos seus próprios pés, Norbert Hanold avança para a liberdade, a vida e o amor. Viajante, em busca de significação para o intraduzível no corpo imaginário da mulher, ele parece reviver *Hermes*, o mensageiro dos deuses e protetor dos viajantes. Nesse parentesco divino, ele articula-se a outra forma, à feminina, recuperando, pela fantasia, o *hermaphréditos*. Ainda na tessitura da fantasia da imaginação excitada do arqueólogo, o mito de *Apolo* se manifesta disfarçadamente na outra nomeação que faz de Gradiva – Rediviva – Zoé Bertgang e no jogo de sentido etimológico do nome –

aquela que resplandece ao andar. Esse renomear remete a novo jogo de deslocamentos e condensações, pois Gradiva/Bertgang é o disfarce feminino de Apolo/Norbert Hanold. Apolo, filho de Zeus e de Latena, deus da música e que personificava o sol, é relacionado junto com Vênus, na mitologia grega à beleza e ao Amor, enquanto ideal. Sol, figuradamente, significa grande esplendor, aquele que resplandece ao “andar” no universo, ao nascer e se pôr, aquele cujo brilho ofusca o Pai. Norbert Hanold/Apolo é aquele que resplandece ao andar em busca de sentido e, ao brilhar, ultrapassa a celebridade do pai, para fazer seu próprio nome.

O encontro com a mulher, enquanto real, corpo feminino concreto, não representa o fim de sua demanda imaginária. O discurso pedagógico de Zoé – Gradiva tem a função da voz materna capaz de despertar Norbert Hanold da letargia e da embriaguês das identificações fascinantes, do delírio fantasmático. Faz “cair na real”, reconhecer a falta. Cumpriu-se o processo de aprendizagem. Norbert Hanold avançou no seu processo criativo, integrando o seu mundo interno à realidade externa, atingindo a dissociação necessária do nome do pai, para estabelecer sua própria vida e chegar à descoberta do corpo feminino, antes matéria onírica, depois, matéria carnal e diferenciada.

A passagem da fantasia para a realidade não implica, porém, na desativação do processo imaginário vital ao ser humano. Algo intraduzível permanece na Zoé/Gradiva viva: “uma pequena covinha na face onde se passava qualquer coisa mínima e difícil de determinar”, a *coisa*, para a qual falta tradução e que passa a ser o outro lugar da metomínia do desejo. Na procura de

significação, através da linguagem, o jovem arqueólogo se sai, então, de maneira artilosa, burlando a falta de tradução do lugar da falta, apontando a *coisa* como *mosca* – “Eis a mosca outra vez! Metonimicamente a mosca, inseto díptero vulgar ou doméstico, constituirá o novo significante que dá prosseguimento à mudança de domicílio do sujeito do inconsciente. No cenário das ruínas reais da cidade de Pompéia, Norbert Hanold ressurgue, sob o olhar da companheira de infância, totalmente recuperado “da saúde e do juízo”, livre do confinamento, da misantropia, da melancolia e da alucinação. As ruínas reconstroem-se num lugar de gozo e de prazer. Romanticamente. O discurso de Pompéia, incidindo na fantasia, foi o achado literário que tornou Freud o leitor ficcional por excelência.

IV. Gradiva – Razão e Ciência, fantasia e realidade

Gradiva, segundo consta do prólogo da edição de Jorge Zahar Editor Ltda., escrito pelo psicanalista Marco Antônio Coutinho Jorge, foi originalmente publicado em 1903. Essa datação remete à produção da obra a fins do séc. XIX e a um contexto predominantemente evolucionista e cientificista.

Esta minha remissão bibliográfica vem trazer, para este lugar de reflexão sobre o romance de Jensen, a questão da obra como produto, na circulação dos saberes, tal qual ocorria naquele século de entrecruzamentos teóricos, científicos, epistemológicos, literários, lingüísticos, artísticos, sob representações realistas / naturalistas que atravessavam todos os códigos humanos

figurativos e que vinculavam o corpo ao grande universo BIO e a imagens organicistas da sociedade e de suas formas de conhecimento.

Considerado dentro da perspectiva do discurso literário e do processo social de produção, nas relações com a história, com a cultura e a linguagem, o romance do escritor alemão formula um discurso da crise daquelas representações. Nele, razão e ciência vão sendo gradativamente desconstituídas para dar lugar à imaginação e à fantasia. Neste sentido, **Gradiva** promove uma leitura crítica das representações pretensamente objetivas, propondo uma teorização do poético fundada em formas da fantasia humana e no material fornecido pela mitologia, apontando para a filiação disso com o incongruente.

A deliberação de Jensen por suscitar um leitor crítico para o texto romanesco traduz-se no fato mesmo do recorte exagerado da figura do arqueólogo Norbert Hanold, dada a sua obsessão em construir hipóteses, em buscar uma lógica racionalizante para organizar sua experiência. Jensen adota o papel de leitor munido de lentes bizarras.

Os sistemas de representação científicos e racionalistas mostram-se como “cages”, onde Norbert Hanold vivia aprisionado. Essa imagem emerge das constantes comparações que o narrador faz dele com o pássaro na gaiola. As representações afetivas da fantasia e do imaginário promovem o próprio vôo para a liberdade que o arranca do congelamento dessas representações ressecadas, sem *anima*. O percurso de Norbert Hanold em busca de **Gradiva**, de uma alucinação, é o que permitirá o desfazimento do saber cristalizado, e o conduzirá ao reconhecimento de sua aridez e vanidade. Uma outra

aprendizagem com a alma, com o sentimento, com o coração, mapeia o novo caminho de Norbert Hanold, desviando-o da visão arqueológica sem vida, arquivando sua língua morta, tirando-o do seu enclausuramento e imobilização. O processo criativo possibilita o resgate do sujeito desejante. Para isso, necessário fez-se sair do mundo racionalizante do cientista e entrar na vertigem da fantasia.

O romance produz uma reflexão imaginante das representações e de suas relações com a vida, a natureza, o real e o corpo. Propõe a ficção como o discurso que se afasta da ciência e da razão, vivificado com as vibrações do humor e do afeto. Humor que, no romance, corta o excesso sentimental, por exemplo, nos momentos finais do encontro de Norbert Hanold com **Gradiva** Zoé Bergang. Posso mesmo afirmar que o princípio dessa obra é um livro infinitamente fantástico, da fantasia mais estranha e doentia, e infinitamente bem humorada, selando a aliança da ficção com a espiritualidade e sagacidade. O escritor Jensen fecha o livro para o leitor Freud abri-lo e introduzir nele o conceito de inconsciente.

Freud estava intimamente mergulhado num contexto **clínico** e foi principalmente desse lugar que ele leu **Gradiva**. O esforço de seu trabalho analítico coincide com o trabalho do imaginário que ele acabou exercendo, extraindo da instância das letras de outros escritores criativos, seus sonhos, delírios ou devaneios. Desse ponto de vista, a produção escritural freudiana contém o que Adorno chama (citado por Rouanet) traços apócrifos. Esses traços são a coisa para a qual falta tradução, aquilo que é secreto, escondido, no saber construído pela leitura.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Tradução, notas, introdução crítico-histórica de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia*. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Debates, n. 69, 1973.
- FREUD, Sigmund. *Delírios e sonhos na "Gradiva" de Jensen*. Edição Standart Brasileira das Obras Completas. Rio: Imago, 1976.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- JENSEN, Wilhelm. *Gradiva: uma fantasia pompeiana*. Tradução Ângela Melim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- KOLAKOWSKI, Leszek. *A presença do mito*. Tradução de José Viegas Filho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa: as ilusões da consciência de Platão a Freud*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

Fragmentos da Complexidade
- 22 aforismos arquetípicos

Marcelo Bolshaw Gomes*

* Professor do Departamento de Comunicação da UFRN. Pesquisador do Grupo de Estudos da Complexidade. Mestrado em Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN.

*Acorrentadas de costas para o
luz em um cárcere subterrâneo, os
prisioneiros só podem ver, dos
homens, animais e figuras que
passam pelo exterior, as sombras
projeçadas no fundo da Caverna.
Quando um dos prisioneiros se
liberta e retorna ao mundo exterior,
é cego pela luminosidade do Sol e
só das pessoas consegue se adaptar
à nova realidade. Percebe, então,
que o mundo no qual vivia era real
e inconsciente, feito de sombras e
reflexos das coisas. Porém, o
prisioneiro carterista vê-se obrigado
a voltar-se, retornando ao interior
da caverna, procurando revelar aos
seus antigos companheiros a realidade
do mundo em que se encontram.*

Provavelmente, eles o matariam.

comunicação de massa. O que se
é um ano que ainda não acabou
mercado pela imagem da primeira
via satélite de um programa de TV
planetária - os Beatles cantando
explica tudo: "All you need is Love".

E mais: esta planetarização
desenvolve centralizadamente
ocorrido de forma, mas um de
aparentemente descentrada e
sempre enfatizando o declínio das
fontes e sociedade civil, mas na
liberal de um "governo" econômico

Fragmentos da Complexidade - 22 aforismos arquetípicos

*Marcelo Bolshaw Gomes**

da ecologia herdamos da desobediência civil. O desejo, assim, com uma nova Utopia: um
Estado sem administração, um governo em que
todos os serviços públicos seriam terceirizados
e em que o executivo fosse
coordenador de concorrentes.

Este estranho proce-
homogeneização descentrada das
fenômeno bizarro de tribalização
-a que um chamam de globaliza-
pós-modernidade - só pode ser
análise de seus fragmentos, não
se reflete e se atomiza. É a realidade
que impõe o método hermeneu-
vamos aqui tentar compreender as
características dessas pessoas em
particularidades, a partir de al-
dóvidas e angústias, diante da falta
incerteza existencial dos tempos

Em 1968, a revolução cultural eclodiu
na China; a Índia fabricou sua bomba atômica
e o Japão começou sua arrojada tecnológica.
Em contrapartida, o misticismo e as filosofias
orientais invadiram o Ocidente, chegando a
influenciar seriamente disciplinas científicas
como a psicologia experimental e a física
teórica. Também a invasão soviética na Tchecos-
lováquia poria fim à divisão bipolar da guerra
fria, abrindo um tempo de multiplicidade
diplomática e política.

O fenômeno da contracultura, mais que
uma mera revolta jovem contra as instituições
da sociedade civil ou de uma revolução de
costuras, marcou o início de uma irreversível

** Professor do Departamento de Comunicação da UFRN. Pesquisador do Grupo de Estudos da Complexidade. Mestrado em Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN.*

Acorrentados de costas para a luz em um cárcere subterrâneo, os prisioneiros só podem ver, dos homens, animais e figuras que passam pelo exterior, as sombras projetadas no fundo da Caverna. Quando um dos prisioneiros se liberta e retorna ao mundo exterior, é cego pela luminosidade do Sol e só aos poucos consegue se adaptar à nova realidade. Percebe, então, que o mundo no qual vivia era irreal e inconsciente, feito de sombras e reflexos das coisas. Porém, o prisioneiro correria sério risco de vida se, retornando ao interior da caverna, procurasse revelar aos seus antigos companheiros a irrealidade do mundo em que se encontram.

Provavelmente, eles o matariam.

1

Em 1968, a revolução cultural eclodiu na China; a Índia fabricou sua bomba atômica e o Japão começou sua arrancada tecnológica. Em contrapartida, o misticismo e as filosofias orientais invadiram o Ocidente, chegando a influenciar sensivelmente disciplinas científicas como a psicologia experimental e a física teórica. Também a invasão soviética na Tchecoslováquia poria fim à divisão bipolar da guerra fria, abrindo um tempo de multiplicidade diplomática e política.

O fenômeno da contracultura, mais que uma mera revolta jovem contra as instituições da sociedade civil ou de uma revolução de costumes, marcou o início de uma irreversível planetarização cultural ainda em curso e que, cada vez mais, é acentuada pela transnacionalização da mídia e dos meios de

comunicação de massa. 68, que segundo se diz 'é um ano que ainda não acabou', ficou marcado pela imagem da primeira transmissão via satélite de um programa de TV em escala planetária - os Beatles cantando um rock que explica tudo: 'All you need is Love'.

E mais: esta planetarização não se desenvolve centralizadamente pelo uso coercitivo da força, mas sim de uma forma aparentemente descentrada e consensual, sempre enfatizando o declínio da esfera pública frente a sociedade civil, seja na versão neoliberal de um 'ajuste' econômico voluntário dos países periféricos sub-industrializados ao programa privatizador e ante-protecionista do FMI; ou (por outro lado, mas no mesmo sentido) no movimento das ONG's em torno da ecologia e dos direitos humanos, que, herdeiras da desobediência civil das barricadas do desejo, sonham com uma nova Utopia: um Estado sem administração, um governo em que todos os serviços públicos seriam terceirizados e em que o executivo fosse um mero coordenador de concorrências.

Este estranho processo de homogeneização descentrada das culturas, este fenômeno bizarro da tribalização massificada - a que uns chamam de globalização e outros, pós-modernidade - só pode ser compreendido através de seus fragmentos, nos quais o global se reflete e se atomiza. É a realidade fractal que impõe o método hermenêutico. Por isso vamos aqui tentar compreender alguns traços característicos deste processo através de suas particularidades, a partir de algumas das dúvidas e angústias, diante da já tão enfatizada incerteza estrutural dos tempos atuais.

Por exemplo: será correto afirmar que este período que se inicia com a contracultura tem um caráter anti-moderno? Aliás, o que é modernidade? Uma reflexão que a sociedade faz sobre si mesma ou uma experiência histórica não-religiosa ou ‘científica’? E o ‘modernismo’, será apenas um movimento estético ou um estilo de vida voltado para a novidade e a moda? E a idéia de ‘modernização’, tão utilizada por políticos e economistas, tem alguma relação com as idéias de uma ‘modernidade’ e de um ‘modernismo’?

Essas três palavras têm diferentes sentidos dependendo dos autores, constituindo-se em um verdadeiro cipoal de definições de pensamentos bastante distintos. Uma tentativa de uma revisão conceitual dessas noções foi realizada sem sucesso em Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. (BERMAN: 1985) Esta iniciativa ressalta esta característica do efêmero, do instantâneo, do ‘volátil’ como um dos principais traços da cultura moderna. Infelizmente, no entanto, o texto acaba sendo vítima de sua própria argumentação e suas definições iniciais simplesmente se evaporam no desenvolvimento de seu raciocínio: o ‘moderno’ acaba como um ecletismo de noções diversas que despista os investigadores do campo da interpretação.

Ainda se entendermos a ‘modernidade’ como um período histórico, não encontraremos divergências menores, pois enquanto alguns autores consideram ‘moderno’ o período posterior ao Renascimento, como é o caso de Haberman (1990) que entende a modernidade em um contexto do projeto de emancipação da razão iluminista, outras tendências teóricas colocam a experiência moderna como um

produto cultural da segunda fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Em Brissac Peixoto (1982), para citar um exemplo brasileiro do pensamento marxista heterodoxo, a modernidade nasce na Alemanha dos anos 20 com uma nova e profunda crise de representação, como uma ruptura entre o sujeito e o objeto instituídos pela razão iluminista, entre ‘ser vanguarda’ e ‘ser massa’. Segundo ele, é na República de Weimar em que, simultaneamente, a arte não reproduzirá mais o real figurativamente, o dinheiro não expressará mais o valor das mercadorias, os políticos não representarão mais a população e nem mesmo as próprias palavras não corresponderão mais aos objetos como antes. Esta noção, que segue de perto as pegadas deixadas por Walter Benjamin, vê a modernidade como uma nova forma de sensibilidade.

Ao comparar esta sensibilidade moderna à formação erudita, Benjamin observou a diferença entre duas formas de percepção: a do livro e a da comunicação de massa. Na sensibilidade moderna forjada pela reprodutividade técnica da indústria cultural, é a narrativa que ‘entra dentro do público’, sem realizar qualquer esforço cognitivo. Ao contrário, o ‘espetáculo’ visa tão somente o entretenimento, a diversão, a distração de um cotidiano rotinizado do trabalho industrial. Podemos atribuir à ‘sensibilidade do livro’ a idéia de constituição de uma vanguarda, de uma elite cultural tanto no sentido estético como no político, em oposição ao comportamento apático e passivo das massas.

Esta idéia, resultado de uma distinção radical entre o trabalho intelectual e o manual, é, talvez, um dos traços mais marcantes do que chamamos de modernidade. Por isso se

o 'moderno' equívale a esta desmitologização burocratizante típica da cultura urbano-industrial e do modo de vida das grandes metrópoles, ele é também resistência à massificação, é, ao mesmo tempo, o 'popular' e o 'erudito' que resistem à industrialização cultural. Ser moderno é ser vanguarda e massa ao mesmo tempo. Só se é moderno em relação a algo que é atrasado, antigo, velho. O novo como imperativo só faz sentido em relação ao tradicional. O 'moderno' não é apenas 'estar na moda', mas sobretudo viver um contraste entre o 'regional' e a 'polis'; entre o expressionismo selvagem do 'interior' e o cubismo abstracionista da cidade.

Deste ângulo, alguns pontos de vistas anti-modernos são francamente aristocráticos e 'apocalípticos' - para usar a expressão consagrada por Humberto Eco para definir o comportamento preconceituoso que recusa a cultura de massas. Neste clube localizamos tanto pensadores políticos, como Ortega y Gasset (1987), como também pensadores com uma perspectiva mais cultural, como Adorno e a Escola de Frankfurt.

Em oposição a esta tendência saudosista das elites, estaria o time dos 'integrados', ou seja, aqueles que entendem de uma forma positiva esta 'sensibilidade industrial' e acreditam que a massificação das culturas corresponde a um estágio necessário para formação de uma consciência mais universal e democrática. Uma nova forma de dominação ideológica? Certamente, mas também a possibilidade da planetarização da economia através da cultura. Simplificação idiotizante do espírito humano? Talvez, mas também democratização do conhecimento através do acesso à informação. Nesta perspectiva, a questão da democracia como

forma de governo encontrava-se, assim, estruturalmente articulada à da modernidade.

Mas não é só isso: ser moderno não é simplesmente ser anônimo e original, ou democrático e cosmopolita, mas também sê-lo de uma forma deliberadamente desajustada, meio-irracionalista. Daí, a existência de uma outra forma de 'anti-modernismo' intrínseca à modernidade, a contracultural, que localizamos nesta tensão entre o institucional e o 'alternativo' - onde o próprio pensamento urbano ocidental rejeita sua vida e suas instituições sociais. Ao que parece, este segundo anti-modernismo que se chama de 'pós-moderno' não aceita uma consciência social durkheimiana, eximindo-se assim de qualquer responsabilidade com os conflitos que perpassam violentamente a realidade. Um típico representante desta forma de pensar é o filósofo francês Jean Baudrillard (1985). Para ele, o 'social' não existe mais enquanto representação e o jogo de forças políticas se desenvolve em um sentido inverso ao que é apresentado nos discursos de esquerda. Segundo Baudrillard, são as massas que dominam os meios de comunicação e manipulam os intelectuais e artistas de vanguarda. Para entender como e porque esta inversão é possível, entretanto, temos que voltar ao 'marxismo moderno'.

3

O marxismo italiano foi um dos primeiros a destacar o papel dos intelectuais na organização da cultura, principalmente na segunda etapa de cada modo de produção. Nessa ótica, tal qual os plebeus no Império Romano ou a Igreja no Regime Absolutista, as classes intermediárias da cultura moderna

do pós-guerra, criadas às margens da produção material, representam um papel decisivo em uma nova estratégia: a defesa dos interesses coletivos das classes dominantes em detrimento de seus interesses individuais, sob a forma de uma supercentralização do poder político ou 'intervenção estrutural do Estado na economia'.

Dos diversos autores marxistas que estudam este aspecto da modernidade, o português João Bernardo (1979) é o mais polêmico. Para ele, depois de 1945, uma terceira classe assumiu a hegemonia social e passou a comandar o capital, em detrimento de sua antiga aliança com o proletariado: a classe dos gestores. Aliás, foi no mundo socialista, onde a burguesia proprietária dos meios de produção foi eliminada e impedida de se reproduzir. Foi então que esta aliança inicial entre os trabalhadores manuais e intelectuais mais transparentemente permitiu visualizar o caráter de classe e de exploração deste vínculo. Também no mundo ocidental, através dos sindicatos e de outras instituições privadas, os gestores passariam a deter mais poder que a burguesia. Esta, decadente, após algumas gerações vivendo de renda, está agora prestes a desaparecer diante do capitalismo imperialista das sociedades anônimas, co-gestões privadas entre os trabalhadores diretos e os fundos de pensão de trabalhadores de outras empresas com muito mais dinheiro do que qualquer pessoa física.

Bernardo, entretanto, acredita na crescente proletarização de todos os trabalhadores e que a tecnocracia gestora é a nova inimiga principal da classe operária. Hoje, porém, a tendência que se constata não é a da proletarização, mais sim, as da

terceirização e da terciarização. Não é apenas a burguesia que está prestes a desaparecer, mas o proletariado industrial e o trabalho manual. João Bernardo, que em suas análises soube bem compreender a nova relação entre produção e consumo, subestimou a capacidade tecnológica de aumento da produtividade. Como marxista, viu nas idéias de 'automatização total da produção' e no 'medo do esgotamento dos recursos naturais' apenas mecanismos ideológicos com que os gestores legitimavam sua chegada ao poder. Atualmente, apesar de parcialmente 'idealizadas', o fim da linha de montagem fabril e o buraco na camada de ozônio são fatos incontestáveis de uma realidade histórica nova, que nem a classe operária nem o socialismo podem solucionar. Descobrimos que para alterar a forma predatória pela qual o ser humano explora a natureza, não bastará extinguir a exploração do homem pelo homem como ressaltavam os marxistas, mas também a exploração do homem sobre as mulheres. E esta associação entre o feminino e a natureza no campo político é uma das características culturais da pós-modernidade que mais seria preciso acentuar. No paradigma patriarcal, o discurso feminino estava sempre ligado à necessidade, à terra, à explicação; enquanto o masculino reconhecia-se no sonho, nos céus e no planejamento do futuro. Talvez por isso, o materialismo tenha sido tão invocado pelas classes dominadas e os mitos tenham tantas vezes sido considerados ideologia das classes dominantes - porque essas funções discursivas da linguagem enraizavam-se em um paradigma arcaico da própria dominação ao nível das relações de gênero.

Existem, porém, muitos outros aspectos (autonomia do capital financeiro

diante da produção, o papel decisivo desempenhados pelo álcool e pelas drogas, o homossexualismo e a AIDS) que se entrelaçam formando um contexto qualitativamente diferente do vivido bem recentemente. Mais do que um inventário sobre o que é moderno e o que supera esta condição; nosso interesse é o de compreender esta diferença e, então, localizar em que sentido as mudanças apontam.

4

Uma das metáforas mais recorrentes atualmente compara as atuais formas de organização dos homens aos antigos dinossauros. Com uma cabeça pequena, composta por poucos membros pensantes, e um imenso corpo burocrático, lento e vagaroso em seus movimentos, pouco afeito a mudanças e às transformações impostas pelo meio ambiente. A idéia de um partido revolucionário, neste contexto, seria semelhante a um pequeno dinossaurozinho branco, que, heroicamente, tentaria vencer seus poderosos rivais, os monopólios públicos e privados do capitalismo.

Esta metáfora, por grosseira que pareça à primeira vista, revela uma descrença apocalíptica em um único agente messiânico, em um sujeito redentor histórico desta realidade institucional dinossáurica. Aliás, a idéia de que o novo paradigma de organização é a célula (um pequeno grupo onde todos fazem e pensam), foi quem inspirou (e ainda inspira) os diversos projetos de uma 'Revolução Molecular'. Das comunidades alternativas da contracultura às atuais ONG's, procuramos alternativas às formas gigantescas de organização monolítica. Durante algum tempo acreditou-

se na possibilidade de uma organização autônoma das massas revolucionários. A revolução cultural na China e, mais recentemente, a central sindical polonesa *Solidarnôsk* acenderam esperanças de que o trabalho manual organizado comandaria as mudanças rumo a uma sociedade mais justa. Porém, este movimento autonomista, em boa parte simples autocrítica das antigas vanguardas, não logrou a construção de um projeto político e sucumbiu diante de uma nova estratégia internacional do capitalismo: a fragmentação e a 'globalização' das relações de produção.

A discussão sobre o fim da utilização de combustíveis fósseis e as novas formas alternativas de produção de energia, por exemplo, nos revela bem a verossimilhança da metáfora dos dinossauros com nossa atual situação institucional. Diante do monopólio tecnológico imposto pelas 'sete irmãs', pouco importa se há monopólio estatal ou não. O dinossauro nacional não é melhor que o estrangeiro e o destino de todas as organizações de massa é o de implodir para sobreviver.

5

"O que começou pelo pai conclui-se com a massa" - tentou profetizar Freud (1920), que apesar de vincular muito apressadamente o fenômeno das multidões organizadas ao complexo de Édipo foi um dos primeiros a pensar esta questão das massas. Para Freud, a "massa é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos, que se unem por um momento". Este fenômeno dota os homens de uma espécie de alma coletiva que os faz sentir, pensar e agir de uma maneira muito

diferente daquela que teriam enquanto indivíduos isolados. Em Freud, o comportamento de massas é o inverso do esperado de um indivíduo racional, sendo comparado ao estado onírico. As massas são irracionais e existem apenas para satisfazer seus desejos de divertimento e ilusão narcísica.

Já em Ortega (1987), as massas são um fenômeno social permanente e não um comportamento passageiro. Enquanto Freud as via organizadas em torno de um totem paterno; Ortega verá nas massas, pela primeira vez, a idéia de que o consumo organizado se tornou uma instituição determinante da vida cultural e econômica do ocidente. É a revolta das massas contra a inteligência das elites. Temos, então, além da noção psicológica, uma visão sociológica e política das massas - muito embora seja uma visão aristocrática e conservadora. Para Enriquez (1991), massificação é o mesmo que individualização, pois quanto mais se massificam os gostos e as práticas, mais se força os indivíduos à singularidade e ao narcismo consumista. Na verdade, podemos dizer que há uma tendência dos pensadores arqueológicos, tais como Freud e Enriquez, a entender o processo de individualização como um mecanismo de poder - 'onde há individualismo há corrupção' - enquanto os pensadores teleológicos compreendem a individualização como um aperfeiçoamento ético e um desenvolvimento histórico.

Mas há também quem pense diferente de todo mundo. Baudrillard (1985) vê as massas como elemento conservador, não apenas incapaz de se revoltar, mas fator de imobilidade e estagnação. Além do sentido onírico-psicológico e do sentido sociológico (de não-vanguarda) Baudrillard acrescenta

ainda um sentido físico ao termo 'massa', comparando-o à inércia e ao buraco negro, densidade que absorve toda energia e põe limite à expansão do universo. É claro que para sustentar simultaneamente esses três sentidos da palavra 'massa', o autor faz uso de artifícios literários e se furta à responsabilidade de definir um conceito preciso para ela. Assim, a massa não é sujeito nem objeto mas um elemento de dupla simulação, uma realidade virtual imposta pelo consumo, a industrialização da subjetividade. É a ditadura da demanda, gerada pelas crises de superprodução.

6

Mas logo quando já começamos a entender esta relação das massas e do consumo com a 'democracia-capitalista', como resultado do processo de industrialização cultural da sociedade ocidental, uma nova revolução tecnológica se formaliza em um sentido completamente novo, gerando uma terceira sensibilidade, que supera e integra a sensibilidade do livro à da televisão: o computador.

O que se chama atualmente 'interface homem-máquina' em informática equívale a uma sobreposição das duas linguagens, a da 'distração' e a do esforço de concentração cognitivo. A interatividade pode levar o desenvolvimento da inteligência humana a uma potência inimaginável para nós, pobres leitores de livros e telespectadores do passado! Neste sentido o 'pós-moderno' tornar-se uma injúria, pois coloca na condição de ultrapassado a quem sempre quis estar na crista da onda.

Mas a mudança mais significativa introduzida pela interatividade é uma nova

relação com o 'tempo-espaço', através de uma implosão do paradigma de massas em uma nova realidade virtual. Dir-se-ia que a hiperealidade do consumo de massas transformou-se em hiporealidade do usuário de vanguarda. De fato, a grande revolução que o computador instituiu para a percepção está diretamente associada a sua interligação à distância por redes telefônicas, pois, assim, permite que a instantaneidade da comunicação ganhe um caráter múltiplo e interativo, *dialógico*, ultrapassando o paradigma unidimensional das massas em que as respostas são apenas um feedback do público.

Porém se esta mudança tem um alcance cujos limites nem ao menos conseguimos vislumbrar, ela nos coloca, de saída, um sério problema de adaptação frente às novas possibilidades. Adaptação esta que não esbarra apenas no preconceito tradicionalista ou na simples incapacidade técnica, mas sim em uma resistência cognitiva e epistemológica diante de uma outra forma de pensar e de sentir a realidade, de um novo paradigma. Mas se este presente transitório de possibilidades ilimitadas tem realmente um novo estatuto (a integração cognitiva entre dois modos distintos de percepção), resta ainda a pergunta de como nos comportamos nestes tempos em que o futuro ainda não chegou e o passado acaba de se volatilizar.

7

A arquitetura, sempre invocada como um critério absoluto sobre a definição de movimentos e estilos culturais (barroco, romântico, moderno), pode ser de grande valia para entendermos esta faceta do pós-

moderno. A arquitetura pós-moderna não possui traços comuns, mas ao contrário, caracteriza-se pela mistura de estilos e de materiais, em uma bricolage funcional voltada para a satisfação do homem e para o equilíbrio ambiental.

Assim, por exemplo, há bem pouco tempo não existia tecnologia específica para construir uma edificação grande em determinado local pantanoso (pois seguia-se padrões estéticos e técnicos limitados), hoje, cruzando-se diferentes técnicas de construção que existiram em outros locais e em outras épocas, é possível a definição de um projeto para qualquer espaço. Tomados esses critérios, não é difícil ver nas artes e no pensamento contemporâneos essa mesma possibilidade múltipla e plural. Se não podemos definir a pós-modernidade como um réquiem fúnebre da sociedade industrial, podemos ao menos delimitá-lo como um movimento cultural sem estilo ou padrão estético definidos, marcada pela bricolage criativa, por esta universalidade estilizada em diferentes singularidades. É a estética do sincrético sem síntese: a realidade como mosaico.

8

Entretanto, para que não sejamos acusados de apenas lançar perguntas ao ar, é justo que se aponte para algumas respostas. A mais evidente é que, embora a chamada 'globalização' reforce a lógica da sociedade de consumo e a tendência de desindustrialização informatizada da sociedade, não há como resistir ao seu impacto irreversível. É necessário, pois, adaptar-se a estes novos tempos uma vez que não é só o 'popular' e o 'erudito' que se

fundiram definitivamente na cultura diversional das massas, mas também é o computador que sintetizou a cultura oral e a cultura escrita em um novo paradigma cognitivo - ainda em desenvolvimento. Esta nova cultura informática será capaz, não apenas de conciliar a reflexão objetiva da sociedade com a transmissão de subjetividade através de símbolos, mas sobretudo de compreender intersubjetivamente a linguagem e de reinterpretá-la de uma forma criativa e original.

As perspectivas otimistas dos que acreditam que a diminuição progressiva das horas de trabalho levará a uma qualificação geral do trabalho e a uma reeducação da mão-de-obra em escala planetária, no entanto, não respondem sobre o que fazer com as desigualdades sociais. Podemos até imaginar um regime de meritocracia social, onde as oportunidades sejam socialmente distribuídas aos indivíduos mais capazes, independente da classe a que pertençam, mais isto não significará o final dos conflitos entre capital e trabalho, entre os que forem escolhidos gestores e os que se qualificarem apenas para produzir. Não é sábio reduzir as desigualdades humanas a uma questão de desempenho - como bem colocou Lasch (1995), em sua réplica a Ortega y Gasset.

Não é mais a irresponsabilidade ignorante das massas que ameaça o desenvolvimento da civilização, mas sim a apatia indiferente das elites internacionalizadas diante da lenta agonia de suas organizações dinossáuricas.

Será que nos transformamos, nós também, em uma mercadoria obsoleta e descartável? E se esta pergunta é desconfortável do ponto de vista individual, o que se dirá do coletivo? Como a sociedade

comportará aumentar sua produtividade ao infinito e diminuir cada vez mais as horas de trabalho? O que faremos com as legiões de desempregados de mão-de-obra instantaneamente desqualificada?² Como diminuir o impacto social da implosão dos dinossauros burocráticos?

9

Na imagem da Caverna, Platão não apenas resumiu sua concepção sobre a realidade e a linguagem, mas também nos transmitiu sua experiência pessoal, mais precisamente, sua explicação filosófica para o trágico destino de seu mestre, Sócrates, forçado a beber veneno pelas autoridades atenienses em virtude de sua defesa intransigente de uma visão mais objetiva da realidade.

Sócrates foi o primeiro da longa lista dos mártires da ciência e do pensamento objetivo vitimados pela ignorância dos homens escravizados pelas representações subjetivas da realidade. Hoje, no entanto, vivemos um momento em que a racionalidade científica e sua visão objetiva do universo destroçaram a maioria das ilusões ideológicas de nossas representações subjetivas. Poderíamos dizer, utilizando a imagem de Platão, que todos os homens se libertaram da caverna e do seu espelho, e que agora desprezam as imagens fantasmagóricas a que estavam acostumados no cativeiro. Neste novo contexto, as sombras tornaram-se símbolos do inconsciente. Movidos pelo autoconhecimento, os homens que atualmente decidem 'voltar à caverna e ao seu velho espelho' são considerados loucos ou excêntricos. Não se trata mais de conhecer a objetividade, mas de observar o

desenvolvimento da consciência intersubjetiva, de entender sua linguagem.

A questão do conflito entre dois paradigmas distintos surgiu na reflexão etnológica sobre as 'sociedades primitivas', mas pode ser observado também nas investigações em nossa própria sociedade. Agora, a tarefa metodológica que nos é contemporânea é, talvez menos estabelecer, e mais imaginar, um novo paradigma que concilie a objetividade científica com a função simbólica da linguagem desenvolvida pelo hemisfério esquerdo do cérebro. É integrar nosso conhecimento astronômico em uma nova simbologia astrológica, que relacione o espelho no fundo da caverna ao sol e ao mundo exterior.

Nesse sentido, algumas experiências antropológicas radicais, como as de Pierre Verger e de Carlos Castanheira, são de extrema importância porque representam uma completa inversão dos papéis de pesquisador e pesquisado, ou melhor, uma inversão estrutural da relação entre sujeito e objeto no estudo de paradigmas não-científicos. Considerado por muitos como sub-literatura ficcional escrita sob pseudônimo, a obra de Carlos Castanheira (e também das antropólogas Florinda Donner e Tashisa Abelar - suas 'guerreiras-discípulas') tem ao menos um valor simbólico irrefutável: a da estória do pesquisador que no decorrer da pesquisa passa a pesquisar a si mesmo através dos critérios e procedimentos do paradigma que estudava.

Segundo esses autores, parte do aprendizado do sistema de feitiçaria tolteca foi ministrado em estado de consciência intensificada, que eles mesmo associam à atividade do hemisfério cerebral adormecido

pelo enfoque excessivamente objetivo da sociedade ocidental. Assim, sua narrativa é um esforço para lembrar e entender com sua consciência ordinária, os acontecimentos extraordinários presenciados e vividos em estado alterado de consciência. Real ou mítico, verdade ou ficção, a experiência descrita por Castanheira coloca em xeque o maior problema da reflexão antropológica: a de que a espiritualidade dos símbolos dos povos ditos primitivos é epistemologicamente superior às hermenêuticas científicas que pretendem decifrá-la.

O caso do antropólogo Pierre Verger (1982) - e também de diversos pesquisadores brasileiros como é o caso de Juana Elbein dos Santos (1986) - não deixam margens para dúvidas: ao estudar as relações entre os candomblés africano e brasileiro, o estudioso aderiu ao culto Fatumbi, sendo iniciado nos ritos nagô. O relato desta experiência é ainda mais significativa que o de Castanheira na associação de referentes estruturais e simbólicos. Para Verger, a incorporação ritual do orixá é um transe catártico, uma exteriorização de comportamento reprimido socialmente, enquanto o estado de erê, vivido durante a iniciação, consiste em uma interiorização, onde o iniciando introjeta as forças místicas com as quais tem afinidade e desenvolve os aspectos inibidos de sua identidade arquetípica.

Não se trata apenas de uma contratransferência psicanalítica: a iniciação vivida por Verger se constitui em uma ruptura do habitus social e de sua substituição por um novo projeto mítico e ontológico: a personalidade do orixá definitivamente incorporada a do participante. Não é apenas o inconsciente coletivo modifica os condicionamentos culturais da estrutura

social, permitindo ao indivíduo uma nova vida, livre de seus antigos recalques e frustrações biográficas, mas sobretudo o ego, que nesta desidentificação, morre para reconhecer o Self.

10

Gaston Bachelard (1994) e Gilbert Durand (1988 e 1992) descobriram na aparente contradição um valioso método de interpretação dialógica: alternar o estudo científico dos signos com a imaginação criativa, a meditação sobre o conteúdo simbólico da linguagem. Temos, assim, duas faces da produção intelectual: a 'diurna' da exigência de objetividade do pensamento lógico; e a 'noturna', onde a subjetividade mergulha no inconsciente. Dessa forma, por um lado, o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão, e, por outro, é a intuição e a imaginação criativa que são como alimentos que renovam a atividade crítica do pensamento. Alguns cientistas atuais (como David Bohn) identificam essas duas facetas da atividade mental como um produto direto do funcionamento dos dois hemisférios cerebrais, onde o lado esquerdo desenvolve o simbólico-afetivo e o direito, o lógico-racional.

Outra grande contribuição metodológica que nos permite compreender ao conjunto da linguagem, é a de Paul Ricoeur em *O Conflito das Interpretações* (1988), que apresenta a arte hermenêutica através da luta de duas estratégias cognitivas opostas: a arqueológica e a teleológica. A arqueológica, voltada predominantemente para o passado, privilegiaria o estudo das 'causas' e das 'origens' que explicam o presente. E a teleológica, remitificadora da realidade, seria

voltada para o futuro e para o devir. Enquanto em Bachelard, os universos diurno e noturno se desenvolveram paralelamente, Ricoeur vai tentar sobrepor as duas óticas em um único olhar e Durand observará que o pensamento sempre oscilou entre essas duas possibilidades paradigmáticas opostas e complementares: a de exteriorizar o mais exatamente possível sua representação pessoal do universo, a *imaginação simbólica*, ou por de lado sua percepção pessoal em função das convenções necessárias à comunicação, à participação e à identidade do seu grupo em torno de uma representação coletiva da realidade, a *representação signica*.

Possivelmente a luta das estratégias arqueológica e teleológica e o conflito entre interpretações opostas não começou com Crátilo e Platão, como também não terminou com o debate entre Piaget e Chomsky sobre o caráter inato ou adquirido da linguagem. Porém, para compreender as raízes do poder moderno e de seu superindividualismo talvez seja adequado a renascença e comparar o pensamento de Maquiavel ao Discurso da Servidão Voluntária de La Boétie. Enquanto a visão signica e cínica de Maquiavel elaborará a doutrina do governo através do amor e do medo (que está na base de todo pensamento moderno: ideologia e repressão, sublimação e recalque, consenso e coerção); La Boétie afirma corajosamente que 'muitos' não se submetem a 'um' por força da 'mentira e da violência'. Para ele, o poder nasce da capacidade e não da dominação. Destas duas concepções distintas do poder - a que vê no sagrado a gênese do político e a que reduz a cultura à ilusão ou às mentiras alternativas ao uso explícito da força - nascem noções diferentes de 'indivíduo'. Na signica, que acredita 'dividir para dominar', o

individualismo é a garantia da corrupção. Na simbólica, em que sobressai a idéia de indivisibilidade, a individualidade é essência da personalidade.

11

O filósofo Giles Deleuze (1985), em sua homenagem póstuma a Foucault, comparou-o a um 'novo Marx', devido à sua forma revolucionária de entender o poder. Para Deleuze, Foucault foi o principal teórico da contracultura, derrubando, em seu livro *Vigiar e Punir*, uma série de teses tradicionais do pensamento de esquerda.

1 O Postulado da Propriedade, segundo o qual o poder seria 'propriedade' de uma classe que o teria conquistado. Para Foucault, o poder não é uma apropriação mas um conjunto de estratégias materializadas em práticas, técnicas e disciplinas diversas e dispersas. "Ele se exerce mais do que se possui, não é um privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas".

2 O Postulado do Atributo, conforme o qual o poder teria uma essência e um atributo. Segundo Foucault, o poder não tem essência, é operatório; ele também não é um atributo, mas uma relação de forças que perpassa todo campo social, envolvendo dominadores e dominados.

3 O Postulado da Subordinação, pelo qual, o poder, encarnado no aparelho de estado, estaria subordinado a um modo de produção ou a uma infraestrutura econômica. Para Foucault, o poder é diretamente 'produção', ele é imanente à produção social e não comporta nenhum tipo de unificação transcendente ou centralização globalizante.

4 O Postulado da Localização, que entende o Estado e a esfera pública como centro do poder. Foucault, ao contrário, vê o poder microfisicamente disperso em uma multiplicidade de disciplinas e de manobras táticas: o poder não nem global nem local, mas difuso infinitesimal.

5 O Postulado da Modalidade, de acordo com o qual, o poder agiria ora por coerção, ora por consenso. E em Foucault, o poder produz a verdade antes de mascarar-la na ideologia; o poder produz a realidade antes de forçar o seu enquadramento através da violência.

6 O Postulado da Legalidade, pelo qual a lei é expressão contratual do poder. Para Foucault, a lei não é uma regra normativa para regulamentar a vida social em tempos de paz, mas a própria guerra das estratégias de uma determinada correlação de forças.

Bem vistas as coisas, esses postulados ainda são insuficientes para entender a importância da revolução metodológica proposta pelo pensamento foucaultiano se o confrontarmos com outras influências. Em relação a Freud, por exemplo, também podemos perceber a queda de pelo menos dois postulados tradicionais na *Vontade de Saber*:

7 O Postulado do Recalcamento, segundo o qual a sociedade reprime os desejos e instintos dos indivíduos. Para Foucault, não existe repressão sexual, o que há é uma 'interjeição', onde o sexo é proibido e escondido apenas para ser incitado e incessantemente revelado. Ou seja: as categorias de 'repressão/interdição' são substituídas pela de 'controle'.

8 O Postulado Hermenêutico do Desejo, segundo o qual há, por detrás de qualquer ação humana, um sentido oculto a ser descoberto. Foucault rebela-se contra a confissão como 'um critério de verdade' e acredita que ela constitui uma estratégia do poder.

Pensamos, porém, que a grande contribuição filosófica de Foucault se deve ao seu diálogo intelectual com Nietzsche, de onde também podemos extrair dois postulados epistemológicos - aparentemente contrários:

9 O Postulado da Morte do Homem, enunciado nas últimas páginas de um de seus

primeiros livros, *As Palavras e as Coisas*, quando Foucault, em uma analogia explícita à morte de Deus nietzschiana, rejeita a idéia tradicional de um sujeito cartesiano do conhecimento.

10 O Postulado da Ressurreição de Si, enunciado na introdução dos seus últimos livros, *O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si*, em que Foucault estudará a formação de um 'sujeito do desejo' nos gregos e nos latinos.

O tema de nascimento, morte e ressurreição do sujeito na filosofia ocidental volta a ser uma das principais discussões contemporâneas, contando com a participação de autores como Alain Touraine e Cornelius Castoriadis. Entretanto, são poucos os que vêem uma solução nesse processo de iniciação do social no simbólico. Para que se coloque a questão do ressurgimento do simbólico corretamente, sem confundi-la com o 'retorno às superestruturas' ou à subjetividade é necessário entender a trajetória foucaultiana.

Em seus primeiros trabalhos, Foucault irá se definir pelo método arqueológico e estudará prioritariamente o 'saber'. Entretanto, este saber será sempre um duplo de uma determinada correlação de forças. Daí o primado do 'dizer' sobre o 'ver', dos enunciados sobre as formas não-discursivas, uma vez que a linguagem tem um sentido e este sentido é politicamente imposto. Assim, para desvendar o verdadeiro sentido deste saber duplicado seria necessário construir uma genealogia do poder.

Este projeto foi iniciado em *Vigiar e Punir*. O aparecimento da instituição carcerária e do direito penal são o pano de fundo para a construção de uma analítica do poder. Tratava-se então da 'emissão e distribuição de singularidades, dos vetores não-estratificados que agem através do saber, vindos do lado de fora'. (FOUCAULT: 1982)

Já na conclusão de *A Vontade de Saber*, Foucault esboça pela primeira vez uma explicação geral de todo seu trabalho anterior. O manicômio, a clínica, o presídio e toda arqueologia descontínua das instituições se explicariam por uma mudança na forma através do qual o poder se exerce: do poder baseado na morte e na punição exemplar para o poder das punições simbólicas e administrativas. A cumplicidade involuntária de Foucault com o poder microfísico que desejava descrever foi apressadamente denunciada por Baudrillard. Para ele, ao descrever o poder como algo que engloba todas as resistências, Foucault teria anulado qualquer possibilidade de mudança estrutural de nossa sociedade. Mesmo sem responder a Baudrillard, os últimos livros de Foucault adotam uma mudança importante: o ressurgimento da subjetividade, do 'lado de dentro', não como uma entidade cognoscente, mas como uma auto-referência diante do poder e dos seus duplos, os discursos.

O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si, fariam parte de uma terceira e última etapa do filósofo, em que seu objeto não seria mais o saber ou o poder, mas a procura de um 'lado de dentro'. Mas talvez, a trágica doença responsável pela morte do filósofo, seja também a causa de uma relação de afeto consigo mesmo, de uma auto-referência discursiva diante do poder. Foi a morte que despertou a consciência de Si. Um detalhe precioso: temendo ser tomado por um junguiano, Foucault teve o cuidado de solicitar que, quando fosse ser traduzido para o inglês, não se utiliza-se a palavra 'Self' em lugar do reflexivo 'Si', mas sim o pronome impessoal 'it'. O 'Si' foucaultiano seria, assim, um 'isso'? Também não, pois esta tradução não diria o fundamental: que 'isso' deseja e se realiza com um sujeito ético de sua conduta moral. A

preocupação em não ser confundido com Jung também se dá devido a semelhança das noções de 'individualização' e de 'individuação' defendidas pelos autores, pois ambos entendem este processo como uma construção da subjetividade. Jung de uma forma iniciática, individual; Foucault como um processo histórico que se iniciou com a temperança grega, passou pelos cuidados latinos e, finalmente, com o cristianismo, foi introjetado definitivamente como um dispositivo do poder.

12

Dionísio, Baco, Osiris, Odin, Omulú, Jesus Cristo - desde cedo o homem instituiu um arquétipo heróico para representar sua relação trágica com o destino. Mas, provavelmente, a construção deste arquétipo não se fundamenta em um 'assassinato do Pai' e sim em uma iniciação ritual de caráter solar, em uma passagem através da morte para imortalidade. O Cristo-Rei é, ao mesmo tempo, a confirmação e a superação dialética do Édipo-Rei.

A hipótese de Freud sobre a existência real de um crime que teria dado início ao Édipo e ao poder, na verdade, não é mais que uma interpretação parcial de uma antiga tradição humana - de caráter universal. Trata-se de reviver o trauma de nascimento através de uma morte simbólica e assumir um novo nome e personalidade: a iniciação. Mas esta 'entrega' em que o homem se despojaria de sua subjetividade também pode acontecer no interior da tradição ocidental. Ela implicaria em uma renúncia pulsional voluntária, em um sacrifício dos instintos e, no caso dos antropólogos, da própria cultura. Um raro exemplo de conversão ao cristianismo em que esta renúncia pulsional da morte é

problematizada como uma ética, é 'O assassinato de Cristo', último livro do psicanalista-marxista alemão W. Riech, escrito pouco antes de sua morte nas prisões norte-americanas. Neste trabalho, a lembrança de um assassinato primordial não é apenas uma questão de culpa edipiana, mas um ideal voluntário de desenvolvimento através das restrições (mentais, alimentares, sexuais). Uma tendência estoíca.

13

Muitos já disseram que a ciência é a religião da cultura moderna. Correto. Mais ninguém explicou ainda ao certo qual é a diferença decisiva entre nossa cultura reflexiva e as antigas tradições. Será que, independente de qualquer sentimento de superioridade etnocêntrica, o conhecimento científico tem realmente o mesmo valor epistemológico que o saber religioso? É evidente que não. É que enquanto o saber tradicional se constitui como um discurso de aceitação da morte, o conhecimento científico, ao mesmo tempo que ignora emocionalmente o fato irreversível, busca desesperadamente uma outra saída. São respostas distintas: para morte, a religião diz sim; a ciência, não.

14

Dos diversos tipos de retorno que a pós-modernidade pode significar (retorno ao arcaico, ao tradicional, ao trágico), o mais interessante e menos visível é o regresso a um 'Uso temperante dos Prazeres'. Porém, enquanto para os gregos a idéia de temperança era prescritiva e não normativa, nossa relação compulsiva com o consumo é

involuntária. Aliás, alguém uma vez definiu a condição pós-moderna como a proibição do consumo estimulado. Deveras, o mesmo que Foucault disse sobre a repressão ao sexo serve também para o consumo. Talvez com a liberação sexual da contracultura, e, mais recentemente a AIDS, o centro da correlação de forças tenha se deslocado um pouco da genitalidade para a oralidade. Na pós-modernidade, as ginásticas e as dietas voltam a desempenhar um papel central no cotidiano, as ascetes e os regimes corporais se colocam novamente. Somos hipnosugestionados a consumir pelos meios de comunicação e proibidos de fazê-lo por diferentes níveis de autoridade.

Relevante neste sentido, é a questão das drogas e da dependência química. A noção foucaultiana de 'modo de sujeição' nos sugere que o poder tornou-se mais bioquímico que microfísico e que a principal estratégia atual consiste, na produção hipócrita de uma sociedade de viciados. Álcool, nicotina, cafeína, açúcar, remédios, mas, sobretudo, ilusões. Eis a mais cara e menos proibida das drogas: a TV. Aliás, o consumo de imagem e som é a única coisa gratuita em nossa sociedade. Ele interage diretamente com o universo alimentar formando um conjunto de necessidades e, principalmente, mantendo o indivíduo em níveis cada vez mais altos de stress emocional. Após séculos de sujeição sexual imposta pelo cristianismo, os mecanismos de poder geram agora uma nova tecnologia de controle social: as formas psicoquímicas de individualização de nosso sentimento de morte.

Surpreende o fato das palavras 'diabo' e 'demônio' não terem nenhuma relação original, nem na tradução grega nem nos possíveis originais hebraicos da Bíblia³. A palavra 'diabo' é a tradução grega do 'satanás' hebraico, que significa 'opositor, adversário, inimigo'. Já a palavra 'demônio' significa 'gênio, espírito, inteligência'. Sócrates, por exemplo, dialogava com seu 'Daimon' como se fosse seu anjo de guarda.

A unificação destas duas idéias em um único arquétipo se deu por ocasião da Inquisição e do aparecimento do inconsciente individual. Desde então o diabo/demônio passará ocupar um local simbólico ao mesmo tempo oculto e central, não apenas no interior da ideologia cristã, mas sobretudo no espírito capitalista. Hoje, o diabo simboliza a sexualidade desregrada, a rebeldia e a prática do mal. Os junguianos, diante desta carta do Tarô, vêm a encarnação de nossa sombra ou a projeção de nossos defeitos nos outros. O diabo é, ao mesmo tempo, revolta e resistência; Lúcifer, aquele que como Prometeu trouxe a luz aos homens, e Belzebu, senhor dos reinos ctônicos e infernais, onde os pecadores são punidos pelos seus crimes.

Neste ponto, a contribuição de Max Weber (1990), que, ao estudar o papel da ética protestante na formação do espírito capitalista, apontou como o arquétipo passou a desempenhar uma função positiva nos países de cultura anglo-saxã, pois, ao contrário dos países latinos-católicos, o diabólico tornou-se um fator constitutivo de uma nova racionalidade e de uma nova forma de organização do tempo subjetivo voltada exclusivamente para o trabalho. Na prática

discursiva, a confissão - como demonstrou Michel Foucault na *Vontade de Saber* - transformou-se no principal critério de verdade. E o diabo era sempre a verdade a ser confessada à razão. O irracional, o aleatório, o acaso eram sempre atribuídos à desorganização diabólica do mundo. Entretanto, tanto Weber como Foucault tangenciaram a importância do diabo em si como símbolo estruturante de nossa contemporaneidade.

Alguns autores contemporâneos (cf. REISLER: 1994) pensam resolver o problema através do estudo do símbolo da Serpente. Nesta ótica, o diabólico seria uma memória ancestral atávica, de cunho ontogenético, proveniente da época em que o Homem ainda rastejava em sua evolução. O diabo, assim, seria uma lembrança de uma animalidade não-mamífera, onde os instintos não se misturariam com as emoções. Este nosso lado réptil, de sangue frio, teria sido representado quase que universalmente pela serpente (e também pelo Dragão nas culturas chinesa e celta) como um símbolo da fecundidade e, transformado pelo cristianismo, marca da sexualidade decaída. O diabólico seria, nesta versão, a lembrança de um sexo sem sentimentos. Porém, para descortinar o verdadeiro sentido do arquétipo diabólico é necessário dissociá-lo do demoníaco ou dessexualizá-lo, pois enquanto o diabo estrutura um sentido mais distante e profundo, o demônio é uma representação da sempre passageira energia psíquica. Um bom exemplo de um demônio não-diabólico seria Exú, do candomblé afro-brasileiro, mensageiro dos orixás - uma entidade amoral e volúvel, disposta a prestar qualquer favor em troca da satisfação de seus apetites. Neste sentido também, muitos autores orientais

reduziram o 'demoníaco' e a serpente cristã ao 'kundalínico', a um ente energético de desejos, de quem o espírito toma consciência (Iogananda, Osho, W. Reich).

E o '*Diabolus-Satanás*'? Qual seu significado próprio? Talvez, no melhor livro já escrito a respeito, *As origens de Satã*, a historiadora Elaine Pagels (1996) detalha a construção do mito bíblico de Satanás, observando como sua figura evolui de simples servo de Deus (no *Livro dos Números*, onde aparece pela primeira vez) para o príncipe de um reino das trevas e adversário sobrenatural do Cristo. Segundo ela, o significado original da palavra Satã deriva da raiz hebraica 'stn' que significa "um que é contra ou obstrui". Daí a presença do personagem Satanás nas narrativas mais antigas era usada para explicar obstáculos e revezes inesperados da fortuna. Geralmente, atribuíam-se o infortúnio ao pecado humano. Neste contexto, Satanás não seria maligno sendo apenas um veículo da justiça divina. E mesmo no livro de Jó, no episódio da aposta de Deus com o diabo, onde Jeová permite que a desgraça se abata sobre um justo; Satã representa um elemento aperfeiçoador do espírito humano.

Para Pagels, com o advento do Cristianismo, Satanás foi vítima de um antropomorfismo radical, passando a desempenhar um novo papel explicativo da realidade. É que devido à ruptura étnica do cristianismo com a cultura judaica e a sua expansão transnacional como religião, Satanás tornou-se um paradigma de combate político, que divide o mundo entre eleitos e possuídos. Após dois mil anos de construção do arquétipo diabólico, a idéia de conflito moral foi gradativamente introjetada de tal forma que construiu a idéia de um 'inimigo

estrutural' no inconsciente coletivo da sociedade ocidental.

Aliás, esta idéia está presente na própria etimologia das palavras que usamos sem perceber nesses dois mil últimos anos: 'Dia-Bólico' (o que aparta, separa, divide) é o contrário do 'Sim-Bólico' (o que unifica, sintetiza, reúne). A memorização contínua deste conflito primordial entre o correto e o erro na luta da ortodoxia cristã contra as suas numerosas dissidências forjou, segundo Pagels, uma visão moral da história como uma luta do bem contra o mal que enquadra discursos secularizados como o do marxista ortodoxo ou o do físico moderno - que vê o universo como uma explosão de luz em um espaço de buracos negros.

É como percebeu sabiamente o poeta Charles Baudelaire: "O artifício mais hábil do diabo é convencer-nos de que não existe". Sim, porque o diabo existe e se esconde, invisível, nos desafetos e nas paixões sob a forma psicológico de um 'Outro-em-mim' (Sartre/Lacan); porque, como vamos ver, esse símbolo se disfarça, imperceptível, em tudo que é reversível e nas diversas não-formas de um Arquétipo do Irracional.

16

Mas, exatamente, o que a ciência tem de diabólica? Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a própria Igreja nunca deixou inteiramente de ver no aparecimento da ciência como um feito diabólico muito mais nefasto que o próprio capitalismo. Aliás, podemos dizer que a ciência iniciou-se como uma negação metodológica do deus medieval. Isto não significa que Descartes, Newton ou Kepler fossem ateus - o que, aliás, é uma das inverdades que historiadores da

ciência tentaram defender. Significa apenas que a idéia de Deus era um dos principais obstáculos epistemológicos ao aparecimento da ciência. Por isso, "Deus morreu" - como decretou Nietzsche; e quem O matou foi o conhecimento científico - poderíamos completar.

Em seu último livro teórico, *O Aion - um estudo sobre o simbolismo do Si Mesmo*, Jung (1984) observa através de estudo exemplar do símbolo dos Peixes, dos diversos apocalipses escritos por volta do ano zero e de outras referências da mitologia medieval, a relação entre o Cristo e o Anti-Cristo. Segundo esta hipótese, os primeiros mil anos da Era de Peixes seriam regidos pelo simbolismo solar e luminoso do Si Mesmo, enquanto os últimos mil anos corresponderiam ao 'domínio da besta' e à ascensão de valores violentos e materialistas.

Repensando essas referências, Serres (1992) diz que, atualmente, "o buraco negro é o centro do mundo". No primeiro milênio, o mundo tinha um centro luminoso e o universo medieval se organizava em torno de um eixo ascensional que une a terra aos céus. A luz reinava absoluta no imaginário. Na idade moderna, no entanto, justamente quando os historiadores renascentistas viram o fim das trevas, este centro desloca-se para o invisível, para escuridão das densidades mais pesadas. O iluminismo obscureceu as idéias do Homem. O centro, então, não é mais o Self e a identidade sagrada, mas o Outro e suas diferenças.

E esta é a segunda razão da associação entre o diabólico e o científico: o fato da ciência ser um saber onisciente, onde o sujeito se aliena de sua percepção e se vê fora de si. Lembramo-nos aqui do demônio de Laplace, que o possibilitava ver a situação em que se

achava inserido do lado de fora. Para chegar a esta ótica alienada e objetiva de si, a ciência se fez uma verdadeira advogada do diabo, no sentido de questionar implacavelmente a realidade percebida até despojá-la de qualquer subjetividade. E este 'olhar através do outro' é que será o fundamento não apenas da objetividade do discurso científico mas da autoimagem que a cultura moderna faz de si.

É como vimos no complexo do espelho: a representação sgnica tenta enquadrar a realidade em um modelo definitivo, mas a imaginação simbólica acaba sempre por subverter este modelo. Do mesmo modo, o espírito científico tenta explicar o universo objetivamente, mas é sucessivamente desbancado pela subjetividade da arte.

O terceiro e último dos motivos da associação diabólico-científico é o mais importante: é a proposta de Mefistófoles ou a morte da Morte. Nas diversas versões do *Fausto* (Marlowe, Goethe, Thomas Mann), o pacto diabólico se dá em torno do desejo humano de se eternizar. Seja em troca da vida eterna, da beleza ou do conhecimento; é sempre a alma, o 'coração', núcleo dos sentimentos humanos, a contrapartida exigida. Nesta metáfora do científico, o diabólico seria uma suprema subversão do espírito humano, que tornou-se inumano em troca do domínio utilitário sobre a natureza e o tempo.

A modernidade é um pacto diabólico. No entanto, o aspecto mais maligno do pacto diabólico da modernidade foi firmado por cientistas cépticos, incapazes de perceber o arquétipo que os possuía. Eis aqui mais uma das ironias do destino! Muitos já foram os poetas que se detiveram no mito diabólico:

Valery, Blake, Milton, Dante, Vinícius de Moraes; mas foram os cientistas que lhe venderam a alma.

17

O retorno às antigas tradições não significa um retrocesso em relação ao saber científico; ao contrário, cada vez mais aprofunda-se a consciência de que a agonia planetária que vivemos é resultado de um racionalismo tacanho e incompleto e que apenas reestruturando por completo nosso modo de vida poderemos levar a frente nosso desenvolvimento. Neste sentido, é urgente uma Reforma do Pensamento, nos moldes defendidos por Edgar Morin (1995). um pensamento homogêneo, integral, sem fissuras ou subdivisões internas; um pensamento preocupado com a revisão ética, estética e filosófica de nossa cultura e do conhecimento científico.

Descrever as idéias de Morin é um desafio angustiante, pois ele integra o seletivo grupo de pensadores inclassificáveis. Ele próprio defende explicitamente esta qualidade da incerteza e da indefinição. Assim, caracterizá-lo como 'ecológico', 'holístico' ou 'pós-moderno' seria trair a essência de suas idéias, muito embora estes adjetivos possam definir vagamente alguns dos traços gerais de seu pensamento.

Porém, dentre suas diversas características, o pioneirismo talvez seja a mais marcante. Morin foi o primeiro a descortinar o desejo de supressão do tempo na 'amortalidade científica' em *O Homem e a Morte* (1950). Em *O Espírito dos Tempos I - a neurose* (1961) foi o primeiro a problematizar o impacto que os meios de

comunicação de massa têm na cultura ocidental. O primeiro a discutir o fenômeno da Contracultura (ou da 'pós-modernidade') como uma nova situação social, em *O Espírito dos Tempos II - a necrose* (1975) e em *A Brecha* (1979), este último escrito em conjunto com Claude Lefort e Castoriadis.

Porém a grande importância do pensamento de Edgar Morin está na sua proposta de revisão epistemológica e metodológica do conhecimento científico - compilada nos quatro volumes de seu principal trabalho teórico, *Le Méthode* - através de uma Teoria da Complexidade, em que o caos, a desordem e a incerteza também são considerados como fatores de auto-organização da vida. Ao contrário do pensamento irracionalista, Morin defende o valor de uma racionalidade científica - a razão aberta - que absorva todas as contradições e impasses metodológicos atuais, superando as barreiras cognitivas que dividem o saber em disciplinas e nos separam das antigas tradições.

Não se trata portanto de um retorno aos paradigmas pré-científicos, mas sim da construção de um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo global e específico, analítico e sistêmico, objetivo e pessoal. Glocal, no dizer de Rosnay (1995). Para Edgar Morin, este novo saber será uma 'ciência com consciência' de si; uma ciência que, continuará a ser ciência pelo fato de lutar desesperadamente contra a morte, mas que não será mais materialista, 'diabólica' e alienada de si. Assim, não devemos esperar que o reencantamento do mundo seja um retrocesso histórico, uma volta ao passado. Ao contrário, creio que o ressurgimento do simbólico pretende completar a descrição objetiva dos fatos com novas leituras - a

interpretação dialógica e a análise compreensiva dos acontecimentos. Porém, para realmente ressuscitarmos nossa civilização temos que reinstaurar o sentido, não só de nossa sociedade céptica e decadente, mas sobretudo de nossas vidas individuais. Pois é esta re-significação cognitiva da vida que nos leva à consciência da consciência e ao desenvolvimento do espírito.

18

A necessidade social de um regresso ao simbólico não existe apenas em virtude de uma recusa crescente à percepção imposta pela ordem institucional - mas também em função da própria natureza selvagem da linguagem da qual ela faz parte. O símbolo não é uma reação ao signo, o caos não é consequência da ordem. A cultura não é uma revolta contra a natureza. Esses termos guardam uma relação de intercâmbio recíproco, mas não de causalidade. Há apenas um conflito aparente pois os opostos são complementares e não existe 'dever' ou 'unidade dos contrários'. São oposições dialógicas, não são contradições dialéticas.

O que há é uma diabolização dos valores femininos pseudo-rebelados contra o patriarcalismo. É esta 'diabolização do feminino' que impede o reencantamento do mundo. Deste ponto de vista, os modos de sujeição, são mecanismos coletivos de superindividualização. E a luta de classes e dos sexos, ao invés de construir resistências a esta tendência cada vez mais narcísica e individualizante da pulsão de morte, acabariam por reforçar o controle deste poder que usa o cristianismo, as drogas e a Internet como o modo de sujeição através do qual os dominados

também dominem diabolicamente seus exploradores. Nossas relações de autonomia e dependência são simbióticas.

19

Bruno Latour (1994) chama a atenção para o fato da queda do muro de Berlim não marcar apenas o fim do sonho socialista como se anunciou, mas o fim da sociedade industrial, da ilusão moderna das massas e da 'objetividade' das coisas. Em seu livro *Nunca fomos modernos*, redescobrimos nas redes telemáticas nossa vocação para purificar, traduzir, decifrar o sentido. Na verdade, sempre fomos hermenêutas. E hoje vivemos em um tempo em que é possível uma ciência que leve em conta os sentimentos sem perder sua precisão e veracidade, um reencontro da técnica com a arte e do saber científico com a filosofia ética, sem as ilusões ficcionais e religiosas.

Reunificado epistemologicamente pelos diálogos transdisciplinares e reencantada por um monólogo arquetípico, este novo saber não será mais nem geral nem específico; nem objetivo nem ficcional. Um saber único e integral: *uma ciência com consciência de Si*.

20

A estrutura em que os acontecimentos sociais estão encadeados nos levará a uma determinada conclusão política da História? A Democracia Liberal? O Socialismo Democrático? Ou será que a nova utopia sócio-cultural da ecologia e da sociedade informatizada vai desmassificar o consumo e prover um desenvolvimento ambiental qualitativo, onde não exista mais a

necessidade do crescimento econômico e de sucessivas recessões?

Sabemos que a História não tem um telos, não tem uma ordem sequencial de fatos previsíveis nem ao menos uma tendência geral; que o Homem não tem um Destino pré-determinado e que não é possível conhecer o encerramento lógico do Processo Humano. Entretanto, está bastante claro que o Homem encontra novas formas de produção e de organização social ou vai desaparecer da face do planeta por não se adaptar às novas condições ambientais que ele mesmo criou. Deste ponto de vista, o tão moderno 'Fim da História' nos lembra o velho mito do 'Juízo Final' e da 'Ressurreição dos Mortos no Final dos Tempos' - que nos acompanha desde as antigas religiões mesopotâmicas. Por outro lado, o sonho de uma forma de organização social perfeita, sem conflitos e desigualdades, é tão antiga quanto o mito do fim do mundo. A utopia social é filha do apocalipse.

A 'queda', portanto, não é a "queda moral de Adão e Eva" ou das civilizações de Atlântica e Lemúria, mas a queda de um estado superior de convivência entre homens dotados de poderes psíquicos para sociedades mais instintivas e para a percepção meramente sensorial da realidade. A ditadura marxista do proletariado, a República de Platão e a cidade escatológica de Nova Jerusalém são, assim, interpretações de um mesmo mito, de um mesmo sonho, de uma única representação: o desejo da unidade, de religião com o divino, de retorno ao útero materno. Para o pensamento tradicional, o retorno ao Paraíso Perdido, entendido como um estado de consciência coletivo da humanidade, como um 'nirvana social', é um imperativo ético.

Segundo o psicanalista Sándor Ferenczi, esta tendência regressiva, mais que um mero desejo incestuoso seria uma sobreposição de memórias genéticas: o Édipo biográfico; o trauma do parto (tese defendida por O. Rank, outro discípulo de Freud); mas também uma antiga memória filogenética dos mamíferos, um desejo de retorno ao mar; e, por último, uma tendência bio-física inata que a vida orgânica tem para com a inorgânica. Ferenczi foi não só um dos poucos discípulos de Freud a compreender e aderir à noção de *thanatus*, mas o único a desenvolvê-la e ampliá-la em relação a este desejo obsessivo pela utopia social. (FERENCZI: 1990)

Em seu livro *Thalassa*, ele descreve a evolução do desenvolvimento psíquico do homem através desta tentativa de volta ao ventre genitor. Esta tendência compulsiva de retorno ao inorgânico ultrapassa a simples harmonização das relações sociais e o equilíbrio político entre os diversos grupos que formam uma sociedade, para se consolidar psicologicamente em cada indivíduo não apenas como uma pulsão de morte, mas sobretudo como um desejo e um desafio: a redenção e o regresso ao 'Éden'. Um pecado original a ser expiado (culpa estrutural) e um paraíso perdido a reconquistar (desejo de poder) - eis as demandas fundamentais da pulsão de morte inconsciente. Este desejo de retorno e suas projeções de reunificação, no entanto, são uma vontade de conclusão da História, que tanto pode levar à transformação como à morte e à destruição da civilização e da humanidade.

Tudo depende de nossa cultura, isto é, de nossa modo de interpretar a vida no mundo, se ela se fossiliza no paradigma científico da modernidade ou se é capaz de

se reciclar através do simbólico e do contato recíproco com as tradições de outras culturas.

21

Mais do que nunca "Navegar é preciso, viver não é preciso". Nos tempos que os infonautas trafegam velozmente pela Internet, tornou-se lugar comum sentir-se estrangeiro em sua própria pátria. Porém esse um sentimento de cidadania cosmopolita, como insinua Camus, Edgard Carvalho e Caetano Veloso, requer também uma espécie de iniciação transcultural. Esse 'estrangeirismo' seria, mas que um novo comportamento paradigmático das elites, uma forma democrática e anti-etnocêntrica de compreensão dos modos, costumes e hábitos culturais.

Mas essa coragem de morrer e ressuscitar começa a não ser apenas mais uma necessidade individual (ou uma extravagância intelectual) para se tornar uma atividade social com um papel vital no desenvolvimento de novas relações. O turismo, real ou virtual, aparece ser uma das saídas estruturais, não só do ponto de vista econômico, para conseguir manter o nível de emprego em uma sociedade cada vez menos manual, mas principalmente como uma solução cultural e psicológica para o desenvolvimento humano, como uma atividade cognitiva de reencantamento do mundo: **o turismo cognitivo**.

Não se trata apenas de uma alternativa de desenvolvimento, mas da possibilidade de um tipo novo de atividade social; uma saída da cultura sedentária das grandes cidades através de um enorme aumento na mobilidade e na circulação do homem pelo

planeta e, sobretudo, uma reaproveitamento social dos excluídos na sociedade industrial.

22

O Cibionta é uma metáfora, um modelo hipotético criado por Leon de Rosnay (1995) para visualizar prospectivamente a próxima etapa possível de evolução da vida na sociedade humana planetária. O Cibionta é a lógica da solidariedade planetária engendrada pela convivialidade das redes telemáticas, é a velha utopia social de redistribuição de riquezas/saberes/poderes nos tempos da informatização globalizada.

Este macro-organismo planetário, atualmente em construção, seria, segundo Rosnay, híbrido: biológico, mecânico e eletrônico; incluindo em um único sistema vivo, a natureza, a cultura e a sociedade. Como no filme do homem biônico, onde o herói é salvo da morte através da tecnologia e torna-se parte homem, parte máquina, nossa sociedade também pode se tornar uma forma de vida coletiva natural e artificial ao mesmo tempo.

Aliás, esta nova cultura da complexidade deverá integrar os valores da simbiose. Ecologia e solidariedade passam muito mais por um redimensionamento das desigualdades cognitivas que de uma redistribuição material das riquezas ou de uma reorganização das relações internacionais de força. Este ideal é também compartilhado por Edgar Morin, que com uma simplicidade desprezível⁴, definiu em poucas palavras o espírito dos tempos que se aproximam: "Um dos grandes desafios do próximo século será regenerar as cidadanias locais e gerar uma cidadania mundial, para ligar nossas várias terras natais dentro da

Terra Natal. Existe um caminho e ele está no desenvolvimento de uma inteligência que deixa de ser cega. Estamos no início de uma aventura desconhecida."

Bibliografia

- ATLAN, H. *Entre o cristal e a fumaça - Ensaio sobre a organização do ser vivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992
- BACHELARD, G. *A Poética do Devaneio*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BAUDRILLARD, J. *À Sombra das Maiorias Silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERMAN, M. *Tudo que é Sólido Demancha no Ar*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERNARDO, J. *O Inimigo oculto - Ensaio sobre a luta de classes e um manifesto anti-ecológico*. Porto: Edições Afrontamento, 1979.
- BRISSAC PEIXOTO, N. *A Sedução da Barbárie, o Marxismo na Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DURAND, G. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: USP/Cultrix, 1988.
- _____. *Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença, 1992
- FERENCZI, S. *Thalassa - Ensaio sobre a Teoria da Genitalidade*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990.
- FOUCAULT, M. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. *O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- _____. *O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- LACAN, J. *Seminário I - escritos técnicos de Freud (1953-54)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- LASCH, C. *A Rebelião das Elites*. R.J.: Ediouro, 1995.

**BARAN, O'CONNOR, SWEETZ E
HAYEK : VISOES CRITICAS DO
ESTADO DE BEM ESTAR**

Hamero de Oliveira Costa

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas criticas formuladas ao Estado de Bem-Estar por intelectuais marxistas norte-americanos, Paul Baran e James O'Connor assim como de um dos mais importantes pensadores liberais, F.A. Hayek, e procura estabelecer as diferenças entre elas.

Palavras-chave: Critica; Estado; Bem-estar

SUMMARY

This paper, besides showing some of the criticism made to the Welfare State by the American Marxist Intellectuals Paul Sweezy, Paul Baran and James O'Connor and by one of the important liberal philosophers, F. A. Hayek, tries to distinguish the difference among them.

Keywords: Criticism; State; Welfare

**CANÇÃO
METALINGUAGEM
PREOCUPAÇÃO EM DRUMMOND**

Rosângela Maria Soares

O texto apresenta uma leitura da obra drummondiana, poema "Canção Amiga", que revela uma nova preocupação temática, a solidão do indivíduo. A experiência de Drummond é analisada através da metalinguagem, enfatizando o seu profundo nível de significação.

Palavras-chave: Drummond; Metalinguagem; Leitura

RESUMOS

SUMMARY

The text presents an in-depth reading of Drummond's work. It analyzes the poem "Canção Amiga" and reveals the author's new theme: the individual's solitude. Drummond's technical experience is analysed, emphasizing its metalinguistic way of significance.

Keywords: Drummond; Metalinguage; Reading

**BARAN, O'CONNOR, SWEETZ Y E
HAYEK : VISOES CRITICAS DO
ESTADO DE BEM ESTAR**

Homero de Oliveira Costa

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas críticas formuladas ao Estado de Bem-Estar por intelectuais marxistas norte-americanos, Paul Baran e James O'Connor assim como de um dos mais importantes pensadores liberais, F.A. Hayek, e procura estabelecer as diferenças entre elas.

Palavras-chave: Crítica; Estado; Bem-estar

SUMMARY

This paper, besides showing some of the criticism made to the Welfare State by the American Marxist intellectuals Paul Sweezy, Paul Baran and James O'Connor and by one of the important liberal philosophers, F. A. Hayek, tries to distinguish the difference among them.

Keywords: Criticism; State; Welfare.

**CANÇÃO AMIGA:
METALINGUAGEM E
PREOCUPAÇÃO EM DRUMMOND**

Rosângela Maria Soares de Queirós

RESUMO

O texto apresenta uma introdução à leitura da obra drummondiana. Analisa o poema "Canção Amiga", que marca uma nova preocupação temática, cujo eixo é a solidão do indivíduo. A experiência técnica de Drummond é analisada através da metalinguagem, enfatizando o seu profundo nível de significação.

Palavras-chave: Drummond; Metalinguagem; Leitura

SUMMARY

The text presents an introduction to the reading of Drummond's work. It analyses the poem "Canção Amiga" and reveals the author's new theme: the individual's solitude. Drummond's technical experience is here analysed, emphasizing its metalanguage deep way of significance.

Keywords: Drummond; Metalanguage; Reading

A COR DO DINHEIRO SOBRE A COLORIZAÇÃO DE FILMES

Maria Helena Braga e Vaz da Costa

RESUMO

Este artigo analisa criticamente como, e por que, o processo de colorização de filmes originalmente produzidos em preto-e-branco tem provocado tantas controvérsias. Esta tão polêmica inovação tecnológica introduziu novos desafios à discussão teórica sobre o cinema e acirrou a dicotomia entre os conceitos de cinema-entretenimento e cinema-arte.

Palavras-chave: Cinema; Cor; Arte.

SUMMARY

This paper critically analyses how and why the colorization process of films produced in black-and-white has ended in controversy. This technological innovation introduced new challenges to the theoretic debate about cinema and exacerbated a dichotomy between the concepts of cinema-entertainment and cinema-art.

Keywords: Cinema; Colour; Art.

OPOSIÇÃO E ANALOGIA ENTRE O PÚBLICO E AS MASSAS

Josimey Costa da Silva

RESUMO

O ensaio analisa a esfera pública, em seus usos e significações contemporâneos, e o campo dos *mass media*, pressupondo que a verdadeira oposição cultural da contemporaneidade estabelece-se entre a cultura erudita e a cultura de massas. Com esta última, ocorre uma perda de sentido como fenômeno social basilar, embora os Meios de Comunicação de Massa sejam também responsáveis por um certo efeito residual, em que traços de cultura real são disseminados numa explosão generalizada de visões de mundo. Os *mass media* podem, então, se constituir numa nova esfera do público ao construir discursivamente a recepção.

Palavras Chave: Comunicação de Massas; Esfera do Público; Recepção.

SUMMARY

The essay analyzes the social public world, in its uses and contemporary significance and the field of mass media, presuming that the real cultural opposition of the contemporary is placed between the erudite culture and the culture of masses. With the latter there is a loss of sense as a basic social phenomenon, although the mass media is also responsible for a certain residual effect, whereby some lines of real culture are spread as a generalized explosion of world visions. The mass media may then become a new social public world as it builds the reception in a discursive way.

Keywords:

Mass Media; Social public world; Reception.

**CHRISTOPHER LASCH : UMA
CRÍTICA À CRENÇA
AMERICANA EM RELAÇÃO AO
PROGRESSO**

Paul Burlin

RESUMO

Argumenta-se aqui que Christopher Lasch, historiador e crítico social americano, foi um consistente “anti-progressista” durante toda sua carreira acadêmica e que essa perspectiva é fundamentalmente contrária à grande base consensual nos Estados Unidos em relação às tendências progressistas da história americana. Sugere-se que a perspectiva de Lasch pode servir de antídoto ao otimismo fácil e perigoso tão característico da cultura e da política americana.

Palavras-chave: Crítica; Progresso; Crença.

SUMMARY

It is argued here that Christopher Lasch, the American historian and social critic, was an consistent anti-progressive throughout his entire academic career and that this perspective is fundamentally at odds with the broad consensus in the United States which tends see the history of the country in progressive terms. It is suggested that Lasch's perspective can serve as an antidote to the blithe and dangerous optimism that characterizes much of the culture and politics of the United States.

Keywords: Criticism; Progress; Belief.

**TENDÊNCIAS ATUAIS DA
GEOGRAFIA**

Rita de Cássia da Conceição Gomes

RESUMO

Analisa as tendências da Geografia no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais que vêm ocorrendo nos últimos anos, partindo do estudo de alguns conceitos básicos da ciência geográfica como: território, região, paisagem e lugar. Em seguida, procura discutir as principais tendências teórico-metodológicas que mais vêm sendo utilizadas pela Geografia, ressaltando as principais temáticas de discussão no debate geográfico.

Palavras-chave: Geografia; Território; Região.

SUMMARY

This paper analyses the tendency of Geography in the context of social political and economical transformations that are happening nowadays. It is based in the study of some fundamental concepts of geographical science such as region, territory, landscape and place. The article also tries to discuss the theoretical and methodological trends that have been used by geography emphasizing the main topic of geographic debates.

Keywords: Geography; Territory; Region.

**LUTA PELA TERRA:
A BUSCA DA CIDADANIA
OS CONFLITOS DE TERRA - 1960/
1990**

Paulo Roberto Palhano Silva

RESUMO

O presente trabalho procura compreender, nas áreas de conflitos e ocupações de terra, as especificidades que assumem as relações sociais vivenciadas por famílias de trabalhadores, cujas práticas políticas e econômicas são mediadas ora pelo Estado, ora pela Igreja Católica ou pelo Movimento Sindical, em Fóruns de Entidades Populares e constituição de Redes de Movimentos Sociais. Esses Movimentos Sociais, interagindo com organismos da Sociedade Civil, geram novos modos de agir frente à luta pela terra e pela Reforma Agrária. Este trabalho analisa também os Movimentos Sociais em conjunturas diversas, circunscritos no período de 1960 a 1990. Para tal é realizada uma incursão pela produção acadêmica, pesquisa de campo e documental procurando trazer à tona as ocorrências de conflitos de terra na história do Rio Grande do Norte/Brasil. Na década de 60, ocorre no interior das fazendas a luta pelos "direitos"; na década de 70, é marcante as lutas de resistência pela posse e permanência na terra; e na década de 80 registra-se a emergência de ocupações de terras, marcando novo momento da luta pela terra na maioria dos estados da Federação, oportunidade em que várias áreas foram desapropriadas "por interesse social", tanto pelo Governo Federal, como pelos Governos Estaduais. "A terra é a liberdade do homem".

Palavras-chave: Conflitos de terra; Reforma Agrária; Movimentos Sociais.

SUMMARY

The present work attempts to understand, in the area of land conflicts and occupations, the specifics that determine the experiences of social relations of families of workers whose political and economic practices are mediated through the state, through the church, or the labor movement in the forums of popular culture and the constitution of social movement networks. These social movements interacting with organisms of civil society, generate new modes of approaching the struggle for land and for Agrarian Reform. This work also analyzes the social movements in diverse conjunctures and circumstances in the period from 1960 to 1990. For certain, an incursion in academic production was realized, field research and documentation looked to alter the tone given to the occurrences of land conflict in the history of Rio Grande do Norte/Brazil. In the decade of the 1960s, there occurred within the fazendas a struggle for rights; in the decade of the 1970s there were struggles of resistance through the possession and occupation of land; in the decade of the 1980s there was an emergence of land occupations, constituted through mass social movements, that marked a new step in the struggle for land in the majority of states in the federation. There were various areas of disappropriation "for social interest" by the federal government as well as the state government. "The land is the liberty of man."

Keywords: Land Conflict; Agrarian Reform; Social Movements.

PAISAGEM: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Anieres Barbosa da Silva

RESUMO

O artigo procura enfatizar alguns conceitos sobre paisagem, bem como aspectos teórico-metodológicos que utilizam a paisagem como ponto de partida na análise do espaço geográfico. Assim entendido, o estudo sobre as paisagens se reveste de fundamental importância, pois representa uma tarefa que se inscreve num amplo processo de pesquisa científica, o qual conduz à compreensão das modalidades de sua organização além de implicar o conhecimento de sua estruturação e dinâmica no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Paisagem;
Geossistema; Espaço Geográfico.

SUMMARY

This article tries to emphasize some ideas about landscape, as well as methodological theories and aspects which involve the use of same as a starting point of a spacial geographical analysis. This done, the study of landscape is of fundamental importance, which represents a study that inscribes a wide process of scientific research which conducts the understanding of the modalities of its organisation and implies the knowledge of its structure and dynamics in time and space.

Keywords: Landscape; Geosystem;
Geographic Space.

A PSICOLOGIA NO RN: O ENSINO DA PSICOLOGIA DA UFRN EM QUESTÃO

Oswaldo Hajime Yamamoto

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi levantar as características da atuação profissional dos psicólogos do RN, associando-as com a formação acadêmica propiciada pela UFRN. Do total de profissionais inscritos no CRP-02, responderam ao questionário 147 psicólogos que se enquadravam nos objetivos da pesquisa. Os dados obtidos, acerca das características gerais, formação e exercício profissional não diferem dos relatados na literatura (Mello, 1975a; SPESP/CRP-06, 1984; CFP, 1988, Yamamoto, 1988; Yamamoto et al., 1990; CRP-06, 1995 e Yamamoto et al., 1997). Questiona-se a adequação curricular e a formação especializada, principalmente frente às exigências postas pela mudança da configuração do campo profissional da psicologia.

Palavras-chave: Psicologia como profissão; Formação acadêmica do psicólogo; Psicologia no RN.

ABSTRACT

This paper analyses the relations between the kind of professional activity and academic background of psychologists of Rio Grande do Norte (RN), Northeast of Brazil. A standard questionnaire was sent to each of the RN 448 psychologists inscribed at the CRP-02. The final sample was 147 psychologists. The general results confirm national and local data (Mello, 1975a; SPESP/CRP-06, 1984; CFP, 1988,

Yamamoto, 1988; Yamamoto et al., 1990; CRP-06, 1995 e Yamamoto et al., 1997). Considering the emergence of the new areas and practices in psychology, some of the implications of these results concerning to academic structure of the Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) course of Psychology are discussed.

Keywords: Psychology as a profession; Psychologist's academic background; The Psychology in RN (Brazil).

HISTÓRIA DA LITERATURA, LITERATURA COMPARADA E CRÍTICA LITERÁRIA: frágeis fronteiras disciplinares

Luiz Roberto Velloso Cairo

RESUMO

História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica literária são três disciplinas que mantêm uma relação muito próxima, desde o século XIX. As duas primeiras, relativamente recentes, são frutos das idéias românticas que se espalharam pela Europa no final do século XVIII e a última é a matriz geradora, pois é o seu efetivo exercício o responsável, num certo sentido, pelo aparecimento das mesmas. Este texto se quer uma reflexão sobre a íntima relação que se estabelece entre estas disciplinas no contexto da literatura brasileira.

Palavras-chave: História da Literatura; Literatura Comparada; Crítica Literária

SUMMARY

Literary History, Comparative Literature and Literary Criticism are disciplines which have an intimate relationship since the 19th Century. The first and the second one were created very recently. They came from the romantic european ideas of the 18th Century and the last one was responsible by their creation. This paper aims to show some reflections about the intimate relationship among these disciplines in the Brazilian context.

Keywords: Literary History; Comparative Literature; Literary Criticism.

**GLOBALIZAÇÃO,
REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO
E POLÍTICAS NEOLIBERAIS**

José Willington Germano

RESUMO

O presente texto aborda as políticas sociais e educacionais adotadas, nos últimos anos, sobretudo na América Latina, procurando estabelecer as relações entre globalização, reestruturação do Estado e políticas neoliberais. A globalização é vista como algo inerente ao capitalismo; a reestruturação do Estado, como uma resposta à crise que tem início nos anos 70; e a adoção de políticas neoliberais como consequência desse processo, que acaba por privilegiar programas sociais emergenciais e seletivos.

Palavras-chave: Globalização; Neoliberalismo; Políticas Sociais.

SUMMARY

The present text approaches the social and educational policies, adopted, in the past years, above all in Latin America, seeking to establish the relation between globalization, State restructure and neo-liberal policies. Globalization is viewed as inherent to capitalism, the State restructure as a response to the crisis that began in the 70's and the neo-liberal policies as a consequence of this process – characterized by the adoption of selective and focused emergency social programmes.

*Keywords:
Globalization; Neoliberalism; Social Policies.*

**O LER –ESCREVER NAS
ESCOLAS: o beabá do Brasil**

Maria de Fátima Almeida

RESUMO

O texto tem como objeto uma aula de leitura gravada em áudio numa escola estadual e pretende, sob os postulados da análise do discurso, analisar os aspectos linguísticos e metodológicos do ensino-aprendizagem da leitura.

Palavras-chave: Leitura; Ensino-aprendizagem; Análise do Discurso.

SUMMARY

The paper focuses a reading lesson recorded in a primary school and aims to analyse linguistic and methodological aspects of reading's learning-teaching.

*Keywords:
Reading; Learning-teaching; Speech Analysis*

**A REVOLTA DA NATUREZA OU:
sobre a História do Sofrimento
Infinito da Natureza**

Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes

RESUMO

A presente exposição delimita o quadro geral da crítica de Horkheimer ao *Esclarecimento*, situado no contexto do **Eclipse da Razão**¹ referida ao problema da razão na **Dialética do Esclarecimento**². Trata do problema da relação entre Natureza e Razão sob o aspecto estrito do que concerne a *revolta da natureza* diante do processo de *formalização da razão* a partir da perspectiva de uma *dialética da tensão*.

Palavras-chave: Horkheimer; Esclarecimento; Dialética.

SUMMARY

This paper intends to fix the limits of Horkheimer's criticism to Enlightenment from the perspective of Eclipse of Reason and Dialectics of Enlightenment, concerning the problem of Nature-Reason relations. The author maintains that there's an intimate relation among the concepts of revolt of nature, formalization of reason and tension dialectics.

Keywords: Horkheimer; Enlightenment; Dialectics.

**A REPRESENTAÇÃO DA
CONCEPÇÃO DE ENSINO E DE
APRENDIZAGEM NAS
CARTILHAS**

Maria Ester Vieira de Sousa

RESUMO

O Livro Didático geralmente apresenta, de uma forma explícita, a sua adesão a uma concepção de ensino-aprendizagem. No entanto, nem sempre há uma correspondência entre a proposta teórica assumida e a prática sugerida/desenvolvida ao longo do manual. Neste artigo, pretendemos refletir acerca dessa contradição, especificamente em relação a alguns manuais de alfabetização, procurando compreendê-la a partir das sugestões feitas ao professor e das atividades propostas para o aluno.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino-aprendizagem; Alfabetização.

SUMMARY

The textbook, most of the time, reveals the teaching-learning approach in which it's based on. But sometimes there is not a coincidence between the theory it assumes and the practice that is developed throughout it. In this article we intend to think about this contradiction, especially about some textbooks for children in the earlier steps of learning, trying to understand it by the suggestions for the teachers and the exercises to the students that the textbooks have.

*Keywords
Textbook; Learning-teaching approach;
Literacy.*

*A GRÃ-DIVA: fantasia, mito,
corpo, nome, origem e sentido
- lendo a GRADIVA de Jensen*

Ilza Matias de Sousa

RESUMO

Este ensaio estuda a ficção de Jensen, GRADIVA, a partir da óptica psicanalítica da leitura freudiana. Examina a fantasia do nome como representação.

Palavras-chave: Jensen/Ficção;
Freud/Psicanálise; Leitura/Sentido.

SUMMARY

This essay studies Jensen's fiction, GRADIVA, from the psychoanalytical optical of Freud's reading. It examines the name's phantasy as representation.

Keywords: Jensen/Fiction; Freud/
Psychoanalysis; Reading/Meaning.

**FRAGMENTOS DA
COMPLEXIDADE - 22 aforismos
arquetípicos**

Marcelo Bolshaw

RESUMO

Texto sobre os diversos aspectos que formam o período comumente chamado de "Globalização" ou de "Pós-modernidade". Seu estilo, propositadamente descontínuo e assistemático, procura refletir a fragmentação em busca da totalidade. Os aforismos são, assim, "fractais holísticos" e foram inspirados no simbolismo do Tarô.

Palavras-chave: Complexidade;
Globalização; Pós-modernidade.

SUMMARY

"Smithereens of Complexity - the 22 archetypic aforisms" is a text about the several aspects which compound the age commonly known as "globalization" or "postmodern". Its style, assistematic and discontinuous on purpose, tries to reflect the fragmentation searching for the Whole. The aforisms are, then, "holistic fractals", inspired on Taro symbols.

Keywords:Complexity; Globalization;
Postmodern.

RESUMO
A natureza da complexidade é analisada a partir de uma abordagem sistêmica, considerando a interação entre os elementos do sistema e o contexto em que ele se encontra. O texto discute a importância de se compreender a complexidade não apenas como um fenômeno isolado, mas como um processo dinâmico e contínuo. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios atuais da pesquisa em complexidade.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise detalhada da natureza da complexidade, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos. O autor discute a importância de se compreender a complexidade não apenas como um fenômeno isolado, mas como um processo dinâmico e contínuo. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios atuais da pesquisa em complexidade.

Palavras-chave: Complexidade, Sistemas, Dinâmica, Evolução, Emergência.

SUMMARY

The nature of complexity is analyzed from a systemic approach, considering the interaction between the elements of the system and the context in which it is found. The text discusses the importance of understanding complexity not only as an isolated phenomenon, but as a dynamic and continuous process. The methodology used is based on a critical review of the existing literature on the subject, with the aim of identifying the main trends and current challenges of research in complexity.

Keywords: Complexity, Systems, Dynamics, Evolution, Emergence.

RESUMO
A natureza da complexidade é analisada a partir de uma abordagem sistêmica, considerando a interação entre os elementos do sistema e o contexto em que ele se encontra. O texto discute a importância de se compreender a complexidade não apenas como um fenômeno isolado, mas como um processo dinâmico e contínuo. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios atuais da pesquisa em complexidade.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise detalhada da natureza da complexidade, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos. O autor discute a importância de se compreender a complexidade não apenas como um fenômeno isolado, mas como um processo dinâmico e contínuo. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema, com o objetivo de identificar as principais tendências e desafios atuais da pesquisa em complexidade.

Palavras-chave: Complexidade, Sistemas, Dinâmica, Evolução, Emergência.

SUMMARY

The nature of complexity is analyzed from a systemic approach, considering the interaction between the elements of the system and the context in which it is found. The text discusses the importance of understanding complexity not only as an isolated phenomenon, but as a dynamic and continuous process. The methodology used is based on a critical review of the existing literature on the subject, with the aim of identifying the main trends and current challenges of research in complexity.

Keywords: Complexity, Systems, Dynamics, Evolution, Emergence.

Textbook: *Complexity: The Emerging Science of Self-Organizing Systems*, by Stuart Kauffman. University of California Press, 2000.



VIVÊNCIA

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Vivência é uma publicação semestral do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN que compreende os Departamentos de Artes, Ciências Sociais, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras e Psicologia.

A revista aceita, em fluxo contínuo, propostas de artigos (de cinco a trinta laudas, cada uma com 30 linhas de 60 caracteres), resenhas (de três a cinco laudas) e relatórios de eventos (de duas a quatro laudas). O texto proposto deve ser inédito. Enviar duas cópias e disquete de 3.5', editado em *Word for Windows*, com identificação (nome e telefone) para:

VIVÊNCIA

**Conselho Editorial
CCHLA-UFRN**

**Campus Universitário
59072-970 - Natal/RN**

Fone: (084) 215-3596/7

Fax: (084) 211-9211

e-mail: vivencia@cchla.ufrn.br

Todos os trabalhos serão submetidos ao Conselho Editorial, que decidirá publicar ou não, podendo enviar o artigo ou resenha para retificações do autor. À Editora reserva-se o direito de fazer pequenas alterações no texto para efeito de padronização gráfica. Caso o artigo ou resenha seja publicado, três exemplares da revista serão enviados ao autor. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Os artigos e resenhas publicados na VIVÊNCIA expressam as opiniões de seus respectivos autores.

Quanto ao padrão de texto, utilizar o sistema de referências: (autor, ano) e (autor, ano, página). No caso de utilização de mapas e outras ilustrações, enviar a arte final pronta. Listar as referências bibliográficas ao final. Deverão acompanhar o artigo um resumo bilíngue português/inglês (máximo de 10 linhas), três palavras-chave e dados sobre o autor (endereço, vinculação funcional, titulação e principais publicações anteriores).

Conselho Editorial

ASSINE

Revista do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da UFRN

v. 11 n. 1/2 - jan/dez 1997

VIVÊNCIA

- Baran, O'Connor, Sweezy e Hayek: visões críticas do Estado de Bem-Estar*
Homero de Oliveira Costa
- Canção Amiga: metalinguagem e preocupação existencial em Drummond*
Rosângela Maria Soares de Queirós
- A Cor do Dinheiro - sobre a colorização de filmes*
Maria Helena Braga e Vaz da Costa
- Oposição e Analogia entre o Público e as Massas*
Josimey Costa da Silva
- Christopher Lasch: uma crítica à crença americana em relação ao progresso*
Paul Burlin
- Tendências Atuais da Geografia*
Rita de Cássia da Conceição Gomes
- Luta pela Terra: a busca da cidadania*
Paulo Roberto Palhano Silva
- Paisagem: considerações teórico-metodológicas*
Anieres Barbosa da Silva
- A Psicologia no RN: o ensino da psicologia da UFRN em questão*
Oswaldo Hajime Yamamoto
- História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária: frágeis ronteiras disciplinares*
Luiz Roberto Velloso Cairo
- Globalização, Reestruturação do Estado e Políticas Neoliberais*
José Willington Germano
- O Ler e o Escrever nas Escolas: o beabá do Brasil*
Maria de Fátima Almeida
- A Revolta da Natureza ou: sobre a História do Sofrimento Infinito da Natureza*
Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes
- A Representação da Conceção de Ensino e de Aprendizagem nas Cartilhas*
Maria Ester Vieira de Sousa
- A Grã-Diva: fantasia, mito, corpo, nome, origem e sentido - lendo a Gradiva de Jensen*
Ilza Matias de Sousa
- Fragmentos da Complexidade - 22 aforismos arquetípicos*
Marcelo Bolshaw Gomes

FICHA DE ASSINATURA

NOME

INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

UF

Depositar a quantia de R\$15,00 (quinze reais) na conta n. 55.568.007-x Banco do Brasil, Ag. Campus 0022-1, Natal/RN e remeter cópia do recibo correspondente, ou enviar cheque nominal ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFRN para: VIVÊNCIA / CCHLA / UFRN Campus Universitário 59072-970 Lagoa Nova Natal/RN

05
REG.